

Sónia Alexandra Lourenço Rapaz

ADAPTAÇÃO DE MONUMENTOS A POUSADAS EM PORTUGAL
CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE REUTILIZAÇÃO

Orientador: Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
apresentada à Universidade de Évora

Évora, Novembro de 2010

Agradecimentos

A primeira palavra de agradecimento é dirigida, antes de mais, ao meu orientador, Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pelo constante estímulo e confiança transmitida, e pela partilha do conhecimento.

Agradeço às minhas amigas e colegas de mestrado, Mariana Jorge Ferreira e Teresa Duarte, o apoio e a preciosa companhia nas viagens.

Gostaria também de agradecer à Rita Canêlhas e ao Jorge Repolho, pelo espírito de inter-ajuda e constante encorajamento na concretização desta dissertação.

À Zélia Simões pela sua amizade e colaboração.

À Enatur, Estudos e Projectos, S.A., por terem disponibilizado a documentação e peças desenhadas relativas aos empreendimentos, e também ao Sr. Manuel Eiras, pela ajuda prestada.

Aos Serviços da extinta Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, pela facilidade com que permitiram a consulta dos processos, que ainda não se encontravam acessíveis ao público, referentes aos vários imóveis e documentação relativa ao turismo.

Não posso deixar de realçar a colaboração dos meus colegas do Turismo de Portugal. A todos quero exprimir o meu reconhecimento e profunda amizade.

Em particular, agradeço a toda a minha família, a confiança que depositaram em mim e todo o apoio que sempre me deram, e um especial agradecimento ao Jorge, devido ao seu permanente apoio e à inesgotável paciência. Ao meu filho pelos abraços de conforto.

Finalmente, um obrigada a todos os que me acompanharam durante todo o período de investigação, estando ciente que foram igualmente importantes para a realização deste projecto.

Índice

Resumo	08
Abstract	09
Introdução	10
1 ■ Estado actual da investigação	16
2 ■ Processo histórico das pousadas	20
2.1 Contextualização.....	20
2.2 A tutela.....	33
2.3 Património e turismo.....	34
3 ■ Programa habitacional das pousadas	48
3.1 Apresentação dos casos de estudo.....	48
3.2 Construção de pousadas em monumentos históricos.....	49
3.3 Fase I (1950-1990).....	53
3.3.1 Óbidos. Pousada do Castelo [1948-1950].....	56
▪ Enquadramento histórico.....	56
▪ Descrição do conjunto edificado.....	57
▪ Protecção legal.....	58
▪ Breve descrição do espaço afecto a pousada.....	59
▪ Autor do projecto de adaptação.....	59
▪ Análise da intervenção efectuada.....	59
▪ Elementos fotográficos.....	61
▪ Elementos gráficos.....	63
3.3.2 Guimarães. Pousada de Santa Marinha da Costa [1972-1985].....	74
▪ Enquadramento histórico.....	74
▪ Descrição do conjunto edificado.....	75
▪ Protecção legal.....	76
▪ Breve descrição do espaço afecto a pousada.....	76
▪ Autor do projecto de adaptação.....	78
▪ Análise da intervenção efectuada.....	78
▪ Elementos fotográficos.....	80
▪ Elementos gráficos.....	83

3.4 Fase II (1990-1996)	97
3.4.1 Alvito. Pousada Castelo de Alvito [1991-1993]	99
▪ Enquadramento histórico	99
▪ Descrição do conjunto edificado	100
▪ Protecção legal	101
▪ Breve descrição do espaço afecto a pousada	101
▪ Autor do projecto de adaptação	102
▪ Análise da intervenção efectuada	102
▪ Elementos fotográficos	104
▪ Elementos gráficos	108
3.4.2 Crato. Pousada Flor da Rosa [1990-1995]	125
▪ Enquadramento histórico	125
▪ Descrição do conjunto edificado	127
▪ Protecção legal	128
▪ Breve descrição do espaço afecto a pousada	128
▪ Autor do projecto de adaptação	131
▪ Análise da intervenção efectuada	131
▪ Elementos fotográficos	133
▪ Elementos gráficos	136
3.5 Fase III (1997-2003)	150
3.5.1 Vila Viçosa. Pousada D. João IV [1993-1997]	152
▪ Enquadramento histórico	152
▪ Descrição do conjunto edificado	153
▪ Protecção legal	154
▪ Breve descrição do espaço afecto a pousada	154
▪ Autor do projecto de adaptação	155
▪ Análise da intervenção efectuada	156
▪ Elementos fotográficos	158
▪ Elementos gráficos	161
3.5.2 Alcácer do Sal. Pousada D. Afonso II [1995-1999]	174
▪ Enquadramento histórico	174
▪ Descrição do conjunto edificado	174
▪ Protecção legal	175
▪ Breve descrição do espaço afecto a pousada	175
▪ Autor do projecto de adaptação	178
▪ Análise da intervenção efectuada	178

▪ Elementos fotográficos	180
▪ Elementos gráficos	188
4 ■ Análise crítica face ao quadro legal, doutrinário e ético vigentes	201
Bibliografia	207
Índice de figuras	213
Anexos	225
Índice de anexos	226

Lista de abreviaturas

DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGT	Direcção-Geral do Turismo
ENATUR	ENATUR, Empresa Nacional de Turismo, E.P.
ICCROM	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais / Internacional Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios / International Council on Monuments and Sites
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IGPAA	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP.
IPA	Instituto Português de Arqueologia, I.P.
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico, I.P.
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
OMT	Organização Mundial do Turismo
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PRODLATEC	Programa de Infra-estruturas Turísticas e Equipamentos Culturais
SEIT	Secretaria de Estado da Informação e Turismo
SNI	Secretariado Nacional de Informação
SPN	Secretariado da Propaganda Nacional
TP	Turismo de Portugal, I.P.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura / United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization

Resumo

A presente dissertação foi elaborada no âmbito do Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico e consiste num estudo das intervenções efectuadas entre 1950 e 2003 em monumentos classificados para adaptação a Pousadas de Portugal. Neste sentido, foram realizadas visitas às dezassete pousadas e feito um estudo exaustivo de seis das intervenções, uma vez que os projectos de adaptação destes monumentos a pousadas foram decisivos para o aspecto que os monumentos hoje apresentam.

Tendo em conta que a análise crítica se baseia em fundamentos teórico-práticos, foi elaborada uma recensão crítica sobre a principal legislação relacionada com a salvaguarda do património e do turismo em Portugal, bem como uma análise dos principais textos internacionais relacionados com o tema em estudo.

Abstract

The adaptation of monuments to the use as *Pousadas* in Portugal.

Characterization of programs for re-use.

The present dissertation was developed as a part of the Master Programme in Architectural and Landscape Heritage Conservation and consists in a study of interventions made between 1950 and 2003 in classified heritage monuments that were adapted to be used as hostels. On sight visits were conducted at seventeen *Pousadas* in Portugal that are implanted in heritage buildings, and six were chosen for an in-depth study because the adaptations made in the monuments were decisive in the present characteristics of the same monuments.

To sustain a critical analysis of the adaptations, based in practical and theoretical foundations, the main heritage and tourism related legislation was reviewed and put in context with the main international guidelines concerning heritage conservation and restoration.

Introdução

Decerto que existe hoje uma grande preocupação na conservação, recuperação e valorização de monumentos, com o fim de enriquecer a cultura, como significado de uma intervenção que vai para além da conservação ou da reabilitação, pois podemos considerar uma intervenção profunda onde está subjacente um conceito e até uma necessidade de modernização. Esta intervenção é respeitável em termos históricos, culturais e patrimoniais, mas arriscadamente estática comparada com a necessidade de dinamizar, com a adaptação a novas funções ou incrementos de qualidade que a reabilitação sempre comporta.

Na multiplicidade de caminhos que hoje se abrem em qualquer ramo da ciência, propusemos como estudo para a realização desta dissertação de mestrado, a reflexão sobre as potencialidades, os conceitos de conservação, restauro e renovação dos monumentos nacionais classificados e a função de suporte a novas reutilizações. O problema da degradação e reabilitação de edifícios históricos, ou seja, a salvaguarda dos testemunhos históricos das culturas e civilizações passadas e presentes, é um problema que preocupa cada dia mais.

Estas preocupações vêm-se expressando através de reformas legislativas e institucionais centradas em torno do património cultural. É indubitável que se trata de uma questão em constante debate na sociedade, consciente da necessidade de dispor de um caudal de riqueza histórico-artística e cultural, cuja adequada conservação se deveria impor como prioritária (na área de responsabilidade social). Mas a conservação de bens culturais é uma problemática que vai para além da fronteira nacional e que responsabiliza o conjunto da Humanidade.

Atendendo a estes motivos, pareceu-nos oportuno estudar as infra-estruturas de alojamento turístico, designadamente as Pousadas de Portugal. Apesar da dimensão da actividade perguntamo-nos se, no âmbito do turismo, essa reutilização estabelece uma relação harmónica, principalmente quanto aos princípios decorrentes do conhecimento científico e técnico, bem como do enquadramento legal vigente. Assim, este trabalho procura ocupar-se da análise das principais intervenções realizadas em seis edifícios classificados como monumento nacional e imóvel de interesse público, para adaptação a

pousada. Para isso, balizamos o nosso estudo entre 1950, data da abertura da primeira pousada instalada em edifício classificado, e 2003, data em que a gestão das pousadas deixou de estar sob o domínio do Estado.

Partimos para os estudos de caso com três questões que enformam o quadro de pesquisa:

- que fundo histórico explicaria o itinerário do nascimento das pousadas?
- em que ponto físico se encontravam os edifícios aquando das obras de adaptação a pousadas?
- que alterações sofreram?

Estabelecidos os objectivos de carácter geral, iniciámos a nossa pesquisa, com a atenção de procurar uma série de fundamentos sobre a administração, conservação e gestão desse património. A contemplação, a compreensão, fruição, a motivação, o respeito são algumas das experiências e sensações que um profissional da gestão do património tem de saber administrar e procurar transmitir. O património é algo que é de todos, tem que ver com o intelecto mas também com as emoções, obriga a analisar as diferentes áreas que intervêm na gestão, sem esquecer os pressupostos teóricos que a sustentam.

Para a realização deste trabalho foi fundamental perceber a ligação entre Instituto Português do Património Cultural, actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.¹ a Empresa Nacional de Turismo, E.P.², designada por ENATUR e a Direcção-Geral do Turismo³, que, como principais intervenientes no processo das

¹ O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP., resultou da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico e do Instituto Português de Arqueologia, e da incorporação de parte das atribuições da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo sido criado pelo Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março.

² A ENATUR, Empresa Nacional de Turismo, EP., foi criada em Agosto de 1976, com a finalidade de “gerir as participações do Estado no Capital das Empresas Turísticas sob intervenção governamental. De 1976 a 1979 desempenhou sobretudo uma função de apoio técnico, económico e logístico e em 21 de Fevereiro de 1980, por despacho publicado na II Série do Diário da Republica n.º 43, foi formalmente transferido o conjunto das unidades que integravam as Pousadas para exploração. Em 8 de Agosto de 2003, foi celebrado entre a ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A. e o Grupo Pestana Pousadas – Investimentos Turísticos S.A. o contrato de cessão de exploração da rede de Pousadas.

³ A Direcção-Geral do Turismo (DGT) funcionou desde 1968 e tinha como principais competências definir e acompanhar a execução da política nacional de turismo. Foi extinta no âmbito do PRACE (Programa de

pousadas, definiram o rumo de monumentos classificados, com vista à promoção da recuperação, conservação, protecção e salvaguarda dos bens imóveis que constituem elementos do património cultural do país, para fins turísticos.

Como já referimos, os monumentos constituem um testemunho histórico, de grandes feitos e tradições, a herança, que era necessário transmitir às gerações vindouras. Todavia, grande parte desses monumentos encontrava-se em péssimo estado de conservação, sendo essencial a sua reconstrução e conservação como materialização dessa história.

Foi durante o chamado Estado Novo, que surgiu a “preocupação” de compreender a história e se iniciaram as filosofias das intervenções. Nos anos 40, surgiram as “Pousadas Regionais”⁴ destinadas a alojar os viajantes e fornecer-lhes a alimentação, no respeito do estilo e das tradições de cada região. A partir do final dos anos 40, do século passado, as “Pousadas Históricas”, surgiram como consequência da vontade de rentabilizar o aproveitamento e recuperação de edifícios históricos, abandonados ou degradados, através da sua adaptação à exploração hoteleira.

Para a elaboração deste trabalho, foi necessário compreender cada um dos monumentos nas várias partes que o definem e compõem, desde o estudo histórico e arquitectónico, ao conhecimento do estado de conservação do monumento, bem como proceder a uma revisão crítica da bibliografia existente e produção científica consistente e actualizada sobre esta matéria.

Para a articulação desta temática, e de acordo com os princípios expostos, optámos por estruturar o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo começamos por descrever o estado actual da investigação. No segundo capítulo procuramos contextualizar o nosso trabalho no período histórico, no conceito de turismo e nos antecedentes dos serviços oficiais. O terceiro capítulo compreende o estudo monográfico de seis dos monumentos nas várias vertentes que julgamos pertinentes para o seu adequado conhecimento,

Reestruturação da Administração Central do Estado) levado a cabo pelo XVII Governo Constitucional. As competências da DGT transitaram para o Instituto de Turismo de Portugal, I.P., criado por Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Economia e da Inovação.

⁴ Decreto-Lei n.º 31 259, de 9 de Maio de 1941.

através uma breve resenha histórica, para a sua contextualização espaço-temporal e uma caracterização física. Reconstruímos ainda o historial arquitectónico, no qual se inclui um breve estudo da cronologia da obra e da evolução física dos edifícios ao longo dos tempos. No âmbito do objectivo principal, escolhemos em cada uma das fases analisar um edifício de duas tipologias distintas: fortificadas e conventuais. Efectuámos uma descrição da intervenção de reutilização, acompanhada por imagens representativas do estado dos edifícios antes, durante e depois das intervenções para adaptação a pousada.⁵ E, para terminar este capítulo, apresentamos os desenhos dos vários projectos de arquitectura, redesenhados. No quarto capítulo analisamos comparativamente as intervenções efectuadas nos monumentos para adaptação à nova função, relativamente ao quadro legal, doutrinário e ético vigente e apresentamos algumas considerações relativamente ao tema abordado.

Boa parte da nossa base de trabalho deriva da análise de documentos legais. Para além destes, recorreremos a estudos académicos ligados à problemática do Património, bem como a obras de História que fornecem elementos relacionados com o Estado Novo e turismo. Há ainda a considerar os arquivos da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, da Biblioteca Nacional, da Enatur, Empresa Nacional de Turismo e da também extinta Direcção-Geral do Turismo.

Ultrapassada a fase da recolha dos dados, foi necessário inventariar e sistematizar, para se passar aos aspectos concretos da ciência, salientando-se aqueles que mais importam ao tema a desenvolver neste âmbito, ou seja, a relação do trabalho de concepção em arquitectura, com a actividade que resulta do crescente interesse em preservar o património arquitectónico.

Foram ainda inventariadas e visitadas as dezassete pousadas instaladas em edifícios classificados, em Portugal Continental, no período de 2002 e 2005. Com este estudo procurámos uma ajuda para clarificar e sustentar a caracterização, o estudo comparativo

⁵ Das imagens recolhidas foi possível obter fotografias da obra de adaptação das Pousadas de Santa Marinha da Costa (Guimarães), Pousada do Castelo de Alvito (Alvito), Pousada da Flor da Rosa (Crato), Pousada D. João IV (Vila Viçosa), Pousada D. Afonso II (Alcácer do Sal). Igualmente se apresentam plantas de implantação das Pousadas do Castelo (Óbidos), Pousada de Santa Marinha da Costa (Guimarães), Pousada D. João IV (Vila Viçosa).

dos programas de reutilização e o estado de conservação dos seis edifícios aqui expressos neste trabalho.

Por fim, com esta dissertação pretende-se detectar o que das adaptações realizadas alterou o monumento enquanto facto arquitectónico da condição da existência no tempo.

Toda a arte tem por fim a representação sensível de representações ideais.

Hegel⁶

⁶ G. W. F. Hegel, *Esthétique*, vol. III, Flammarion, «Champs», Paris, 1979, p. 31.

1 ■ Estado Actual da Investigação

As Pousadas têm sido elemento de divulgação e incentivo turístico, por utilizarem edifícios com valor histórico e, assim, proporcionarem aos seus utilizadores a fruição dos mesmos.

Não se conhecem até hoje, em Portugal, estudos exaustivos sobre a temática da adaptação destes edifícios à sua nova função, a de pousadas.

Excluindo as publicações oficiais, os artigos de índole noticiosa na imprensa e os registos memorialistas ou pessoais, os dois primeiros estudos dedicados à temática das pousadas apareceram em 2001 e 2003. Mariana Viterbo Brandão⁷ escreveu, reflectindo o conceito de Património e daquilo que representa, sobre os aspectos inovadores subjacentes a três intervenções em imóveis classificados que foram transformados em pousadas e Fernando Rui Alberto Rosado Correia⁸ elaborou um estudo comparado de alguns conventos transformados em Pousadas de Portugal. Em 2004, Susana Sofia Silva Santos Barbosa Cunha⁹, na sua dissertação sobre as fortificações de Estremoz, faz uma análise crítica das intervenções efectuadas no século XX pela DGEMN e descreve os trabalhos de conservação e adaptação do Castelo a Pousada e, em 2006, foi publicada *Pousadas de Portugal - Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*¹⁰, de Susana Lobo, onde a autora aborda a temática das pousadas, contextualizando a sua genealogia e evidenciando a sua evolução. Em 2008, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa Venda¹¹ apresenta um estudo sobre

⁷ *Pousadas de Portugal – Três Estudos de Caso: Pousadas de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro*, Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

⁸ *De conventos a pousadas (872-1997): a requalificação da função através dos tempos: estudo comparado*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

⁹ *As Fortificações de Estremoz. História, Arquitectura e Restauro. A Adaptação do Castelo a Pousada*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2004.

¹⁰ Edição Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006. A monografia teve como base a prova Final de Licenciatura em Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, defendida a 5 de Fevereiro de 2002.

¹¹ *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Setembro de 2008.

a adaptação de edifícios patrimoniais a pousadas nacionais, inseridas na segunda metade do século XX português. O estudo contempla nove pousadas (Pousada do Castelo, Óbidos; Pousada de São Teotónio, Valença do Minho; Pousada de D. Diniz, Vila Nova de Cerveira; Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães; Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares; Pousada da Flor da Rosa, Crato; Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos; Pousada de D. João IV, Vila Viçosa; Pousada de D. Afonso II, Alcácer do Sal), onde procura estabelecer uma relação entre os casos de estudo com o intuito de “clarificar métodos, influências, semelhanças e diferenças”. Inserida ainda nestas contribuições encontra-se a dissertação de Raquel Maria Filipe Álvares Guedes Vaz¹², com a análise de dois casos de estudo: pousadas de Santa Marinha da Costa e de Santa Maria do Bouro. A autora procura esclarecer com o seu trabalho o “propósito e as orientações que convergem para uma intervenção no património”.

Quanto às fontes disponíveis, consistem essencialmente nos documentos constantes dos processos dos arquivos da extinta Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais¹³, da Enatur, Pousadas de Portugal, E.P., e em artigos dispersos, divulgados na imprensa. Verificámos assim, que a documentação disponível é escassa e pouco conclusiva.

No que se refere aos artigos, as questões que mais têm preocupado os autores relacionam-se com a descrição da obra e tecnologias de reabilitação aplicadas e não numa análise crítica à mesma.

Por outro lado, no que diz respeito ao facto arquitectónico, baseamo-nos nos estudos e recolha de informação existentes e desenvolvidos pela extinta Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, procurando entretanto, durante o desenvolvimento deste trabalho proceder à necessária recolha de conhecimento *in situ*. Para isso foi necessário deslocarmo-nos, ao longo de dois anos, várias vezes a cada um dos objectos de estudo, de forma a registar, compreender ou corroborar informação. Este trabalho procura assim, conjugar de forma fecunda e singular, as teorias e as práticas através de estudos individualizados das dezassete pousadas, agrupadas por filosofia de intervenção, tendo como fundamento para a nossa análise as intervenções em seis

¹² *Património: intervir ou interferir? Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Dezembro de 2009.

¹³ As competências da extinta Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, à excepção das atribuições referentes ao património classificado, estão consagradas, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de Maio).

pousadas: Pousada do Castelo, Pousada de Santa Marinha da Costa, Pousada do Castelo de Alvito, Pousada Flor da Rosa, Pousada D. Afonso II e Pousada D. João IV.

Procuramos com este estudo fornecer um contributo para as respostas a algumas questões, no actual quadro da investigação, nomeadamente, estudos das construções e análise comparativa das suas características e do seu estado de conservação.

Preservar a identidade histórica ou tradicional significa, de resto, declarar-se também partidário da continuidade qualificada do novo na História, o qual valoriza e firmará o nosso património passado de amanhã.

Virgolino Ferreira Jorge¹⁴

¹⁴ Virgolino Ferreira Jorge, *Cultura e Património*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005, p. 72.

2 ■ Processo Histórico das Pousadas

2.1 Contextualização

O foco da nossa análise, como referimos anteriormente, enquadra-se no período entre 1950, aquando da abertura ao público da primeira pousada instalada em monumento classificado e o ano de 2003, altura em que a exploração das “Pousadas de Portugal” passou para o Grupo Pestana Pousadas - Investimentos Turísticos, S.A.¹⁵.

Não é nossa pretensão fazer neste capítulo um estudo exaustivo das origens e da consolidação da ideologia do regime instaurado em 1926, ou a forma de gestão das pousadas. Importa-nos, sobretudo, alcançar conceitos para aprofundar, num plano conceptual, o aparecimento das pousadas em Portugal, quais os mecanismos de acção desenvolvidos e a interacção entre eles.

O aparecimento das pousadas resultou de uma promoção da cultura portuguesa¹⁶, no quadro da estrutura ideológica do período de vigência do chamado Estado Novo. A sua afirmação atribui-se aos dez primeiros anos (1926-1936), em que se privilegiaram três áreas¹⁷: a propaganda do ideário do regime; o turismo como meio de difusão da imagem de um país feliz consigo próprio; e a cultura popular como instrumento integrador das camadas mais desfavorecidas da população.

Não queremos com isto dizer que o turismo surgiu neste período, pois a corrente turística em Portugal já se desenvolvia muito antes¹⁸, no entanto intensificou-se neste período com

¹⁵ *Contrato de Cessão de Exploração da Rede de Pousadas*, de 8 de Agosto de 2003. Registo do Turismo de Portugal, I.P. n.º 25723 de 21 de Setembro de 2005 (policopiado).

¹⁶ As pousadas foram construídas em obediência ao programa do Duplo Centenário de 1940 e foram entregues ao Secretariado da Propaganda Nacional.

¹⁷ O Decreto-Lei n.º 23 054, de 25 de Setembro de 1933, é um dos exemplos da formalização de algumas das ideias do regime.

¹⁸ A primeira organização oficial do turismo data da lei de 16 de Maio de 1911. Funcionou como repartição até 1920 no Ministério do Fomento e depois do Comércio e Comunicações. Existia também um Conselho de sete membros, representando as várias actividades.

a constituição de vários organismos e a regulamentação de algumas áreas deste sector. É nessa altura que a designação de indústria do turismo começou a ganhar significado.

Em Maio de 1934, o engenheiro José Duarte Ferreira numa comunicação apresentada no I Congresso da União Nacional¹⁹, refere a necessidade de criar uma rede estatal não urbana de pequenas unidades hoteleiras, sob a designação de pousadas.²⁰ Também, o engenheiro Francisco de Lima, no I Congresso Nacional de Turismo de 1936, apresenta uma comunicação sobre a importância da criação de “pouzadas”²¹. O autor defendia que se deveriam criar instalações para a “grande massa, para o viajante mais modesto, para o empregado público, para o industrial que deseja conhecer o seu país e instruir-se, para o estudante”²². As “pouzadas” deveriam ter um cunho simultaneamente nacional e regionalista oferecendo um conforto sóbrio a preços acessíveis. Propõe que as “pouzadas” sejam constituídas por “4 a 10 quartos. Quarto de banho (junto à cozinha para reduzir ao mínimo as canalizações); instalação económica com água quente e fria e um chuveiro, 1 ou 2 W.C., instalação moderna, junto do quarto de banho, mas dêle independente. Uma sala de estar, que nas refeições de instalações modestas servira ao mesmo tempo de sala de refeições. Esta sala deverá ter uma lareira ou fogão para a época fria. Uma sala de refeições (para as instalações maiores). As instalações de cozinha, copa, rouparia e quartos de pessoal. Uma garage ou recolha de automóveis, para o mínimo de 3 carros, mas com cabines *separadas* e com boas chaves”²³. Francisco de Lima, enumera como principais preocupações para a criação das “pouzadas”, o conforto, o cuidado com o mobiliário, a organização, a localização, o serviço a prestar, a exploração e a quem se destinava²⁴.

¹⁹ O I Congresso da União Nacional decorreu de 26 a 28 de Maio de 1934, na Sociedade de Geografia, em Lisboa.

²⁰ José Duarte Ferreira, “A Indústria de Turismo”, *I Congresso da União Nacional: discursos, teses e comunicações*, Volume V, 13ª Sub-Secção: Indústria, Edição da União Nacional, Lisboa, 1935, pp.361-362.

²¹ Francisco Lima, “Pouzadas”, *I Congresso Nacional de Turismo*, Comunicações, IV Secção, Lisboa, 1936, p.5.

²² Idem, ib..

²³ Idem, ib..

²⁴ Cf. Francisco Lima, *ob. cit.*, pp. 3-9.

Mas foi com António Ferro²⁵ (1895-1956), nomeado director do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)²⁶, criado em 1933 e transformado em 1944, no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)²⁷, que as pousadas ganharam forma quando, no âmbito das obras de pequeno equipamento regional, criou as pousadas, cuja razão era proporcionar um “ambiente familiar e acolhedor” para o “visitante de Portugal”.

A propaganda de Estado nos anos trinta e quarenta estava longe de se reduzir ao SPN/SNI²⁸. Era partilhada e prosseguida por diversos organismos do Estado, sob a orientação de Salazar, o seu principal mentor. A concepção de um Estado forte, onde o indivíduo ganhava dimensão inserido na família, no grupo social e económico correspondente e no seio da Nação, conduzia à valorização regional e a um engrandecimento da noção de Pátria.

Segundo, Pedro Vieira de Almeida, “António Ferro terá sido o primeiro em quem Salazar pessoalmente acreditou, para poder estabelecer nas várias frentes os parâmetros de um esquema de expressão nacional”²⁹.

Marcada pela memória da Primeira Grande Guerra, a sociedade portuguesa detinha um “imaginário de miséria, de decadência e de morte”³⁰. A crise financeira e uma profunda crise política, conjugadas com a desordem pública, deram origem a uma premência da

²⁵ Para a caracterização deste personagem v. “Ferro, António Joaquim Tavares”. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, Vol. I, pp. 355-357.

²⁶ Decreto-Lei n.º 23 054, de 25 de Setembro de 1933, publicado no Diário do Governo n.º 28, I Série.

²⁷ Decreto-Lei n.º 34 133, de 24 de Novembro de 1944, publicado no Diário do Governo n.º 260, I Série.

²⁸ Numa entrevista que António Ferro concedeu ao Diário de Lisboa a 11 de Outubro de 1933, em resposta à pergunta “Qual em conclusão a verdadeira finalidade do Secretariado?”, refere: “No título do organismo está a sua síntese: propaganda nacional. Valorizar, dinamizar, multiplicar, se possível for, todas as actividades nacionais é um dos nossos principais objectivos. Simplesmente nesse trabalho, de pura propaganda nacional, identifica-se perfeitamente com o momento político que estamos vivendo.”, Raquel Pereira Henriques, *António Ferro: estudo e antologia*, Edições Alfa, Lisboa, 1990, p. 142.

²⁹ Pedro Vieira de Almeida, *A Arquitectura no Estado Novo*, Lisboa: Editora Livros Horizonte, Setembro, 2002, p. 35.

³⁰ Ernesto Castro Leal, *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-32)*, Colecção de História Moderna e Contemporânea, Edições Cosmos, Lisboa, 1994, p. 77.

dinâmica interna. Tornava-se necessário colmatar a “ignorância das novas realidades, reforçar a confiança do povo e fortalecer a consciência da especialidade nacional”³¹.

Criam-se “alterações no tecido social (...) [cujo] objectivo fundamental era a reposição da autoridade do Estado; culturalmente conservador, conjuga a tradição política liberal com o republicanismo com a inovação de uma ideologia política nacionalista, autoritária e corporativa”³².

António Ferro, através do Secretariado da Propaganda Nacional, estabelece, na plenitude da sua acção, as bases de uma indústria nova, o turismo. Para ele, o turismo, “constitui (...), uma indústria importante, que não pode deixar de ser nacional pois é função das condições naturais do país em que se desenvolve”³³. Mas o turismo é um conjunto de forças e interesses de que falaremos em pormenor mais à frente. De qualquer modo importa realçar que o turismo estabelece uma forma de ver e sentir o lugar, mediada por uma determinada sensibilidade estética e por predisposições que poderiam ser consideradas únicas. Deste modo, (pese embora diferentes arquitectos e críticos de arquitectura possam defender outro ponto de vista) as pousadas são apresentadas como a simbiose de uma arquitectura nacionalista, destinadas a alojar os visitantes e fornecer-lhes a alimentação no respeito do estilo e das tradições de cada região.

No essencial, as pousadas surgem integradas no programa das Comemorações Centenárias de 1940³⁴, sob orientação do Eng. Duarte Pacheco³⁵, e representam a materialização dos valores estéticos e ideológicos preconizados pelo regime. Na mesma linha de pensamento, assumindo disposições identitárias, as pousadas, construídas em edifícios de raiz, foram baptizadas com nomes de santos populares ou de acordo com a sua localização.

³¹ Cf. Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, p. 78.

³² Cf. Ernesto Castro Leal, *ob. cit.*, p. 160.

³³ António Ferro, *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*, Edições SNI, Lisboa, 1949, p. 33. Discurso pronunciado, na sede do SNI, em 13 de Fevereiro de 1940, aos representantes das Juntas e Comissões de Turismo.

³⁴ Através da Lei n.º 31 259, de 1 de Maio de 1941, foi estabelecido o regime da exploração das pousadas.

³⁵ Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco foi Ministro das Obras Públicas e Comunicações nos períodos de 1932-1936 e 1938-1943.

Construídas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais³⁶ do Ministério da Obras Públicas e Comunicações, a partir de um plano previamente elaborado pelo Secretariado da Propaganda Nacional³⁷, este tipo de alojamento foi buscar como modelo os *Paradores de Turismo*, espanhóis, que tiveram o seu início em 1928, criados como suporte à Exposição Ibero-Americana de Sevilha de 1929.

Neste contexto, Paulo Pina refere: “Em 1928, o país vizinho [...] lançara-se decididamente na montagem de uma rede estatal de alojamentos turísticos de acordo com o plano prévio que visava, por um lado, superar as dificuldades derivadas do desinteresse da iniciativa privada pelo sector e, por outro, jogando com notável sagacidade no turismo automóvel nascente, dotar as principais vias de penetração no seu vasto território com pequenas e características unidades hoteleiras, dispersas por locais conscienciosamente escolhidos sob os pontos de vista logístico e ambiental”³⁸.

³⁶ A Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais foi criada por Decreto-Lei n.º 16 791, de 25 de Abril de 1929 e foi extinta por Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de Maio, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). As obras a executar nos monumentos estavam afectas à DGEMN, uma vez que os imóveis se encontravam à guarda e protecção do Estado.

³⁷ Relativamente ao Plano de Pousadas, o documento mais antigo que encontramos data de 26 de Janeiro de 1954, onde refere em quatro itens os condicionamentos para a construção de pousadas (ver Anexo I). Este documento refere-se a um segundo Plano de Pousadas, dado que até 1945 já tinham sido construídas sete pousadas: S. Gonçalo (Marvão), Serem (Vale do Vouga), S. Lourenço (Serra da Estrela), S. Martinho (Alfeizerão), Santa Luzia (Elvas), S. Tiago (Santiago do Cacém) e São Brás (S. Brás de Alportel). Em 1966, estavam em execução nove pousadas, três das quais em Monumentos Nacionais: S. Teotónio (Valença), S. Bartolomeu (Bragança), Miranda (Miranda do Douro), Ria (Ria de Aveiro), S. Gens (Serpa), Infante (Sagres), Castelo (Óbidos), Lóios (Évora) e S. João Baptista (Berlenga).

Em Julho de 1966, é apresentado pelo Ministério da Obras Públicas / Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o “Plano de novas pousadas de turismo do Estado”. Este plano foi realizado pela comissão composta pela DGEMN e pelo SNI (Comissariado do Turismo) e, entre outros assuntos, indica quais as pousadas existentes e quais as programadas à data do estudo. Apresenta ainda orientações, critérios e propostas de construção de “novas” pousadas (ver Anexo II)

Em Julho de 1989, é publicado “O Plano Nacional de Pousadas de Turismo – 1989/1992”, por J. Santos Costa, com a colaboração de Maria L. Franco Dias, onde propõem a continuidade aos planos de pousadas (ver Anexo III).

³⁸ Paulo Pina, *De pousadas a pousadas*, 3 - O figurino espanhol, 1929. Cf. Raquel Pereira Henriques, *António Ferro: estudo e antologia*, Edições Alfa, Lisboa, 1990, pp. 66-68.

A exemplo de contribuição como elemento de orientação da pequena indústria hoteleira, as pousadas, deviam apresentar-se “muito limpas, confortáveis mas sem luxo, construídas e arranjadas ao gosto de cada região, simples afloração da vida e dos costumes das províncias onde se encontrem”³⁹.

Com a “Campanha do Bom Gosto”, António Ferro enquadrou um novo ponto de vista da cultura estética, com suporte na sociedade tradicional, conferindo ao Estado um papel ideológico activo, através da acção directa das obras construídas. As pousadas surgem de norte a sul do país, em pontos privilegiados da paisagem, contextualizadas com a cultura e gastronomia do lugar, através dos materiais e das características arquitectónicas de cada região. Elas operam a diferenciação cidade-campo e valorizam inicialmente este último⁴⁰.

Neste contexto surge a primeira pousada, construída especificamente para o efeito e inaugurada em 1942: a Pousada de Santa Luzia, em Elvas. António Ferro explicou, nas palavras que então proferiu: “Procurou-se que estes pequenos hotéis não se parecessem com hotéis. Se o hóspede ao entrar numa destas pousadas, tiver a impressão de que não entrou num estabelecimento hoteleiro onde passará a ser conhecido pelo número do seu quarto, mas na sua própria casa de campo, onde o aguardam os criados da sua lavoura, teremos obtido o que desejámos. Foi esse o motivo que nos levou a cuidar dos pormenores desta pousada como se nós a fôssemos habitar.”⁴¹ Até 1948 foram construídas sete pousadas regionais, cujo objectivo principal não era só servir o turista ou acomodar a apreciação panorâmica, mas integrarem-se como novos elementos da paisagem portuguesa, onde os arquitectos procuravam dar um sentido naturalista da nossa “arquitectura popular”. Ainda hoje podemos desfrutar de algumas destas pousadas, apesar de terem sofrido ou estarem a sofrer transformações que põem em causa o

³⁹ António Ferro, *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*, Edições SNI, Lisboa, 1949, p. 48. Discurso em 16 de Agosto de 1940, em Óbidos, na inauguração da “Estalagem do Lidador”.

⁴⁰ “Exceptuando os grandes centros, do que precisamos, do que a nossa paisagem precisa, é de simples pousadas, ou de estalagens, muito claras, muito limpas, confortáveis mas sem luxo, construídas e arranjadas ao gosto de cada região, simples floração da vida e dos costumes das províncias onde se encontrem. Boas camas, boa comida, boas instalações higiénicas, bom serviço, bom-gosto, eis as condições indispensáveis dessas pousadas ou estalagens.” Cf. *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*, ob. cit., p. 48.

⁴¹ Cf. *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*, ob. cit., pp. 68 e 69.

significado que a imaginação de António Ferro encontrou para exprimir, em actos e realizações, a transformação, pela beleza e pela cultura, da paisagem e natureza de Portugal.

A partir de 1936, o regime entra noutro ciclo, o da consagração heróica do Estado Novo. Neste quadro as pousadas surgem como instrumento facilitador da gestão corrente dos monumentos nacionais que haviam começado a ser restaurados. Surge, então a necessidade de lhes encontrar novos programas, dada a carga arquitectónica e paisagística imputada num contexto duma política ideológico-cultural. Inaugura-se então, nos anos 50, uma segunda campanha, “Pousadas em Monumentos Históricos”⁴². Surgem como necessidade de rentabilizar a recuperação e aproveitamento de edifícios históricos abandonados, ou simplesmente degradados, através da sua adaptação à exploração turística, com o intuito de dotar algumas regiões do país com estabelecimentos hoteleiros de qualidade. A primeira intervenção foi no Castelo de Óbidos (1950), seguida da recuperação do Forte da Ilha da Berlenga em Peniche (1953), do Convento dos Lóios em Évora (1965) e do Forte de Setúbal (1965), e tantos outros monumentos que adiante enumeramos.

Depois de 1944, o SNI, dotado de novos meios, para além da propaganda, começa a actuar no controlo e censura da informação veiculada pela comunicação social⁴³ e com a inspecção das actividades culturais. O Estado Novo sente-se cada vez mais isolado, e com um ideário que não consegue gerar tão amplos consensos como os que no período anterior foi capaz de produzir. O turismo foi perdendo grande parte da sua função ideológica, para se transformar na promoção de mais um destino para férias. A cultura popular acabou por ser enquadrada no âmbito da etnografia, em regra ao serviço também da promoção turística. O SNI, que até aí privilegiara a população e o imaginário rural dirige-se agora para as camadas urbanas, nomeadamente as de maior rendimento e

⁴² A concessão de título de “monumento nacional” foi atribuída aos imóveis cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, representasse interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico e a de “interesse público”, foi atribuída aos imóveis que possuíssem interesse sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico (Decreto-Lei n.º 20:985, de 7 de Março de 1932).

⁴³ “Há que criar uma política literária que não deixe rir, impunemente, os insuficientes, os *snoobs* que o não sabem ser, diante de certas obras admiráveis que acompanham o ritmo da nossa época sem sair do espírito da raça!”. Cf. António Ferro, “Ano Novo - Ano Bom?”, *Diário de Notícias*, 1 de Janeiro de 1932, p. 1.

instrução. A importância do turismo começa a convergir para a qualidade assente em locais privilegiados uma vez que as preocupações económicas secundarizam as de natureza ideológica.

As ideias que suportaram a base ideológica para este tipo de alojamento podem resumir-se a seis pontos principais:

- Localização - instaladas em edifícios históricos ou situadas em regiões de interesse histórico ou paisagístico;
- Arquitectura, decoração, gastronomia e vinhos, de acordo com a região onde se localizam ou com a natureza histórica do imóvel;
- Hospitalidade;
- Dimensão pequena ou média;
- Serviço personalizado;
- Unidades hoteleiras de curta estadia.

A partir do final dos anos quarenta, do século passado, as pousadas de Portugal passam a ter dois tipos fundamentais, as pousadas históricas e as pousadas regionais. Mas possuem como denominador comum a preservação das características das regiões onde estão localizadas.

Era intenção que as pousadas fossem o alicerce para fomentar a visita a monumentos e a lugares de vocação histórica mas, era também intenção que se preservasse a concepção inicial e que ajudassem no desenvolvimento do turismo, não tendo como pressuposto a resolução do problema hoteleiro, no que respeita à capacidade, mas o conhecimento e qualidade do que era “português”⁴⁴.

⁴⁴ Cf. Jorge Viana, *Alguns problemas da rede nacional de pousadas*, documento do arquivo da DGT, de 20 de Janeiro de 1961 (policopiado). Ver Anexo IV.

Sobre o assunto também o arquitecto Vaz Martins refere a possibilidade de utilização turística dos monumentos nacionais, acrescentando a possibilidade de publicações sobre os mesmos e a pormenorização de sinalização turística itinerante. Cf. do autor, *Alguns problemas...*, ob. cit.. Ainda no mesmo documento o engenheiro Espargueira Mendes refere que nos estudos das pousadas “deve ser cuidadosamente procurada a solução que conduza à possibilidade da exploração mais económica, sem prejuízo ou até com vantagens para atender à necessidades e exigências do turismo”. Cf. do autor, *Alguns problemas...*, ob. cit..

As pousadas históricas⁴⁵ surgiram como consequência da vontade de rentabilizar o aproveitamento e recuperação de edifícios históricos abandonados ou simplesmente degradados.

Segundo documento constante do III Encontro Nacional de Turismo de Habitação, a ENATUR - Pousadas de Portugal, tem como preocupação “que a reconstrução [de unidades hoteleiras em monumentos históricos] respeite a fielmente a traça original, sem adulteração, quer do edifício quer com necessidades de funcionalidade hoteleira de forma a melhor rentabilizar a gestão da exploração e a satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes”⁴⁶.

A este propósito, Eduardo Âmbar, Presidente do Conselho de Administração da ENATUR, refere: “As pousadas, nesta categoria de produto, ao estarem inseridas em monumentos ou em zonas históricas e ao efectuarem recuperação de património histórico e classificado, ao contrário de algumas visões fundamentalistas acerca desta matéria, constituem, sem dúvida, uma forma de afirmação daquilo que de melhor há ao nível nacional, quer do ponto de vista da arquitectura (tivemos a recente experiência da Pousada de Santa Maria do Bouro, obra do Arq. Eduardo Souto Moura que ganhou o prémio “Fernando Pessoa”), quer na óptica de recuperação patrimonial de um imóvel ancestral que se encontrava perdido.”⁴⁷

António Ferro desliga-se do SNI em 1949, tornando clara a oposição que sofria por parte do regime, e deixando vincado o fim de um ciclo⁴⁸.

⁴⁵ No âmbito do “Contrato de recuperação de monumentos nacionais e edifícios de interesse público e de construção de pousadas”, as pousadas inseridas em edifícios de reconhecido valor arquitectónico e histórico, a partir de 1990, foram financiadas, entre outras fontes de financiamento, pelo PIDDAC e pelo PRODLATEC (ver Anexo V).

⁴⁶ Cf. Pedro de Almeida, “Pousadas de Portugal. Um contributo Imprescindível para o equilibrado desenvolvimento do turismo nacional”, *III Encontro Nacional de Turismo de Habitação* realizado nos dias 17 e 18 de Março de 1995, em Ponte de Lima (policopiado).

⁴⁷ Cf. Eduardo Âmbar, *Ciclo de Debates 99 – Livro de Actas. Património e Turismo*, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Lisboa, Abril de 2002, p. 38.

⁴⁸ “A frase ironicamente explosiva, repleta de imagens e percepções sensoriais; as sínteses espontaneamente arrogantes; a crítica a um saudosismo e a um imobilismo enraizados e desajustados perante a urgência da Hora – deram progressivamente lugar a uma justificação e a um suporte do presente pelo passado, a um

Ocupamo-nos do desenvolvimento das pousadas para conhecer como este tipo de alojamento não foi homogéneo ao longo do tempo. Se as primeiras pousadas surgiram em locais menos conhecidos, tendo como intuito dar a conhecer uma região, através da arquitectura, gastronomia, cultura, costumes e paisagem, valorizando a questão económica aliada ao conforto simples, mas acolhedor; numa segunda fase, as pousadas surgem como motivo para “recuperar” edifícios com referências históricas, pois através destes edifícios tentam constituir uma imagem mítica de Portugal, não só para os turistas estrangeiros mas, para “transmitir conhecimento” aos visitantes nacionais. Nesta fase, as pousadas já se apresentam num conceito um pouco diferente devido às exigências de requisitos na legislação em vigor, mas a arte também é elemento de destaque, porque estas pousadas eram desenhadas ao pormenor por arquitectos e decoradores. O engenheiro José Frederico Ulrich, então Ministro das Obras Públicas e Comunicações, designou que os projectos das pousadas, nesta fase, fossem “realizados pelos alunos mais classificados de determinados cursos das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto [...] marcando profissionalmente um lugar de destaque no meio artístico”⁴⁹. Numa terceira fase as “exigências modernas” são muitas e, o conforto assume um papel importante. Nesta fase as pousadas são a oferta turística que combina a «experiência do autêntico» com o conforto moderno, que neste caso equivale a ter ar condicionado, serviço que alojamento personalizado, etc.. Estão estritamente ligadas à representação da realidade e verdade, à noção de autenticidade que representa a realidade do local e as acções de quem visita estes edifícios classificados.

modernismo essencialmente nacionalista, onde a reabilitação da loucura inquieta já não tem sentido, em face de um equilíbrio subitamente imperativo”. Cf. António Ferro, *António Ferro: estudo e antologia*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 76.

⁴⁹ Cf. Leonel de Castro Freire, *Parecer respeitante a cinco das novas pousadas*, Presidência do Conselho / Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Arquivo DGEMN, Lisboa, 3 de Fevereiro de 1955 (policopiado). Ver anexo VI.

Frederico do Casal-Ribeiro Ulrich sucedeu a Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e Comunicações (1947-1954). Quer o engenheiro Frederico Ulrich, quer o engenheiro Arantes e Oliveira (seu sucessor) deram continuidade às obras de Duarte Pacheco, nomeadamente, às pousadas.

Pousadas existentes até ao ano de 2005

Pousada	Localização	Data de inauguração	Arquitecto
Santa Luzia	Elvas, Portalegre	1942	Miguel Jacobetty Rosa ⁵⁰ José Alves ⁵¹
São Gonçalo	Marão, Amarante, Porto	1942	Rogério de Azevedo ⁵²
Santo António	Serém, Águeda, Aveiro	1942	Rogério de Azevedo
São Martinho do Porto	Alfeizerão, S. Martinho do Porto, Leiria	1943	Veloso Reis Camelo Eduardo Moreira dos Santos ⁵³
São Brás	São Brás de Alportel, Loulé	1944	Miguel Jacobetty Rosa Henrique de Barros-Gomes ⁵⁴
São Tiago	Santiago do Cacém	1947	Miguel Jacobetty Rosa
São Lourenço	Manteigas, Serra da Estrela	1948	Rogério de Azevedo
Castelo	Óbidos	1950	João Filipe Vaz Martins
Forte S. João Baptista	Ilha das Berlengas, Peniche	1953	desconhecido
São Pedro	Tomar, Santarém	1954	Miguel Jacobetty Rosa
São Bartolomeu	Sé, Bragança, Bragança	1959	José Carlos Loureiro e Pádua Ramos
Fortaleza de Belixe	Sagres, Vila do Bispo, Faro	1960	desconhecido
São Jacinto (Ria)	Torreira, Murtosa, Aveiro	1960	Alberto Cruz
São Gens	Serpa	1962	Leonardo Castro Freire

⁵⁰ Ao arquitecto Miguel Jacobetty Rosa (1901-1983) foram encomendadas as obras a Sul do país.

⁵¹ Projectos de alterações em 1985 e 1994.

⁵² Ao arquitecto Rogério de Azevedo (1898-1970), foram encomendadas as obras mais a Norte do país. Rogério de Azevedo foi Director do Departamento dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte, Presidente da Câmara Municipal do Porto e Professor de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

⁵³ Projecto de alterações.

⁵⁴ Projecto de ampliação 1991.

Pousada	Localização	Data de inauguração	Arquitecto
Santa Catarina	Miranda do Douro	1962	Leonardo Castro Freire
São Miguel	Sousel, Portalegre	1962	Alfredo Mata Antunes
São Jerónimo	Caramulo	1962	Alberto Cruz
São Teotónio	Valença, Viana do Castelo	1962	João Henrique de Melo Breyner Andresen
Convento dos Lóios	Évora	1965	Rui Ângelo do Couto
São Filipe	Setúbal	1965	DGEMN
Santa Maria	Marvão, Portalegre	1967	Alberto Cruz e J. Santos Costa
São Bento da Caniçada	Soengas, Vieira do Minho, Braga	1968	Eduardo Coimbra Brito
Santa Clara	Santa Clara-a-Velha, Odemira, Beja	1969	Raul Chorão Ramalho
Rainha Santa Isabel	Estremoz	1970	Rui Ângelo do Couto
Santa Bárbara	Oliveira do Hospital	1971	Manuel Tainha
Vale do Gaio	Torrão, Alcácer do Sal	1977	Raul Chorão Ramalho
Castelo de Palmela	Palmela	1979	Luís dos Santos Castro e Lobo
Nossa Senhora da Oliveira	Oliveira do Castelo, Guimarães, Braga	1979	Alberto Bessa
Dom Diniz	Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo	1982	Alcino Soutinho, O. Lixa Figueiras e R. Torgo
Monte de Santa Luzia	Areosa, Viana do Castelo, Viana do Castelo	1982	Miguel Ventura Terra (projecto de 1921) Jorge Segurado (projecto de adaptação)
Barão de Forrester	Alijó, Vila Real	1983	Fernando Ramalho
Santa Marinha da Costa	Guimarães	1985	Fernando Távora
Mestre Afonso Domingues	Batalha, Leiria	1985	M. Norberto Correia
Senhora das Neves	Almeida	1987	Cristiano Moreira
Monsanto	Monsanto, Idanha-a-Nova, Castelo Branco	1993	Duarte Nuno Simões e Nuno Simões

Pousada	Localização	Data de inauguração	Arquitecto
Santa Cristina	Condeixa-a-Nova, Coimbra	1993	Fernando Ramalho
Castelo de Alvito	Alvito	1993	Manuel Bagulho
São Francisco	Beja	1994	Eduardo Maia Rebelo e José Alves
Flor da Rosa	Crato	1995	João Luís Carrilho da Graça
D. Maria I	Queluz	1995	Carlos Oliveira Ramos
Santa Maria do Bouro	Amares	1996	Eduardo Souto de Moura
D. João IV	Vila Viçosa	1997	João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto (Arqui III - João de Almeida, Pedro Ferreira Pinto & Pedro Emauz Silva, Lda.)
D. Afonso II	Alcácer do Sal	1997	Diogo Lino Pimentel (Canon, centro de estudos e projectos, Lda.)
Nossa Senhora da Assunção	Arraiolos	1997	José Paulo dos Santos
Convento de Belmonte	Belmonte	1999	Luís Rebelo de Andrade

2.2 A tutela

A tutela das pousadas inicia-se com o Secretariado da Propaganda Nacional, criado em 1933, e transformado em 1944, no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, conforme referido anteriormente. Em 1968 é extinto o SNI e as competências são transferidas para a Direcção-Geral do Turismo⁵⁵. No final de 1976 a gestão das pousadas passa para a ENATUR⁵⁶. Segundo Sérgio Palma Brito a ENATUR “desenvolve-se com o crescimento da rede de pousadas e com a política de utilização do património monumental para fins turísticos”⁵⁷. Em 2003, por “concurso de natureza particular a cessão de exploração a entidades de natureza privada da totalidade da rede de pousadas”, foi adjudicada a cessão de exploração ao Grupo Pestana Pousadas – Investimentos Turísticos, S.A.⁵⁸.

⁵⁵ A Direcção-Geral do Turismo surge integrado na Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), criada pelo Decreto-Lei n.º 48 686, de 13 de Novembro de 1968. Mas só em 1988 a lei orgânica da DGT é aprovada.

⁵⁶ O Decreto-Lei n.º 662/76, de 4 de Agosto cria a ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, E.P..

⁵⁷ Cf. Sérgio Palma Brito, *Notas Sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Vol. 2, Medialivros, Lisboa, Dezembro 2003, p. 853.

⁵⁸ Cf. *Contrato de Cessão de Exploração da Rede de Pousadas*, ob. cit., p.3.

2.3 Património e turismo

Um observador pouco atento pode confundir o estado actual dos monumentos com a sua realidade histórica quando, na maioria dos casos, é o resultado de um vasto processo de intervenção que alterou as suas características.

Neste sentido, podemos afirmar que as diferentes intervenções levadas a cabo nos monumentos, fundamentalmente ao longo do século XX, são a causa da sua estrutura, imagem e uso actual.

As Pousadas instaladas em monumentos classificados são um caso paradigmático neste tipo de processo. Foram edifícios onde se actuou veementemente, desde a investigação e rigor científico do testemunho histórico e documental, passando pelo conveniente, a fantasia folclórica, o falso histórico e a propaganda política.

Estes monumentos acolhidos pelo turismo são um instrumento útil para reflectir sobre o conflito da relação entre investigação e restauro, ou mesmo sobre a possibilidade de gerar um tratamento histórico ao passado que se inicie com a sua própria realidade.

É certo que estamos conscientes de que o valor do património transcende os usos turísticos que dele se possam fazer. Mas uma análise prática de intervenção e transformação do património construído, comparando as diversas intervenções em edifícios classificados para adaptação a pousadas, leva-nos a um debate de critérios de intervenção. No entanto, não existem critérios codificados e a própria Carta de Veneza é um documento em debate. De facto os critérios decorrem das circunstâncias particulares de cada lugar, sendo difícil e até indesejável, tentar estabelecer regras globais aplicáveis a qualquer situação. Nesse sentido, teremos de analisar estas práticas num plano mais ético ou estético.

É de notar ainda que a actividade turística, para além do carácter espacial que apresenta, deve ter como objectivo principal a sustentabilidade e não apenas o lucro. No caso, o património constitui um elemento central do turismo cultural.⁵⁹ Considerar-se-á, para o efeito, o conceito de património, como objecto de turismo cultural e material? Terão as pousadas de ser auto sustentadas?

Para clarificar deveremos acautelar os riscos de adulteração e degradação do património.

⁵⁹ O "turismo cultural" expressa uma actividade turística que se concentra no património cultural de um país e seu povo, preservado e retratado em monumentos, sítios históricos, arquitectura tradicional, artefactos, eventos e realizações culturais artísticas (Organização Mundial de Turismo - OMT, 1997).

Por um lado, porque como legado e pertença de todos é componente indissociável da identidade e da memória colectiva; por outro, porque as eventuais agressões e descaracterizações implicarão a delapidação desse “capital”, factor determinante na diferenciação dos destinos turísticos.

Há que estabelecer a relação entre o turismo e o património numa base de sustentação que, sem comprometer a fruição desses bens, possa favorecer uma actividade de crescente importância económica e sócio-cultural.

É bastante natural que o ponto de vista do especialista difira do leigo e que os seus olhares respectivos não se cruzem exactamente no mesmo campo de realidade. Mas quando se trata de património, esta evidente distância subjectiva parece ser redobrada por um paradoxo objectivo, muito mais perturbante, que não se resolve por meio seja de que distinção for entre o «bom gosto» do especialista com a sua formação técnica e o «mau gosto» do público, entre a «qualidade significativa» das obras verdadeiras e a «mediocridade insignificante» das produções comuns; porque, tanto visto de um lado como do outro, é a própria natureza da arquitectura, a sua identidade social e histórica, que parece ter-se tornado problemática.

Desde finais do século XIX, existe uma maior sensibilidade perante o património cultural⁶⁰, realizando-se uma série de cartas em que se expressam opiniões sobre o modo de conservação dos testemunhos físicos do passado.

De entre os textos produzidos pela UNESCO⁶¹, pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS⁶², escolhemos os que tiveram maior influência no nosso país no estudo, na reflexão e aplicação nas operações destinadas a conservar e preservar um monumento.

Um dos mais importantes documentos é a Carta de Veneza, de 1964⁶³. Esta Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, elaborada

⁶⁰ Entende-se por património cultural todos os bens móveis e imóveis e seus respectivos contextos que, pelo facto de serem testemunhos com valor de civilização e cultura, são portadores de interesse cultural relevante ou possuam com os primeiros uma relação interpretativa e formativa e por tudo isso mesmo são ou tornam-se objecto especial de protecção e valorização.

⁶¹ Foi fundada em 16 de Novembro de 1945 e Portugal aderiu em 11 de Março de 1965, pelo Decreto-Lei n.º 46.221.

⁶² Integra a Organização das Nações Unidas, criada em 26 de Junho de 1945, tendo sido criada em Portugal a Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, em 14 de Outubro de 1980, com publicação no Diário da República, III Série, de 6 de Janeiro de 1983.

pelo ICOMOS, tem o intuito de retomar os princípios da Carta de Atenas⁶⁴. Este documento define o restauro como uma operação excepcional cuja finalidade é a de revelar os valores estéticos e históricos de um monumento, respeitando os elementos antigos e as partes autênticas, diferenciando o elemento adicionado do resto.

Também faz referência à possível utilização de técnicas modernas, verificadas cientificamente e sempre que as técnicas tradicionais sejam inadequadas; igualmente insiste na realização de um plano de conservação permanente dos monumentos e na necessidade de documentar todos os trabalhos de restauro, conservação e escavação.

As diferenças com a Carta de Atenas referem-se essencialmente à definição de monumento histórico, pois deixou de ser unicamente o edifício para passar a ser, tanto a criação histórica, como o ambiente histórico e paisagístico que o constitui.

Em 1972, surge um novo documento: a Carta do Restauro⁶⁵. Com carácter de normas técnico-jurídicas, este documento obriga a que qualquer intervenção de restauro em qualquer obra de arte respeite as normas descritas no próprio diploma e as instruções anexas.

Deste documento constam doze artigos e quatro anexos, abarcando distintos campos: arquitectura, pintura, escultura, arqueologia, conjuntos monumentais, históricos e ambientais, etc.

O termo restauro vem definido neste documento como “qualquer intervenção destinada a manter o funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro das obras de arte e dos objectos definidos”⁶⁶. Privilegia o princípio da reversibilidade da intervenção e a necessidade de o estudo prévio das obras e o projecto deverem ser realizados por equipas interdisciplinares.

⁶³ Documento elaborado a partir do II Congresso dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunidos em Veneza, de 25 a 31 de Maio de 1964.

⁶⁴ A Carta de Atenas, de 1931, expressa pela primeira vez normas explícitas sobre a protecção de monumentos de interesse histórico, artístico e científico, tendo como princípios fundamentais o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem eliminar estilos de nenhuma época.

⁶⁵ Documento difundido pelo Ministério de Instrução Pública de Itália.

⁶⁶ Tradução livre de “se entiende por restauración cualquier intervención encaminada a mantener vigente, a facilitar la lectura y transmitir integralmente al futuro las obras de arte y los objectos definidos”. Cf., Maria José Martínez Justicia, *Antología de Textos Sobre Restauración*, Jaén, 1996, p. 170.

Destacamos as proibições, a que se fazem referência:

- É proibido qualquer adição de estilo ou analógica;
- Só se admite a remoção ou demolição de elementos históricos que apaguem a evolução, caso se tratem de falsificações ou pequenas alterações que desvirtuem os valores estéticos e históricos da obra.
- Proíbe-se a remoção, reconstrução ou transladação para lugares diferentes dos originais, a não ser por motivos de segurança e conservação.
- Não se devem alterar as condições acessórias ou o ambiente do monumento, a não ser que as condições tradicionais se tenham perdido.
- É proibido eliminar ou alterar as *pátinas*, pois nunca se deve chegar à superfície do material.

Pelo contrário, as intervenções permitidas são as seguintes:

- Admitem-se as adições, modificações ou introdução de elementos acessórios desde que tenham uma função estrutural, que sempre comprovadas historicamente, estejam claramente diferenciadas das preexistências, e que não pressuponham alteração cromática dos materiais.
- Podem realizar-se *anastylosis* que sejam fielmente documentadas.

Toda a intervenção realizada deverá ser devidamente documentada, acompanhada de memória descritiva e fotográfica, antes e depois, assim como qualquer investigação e eventual análise.

As adaptações de edifícios a novas funções devem pautar-se pelo princípio da menor alteração possível a nível exterior e do respeito pela organização do espaço interno.

Ainda em 1972, estabeleceram-se medidas para a protecção do património cultural e natural de valor universal, através da Convenção e da Recomendação para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural⁶⁷. Estes dois documentos têm como objectivo alcançar uma maior unidade entre os seus países membros com o propósito de salvaguardar e tomar consciência dos ideais e princípios que constituem o seu património

⁶⁷ Estes dois documentos foram adoptados pela UNESCO, a partir da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972. A convenção foi publicada em Portugal no Diário da República n.º 130, I Série, de 6 de Junho de 1979 (Lei n.º 49/79).

comum, comprometendo-se cada membro a não tomar, unilateralmente, nenhuma medida que implique dano sobre o património que se classifique de valor universal.

Aparecem definidos pela primeira vez os conceitos de “património cultural”, onde se inserem monumentos, conjuntos e os locais de interesse, e de “património natural”, onde se inserem os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, zonas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas e os locais de beleza natural. Estes conceitos deram lugar a diversos serviços de protecção, conservação e valorização, bem como à necessidade de formação de quadros especializados e ao desenvolvimento de estudos técnico-científicos.

A Carta Sobre Turismo Cultural⁶⁸ surge em 1976, com a preocupação sobre a influência do turismo sobre os monumentos e sítios. Este documento refere o turismo cultural como “...aquela forma de turismo que tem como objectivo, entre outras, a descoberta dos monumentos e locais de interesse. Exerce nestes um efeito positivo, na medida em que contribui (para satisfazer os seus próprios fins) para a sua preservação e protecção”. Ou seja, o turismo cultural ao dar a conhecer o património salvaguarda-o, trazendo-lhe benefícios económicos que poderão ajudar na sua conservação.

A Carta de Nara⁶⁹ é um documento conciso constituído por treze artigos distribuídos em três partes: I. Preambulo; II. Diversidade cultural e património cultural diverso; III. Valores e autenticidade. A linha doutrinal do documento assenta, conforme mencionado no preâmbulo, no «espírito» da Carta de Veneza, formulada trinta anos antes, e surge como resposta à expansão no âmbito universal do património cultural nos últimos anos do século XX, “num mundo que está cada vez mais sujeito às forças da globalização e da homogeneização, no qual a reivindicação da identidade cultural se exprime, por vezes, através de nacionalismos agressivos e da eliminação de culturas minoritárias” (artigo 4º). Diante desta situação, o documento centra a atenção nos termos, da «diversidade» e da «autenticidade», que se erguem como valores fundamentais que devem sobrepor-se à «homogeneização» e «globalidade»: “ a diversidade das culturas e do património cultural constituem uma riqueza espiritual e intelectual insubstituível para toda a Humanidade.

⁶⁸ ICOMOS, Bruxelas, 8 e 9 de Novembro de 1976.

⁶⁹ O ICOMOS, em cooperação com a UNESCO e o ICCROM, organizou nos dias 1 a 6 de Novembro de 1994 a Conferência de Nara, a convite da Direcção dos Assuntos Culturais do Governo Japonês e do Município de Nara, que teve como resultado a promulgação do documento de Nara sobre a Autenticidade.

Devem, pois, ser reconhecidos como factores essenciais ao desenvolvimento, não só através da sua protecção, como também através da sua divulgação” (artigo 5º). O documento refere a generalização do respeito por todas as culturas e todos os sistemas de crenças (artigo 6º), expressas mediante formas e significados tangíveis e intangíveis. Retomando o princípio da UNESCO, estabelece que a responsabilidade de zelar e da protecção do património cultural pertence, em primeiro lugar, à comunidade que o gerou, se bem que a adesão às cartas e convenções internacionais relativas ao património cultural também implica a aceitação dos princípios e responsabilidades que delas decorrem (artigo 8º). O terceiro capítulo do documento aborda o problema dos valores e da «autenticidade», pois a Carta de Nara pretende oferecer uma nova visão do conceito de «autenticidade»: refere que “a conservação do património cultural, sob todas as formas e de todas as épocas históricas, justifica-se pelos valores atribuídos a esse património (artigo 9º). A «autenticidade» é um valor fundamental do património cultural, como ficou expresso na Carta de Veneza, e em redor deste conceito andam os princípios científicos da conservação e do restauro de bens culturais (artigo 10º). O documento de Nara, procura juntar a definição do conceito de «autenticidade» ao respeito pela «diversidade» cultural; neste sentido, refere que “os valores a atribuir ao património, como os factores de credibilidade das fontes de informação podem variar de uma cultura para outra e até dentro de uma mesma cultura”. O que quer dizer que não é possível estabelecer juízos de valor sobre a autenticidade entre critérios fixos, pois, “o respeito devido a cada cultura exige que os bens culturais sejam analisados e avaliados segundo critérios adaptados aos seus contextos culturais” (artigo 11º). O Documento de Nara renuncia à definição de critérios universais sobre como intervir no património cultural para preservar a sua «autenticidade», porque a «autenticidade» varia consoante o contexto cultural; da mesma maneira, procura deixar em aberto o caminho para que em cada contexto cultural se determine o conceito de «autenticidade»: a designação do conceito de «autenticidade» estabelece-se a partir diversos parâmetros, como a “forma e a concepção, materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o seu enquadramento, o espírito e a expressão, o estado original e a evolução histórica” (artigo 13º). A Carta de Nara apela a que cada cultura potencie e promova a conservação da «autenticidade» do seu património cultural de acordo com os seus conceitos, critérios e mentalidades. Este documento não só define o respeito pela diversidade do património cultural mundial, mas também sustenta que a avaliação se traduza na respeito pelo rumo

a dar aos significados e valores que cada cultura estabelece ao seu próprio legado cultural, sem cair na imposição de princípios de autenticidade ou juízos de valor determinados à margem das culturas que geraram e conservaram o seu próprio património histórico.

Outro documento de especial interesse é a Carta Internacional de Turismo Cultural⁷⁰ que, declara na nota introdutória que o turismo é “um dos principais veículos de intercâmbio cultural”, sendo “cada vez mais reconhecido como uma força positiva que favorece a conservação do património natural e cultural”. A Carta Internacional de Turismo Cultural propõe novos desafios gerados pelo contacto entre a comunidade local e os turistas, estando consciente de que o “turismo excessivo pode, da mesma forma que um turismo inexistente ou mal gerido, prejudicar a integridade física e o significado do património, bem como, pode ocasionar a degradação dos espaços e dos estilos de vida das comunidades visitadas”.

O turismo cultural, fenómeno complexo e em pleno desenvolvimento, assume-se como mais-valia para o património cultural, representado um privilegiado meio de intercâmbio e difusão cultural. O turismo desta índole proporciona economicamente um retorno do investimento efectuado na protecção do património, contribuindo para a sua contínua e actualizada valorização e dinamização. No entanto, a outra face do turismo, que advém de fluxos massivos ou por outro lado inexistentes ou mal geridos, pode ameaçar a integridade e acelerar a degradação das manifestações culturais de uma comunidade. O equilíbrio entre os diferentes princípios que regem uma actividade económica e os princípios subjacentes à protecção do património cultural deve ser trabalhado de forma interdisciplinar, entre vários agentes da sociedade, desde a própria comunidade de acolhimento, a conservadores de museus e de monumentos, operadores turísticos, gestores de sítios culturais e naturais, proprietários privados, responsáveis pela elaboração de programas de desenvolvimento e políticos.

Apontando o património cultural e natural como base para o desenvolvimento da sociedade, pelo reflexo da sua evolução histórica e essência, atribui-se, neste documento, à gestão objectiva e equilibrada, um papel fundamental para o seu acesso intelectual e emocional. Esta gestão deve ainda induzir o respeito pelos interesses e direitos das

⁷⁰ Adoptada pelo ICOMOS na 12ª Assembleia-geral, realizada na cidade do México, em 17 a 23 de Outubro de 1999.

comunidades de acolhimento, assim como o reconhecer dessas mesmas comunidades enquanto agentes da perpetuação dos valores culturais.

Em seis pontos a carta enumera os seus objectivos: 1º - a importância do turismo para a protecção do património e sua acessibilidade física, intelectual e emocional, destacando as características particulares do património nos seus diferentes níveis de significado (valor universal, nacional, regional ou local); 2º - a superação dos conflitos de valores de forma a minimizar os impactos negativos que possam afectar o património e estilos de vida das comunidades locais, além de respeitar as necessidades e aspirações dos visitantes; 3º - a qualidade da experiência turística e o comportamento do turista; 4º - a participação e o envolvimento activo das comunidades locais nos projectos relacionados com o seu património; 5º - a gestão do património e do turismo; 6º - a promoção do turismo e a valorização do património.

Os princípios expressos pela Carta Internacional de Turismo Cultural, têm como objectivo o encorajar e facilitar o trabalho dos que participam na conservação e gestão do património cultural, o trabalho da industria turística, o diálogo entre os responsáveis pelo património e pelo turismo, que as propostas de programas e políticas que se traduzam numa acção integrada entre interpretação e dinamização cultural e protecção e conservação dos conjuntos patrimoniais.

A promulgação de uma normativa legal e a estruturação de organismos administrativos pressupõe o reconhecimento por parte dos poderes públicos da existência da problemática do património histórico. Foi durante o século XIX, aquando da transformação das estruturas sociais e de pensamento, que adveio a necessidade de proceder à conservação e restauro do passado monumental como uma questão de ampla repercussão social que implicava a administração pública. Em Portugal, a legislação que emanava no século XIX teve de enfrentar graves problemas, como as consequências do processo de desvinculação, as destruições do vandalismo revolucionário, a exportação ilegal de obras de arte, a carência de sistemas de catalogação e inventário, etc.; questões todas elas que se abordam separadamente, através de decretos e leis pontuais, que não configuram um corpo legal plenamente definido e articulado entre si. A tarefa de elaborar uma lei geral de protecção do património histórico, embora fosse uma necessidade reclamada por várias vezes, foi adiada até meados do século XX, concretamente até ao ano de 1932. No entanto, nas primeiras décadas do século, adoptam-se algumas medidas

legislativas importantes que introduzem novidades e que são precursoras de padrões de evolução legislativa posterior.

Os esforços legislativos levados a cabo durante as três primeiras décadas do século XX, confluem num texto legal, o mais importante que encontramos até à promulgação da actual legislação. Trata-se do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932⁷¹, que estabelece “O Regime de Guarda e Conservação do Património Artístico e Arqueológico”, dotado do regulamento correspondente, o Decreto n.º 21 117, de 18 de Abril de 1932⁷².

O Decreto do Regime de Guarda e Conservação do Património Artístico e Arqueológico de 1932 não só proporciona uma regulamentação muito elaborada no sentido estabelecido pela Constituição, mas também é um texto legislativo de ampla duração, pois, complementado por outras normas e regulamentos, permanece em vigor por mais de meio século. Deste Decreto constam sessenta e oito artigos distribuídos em introdução e seis capítulos: I. Guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas; II. Conselho Superior de Belas Artes; III. Comissões municipais de arte e arqueologia; IV. Monumentos nacionais; V. Museus; IV. Disposições gerais e transitórias. De salientar, no que respeita ao âmbito de aplicação, que estão sujeitos ao diploma os “imóveis e móveis que [...] possuam valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático digno de inventariação. São exceptuadas as obras de autores vivos.” (artigo 2º); também que estejam na posse do Estado ou na posse e dependência das autarquias locais e de quaisquer outras entidades morais [...]; outra, os móveis e imóveis que estejam na posse de particulares” (artigo 3º). O decreto mantém em vigor os preceitos das leis de 1911 relativamente aos monumentos até então classificados (art. 34º). No entanto, a limitação da aplicação das medidas de protecção é unicamente para os monumentos classificados

⁷¹ O Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, foi alterado pelos Decretos-Lei n.º 22:860, de 20 de Julho de 1933, Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1938, Decreto-Lei n.º 116-B/76, de 9 de Fevereiro de 1976.

⁷² Decreto n.º 21 117, de 18 de Abril de 1932 regula os imóveis classificados como monumentos nacionais. Ainda em 1932 é publicado outro diploma regulamentar, o Decreto n.º 21 875, de 18 de Novembro, que define as regras para estabelecimento de zonas de protecção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico. Em 1938, com a publicação do Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro, acrescenta à aplicação das medidas de protecção as “espécies vegetais”, uma vez que este diploma regula a protecção dos monumentos nacionais, edifícios de interesse público e de espécies vegetais; em 1952, com a publicação do Decreto n.º 38 888, de 29 de Agosto, ficam definidas as zonas de protecção dos monumentos nacionais e dos imóveis e Interesse público.

ou de abertura do processo de classificação. O mecanismo de classificação ou de início do processo, está definido nos artigos 27º a 30º, onde explicita ao que os imóveis, classificados ou em vias de classificação estão sujeitos, assim como aos encargos que o proprietário ou usufrutuário fica sujeitos. O artigo 43º refere-se à proibição de demolição ou de realizar sobre o mesmo qualquer obra sem autorização especial da entidade competente, ficando ainda condicionada a “instalação, construção ou reconstrução executada nas proximidades de um imóvel classificado” (artigo 45º). No que respeita às competências e administração, o diploma estabelece uma cuidadosa distribuição de competências, com atribuições precisas de responsabilidades que recaem sobre o Conselho Superior de Belas Artes (catalogação e inventário, conservação e consolidação de monumentos, regulamentação da saída de território nacional de objectos histórico-artísticos, assim como a arqueologia e os museus) (artigos 15º e 16º), acção administrativa que conta com representantes de organismos consultivos e informativos (artigo 10º). Quanto aos limites e responsabilidade da propriedade, este diploma obriga os proprietários e usufrutuários de monumentos, a requerer autorização ao Conselho Superior de Belas Artes para empreender qualquer obra sobre os mesmos, ao mesmo tempo que “ficam desde logo responsáveis pela sua conservação (artigo 32º) e “são obrigados a executar todas as obras, que [...] o Ministro da Instrução Pública entender necessárias para a conservação do imóvel classificado” (artigo 44º); também contempla a possibilidade de proceder à expropriação de edifícios por parte do Governo, quando o proprietário se oponha à classificação do imóvel ou quando “quaisquer construções ou instalações que prejudiquem a boa conservação dos monumentos, ofendam ou desvirtuem o seu característico, dentro da zona de protecção fixada para cada um dos imóveis classificados” (artigo 25º), norma que se estende “aos terrenos e edifícios [...], que distem menos de 50 metros de qualquer imóvel classificado como monumento nacional, não podem ser alienados sem parecer favorável do Conselho Superior de Belas Artes, a quem compete informar sobre a conveniência de o estado manter ou adquirir a posse dos mesmos ou consentir na alienação” (artigo 26º). É extensa a vigência deste decreto de 1932, que subsiste no tempo, acima da imagem política e por mudanças sofridas pelas estruturas institucionais e de poder, até ser substituída pela Lei de Base do Património Cultural Português, Lei n.º 13/85, de 6 de Julho.

A Lei n.º 13/85, de 6 de Julho⁷³ dispõe sobre as formas e regime de protecção do património cultural, designadamente a classificação de bens imóveis e móveis e seus regimes específicos e ainda o regime do património arqueológico, sobre o fomento da conservação e valorização do património cultural, bem como sobre as garantias e sanções aplicáveis.⁷⁴ A legislação posterior a 1985 limitou-se, por um lado, a modificar algumas das terminologias e, por outro lado, a completar algumas das suas disposições. Esta lei, por nunca ter sido regulamentada, pouco contribuiu para a preservação e salvaguarda do património edificado.

A actual lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, expressa a raiz dos convénios e recomendações produzidos pela Comunidade Internacional e seus Organismos representativos, que não foram adaptados em legislação anterior e estabelece uma nova organização de competências nesta matéria entre o Estado e as Regiões Autónomas (artigo 2º). Determina ainda que se consideram feitas para suas correspondentes disposições, todas as remissões para as normas da mesma, contidas em leis ou regulamentos avulsos. Na questão da regulação dos usos dos monumentos, aumenta as sanções por usos inadequados, contemplando de novo a possibilidade da expropriação (artigo 50º). Também modifica o conteúdo relativamente à categoria da legislação anterior «monumentos, conjunto e sítios», pois procura de forma mais precisa regulamentar as responsabilidades das administração central, regional autónoma ou municipal, sobre a custódia dos monumentos, com importantes medidas de financiamento da obra de restauração e conservação (artigo 51º a 54º e 99º).

No que se refere à produção legislativa relacionada com actividade turística, a primeira lei hoteleira do turismo português com mais importância data de 1930: o Decreto n.º 19 101, de 4 de Dezembro. Neste decreto a utilização da palavra hotel deixa de ser livre e passa a exprimir o reconhecimento oficial de uma categoria de alojamento turístico. No entanto, a definição legal de pousada data de 1941, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 31:259, de 9 de Maio. Este diploma define o regime de explorações das pousadas: “são

⁷³ A Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, foi revogada pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

⁷⁴ Virgolino Ferreira Jorge sobre esta lei adjectiva-a de “apressada e irregulamentável”. Cf. do autor, “Conservação do Património e Igreja em Portugal”, *Cultura e Património*, Câmara Municipal de Portel, Edições Colibri, Lisboa, 2005, p. 73.

equiparadas, para todos os efeitos, a estas pousadas aquelas que vierem a ser instaladas em edifícios do Estado com esse destino.” (artigo único); no artigo 2º refere, “as pousadas destinam-se a alojar forasteiros e sobretudo a fornecer-lhes alimentação, devendo, pelo seu estilo e côr local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística, de forma que constituam, pelo exemplo do modelar funcionamento dos seus serviços, elementos de orientação da pequena indústria hoteleira”. O diploma apresenta, no seu artigo 3º, três formas de exploração das pousadas: concurso público, limitado e por ajuste directo; define ainda as obrigações dos adjudicatários, onde consta, entre outras, a responsabilização da manutenção dos edifícios e dos objectos de recheio⁷⁵. O artigo 5º refere-se às isenções fiscais, designadamente da contribuição industrial e de impostos para os corpos administrativos durante os dois primeiros anos.

Além do regime legal específico para as pousadas, a sua actividade hoteleira está, também, abrangida pelas atribuições legais do SNI, conforme expresso no n.º 11 do artigo 23º do Decreto n.º 34 134, de 24 de Novembro de 1944, que regulamenta os serviços do SNI: “orientar e fiscalizar, no aspecto higiénico, técnico e de gosto, a exploração da indústria hoteleira, incluindo hotéis, pensões, pousadas.”

A partir de 1954 as pousadas ficam sujeitas às disposições da Lei n.º 2073, de 23 de Dezembro, designada adiante por lei hoteleira⁷⁶, e do Regulamento da Concessão das Pousadas de Turismo⁷⁷. A lei hoteleira no artigo 1º adopta a existência de um conjunto de estabelecimentos hoteleiros e similares no seio do qual qualifica os que têm interesse para o turismo. De entre os vários estabelecimentos hoteleiros e similares encontram-se as pousadas. O artigo 2º remete para regulamentação específica as características e requisitos mínimos dos diversos estabelecimentos conforme a classificação. O

⁷⁵ “Dos contratos constara sempre a obrigação dos adjudicatários, caucionada por garantia idónea, de responderem pelos prejuízos que, independentemente do uso normal, sofrerem os edifícios, e ainda pelo extravio de objectos do respectivo recheio ou deterioração imputável a culpa ou negligencia, sua ou de outrem.”. Cf. n.º 1 do artigo 3º do Decreto-lei n.º31:259, de 9 de Maio de 1941.

⁷⁶ Apesar do articulado da lei remeter para regulamentação as características e requisitos mínimos dos estabelecimentos, o diploma nunca foi regulamentado. Segundo Sérgio Palma Brito apesar da ausência de regulamento existiam “normas provisórias” para a classificação hoteleira. Cf. do autor, *Notas Sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Vol. 2, Medialivros, Lisboa, Dezembro 2003, p. 739.

⁷⁷ Publicado em Diário do Governo, 2ª Série, n.º 9, de 12 de Janeiro de 1954.

Regulamento de Concessão das Pousadas de Turismo define quer o tipo de serviço a prestar aos hóspedes, quer a forma de o executar⁷⁸. Mantém as isenções fiscais previstas na anterior legislação.

Em 1969 é aprovada nova lei hoteleira, que se mantém em vigor até 1986 e, em 1970, o seu primeiro e mais importante regulamento⁷⁹. Em 1986 é publicada nova lei hoteleira que integra o Decreto-Lei n.º 326/86, de 30 de Setembro e o Decreto Regulamentar n.º 8/89, de 18 de Fevereiro. A lei hoteleira de 1997-2001, integra o Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho⁸⁰, vários decretos regulamentares e portarias⁸¹. Para o caso em concreto interessamos o Decreto Regulamentar n.º 36/97, de 25 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 16/99, de 18 de Agosto, que define os requisitos para estabelecimentos hoteleiros, pois as pousadas inserem-se neste tipo de empreendimento turístico. A lei hoteleira de 1997-2001 manteve-se em vigor até 2008.

⁷⁸ Este diploma define no seu articulado: 1º quanto ao tipo - o número de refeições mínimas a servir, que alimentos deve adquirir, a constituição da equipa de pessoal, as características técnicas relativamente ao conforto; 2º quanto à forma - a composição dos pratos a servir em cada uma das refeições, as línguas que o pessoal deve estar habilitado a falar.

⁷⁹ A lei hoteleira de 1969 integra o Decreto-Lei n.º 49 399, de 24 de Novembro de 1969 e o Decreto Regulamentar n.º 61/70, de 24 de Fevereiro.

⁸⁰ Este diploma foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2002, de 11 de Março, Decreto-Lei n.º 217/2006, de 31 de Outubro e Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de Março.

⁸¹ O Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, considera no artigo 1º vários tipos de empreendimentos turísticos. Seguiram-se as publicações em decretos regulamentares dos vários tipos de empreendimentos, com especificação das características e requisitos mínimos para cada categoria. Foi ainda complementado por várias portarias que definiam que elementos deveriam constar da instrução do processo, do modelo das placas de identificação dos estabelecimentos ou os sinais normalizados que identificam os serviços prestados nos empreendimentos turísticos.

“Projectar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se para um arquitecto na criação das formas vazias de sentido, imposta por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem.”

Fernando Távora⁸²

⁸² Fernando Távora, “Sobre a posição do arquitecto”, *Da Organização do Espaço*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2004, p. 74.

3 ■ Programa habitacional das pousadas

3.1 Apresentação dos casos de estudo

No momento de abordar a intervenção de adaptação de monumentos a pousadas, temos de iniciar realizando um profundo estudo do edifício histórico em si mesmo, como elemento arquitectónico, e que constitui a principal fonte para uma interpretação intensa e profunda do mesmo. A análise da linguagem arquitectónica abre novas possibilidades metodológicas para uma revisão e actualização da arquitectura no seu amplo sentido. A aceitação de uma estrutura linguística em arquitectura permite-nos reconhecer e classificar os componentes da arquitectura do passado. Procuramos neste capítulo caracterizar as intervenções realizadas através do conhecimento da essência e vida dos edifícios, estando ciente dos vários campos de intervenção de que são compostos.

As intervenções datam de diferentes épocas a que estão associadas diferentes filosofias de intervenção. A estes vectores de análise acrescem as diferentes tipologias dos monumentos: castelos e mosteiros. Considerámos que as filosofias de intervenção são sempre melhor explicitadas através de exemplos concretos.

Tendo em conta as transformações para a adaptação de um monumento para ser explorado mediante iniciativas turísticas, quer seja castelo, mosteiro ou outro, não podemos esquecer que uma das maiores indústrias mundiais é o turismo. E como resultado produziu-se uma nova conceptualização da história dos edifícios, espaços e lugares. Alguns foram preservados e potencializados, mas outros decaíram. Neste processo de ampliação e eliminação, os edifícios estão ao serviço de objectivos políticos, culturais, económicos e académicos.

3.2 Construção de pousadas em monumentos históricos

O primeiro monumento a ser adaptado a pousada foi o castelo de Óbidos, com inauguração em 1950. Nas décadas de sessenta e setenta seguintes assiste-se à abertura de cinco pousadas no sul de Portugal. Nas décadas de oitenta e noventa, a abertura de nove, das quais três no norte de Portugal.

Após o trabalho de pesquisa documental acerca das pousadas construídas dentro da época em estudo, 1950 a 2003, foram visitados todos os edifícios, para melhor caracterizar as intervenções. De entre as pousadas existentes foram seleccionadas seis cuja intervenção fosse representativa da época dos trabalhos de reconversão: Pousada do Castelo, em Óbidos; Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães; Pousada Castelo de Alvito, em Alvito; Pousada Flor da Rosa, no Crato; Pousada Dom João IV, em Vila Viçosa; Pousada Dom Afonso II, em Alcácer do Sal.

A primeira fase identifica-se pelas intervenções entre 1950 e 1990, num quadro simbolizado pela intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), que tinha como missão encarregar-se, com particular cuidado, de preservar e proteger o património arquitectónico da nação. Nesta fase “construíram-se” monumentos que deviam ser exemplos do passado capazes de autenticar momentos de triunfo na história da nação, ou seja, documentos históricos vivos, comprovativos de factos e figuras de épocas de glória, e, em simultâneo, símbolos de uma nova identidade nacional. Esta fase é ainda caracterizada pela abertura a outros conceitos e critérios fixados internacionalmente, designadamente às teorias de restauro e às cartas e convenções internacionais deles decorrentes.⁸³

⁸³ Para a DGEMN existiam diferentes graus para a intervenção, ou seja, diferentes prioridades para a salvaguarda do património edificado:

- Grau 0: monumentos com valor patrimonial mundial;
- Grau 1: com valor de protecção integral a aplicar a bens excepcionais que deverão preservar-se com as suas características;
- Grau 2: monumentos com valor tipológico, estilístico ou histórico ou que se singularizem na massa edificada em que deverão ser preservados os elementos estruturais e as condescendências de qualidade arquitectónica ou significado histórico;
- Grau 3: imóveis de acompanhamento que, sem terem características individuais a assinalar, colaboram na qualidade do espaço urbano ou na ligação do tempo com o lugar;
- Grau 4: sem valor patrimonial;
- Grau 5: com valor patrimonial em estudo;
- Grau 6: imóveis inexistentes;

A segunda fase baliza-se no período entre 1990 e 1996. Nesta fase o objecto é visto como um conjunto de materiais a tratar e a interpretar, não como um edifício unitário a recuperar.

A terceira fase identifica-se pelas intervenções efectuadas entre 1997 e 2003, marcadas por estudo exaustivo dos edifícios, quer estruturalmente, quer pelas funções que desempenharam ao longo dos anos, e pela aplicação de critérios fixados internacionalmente, que serviram de referência para as intervenções.

As pousadas são apresentadas por ordem cronológica. Para cada uma, é feita a descrição dos diversos espaços e da articulação entre eles, identificando, tanto quanto possível a intervenção realizada para adaptação do monumento a pousada.

-
- Grau 9: imóveis cujo valor patrimonial se desconhece.

Neste contexto, das seis pousadas, foram atribuídos, o grau 1 ao Castelo de Óbidos (Óbidos), ao Mosteiro de Santa Marinha (Guimarães), ao Castelo de Alvito (Alvito), ao Mosteiro das Chagas (Vila Viçosa) e ao Castelo de Alcácer do Sal (Alcácer do Sal); o grau 2, ao Convento da Flor da Rosa (Crato).



- | | |
|---|--|
| <p>I Fase [1950-1990]</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Óbidos - Pousada do Castelo, 1950 [castelo] ○ Sagres - Pousada de Belixe, 1960 [fortaleza] ○ Setúbal - Pousada de São Filipe, 1965 [castelo] ○ Évora - Pousada dos Lóios, 1965 [convento] ○ Estremoz - Pousada Rainha Santa Isabel, 1970 [castelo] ○ Palmela - Pousada de Palmela, 1979 [castelo] ○ Vila Nova de Cerveira - Pousada Dom Dinis, 1982 [castelo] ● Guimarães - Pousada de Santa Marinha, 1985 [mosteiro] | <p>II Fase [1990-1996]</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Alvito - Pousada Castelo de Alvito, 1993 [castelo] ○ Beja - Pousada de São Francisco, 1994 [convento] ● Crato - Pousada Flor da Rosa, 1995 [mosteiro] ○ Queluz - Pousada D. Maria I, 1995 [palácio] ○ Amares - Pousada Santa Maria do Bouro, 1996 [mosteiro] <p>III Fase [1997-2003]</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Vila Viçosa - Pousada D. João IV, 1997 [mosteiro] ○ Arraiolos - Pousada N. Sra. da Assunção, 1997 [mosteiro] ● Alcácer do Sal - Pousada D. Afonso II, 1999 [castelo] ○ Belmonte - Pousada Convento de Belmonte, 1999 [convento] |
|---|--|

Figura 1 ■ Mapa de Portugal. Localização das pousadas em monumentos históricos.
(em círculo cheio: pousadas analisadas)

Fase I [1950 - 1990]



Óbidos | 1950



Guimarães | 1985



Sagres | 1960



Setúbal | 1965



Évora | 1965



Estremoz | 1970



Palmela | 1979



V. N. da Cerveira | 1982

Fase II [1990 - 1996]



Alvito | 1993



Crato | 1995



Beja | 1994

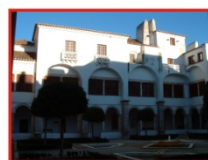


Queluz | 1995



Amares | 1996

Fase III - [1997 - 2003]



Vila Viçosa | 1997



Alcaçer do Sal | 1999



Arraiolos | 1997



Belmonte | 1999

Figura 2 ■ Agrupamento de pousadas que adoptaram a mesma filosofia de intervenção.
(com moldura em vermelho: pousadas analisadas)

3.3 Fase I [1950-1990]

Na fase I, as intervenções foram realizadas entre os anos de 1950 a 1990⁸⁴. Estas pousadas históricas são a sucessão das pousadas regionais, cujo principal intuito visava o desenvolvimento turístico a nível nacional⁸⁵. Caracterizam-se pela afirmação dos valores tradicionais do “povo”, da história e da cultura portuguesas, que se reflectem na autonomização do conceito de reconstrução, dentro do quadro de definição patrimonial. Estas unidades hoteleiras foram cuidadosamente escolhidas do ponto de vista logístico, ambiental e de representatividade histórica⁸⁶.

O castelo de Óbidos foi o primeiro grande projecto de intervenção. Seguir-se-á uma actividade mais intensa neste campo, como são exemplo: o Forte de Belixe (Sagres), o Castelo de Setúbal, o Convento dos Lóios (Évora), o Castelo de Estremoz, o Castelo de

⁸⁴ Em 1976, o parque hoteleiro português era constituído por 1435 empreendimentos turísticos, dos quais 23 eram pousadas (regionais e históricas) e ao qual correspondia uma percentagem de cerca de 1,6%. Cf. *Plano 1977-80. Diagnóstico de situação e estratégias de desenvolvimento do sector: turismo*, Ministério do Comercio e Turismo, Secretaria de Estado do Turismo, Março 1977, p. 8.

⁸⁵ “A existência de vestígios de civilizações que confluíram no nosso país, de monumentos e museus de inegável valor histórico, de criações artísticas de diversificada natureza, de manifestações folclóricas de interesse (música e artesanato) integram um património cultural que importa considerar.

Infelizmente, não se dispõe ainda de um inventário global e completo nesses domínios, apesar da existência de algumas publicações que fazem uma razoável cobertura das áreas especializadas.

Assim, haverá que dinamizar uma acção concertada entre os organismos directamente responsáveis pela salvaguarda dos valores referidos”. Cf. *Plano 1977-80 ...*, ob. cit., pp. 35-36.

⁸⁶ “Os valores histórico-culturais encontram-se bem posicionados entre as motivações turísticas da procura para Portugal, pelo que se impõe uma política decidida de valorização dos atractivos que lhes correspondem – monumentos, museus, estâncias arqueológicas, etc.

Duas outras perspectivas justificam ainda este ponto de vista; por um lado o interesse nacional na conservação e valorização do património artístico-cultural; por outro o interesse que oferece para o país o turismo atraído por este tipo de valores, que é, em geral, de certa qualidade [...].

Nestas circunstâncias, promover-se-á, através da estreita cooperação entre as várias entidades interessadas:

- a eliminação da situação de abandono e de degradação em que se encontram alguns valores referidos;
- a conservação e restauração daqueles que essa necessidade se faz sentir[...].

A sua promoção exigindo um mínimo de equipamento turístico e um nível razoável de vias e meios de comunicação, deverá ser dinamizada através [...] e nos valores resultantes da acção do homem ao longo dos tempos – estações arqueológicas, castelos e muralhas, santuários, mosteiros e ermidas, etc.” Cf. *Plano 1977-80 ...*, ob. cit., pp. 44-45.

Palmela, o Castelo de Vila Nova de Cerveira e o Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães).

Trata-se de um conjunto de edifícios, sempre isolados, que, pela sua dimensão e incidência no território, definem e dominam a paisagem no seu ambiente imediato. Esses conjuntos, por sua vez, têm um estilo e tipologia arquitectónica própria, por se tratar de edificações sólidas, que permanecem emblemáticas e monumentais em cada lugar. A Direcção-Geral de Monumentos Nacionais, criada em 1929, teve um papel preponderante nas adaptações dos imóveis. Se, num primeiro momento, a linguagem arquitectónica imposta pelo Governo se aproximava de um modelo interpretativo da História de Portugal, a DGEMN controlava todo o processo, desde a concepção até à concretização, fazendo uma “leitura histórica dos monumentos, de modo a reconstruir - ou então, pura e simplesmente a “construir” – o que neles faltava ou o que neles não se havia sequer edificado, por motivos vários”⁸⁷. Num segundo momento desta fase, a linguagem desenvolve-se a partir de uma dimensão arquitectónica factual do sítio e da maior presença do arquitecto, embora ainda tutelado de perto pela administração (leia-se DGEMN), e de uma equipa de cariz interdisciplinar. A interdisciplinaridade (com contribuições na área da Arqueologia ou da Arquitectura Paisagista, por exemplo) está presente no desenvolvimento do projecto, assumindo-se também a responsabilidade profissional do arquitecto como projectista. Para a DGEMN, está reservado um papel moderador e fiscalizador, desde a concepção à concretização da intervenção. Apesar do carácter ideológico que motiva a acção e instruções da DGEMN, a abertura de parâmetros de classificação e de intervenção no património histórico vão sendo progressivamente influenciados pela Carta de Veneza (1964). Apesar de o arquitecto e respectiva equipa ganharem algum espaço na definição conceptual e prática, cabe à DGEMN o papel preponderante. Não só na prossecução de uma política de adaptação motivada mais pelos preceitos ideológicos do que pela análise histórica e patrimonial, como também pela escolha do arquitecto para cada intervenção.

⁸⁷ Paulo Pereira, “As intervenções no património edificado. Alguma história”, *Intervenções no Património, 1995-2000*, IPPAR, Lisboa, 1997, p. 16.

A escolha do responsável da equipa de projectistas era, em larga medida, condicionada pelo estudo e reflexão⁸⁸ das temáticas ligadas ao património no percurso profissional do arquitecto⁸⁹.

Nesta fase, para a análise das intervenções, seleccionámos o Castelo de Óbidos, por ter sido a primeira intervenção no âmbito de adaptação de monumentos a pousadas, e o Mosteiro de Santa Marinha da Costa, por representar um modo diferente de intervir no património, a partir do conceito de intervenção que caracteriza este período.

⁸⁸ “Há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva”. Ver Fernando Távora, “A organização do espaço português contemporâneo”, *Da Organização do Espaço*, FAUP Publicações, Porto, 2004, p. 58.

⁸⁹ “Em espaço organizado, em formas, a situação caótica da arquitectura contemporânea portuguesa manifesta-se nos mais variados aspectos: [...] pela eliminação de valores legados pelo passado, e isto, quer pela sua alteração quer pela sua pura e simples destruição, pela não consideração das qualidades dos sítios, em resumo, pela ignorância de todo o sistema de relações que deve existir entre a arquitectura e a circunstância que a envolve e pela cobardia de, quando tal circunstância tem aspecto negativo, recear combatê-la, recear melhorá-la, recear transformá-la.” Cf. Fernando Távora, *ob. cit.*, p. 55.

3.3.1 Óbidos ■ Pousada do Castelo [1948-1950]

■ Enquadramento histórico

Desconhece-se ao certo a origem do castelo de Óbidos e do perímetro amuralhado inicial, mas pelas condições naturais do lugar atribui-se-lhe origem romana, provavelmente assente num castro⁹⁰. Foi posteriormente fortificação sob o domínio árabe e, em 1148⁹¹, D. Afonso Henriques conquistou o castelo aos mouros no contexto da reconquista cristã da Península Ibérica⁹². Durante o reinado de D. Sancho I⁹³ (1185-1211) o castelo sofreu obras consideráveis (conforme inscrição epigráfica na Torre do Facho), tendo resistido aos ataques das investidas almóadas.⁹⁴ Em 1210, a vila de Óbidos foi doada⁹⁵ por D. Afonso II a D. Urraca, sua mulher, “passando a figurar como uma importante localidade da casa das soberanias nacionais”⁹⁶. No reinado de D. Dinis (1279-1325), a vila de Óbidos cresceu para fora do perímetro das muralhas⁹⁷. Sob o reinado de D. Fernando (1367-1383) a alcáçova foi ampliada e construída uma torre de menagem. D. Manuel foi o responsável por importantes

⁹⁰ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, Castelo de Óbidos, 1952, p. 7. Ainda sobre este assunto José Fernandes Pereira refere: “A zona ocupada pelos romanos deveria situar-se na recta guardada do chamado «castelo», ponto mais alto que já terá beneficiado da escolha dos primitivos habitantes. A partir deste núcleo, de malha urbana romana desconhecida, Óbidos alargou-se, embora a ignorância de dados (quer quanto a obras na muralha, quer quanto a aumentos populacionais), não permita traçar a sequência cronológica. Mas a análise do tecido urbano aponta para um desenvolvimento ao longo do período medieval”. Cf. José Fernandes Pereira, *Óbidos: o Santuário do Senhor da Pedra*, Câmara Municipal de Óbidos, 1989, p. 5.

⁹¹ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 7.

⁹² “Guerra iniciada no séc. VIII por Pelágio contra os Mouros, invasores da Espanha, a quem derrotou na batalha de Covadonga (718). Os sucessores de Pelágio prosseguiram a sua obra, ganhando continuamente mais territórios aos Árabes. Assim se formaram os reinos das Astúrias e Leão, de Navarra, de Aragão e de Castela, conquistados palmo a palmo. A luta só terminou com a tomada de Granada (1492) e a completa expulsão dos Mouros da Península”. Lello Universal, v.2, Lello Editores, Março de 1997, Porto, p. 714.

⁹³ Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1955, Volume V, p. 81.

⁹⁴ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 8.

⁹⁵ “1210 é data importante na história de Óbidos, repercutindo-se significativamente e decisivamente na sua arquitectura. D. Afonso II dá a vila a D. Urraca, sua mulher, bem como os senhorios de Lafões e Torres Vedras. Inicia-se assim a Casa das Rainhas, a que Óbidos pertenceu desde início. Doravante serão as iniciativas das rainhas que estarão na génese das transformações operadas, atraindo a arquitectura obidense para o círculo de influências da corte”. Cf. *Óbidos: o Santuário do Senhor da Pedra*, *ob. cit.*, p. 7.

⁹⁶ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 13.

⁹⁷ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 8.

melhoramentos no castelo e na vila, datando dessa época o Palácio Alcaide⁹⁸. Em 1523 D. João III manda reconstruir o torreão do castelo e das muralhas do lado poente⁹⁹. O Terramoto de 1755 causou grandes danos no castelo¹⁰⁰.

“Um escritor contemporâneo, Ramalho Ortigão, que por ali passou há cerca de 80 anos, apreciou principalmente, segundo parece, o seu pitoresco arcaico, pois notou que, para transformar Óbidos em «um velho burgo português de há trezentos anos», bastaria reerguer sobre os antigos alicerces alguns edifícios arrasados pelo terramoto de 1755, suprimir várias construções modernas, e valorizar por fim todo o resto, enobrecendo com alguns breves retoques cenográficos os amesquinhados valores da velha arquitectura.”¹⁰¹

No contexto da Guerra Peninsular, a fortificação de Óbidos disparou os primeiros tiros de artilharia na batalha de Roliça (1808), primeira derrota das tropas de Napoleão¹⁰². A adaptação da torre albarrã a Torre do Relógio data de 1842¹⁰³ e a construção da escada exterior de acesso à Torre de D. Fernando data de 1869.

No início do século XX o castelo estava em total ruína e, na década de trinta, do século passado, foi intervencionado pela DGEMN, que “reverteu” o castelo numa imagem medieval. No final dos anos quarenta iniciaram-se os trabalhos para adaptação a pousada, a primeira em edifício histórico.

▪ Descrição do conjunto edificado

O Castelo de Óbidos situa-se no cume de um monte escarpado, na cota de 79m acima do nível do mar, sobranceiro ao rio Arnóia, no extremo NO. do circuito muralhado, no distrito de Leiria, concelho de Óbidos.

⁹⁸ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 13.

⁹⁹ Cf. *Óbidos: o Santuário do Senhor da Pedra*, *ob. cit.*, p. 11.

¹⁰⁰ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 16.

¹⁰¹ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 16.

¹⁰² Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 10.

¹⁰³ Jorge das Neves Larcher, *Castelos de Portugal. Distrito de Leiria*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933, pp. 151 e 166.



Figura 3 ■ Óbidos. Localização da Pousada do Castelo: vista aérea a 2000m de altitude.

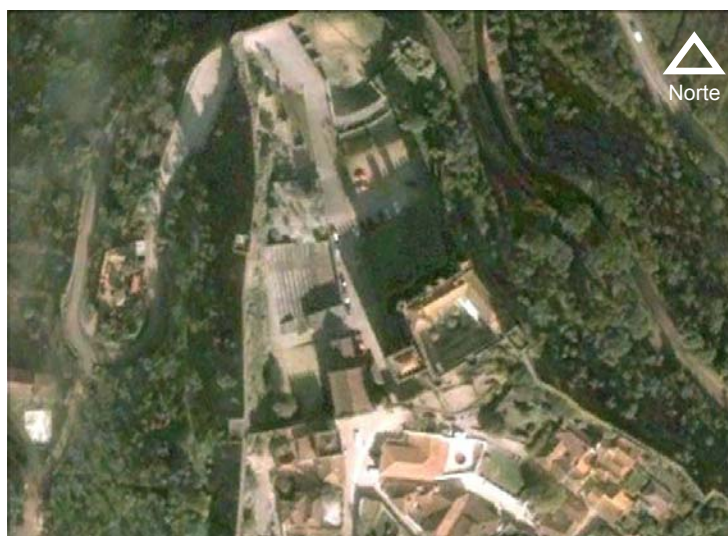


Figura 4 ■ Óbidos. Localização da Pousada do Castelo: vista aérea a 300m de altitude.

- Protecção legal

O Castelo de Óbidos foi classificado como monumento nacional em 16 de Junho de 1910.

Possui Zona Especial de Protecção, regulamentada em Diário do Governo n.º 219, de 18 de Setembro de 1948.

- Breve descrição do espaço afecto a pousada

O castelo de planta trapezoidal, é “reforçado a N. por 3 cubelos semicirculares e um quadrangular, a E. e O. por torres quadrangulares ameadas, de D. Dinis e D. Fernando, do lado sul por 2 cubelos semicirculares, um deles rematado por balcão com mata-cães”.¹⁰⁴

A pousada desenvolve-se no castelo aproveitando as preexistências da estrutura fortificada e o Paço dos Alcaides. O acesso efectua-se pela fachada sul, rasgada por uma porta em arco. Seguindo por uma escada exterior de dois lances adossada ao paço, que termina com a porta rasgada no corpo central ao nível do piso 2, acedemos à recepção.

O Paço dos Alcaides, edificado na face norte da cidadela, contém a maioria das áreas da pousada. As torres de D. Dinis e D. Fernando constituem-se de unidades de alojamento. O edifício do paço de planta em U recto, com um braço do lado oeste mais curto, possui três pisos. No piso térreo situam-se as áreas de serviço da pousada, como a zona de pessoal, armazenagem e áreas de apoio geral. No piso 1 localizam-se: na ala oeste, dois quartos e escada; na ala norte, três quartos; na ala este, bar e sala de estar/ jogos. Neste piso existe ainda a comunicação, através de antecâmara, da sala de estar/ jogos e o primeiro lance da escada exterior de acesso à pousada. No piso 2, considerado o andar nobre da pousada, localizam-se: no braço mais curto a cozinha, uma escada de serviço estreita para acesso às unidades de alojamento situadas nas torres e escada interior comunicante com todos os pisos da pousada; na ala norte a sala de refeições do restaurante e recepção; na ala este, a sala de estar e duas unidades de alojamento. As unidades de alojamento das torres são servidas unicamente pelo exterior, ao nível do piso 2, por um percurso sobre adarves defendidos por parapeito ameado.

- Autor do projecto de adaptação

Arquitecto João Filipe Vaz Martins

- Análise da intervenção efectuada

O castelo de Óbidos foi o primeiro de uma série de monumentos que foram intervencionados de forma a adaptarem-se a pousada.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Isabel Mendonça, Cecília Matias e João Seabra, *Castelo de Óbidos*, Inventário do Património Arquitectónico. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx. Acesso em: 3 de Novembro de 2004.

¹⁰⁵ “A Pousada do Castelo, em Óbidos, ocupa um lugar de destaque dentro do conjunto de unidades da Enatur por ter sido a primeira a instalar-se num monumento nacional. Compreendendo inicialmente 2 quartos, a pousada foi aumentando gradualmente a sua capacidade, reflectindo o crescente interesse suscitado pelo património arquitectónico histórico com destino turístico”. Cf. IPPAR, *Memória Descritiva*, 1994.

Segundo Gustavo de Matos Sequeira, a adaptação do castelo a pousada não dignificava aquele tipo de construção¹⁰⁶.

A relação do corpo do edificado pré-existente com um programa hoteleiro é algo de difícil resolução. Neste caso, o projecto definiu como condição poder ceder às condicionantes do existente sem perda de valor e identidade que se exigia ao monumento. Tal perspectiva impunha a hierarquização da estrutura fortificada que se relacionava directamente com paço e com o exterior. Assim, toda a lógica de organização parte da definição de um eixo que se afirma como a linha central do programa e que assumiu a importância de se mostrar como face pública da pousada - o paço. Se, por um lado, a intervenção de adaptação a pousada não se evidencia, confunde-se no conjunto edificado, por outro, permite a leitura do edificado pré-existente. O certo é que se impõe um esforço adicional por parte dos que prestam serviço na pousada, porque, no que respeita ao programa hoteleiro, o edifício não permite uma interligação dos espaços funcionalmente interdependentes.

¹⁰⁶ “O Paço solarengo erguido pelo Alcaide D. João de Noronha, o Velho, hoje transformado em Pousada de Turismo, com obras que não são de aprovar (tectos de alfarge de estuque, azulejos impróprios, mobiliário inadequado, adornos de pitoresco fabricado) e que deveria manter-se na sua nobreza, servindo, por exemplo para Museu da vila, é uma construção cheia de curiosidade artística, onde a obra manuelina avulta”. Cf. Inventário do Património Arquitectónico, *ob. cit.*, p. 82.

▪ Elementos fotográficos

Antes da intervenção



Figura 5 ■ Torre D. Fernando.



Figura 6 ■ Paço dos Alcaides (vista Norte).



Figura 7 ■ Acesso ao interior do Paço (vista Este).



Figura 8 ■ Interior do Paço dos Alcaides.

Após a intervenção



Figura 9 ■ Entrada da pousada (vista Sul).



Figura 10 ■ Recinto e Torre D. Fernando (vista Este).



Figura 11 ■ Recinto e Torre D. Dinis (vista Oeste).



Figura 12 ■ Torre D. Dinis (vista Oeste)



Figura 13 ■ Paço dos Alcaides (vista Este)



Figura 14 ■ Ala Este: acesso unidades de alojamento e Torres (piso 2).



Figura 15 ■ Ala Este: sala de estar (piso 2).



Figura 16 ■ Restaurante (piso 2).

- Elementos gráficos

“...a terceira [obra da restauração efectuada em Óbidos], por fim (já em outro plano), abrange tudo quanto foi indispensável fazer, à margem da restauração propriamente dita – mas sem qualquer liberdade ou transigência desairosa – para a instalação de uma «pousada» turística no reconstruído edifício da antiga alcaidaria-mor.”¹⁰⁷

¹⁰⁷ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 68-69, *ob. cit.*, p. 25.

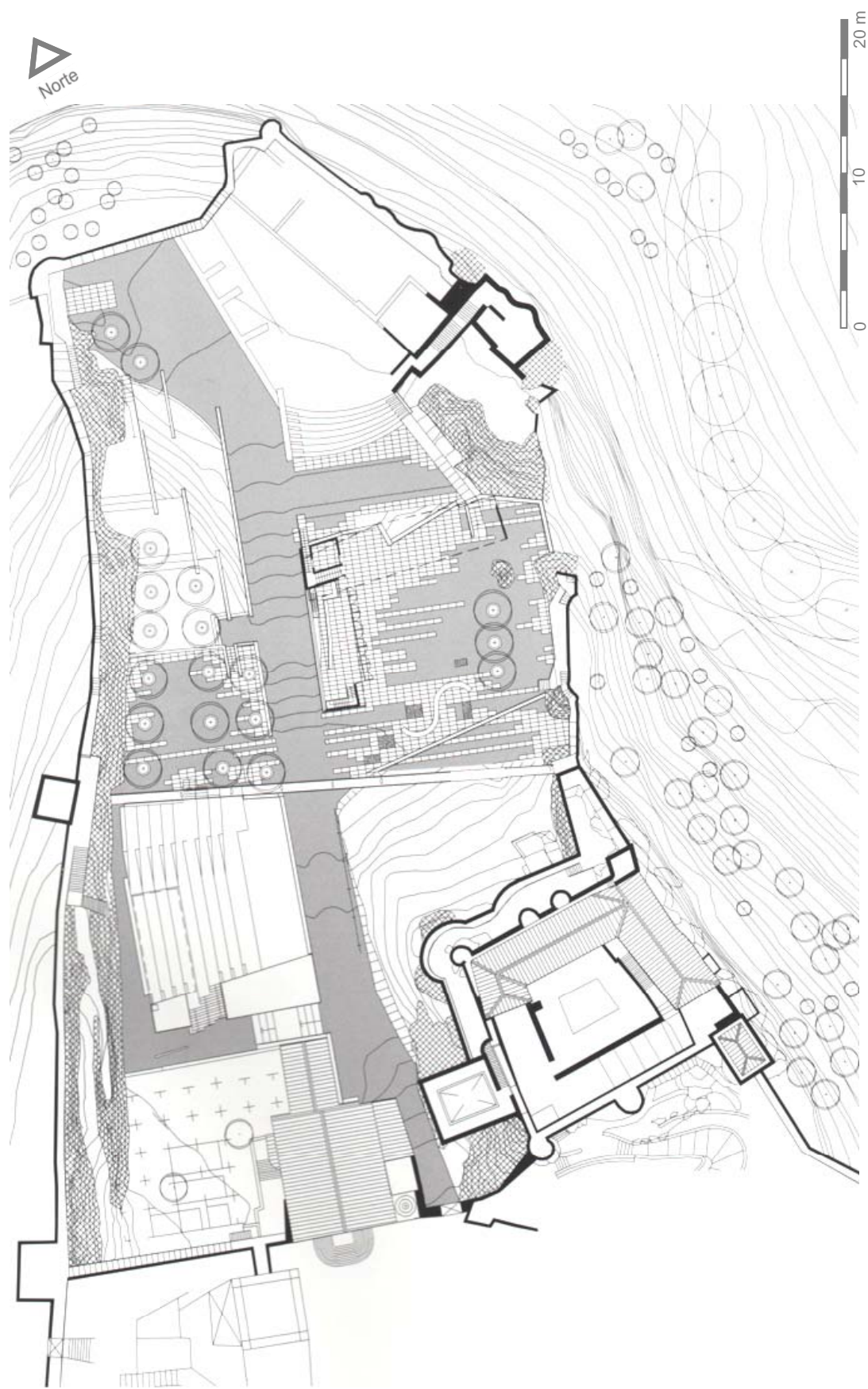
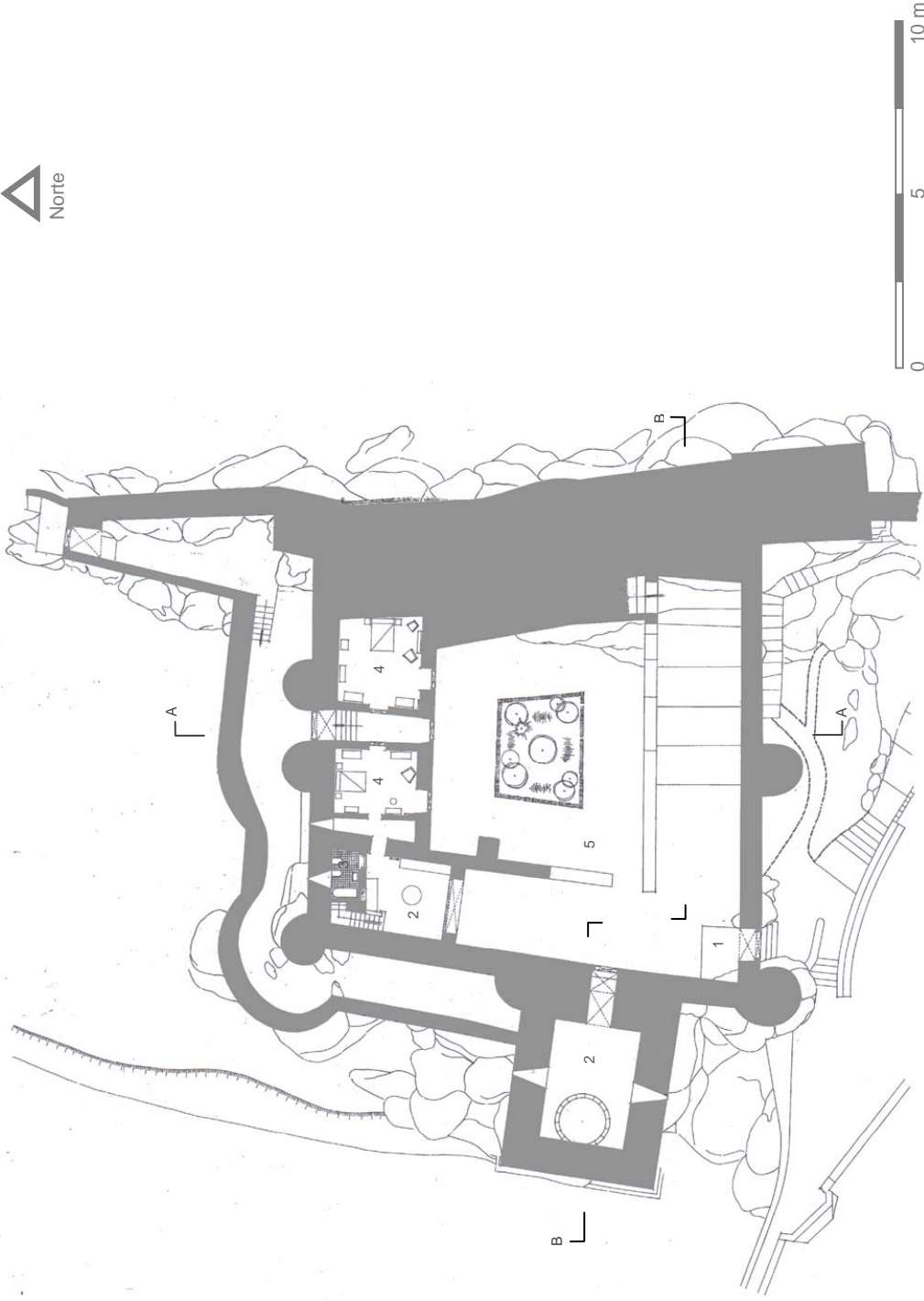
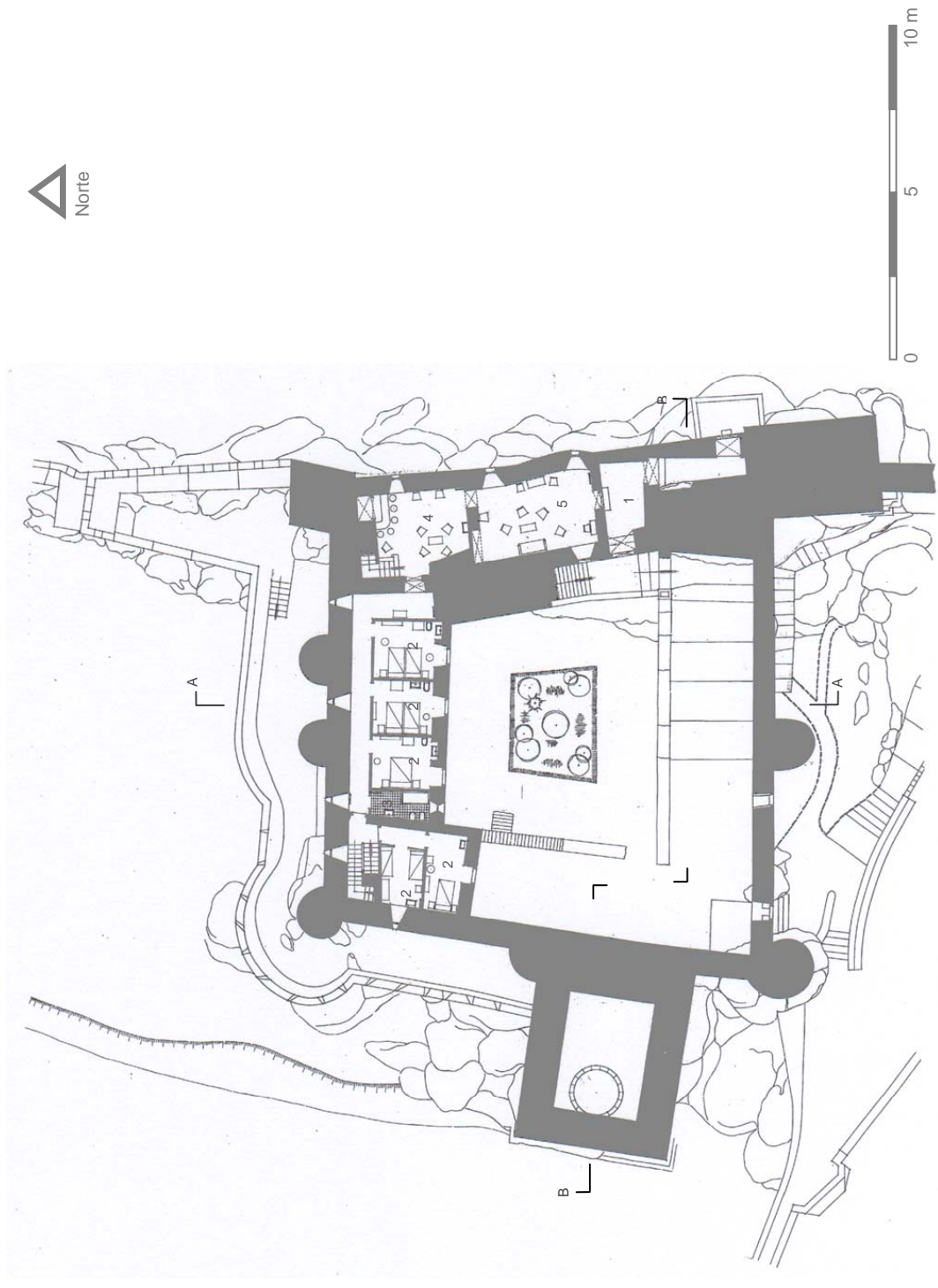


Figura 17 ■ Planta de Implantação



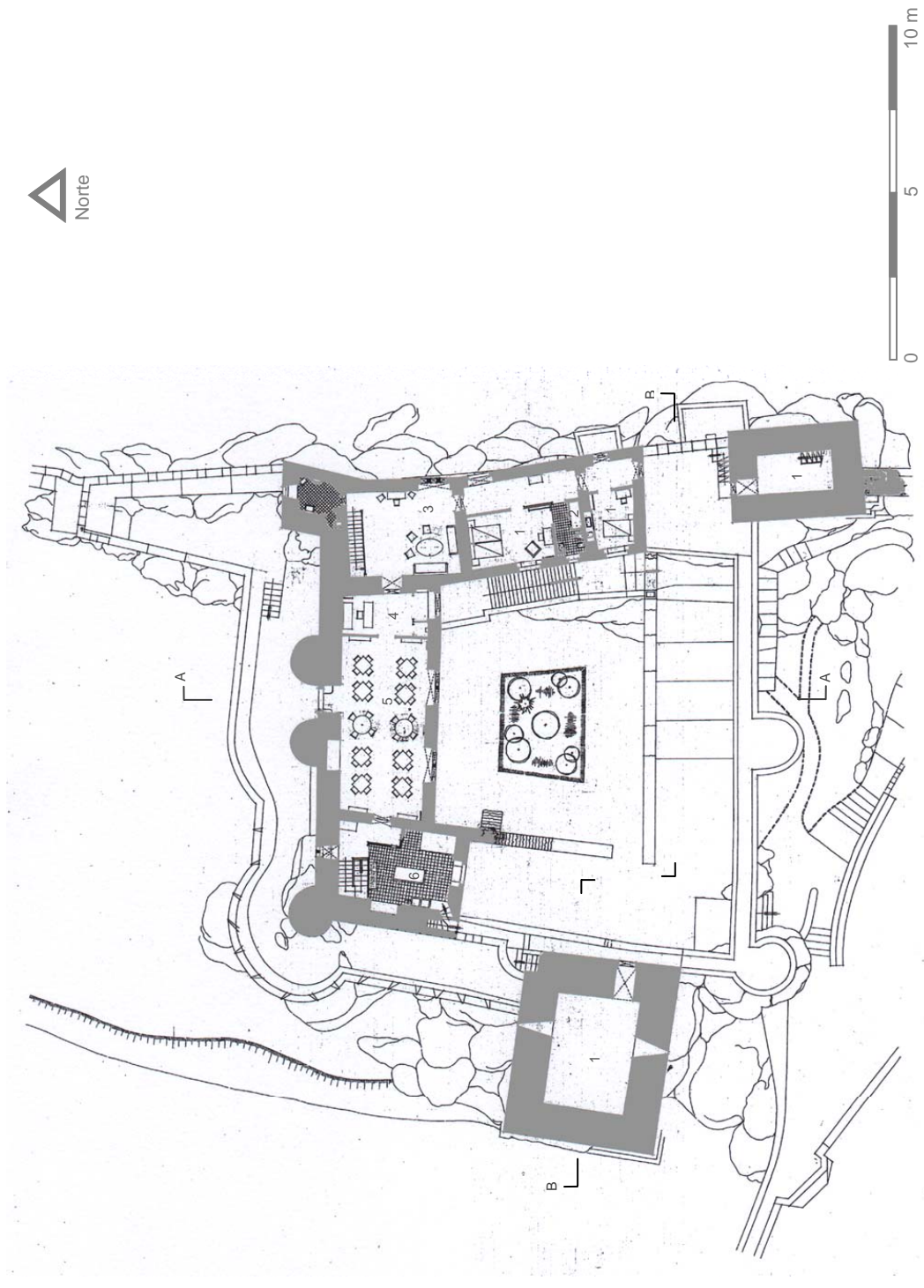
1 | Entrada da pousada; 2 | Zona de Serviço; 3 | Instalação sanitária; 4 | Unidade de alojamento; 5 | Pátio

Figura 18 ■ Planta do Piso 0



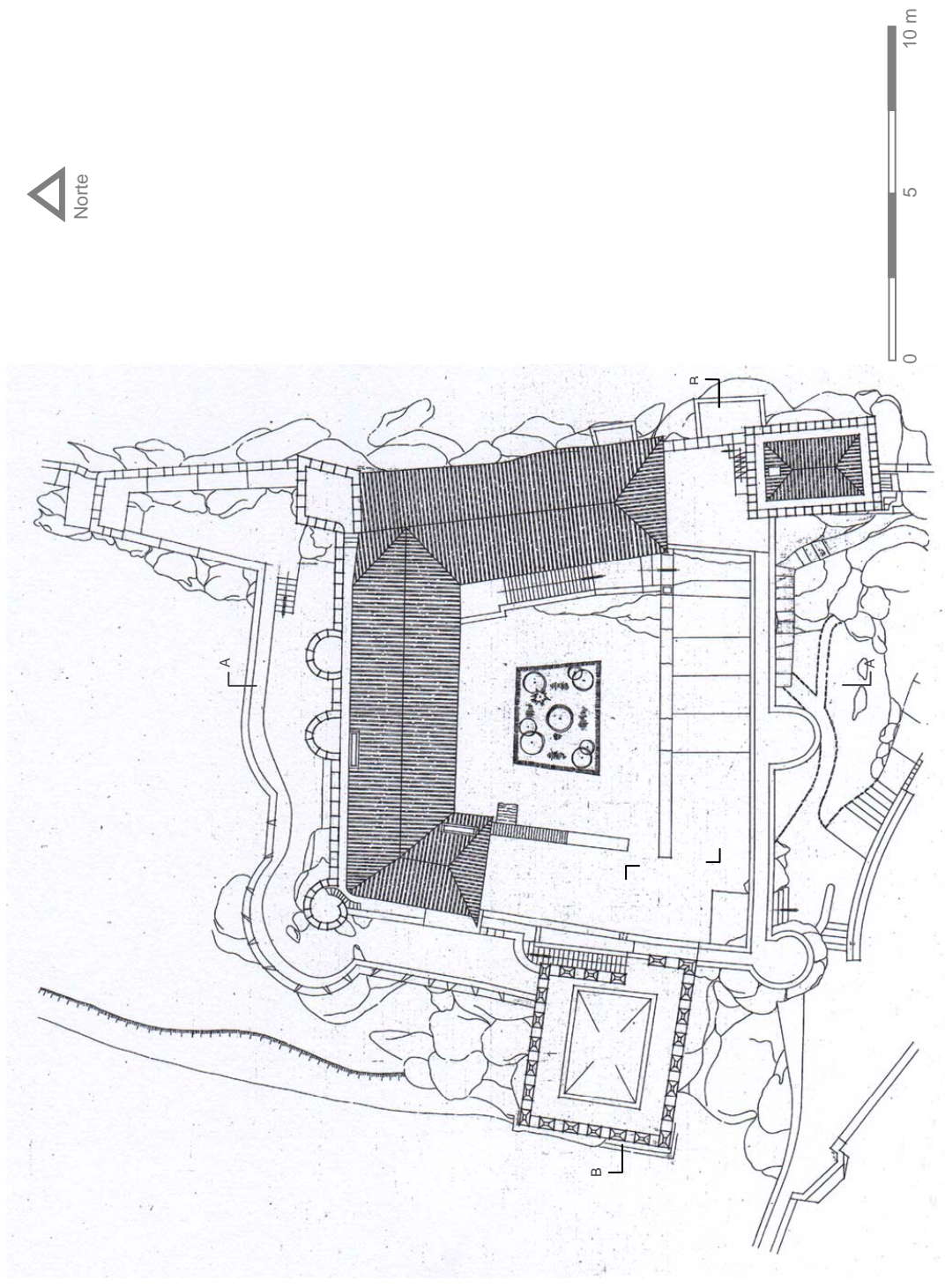
1 | Recepção; 2 | Unidade de alojamento; 3 | Instalação sanitária; 4 | Bar; 5 | Sala de estar

Figura 19 ■ Planta do Piso 1



1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária; 3 | Sala de estar; 4 | Entrada do restaurante; 5 | Restaurante; 6 | Cozinha

Figura 20 ■ Planta do Piso 2



1 | Miradouro

Figura 21 ■ Planta da Cobertura

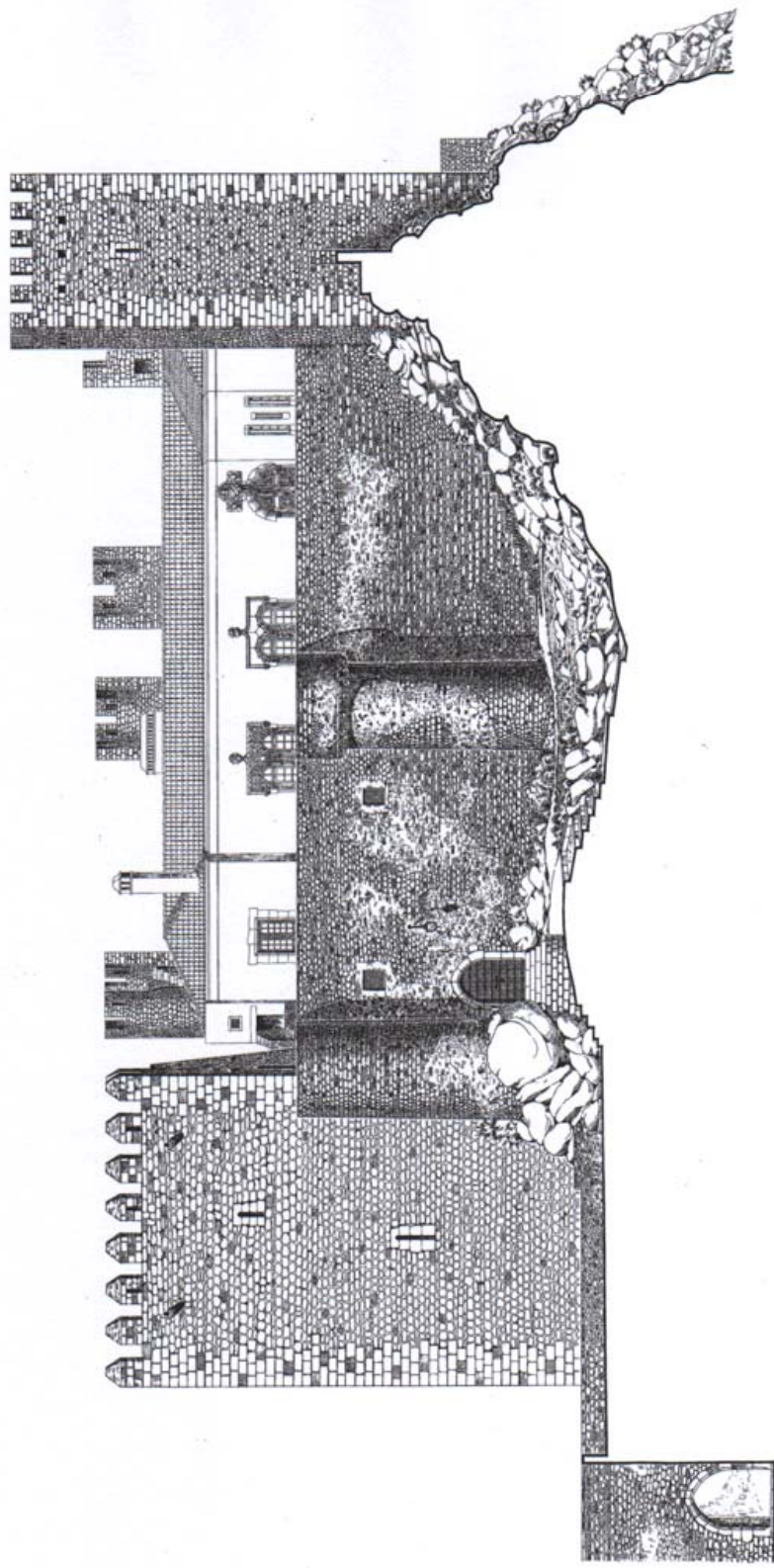
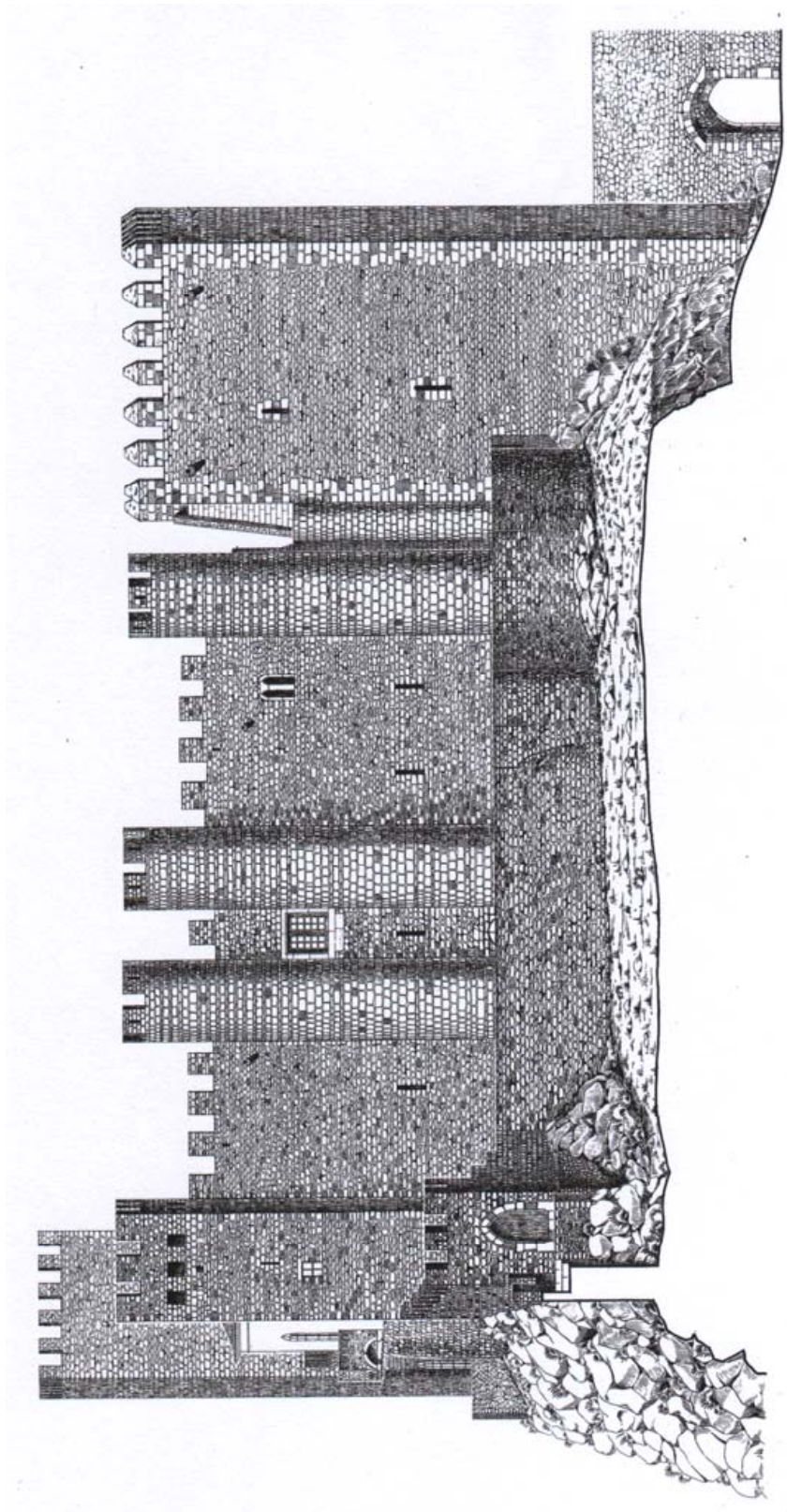
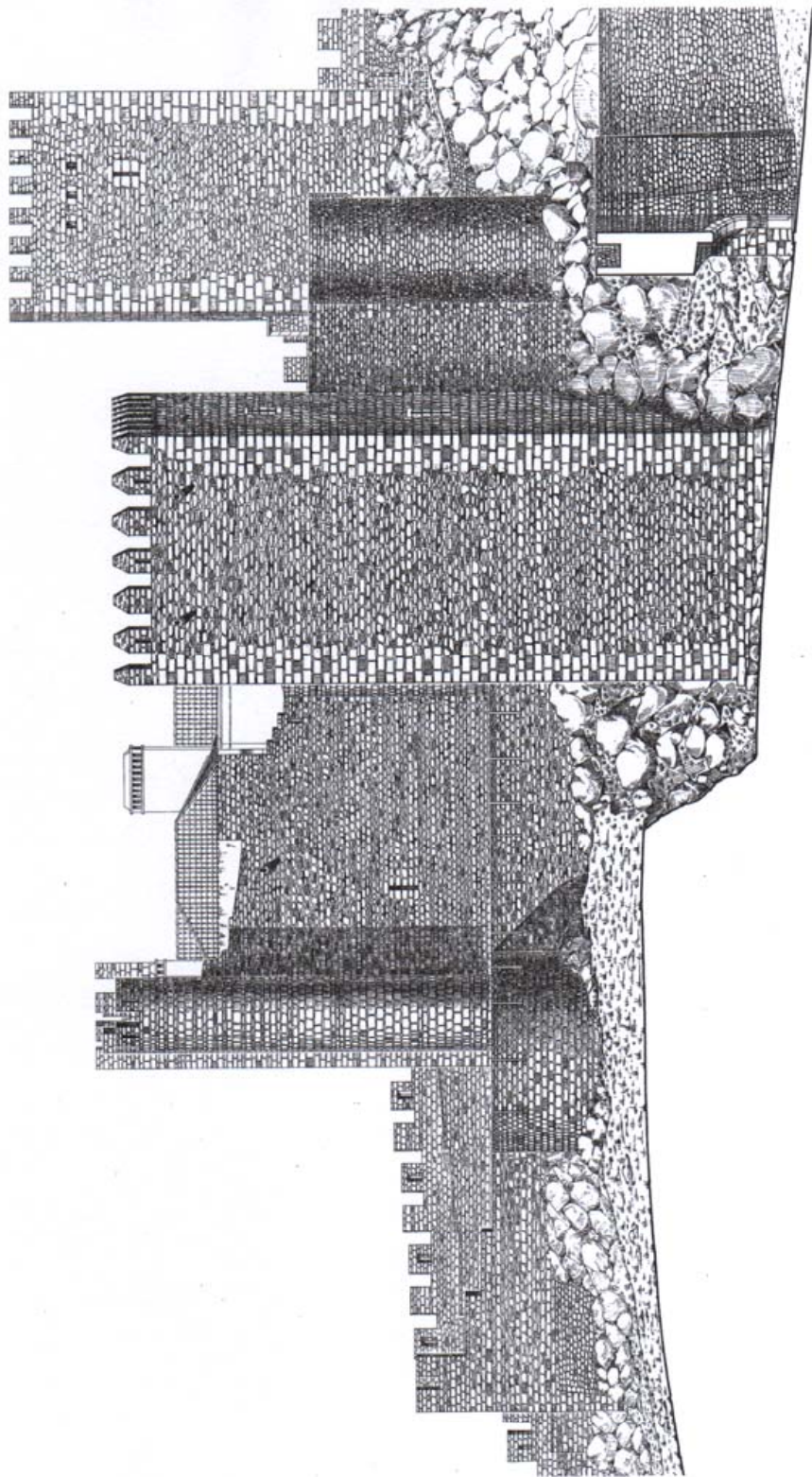


Figura 22 ■ Alçado Principal



0 5 10 m

Figura 23 ■ Alçado Tardoz



0 5 10 m

Figura 24 ■ Alçado Lateral Esquerdo

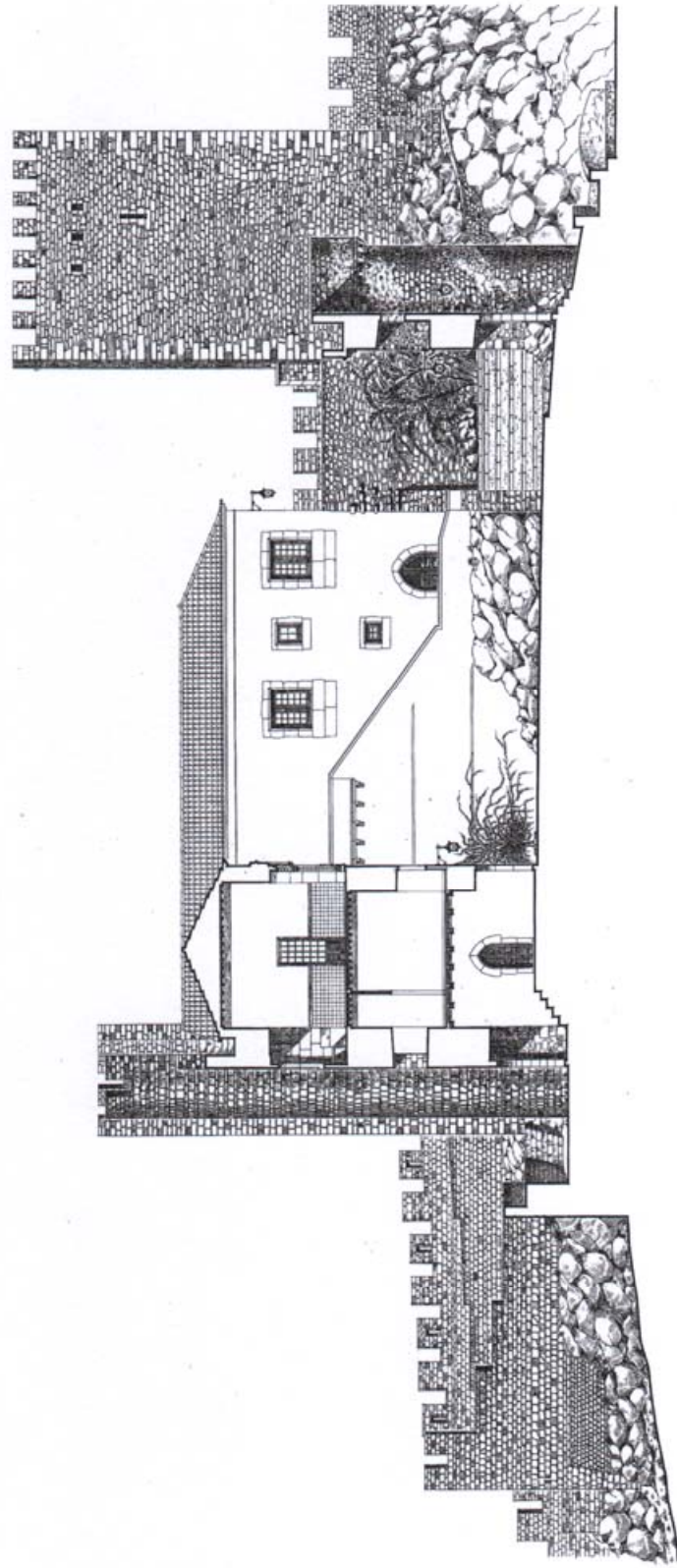
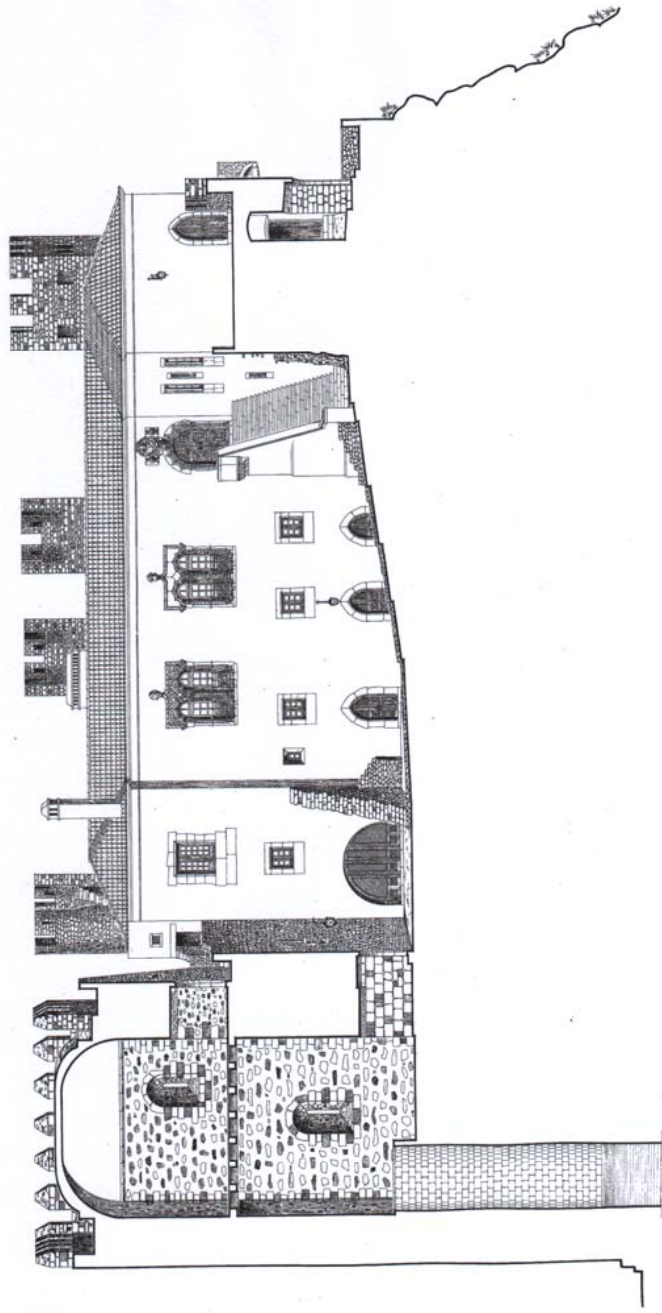


Figura 25 ■ Corte AA



0 5 10 m

Figura 26 ■ Corte BB

3.3.2 Guimarães ■ Pousada de Santa Marinha da Costa [1972-1985]

▪ Enquadramento histórico

Desconhece-se ao certo a origem do Mosteiro da Costa. Mas as escavações realizadas durante a obra de adaptação do edifício a pousada¹⁰⁸ evidenciaram a existência de vestígios das épocas romanas¹⁰⁹ e suevo-visigótica¹¹⁰ (séculos VI-VII), de uma pequena basílica do período galaico-asturiano¹¹¹ (século IX) e do Paço da época moçárabe (século X).¹¹² No século XII, a rainha D. Mafalda doou o mosteiro aos cónegos regrantes de Santo Agostinho¹¹³ e, em meados do século XVI, o mosteiro passou para a Ordem de S. Jerónimo¹¹⁴. No período do Renascimento, o Mosteiro de Santa Marinha da Costa iniciou uma reforma do ensino superior em Portugal¹¹⁵ e em 1537, o rei D. João III, decide transferir o colégio do Mosteiro de Penhalonga para o Mosteiro da Costa, para nele poder estudar o Infante D. Duarte, seu filho¹¹⁶. Em 1553, D. João III, incorpora o Colégio de S. Jerónimo na Universidade de Coimbra¹¹⁷. O

¹⁰⁸ As escavações arqueológicas foram orientadas pelo Dr. Manuel Luís Real.

¹⁰⁹ Cf. Manuel Luís Real, Boletim da DGEMN, n.º 130, *Pousada de Santa Marinha da Costa*, 1985, p. 8.

¹¹⁰ “No entender de alguns medievalistas (A. Fernandes, 1968, p. 65; e A. J. Costa, 1981, p. 177) esteve aqui localizada a sede de uma das circunscrições da igreja suévica, que o *Parochiale* designa como *Carantonis*”. Cf. Manuel Luís Real, *ob. cit.*, p. 9. No que respeita a dúvidas dos medievalistas o autor afirma: “As escavações arqueológicas vieram [...] colmatar grande parte destas incertezas a respeito da ocupação suevo-visigóticas. As campanhas de 1979-1980 deram a conhecer uma parte significativa do templo do séc. VI-VII, o qual foi depois sucessivamente reconstruído e ampliado.” Cf. Manuel Luís Real, *ob. cit.*, p. 10.

¹¹¹ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, pp. 12-17.

¹¹² Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, pp. 19 - 26.

¹¹³ “Segundo alguns autores (Jorge Cardoso, Fr. Fernando Soledade, D. Teotónio de Melo, etc.), a fundação do convento crúzio deve-se à rainha D. Mafalda, no ano de 1139.” Cf. Manuel Luís Real, Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, p. 28.

¹¹⁴ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, p. 38.

¹¹⁵ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, p. 39.

¹¹⁶ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, pp.39-40.

¹¹⁷ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, p. 41.

mosteiro foi muito alterado por uma grande campanha de obras realizadas durante os séculos XVII e XVIII¹¹⁸.

Em 1820, com a instalação do Liberalismo, o mosteiro, que tinha acabado de sair de um período brilhante de afirmação e progresso, depressa esgotará a sua capacidade de desenvolvimento e sobrevivência.

Após a extinção das ordens religiosas¹¹⁹, foi vendido a particulares, tendo sido utilizado pelos vários proprietários como habitação¹²⁰. Por volta de 1881, funcionou, durante um curto período de tempo, um colégio¹²¹ e a partir de 1931 os Jesuítas ocuparam o mosteiro durante cerca de catorze anos¹²². O mosteiro foi deixado ao abandono desde o incêndio de 1951, que destruiu a ala das celas.

Em 1972, foi comprado pelo Estado, que iniciou obras de restauro cinco anos depois, com vista à sua adaptação a Pousada.

▪ Descrição do conjunto edificado

O Mosteiro de Santa Marinha da Costa situa-se na encosta do monte da Pena, em Guimarães, rodeado por um extenso parque. O seu acesso efectua-se pelo Lugar da Pena.

¹¹⁸ “O mosteiro adquire a imagem que conhecemos como pré-existência com os frades da Ordem de S. Jerónimo. São deste período de campanha a remodelação e ampliação da igreja e do edifício conventual, a vedação da cerca (1722/25), a varanda de frei Jerónimo (1682/1707), os acesso (1717/18), os pátios e escadaria fronteiros à igreja (1748), o jardim e fonte do claustro (1782/85) e mata”. Cf. Manuel Luís Real, *ob. cit.*, pp. 44-48.

¹¹⁹ “Por fim, após o decreto que extinguiu as ordens religiosas, o processo irá conhecer o seu epílogo em 31 de Maio de 1834, com a intimidação dos Jerónimos para abandonarem o edifício. A 9 de Julho do mesmo ano, dá-se a expulsão, deixando os monges, atrás de si, vários séculos de glória e de empenhamento para dignificação das artes e das letras.” Cf. Manuel Luís Real, *ob. cit.*, p. 49.

¹²⁰ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, pp. 49-50.

¹²¹ Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, p. 50.

¹²² Cf. Boletim da DGEMN, n.º 130, *ob. cit.*, p. 52.



Figura 27 ■ Guimarães. Localização da Pousada de Santa Marinha da Costa: vista aérea a 2000m de altitude.



Figura 28 ■ Guimarães. Localização da Pousada de Santa Marinha da Costa: vista aérea a 600m de altitude.

- Protecção legal

O conjunto da igreja, escadório e mosteiro de Santa Marinha da Costa com todos os seus edifícios foi classificado como Imóvel de Interesse Público por Decreto n.º 26 450 de 24 de Março de 1936.

- Breve descrição do espaço afecto a pousada

Segundo o arquitecto Fernando Távora, o edifício conventual, aquando da adaptação a pousada, “encontrava-se em progressivo estado de degradação, conseqüente de

uma longa variedade de usos a partir de 1834 e, em período recente, do abandono da sua utilização.

Mas, à parte das alterações introduzidas [...] pode dizer-se que a sua estrutura fundamental se mantinha intacta, tal como a deixaram as últimas grandes obras dos séculos XVII-XVIII: a norte a igreja, presidindo à composição e ocupando o ponto mais elevado, dois corpos paralelos, mas de diferente extensão, apoiando-se na encosta, um pequeno claustro limitado pela igreja, pelos dois corpos referidos e por um terceiro corpo que lhes é normal, conjunto estruturado segundo um modelo corrente e ainda capaz de crescimento no que respeita ao corpo paralelo de menor extensão.”¹²³

A pousada ocupa o edifício conventual, de seis pisos, com claustro quadrado e constituído por vários volumes dispostos em U recto, que acompanham a pendente do terreno. Aos corpos preexistentes, sendo o da ala este muito comprido, foi adicionado no prolongamento da ala oeste um novo corpo, construído numa cota mais baixa.

A entrada efectua-se pelo alçado principal, virado a poente, marcada por um portal, a que se acede por escadaria de dois lanços. No interior, outra escadaria de dois lanços dá continuidade ao percurso: no primeiro lanço encontramos à direita uma porta que acede à recepção e restantes áreas internas da pousada; o segundo lanço conduz ao claustro.

O volume da fachada principal constitui-se de quatro pisos. A recepção e zona de estar, que se encontram ao nível do piso três, comunicam verticalmente com duas unidades de alojamento (suites) no piso cinco e com pequenas áreas de serviço distribuídas pelos pisos quatro (entrepiso) e seis (piso em mansarda). No prolongamento para sul da ala oeste foi construído um edifício com dois pisos, abaixo da cota de entrada. Este novo volume constitui-se de 32 unidades de alojamento distribuídas equitativamente pelos pisos dois e um. O piso um comporta ainda as principais áreas de serviço, como a cozinha, zona de armazenagem e instalações de pessoal e, uma ligação vertical à ala este da pousada. As principais comunicações verticais de serviço e de hóspedes encontram-se neste volume, na interligação da preexistência e da construção nova.

As áreas comuns da pousada, como salas de estar, sala de refeições, sala de reuniões/ eventos, distribuem-se pela ala este ao nível do piso três e pelo espaço

¹²³ Cf. Fernando Távora, “Trabalhos de Conservação e Adaptação”, Boletim da DGEMN, n.º 130, *Pousada de Santa Marinha da Costa*, 1985, pp. 56-57.

circundante ao claustro ao nível do piso cinco. O corpo de ligação entre as alas, de fachada virada a sul, constitui-se de salas de estar, em ambos os pisos, comunicando com a ala oeste através da área da recepção e no piso superior com uma zona de circulação e, com a ala este através de zona de circulação e no piso superior com uma sala de utilização comum. A ala este é ainda constituída no piso cinco por vinte duas unidades de alojamento e no extremo sul por uma varanda coberta, denominada varanda de S. Jerónimo.

- Autor do projecto de adaptação

Arquitecto Fernando Távora

- Análise da intervenção efectuada

A proposta de contrato para a elaboração do projecto de arquitectura e decoração da pousada data de Janeiro de 1971. O contrato¹²⁴ reflecte a necessidade de acompanhamento e assistência técnica das especialidades por parte da DGEMN.¹²⁵

Na adaptação a pousada, a intervenção teve como critério geral o de «continuar-inovando», [ou seja,] o de contribuir para a prossecução da vida já longa do velho

¹²⁴ Contrato existente no Processo Administrativo da DGEMN, relativo a Santa Marinha da Costa.

¹²⁵ O projecto foi objecto de várias análises relativamente a investimentos e rentabilidade. Segundo documento de Março de 1978, do arquitecto Fernando Távora, existia um projecto aprovado que previa a construção de 51 quartos (24 no mosteiro e 27 em anexo), portaria, salas de estar e jantar, *boite*, habitação para o porteiro, instalações de pessoal, zona de serviço e garagens. Contudo, foram propostas três outras hipóteses e avaliadas. A hipótese A previa a construção do projecto aprovado mas propunha o faseamento da construção. A hipótese B mantinha a intenção de adaptação a pousada mas restringia a construção ao edifício pré-existente, que considerava a redução do número de quartos (24) e a zona de serviço seria instalada no piso 0, enquanto as garagens seriam construídas num edifício a construir exterior ao existente. A hipótese C previa um programa totalmente diferente no qual propunha a consolidação e conservação da ruína e a utilização como centro cultural com restaurante ou casa de chá. Da análise das três soluções presume-se que não optaram por alguma das hipóteses. Assim, da análise das três soluções, o documento refere que o projecto aprovado teria um maior investimento inicial em relação às hipóteses alternativas, mas apresentava um menor custo final relativamente à hipótese A. Que a hipótese A apresentava um menor custo inicial, devido ao faseamento, mas um custo final mais elevado e com a consequente ausência de rentabilidade inicial (menor número de quartos / excesso relativamente às salas de jantar e zona de serviço). A hipótese B apresentava menos investimento relativamente às anteriores, porque o volume de construção era menor mas a DGT excluiu esta proposta em fase de estudo prévio. A hipótese C apresentava um menor investimento, dado o volume de construção mas, era a solução menos rentável. Cf. DGEMN, Processo IPA n.º 010308120020, pasta n.º DSID-001/003-0279, documento 24, pp.27-28

edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços de qualidade resultantes de novos condicionamentos programáticos.”¹²⁶

A importância e o valor do conjunto edificado preexistente debatem-se com o tratamento arquitectónico que, aliados à necessidade de modernização de instalações e sistemas das mais variadas especialidades de engenharia, implicam uma intervenção de reabilitação global. Com a entrada marcada pelo portal, que se relaciona directamente com o pátio, a pousada é anunciada por esse elemento arquitectónico. Mas a sua importância radica simultaneamente no valor singular e unitário do projecto de adaptação¹²⁷ e no que se lhes acresce como conjunto, como série.

A leitura do conjunto é marcada pela intervenção¹²⁸ que valida as teorias da diferenciação, conferindo a presença de alguns critérios defendidos pelas Cartas de Atenas e de Veneza.

¹²⁶ Cf. Fernando Távora, *ob. cit.*, p. 58.

¹²⁷ O arquitecto Fernando Távora conhecia o edifício antes do incêndio de 1951. O seu conhecimento pode ter influenciado na elaboração do projecto de adaptação a pousada.

¹²⁸ A articulação das alas (poente e sul) possui uma linguagem coerente, proporcionada pelo dimensionamento e continuidade de planos – plano de vidro / plano rebocado. Na época de construção da pousada duas folhas associadas a abrirem para o exterior era uma inovação.

- Elementos fotográficos

Antes da intervenção



Figura 29 ■ Vista geral.



Figura 30 ■ Fachada Tardoz.



Figura 31 ■ Mosteiro em ruína.



Figura 32 ■ Interior.

Durante a intervenção



Figura 33 ■ Vista geral das obras.



Figura 34 ■ Aspecto geral das obras da fachada.

Após a intervenção



Figura 35 ■ Edifício pré-existente. Entrada.



Figura 36 ■ Edifício pré-existente. Patamar de ligação ao interior da pousada e ao claustro.



Figura 37 ■ Ala Este. Corredor de acesso às unidades de alojamento (piso 5).



Figura 38 ■ Ala este. Zona de estar num recanto do corredor de acesso às unidades de alojamento (piso 5).



Figura 39 ■ Ala Este. Varanda de São Jerónimo (piso 5).



Figura 40 ■ Claustro (vista Oeste).



Figura 41 ■ Ala Este. Restaurante.



Figura 42 ■ Ala nova. Corredor de acesso às unidades de alojamento (piso 2).

- Elementos gráficos

“O critério geral adoptado no projecto da Pousada de Santa Marinha da Costa (...) foi o de *continuar – inovando*, isto é, o de contribuir para a prossecução da vida já longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços resultantes de novos condicionamentos programáticos.”¹²⁹

¹²⁹ Fernando Távora, *Convento de Santa Marinha. Guimarães, 1975-1984*, “Fernando Távora”, Editorial Blau, Lda., Lisboa, 1993, p. 116.

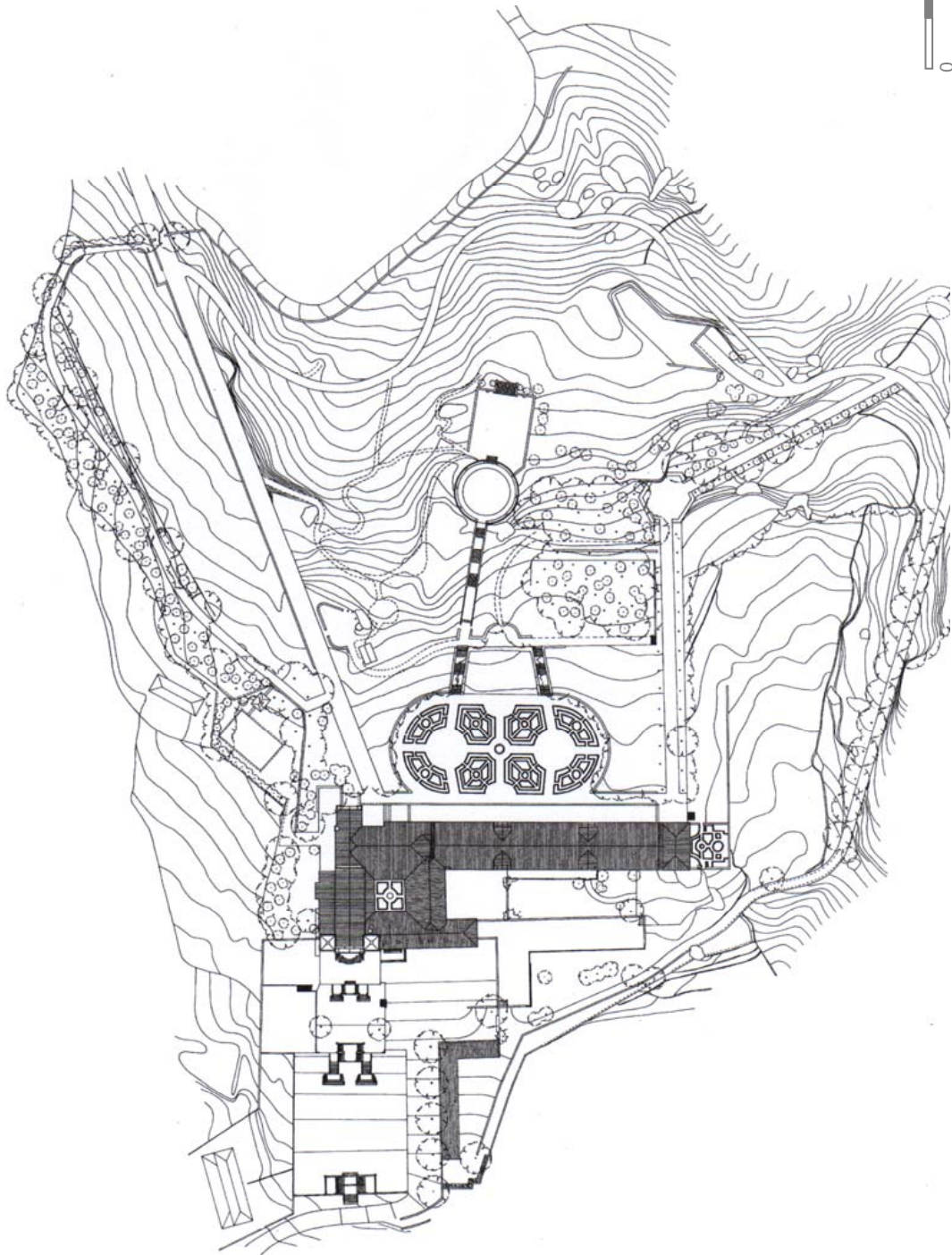
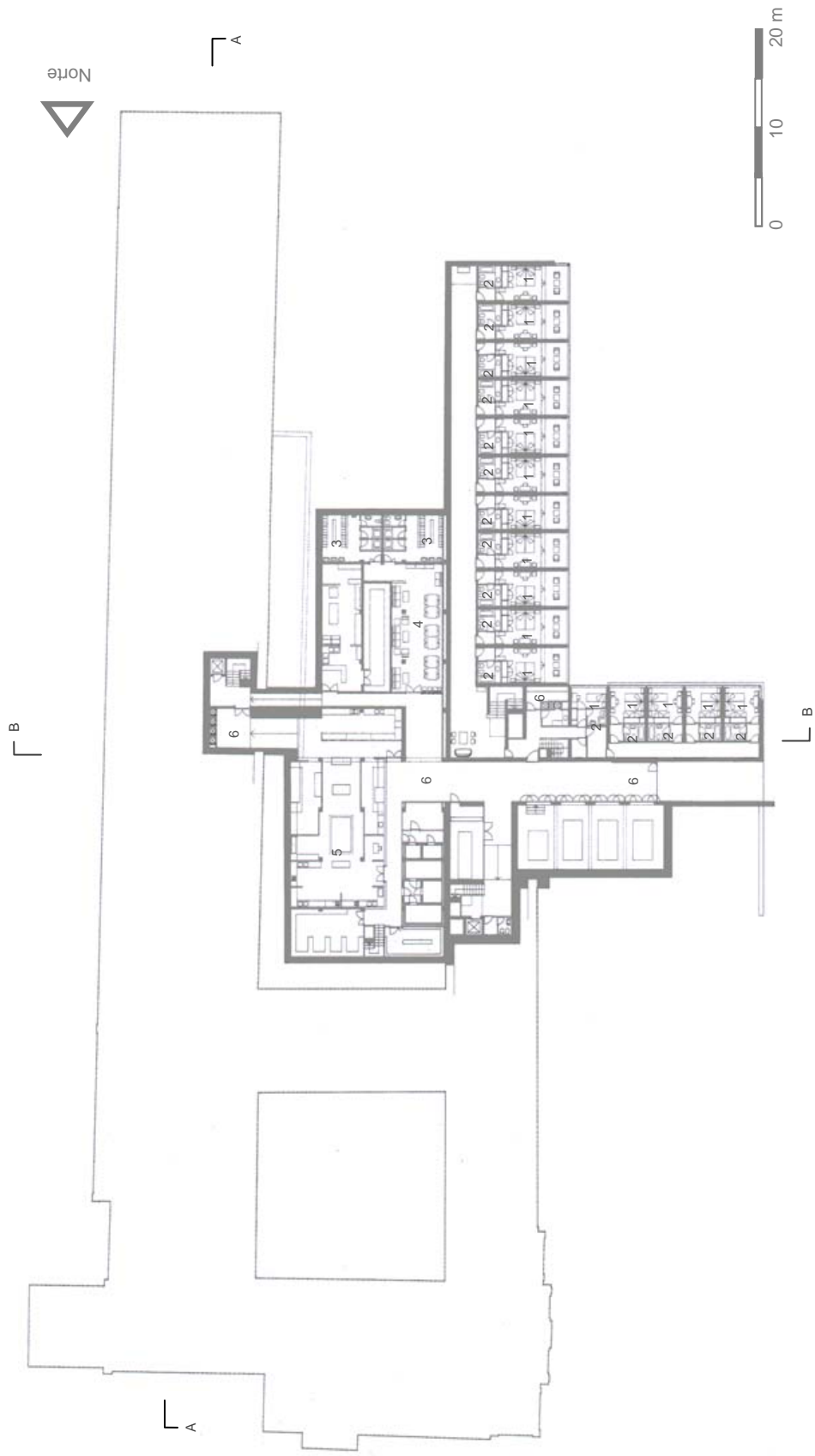
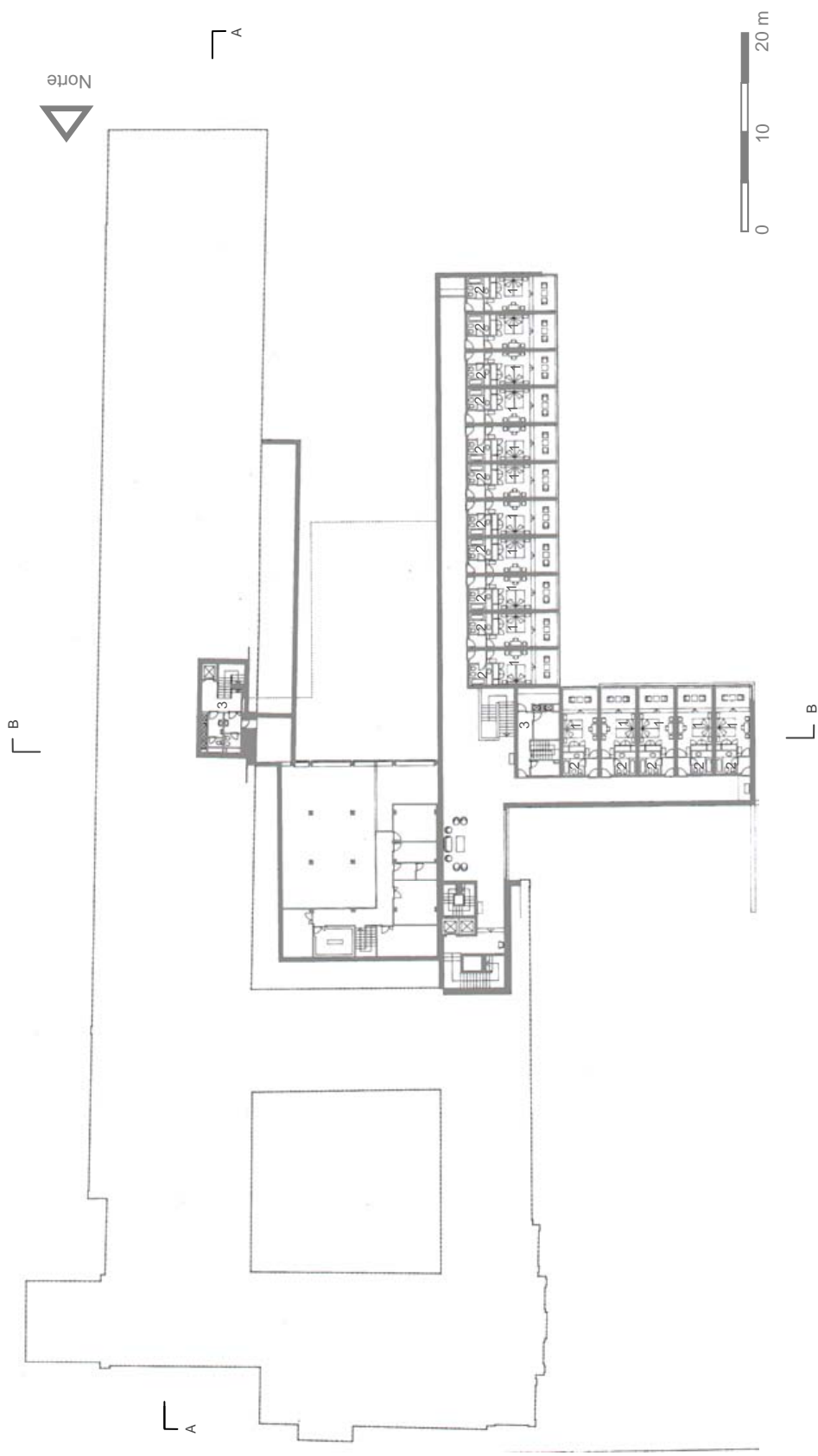


Figura 43 ■ Planta de Implantação



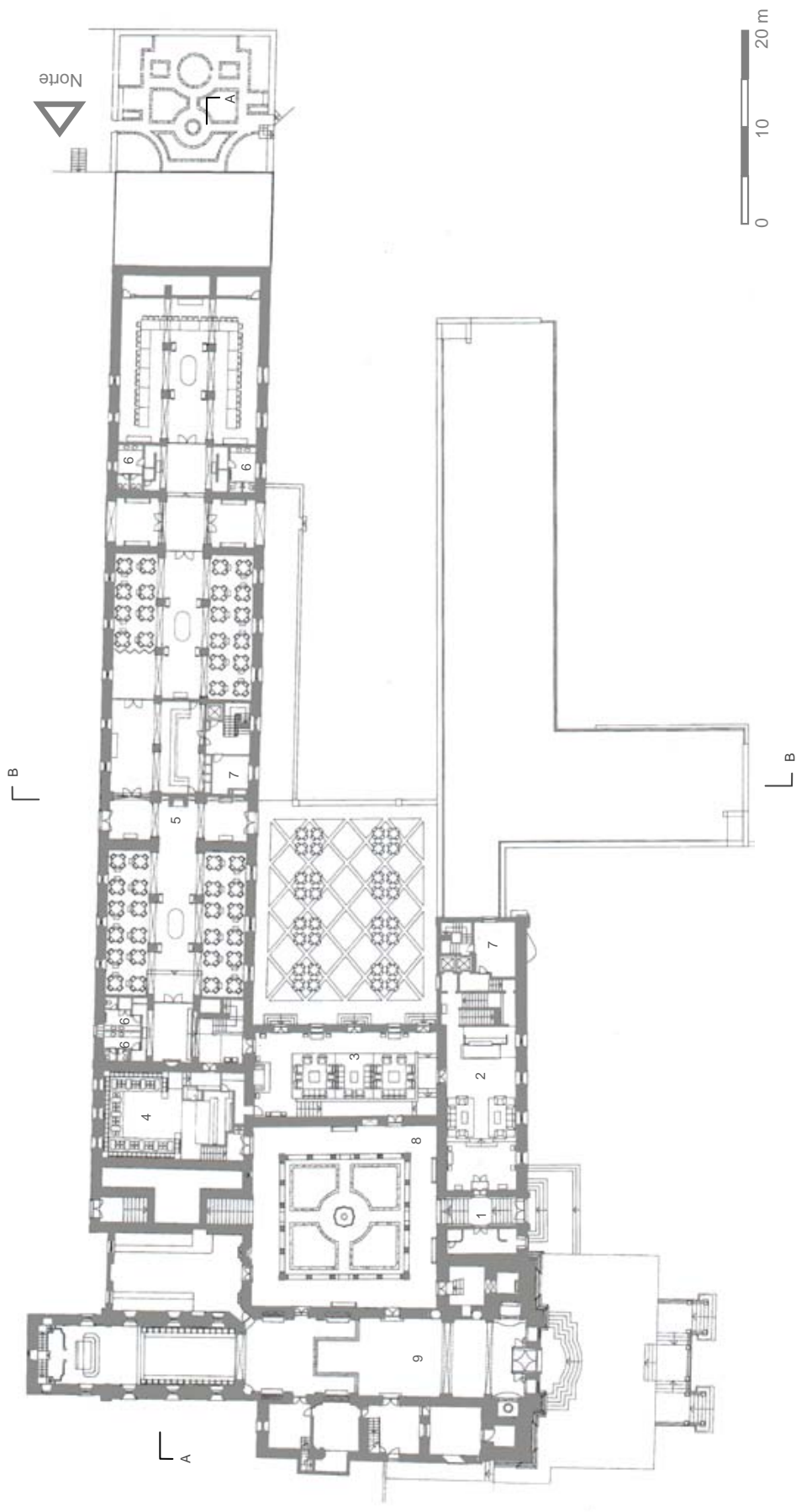
1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada; 3 | Banheiros de pessoal; 4 | Sala de pessoal; 5 | Cozinha; 6 | Zona de serviço.

Figura 44 ■ Planta do Piso 1



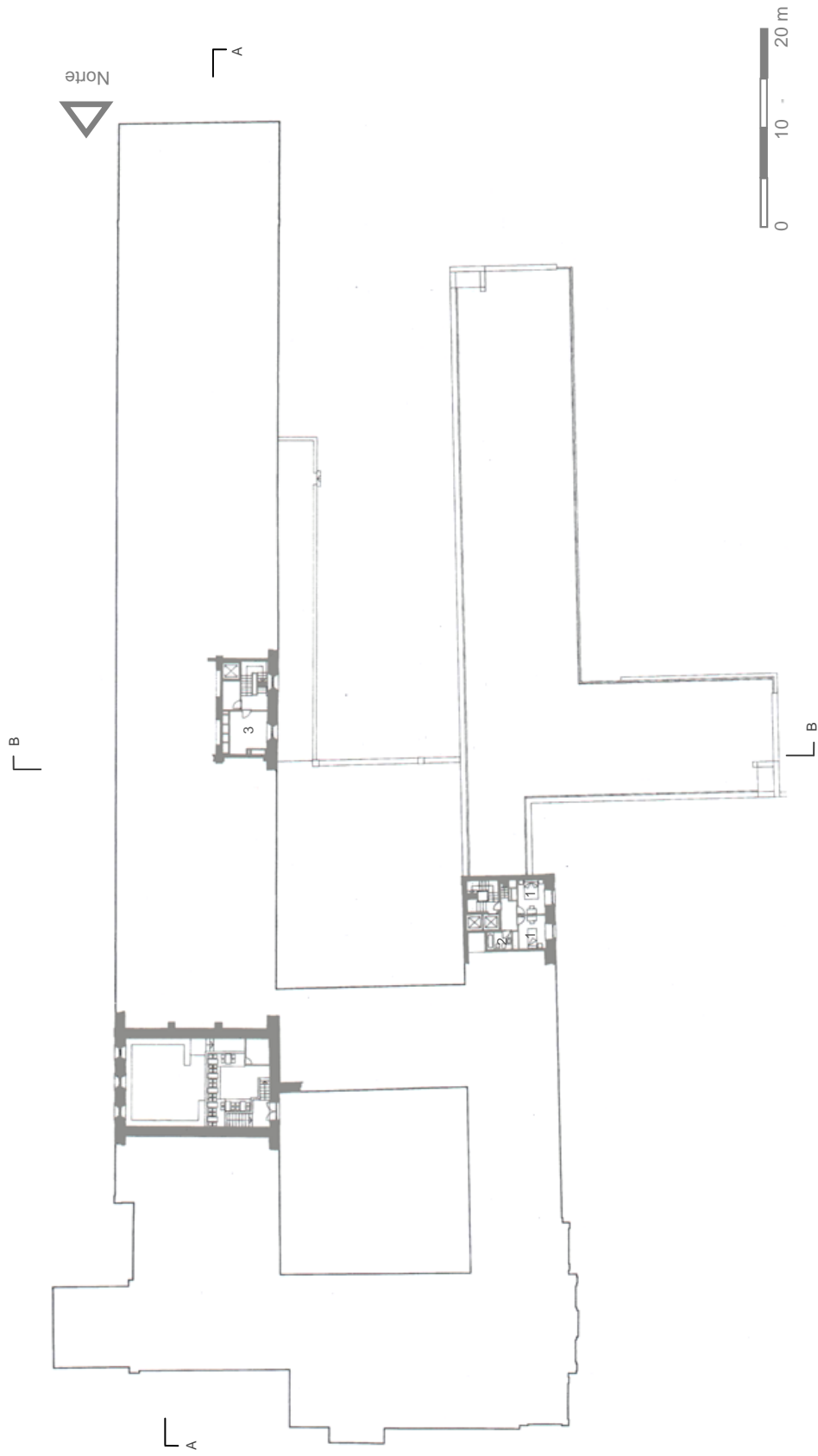
1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada; 3 | Zona de serviço

Figura 45 ■ Planta do Piso 2



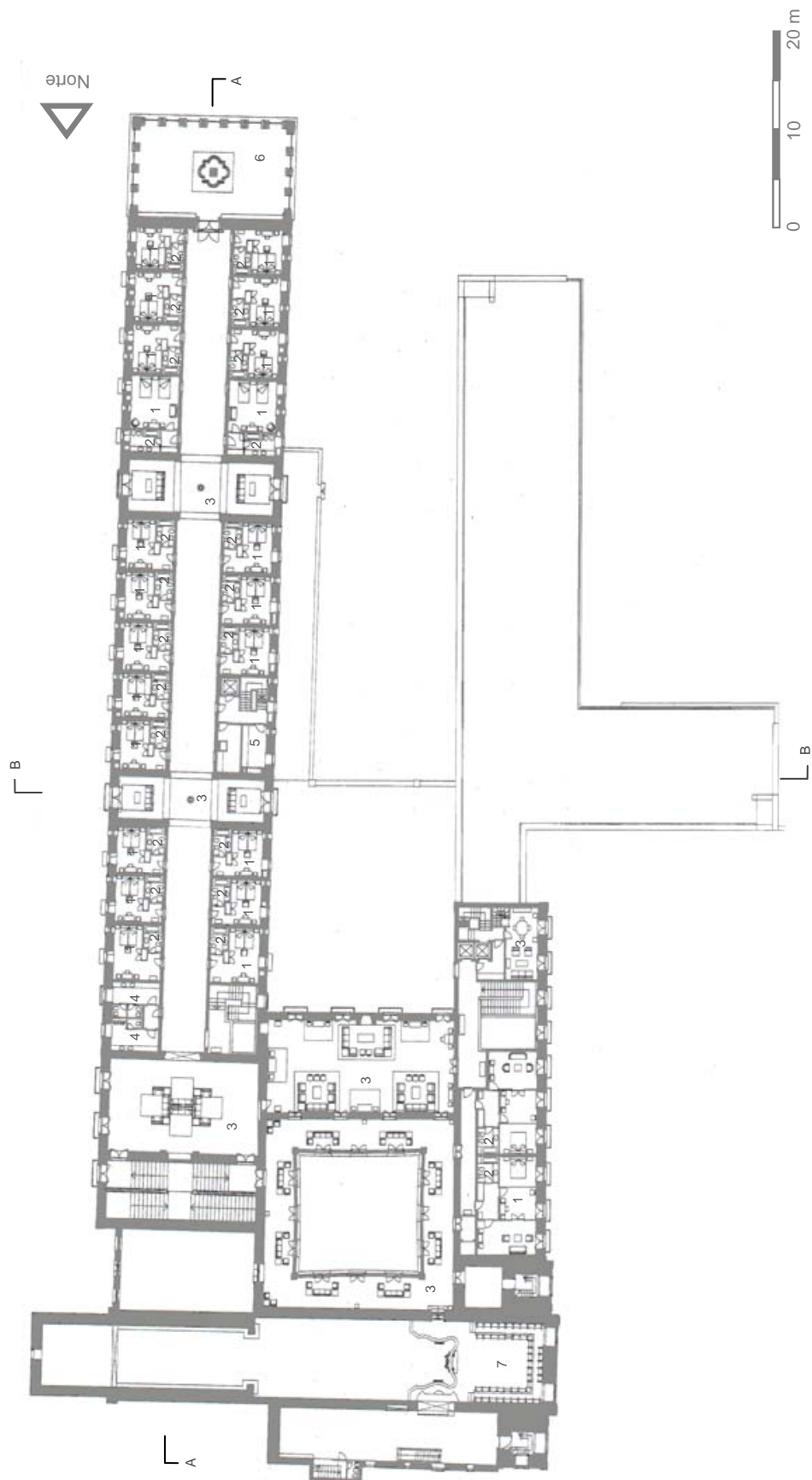
1 | Entrada da pousada; 2 | Recepção; 3 | Sala de estar; 4 | Espaço museológico; 5 | Restaurante; 6 | Instalação sanitária pública; 7 | Zona de serviço; 8 | Claustro; 9 | Igreja

Figura 46 ■ Planta do Piso 3



1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária pública; 3 | Acesso à cobertura

Figura 47 ■ Planta do Piso 4



1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada; 3 | Sala de estar; 4 | Instalação sanitária pública; 5 | Zona de serviço; 6 | Varanda de S. Jerónimo; 7 | Coro-alto

Figura 48 ■ Planta do Piso 5

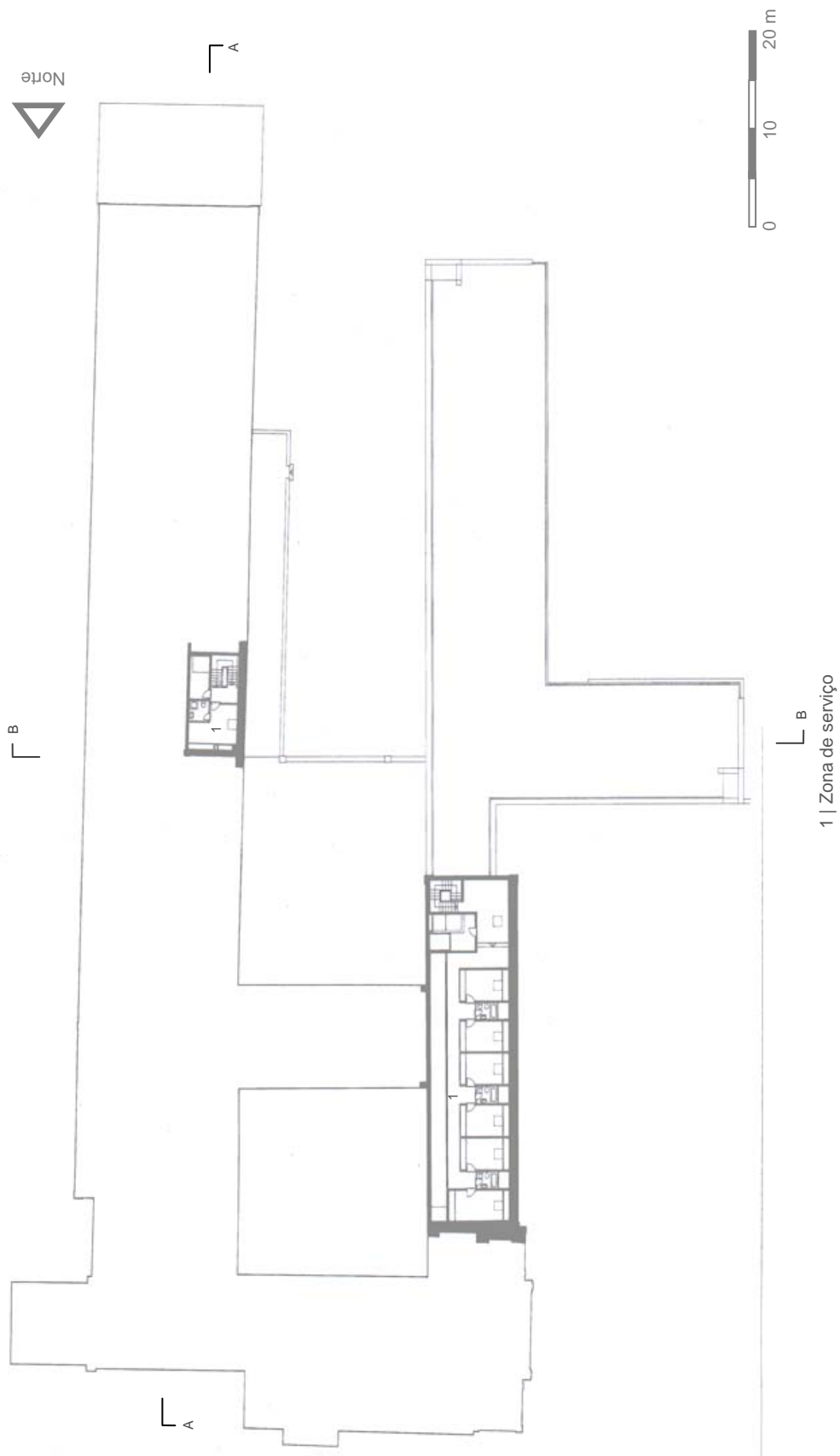


Figura 49 ■ Planta do Piso 6

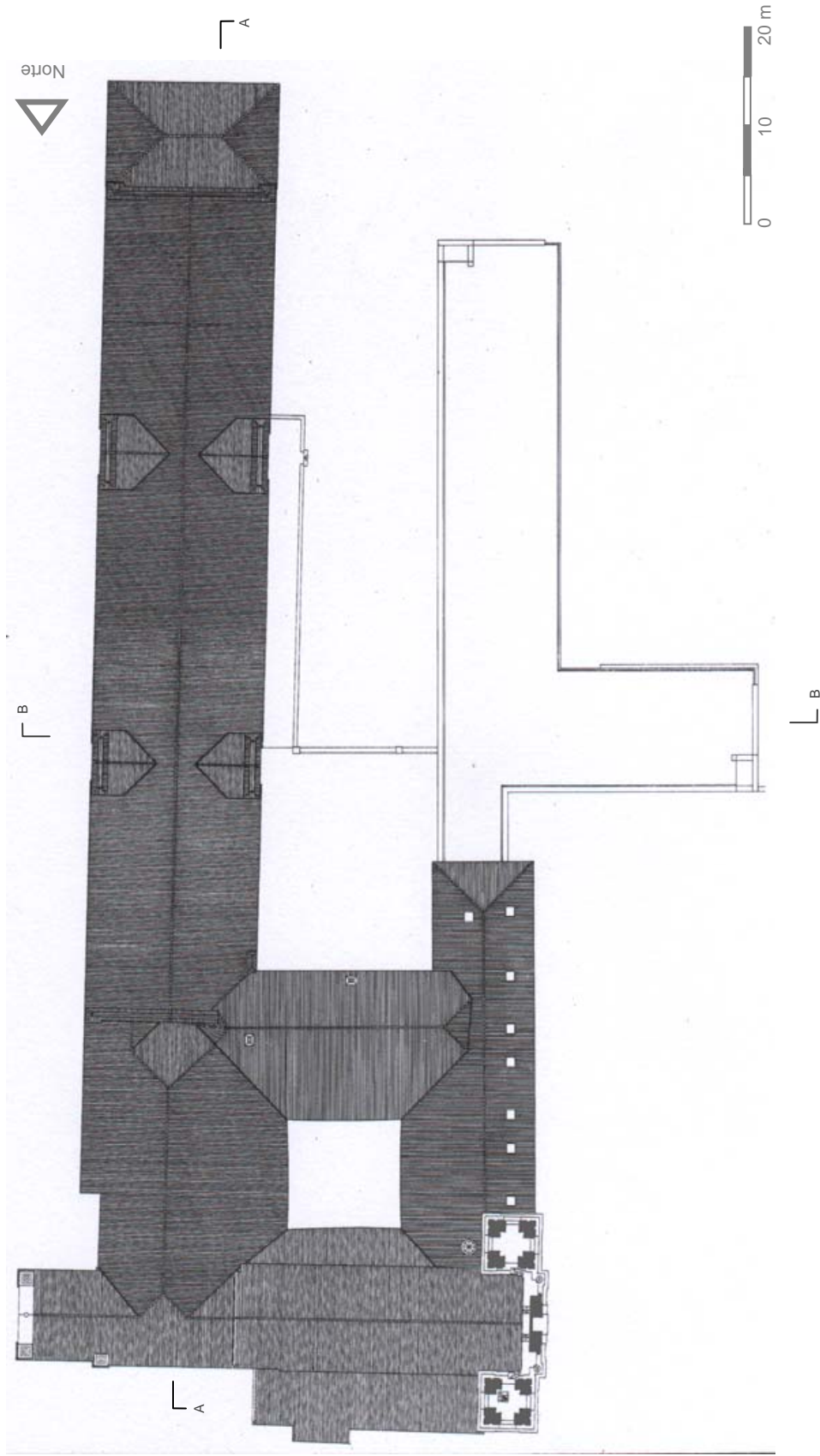


Figura 50 ■ Planta de Cobertura

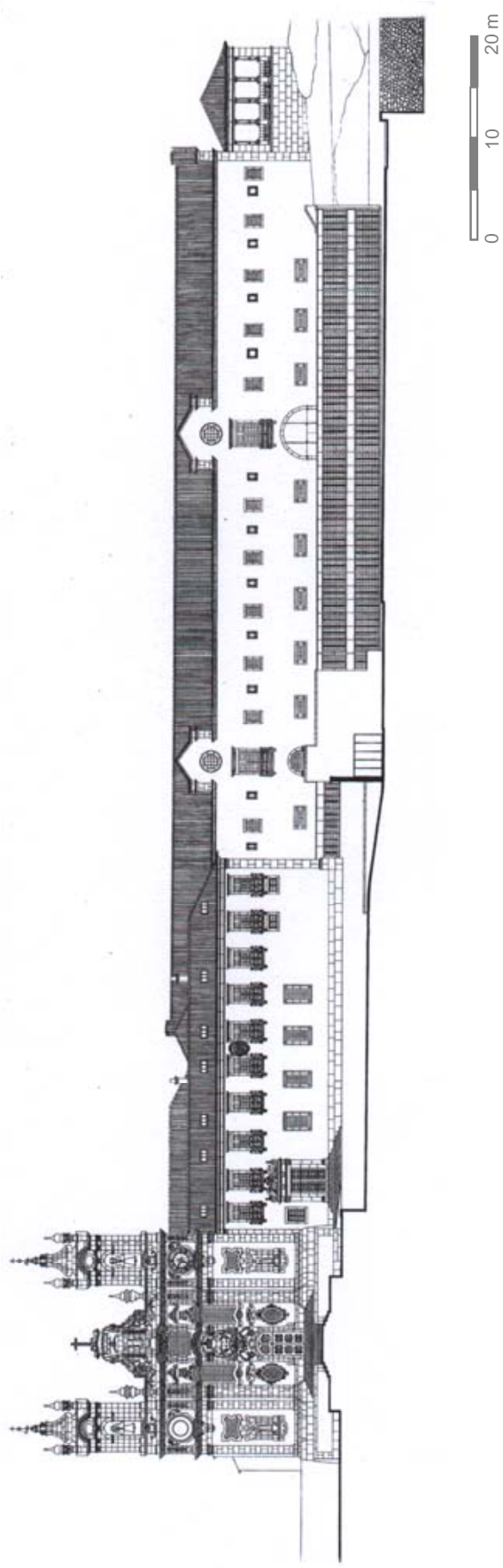


Figura 51 ■ Alçado Principal

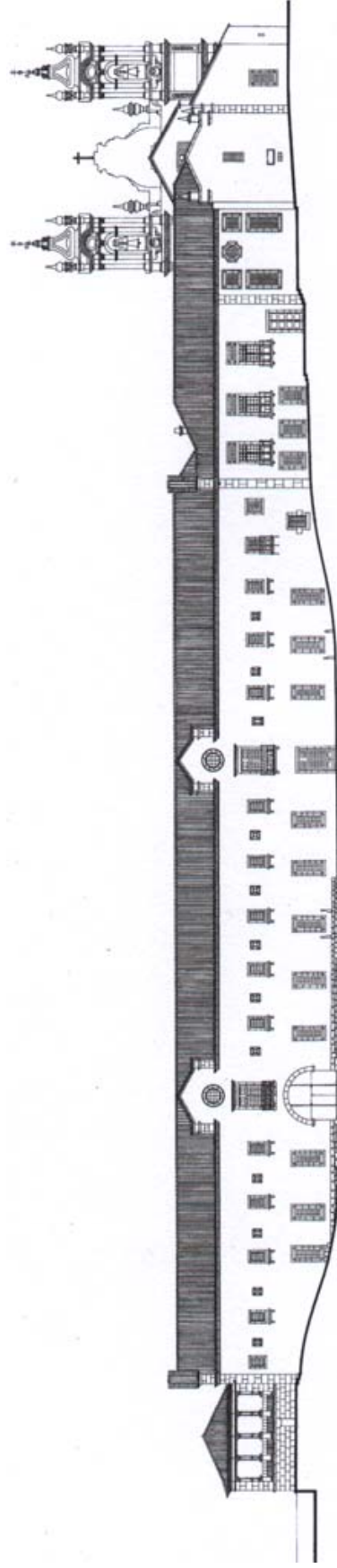


Figura 52 ■ Alçado Tardoz

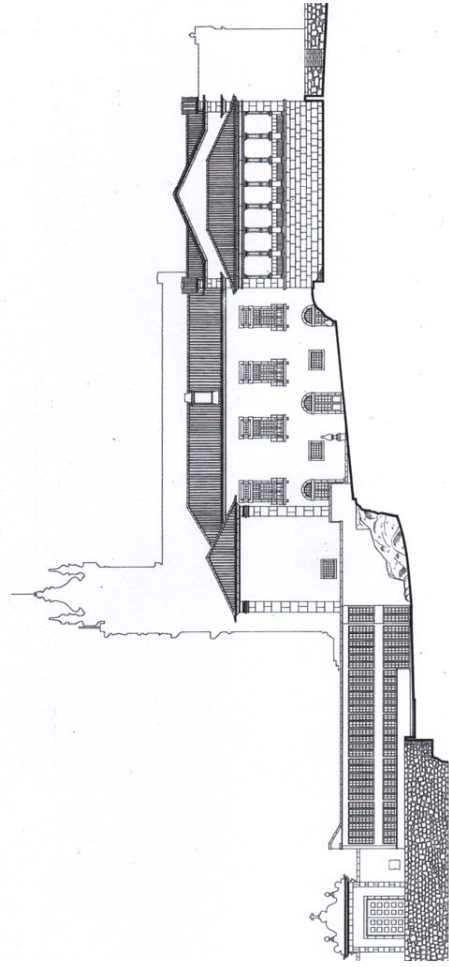


Figura 53 ■ Alçado Lateral Direito

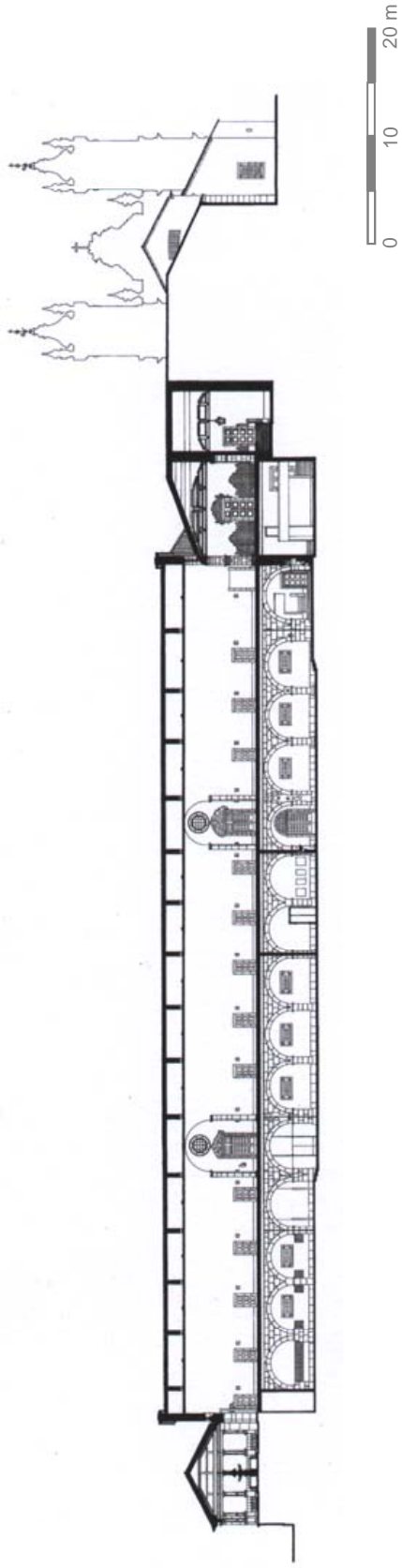
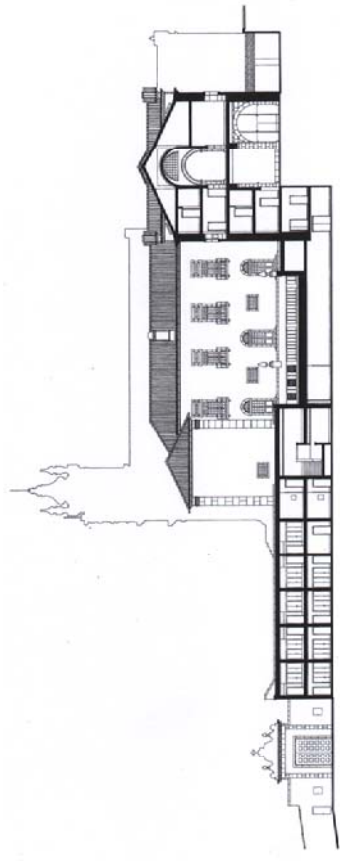


Figura 54 ■ Corte AA



0 10 20 m

Figura 55 ■ Corte BB

3.4 Fase II [1990-1996]

Como referimos anteriormente, neste grupo, incluímos as pousadas que registam uma filosofia de intervenção marcada pela mudança de política de intervenção nos monumentos, nomeadamente quanto ao modo de os tratar e interpretar.

As intervenções em monumentos neste período tiveram influência directa do Plano Nacional de Pousadas de Turismo 1989/1992, da autoria do arquitecto J. Santos Costa. O Plano previa a “adaptação a pousadas em edifícios existentes de qualidade, promovendo-se por esta via uma recuperação significativa e exemplar do nosso património cultural” e a “cobertura nacional do território em consonância com as necessidades de cada [região]”.¹³⁰ O património histórico é nesta fase visto como um produto cultural. O Estado é o primeiro a explorar a situação aproveitando esse interesse em benefício da indústria do turismo. A ENATUR (criada em 1979) ficou responsável pela reestruturação, racionalização e exploração destes empreendimentos turísticos (pousadas), que se encontravam sob a égide do Estado¹³¹. Competia-lhe ainda elaborar o programa funcional das pousadas e avaliar as propostas dos concursos. Como consequência, escolhia a equipa de projectistas que, maioritariamente, eram arquitectos de renome. Com esta escolha, o Estado (leia-se ENATUR), enquanto participante activo na política de turismo, pretendia conseguir arquitectura de maior qualidade. À Direcção-Geral do Turismo competia verificar os requisitos de funcionamento para a classificação de pousada, através da análise do projecto (licenciamento) e classificar as pousadas¹³².

¹³⁰ *Plano Nacional de Pousadas de Turismo de 1989/1992*, DGEMN / ENATUR, Julho de 1989, pp. 5-6. Este plano teve particular importância, porque pôs em prática, por imposição do Plano Nacional de Turismo de 1986 (elaborado pela Secretaria de Estado do Turismo e aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros de 6 de Fevereiro de 1986), a actualização dos planos de pousadas de 1966 e 1980. Cf. *Plano de 1989/1992* ..., ob. cit., pp.3-4.

¹³¹ A ENATUR podia ainda “propor o aproveitamento turístico de espaços disponíveis pertencentes ao Estado, por si ou com a participação da iniciativa privada”. Cf. alínea c) do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 157/86, 25 de Junho.

¹³² “A classificação «pousada» será, em princípio, atribuída a estabelecimentos instalados em imóveis qualificados pelas entidades competentes como monumentos nacionais ou de interesse público” [ou] “estabelecimentos hoteleiros instalados, por iniciativa pública, sob proposta de proprietários interessados, em edifícios que disponham de limitada capacidade de alojamento e que obedeçam, quer em traça arquitectónica,

Para além dessas incumbências, podia acompanhar o projecto aquando da sua elaboração, através de deslocações ao local e reuniões conjuntas. As pousadas ficavam assim sob a alçada da ENATUR, da DGEMN e da DGT, cabendo a cada uma destas entidades pronunciar-se nas suas áreas específicas, na tentativa de chegarem a um consenso de projecto final.

A remodelação organizativa da DGEMN contribuiu também nesta fase para a reflexão e o debate sobre os conceitos de intervenção no património edificado. A postura de intervenção no património arquitectónico passou a incluir a “relação com o tempo e a história, o saber e a arte”.¹³³ No período em referência, também a DGEMN organizou e actualizou a lista do património arquitectónico nacional, dando origem ao Inventário do Património Arquitectónico (IPA).¹³⁴

Nesta fase foram intervencionados, por ordem cronológica, o Castelo de Alvito, o Convento de S. Francisco (Beja), o Mosteiro Flor da Rosa (Crato), as cavaliças do Palácio de Queluz, e o Mosteiro de Santa Maria do Bouro (Amares).

Para a análise das intervenções, seleccionámos o Castelo de Alvito e o Mosteiro de Flor da Rosa (Crato), por serem representativos, nesta fase, do modo de intervir no património histórico edificado. A partir de alguma semelhança na volumetria entre os monumentos, as intervenções reflectem o confronto do carácter estético, da sua capacidade funcional e da sua dimensão simbólica.

quer em materiais utilizados, às características locais e se situem fora de zonas turísticas dotadas de suficiente apoio hoteleiro”. Cf. artigo 1º do Decreto-Lei n.º 207/84, de 25 de Junho.

¹³³ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2006, p. 211.

¹³⁴ O IPA foi disponibilizado para consulta pública em 1993, e surgiu a partir da estratégia sectorial do Plano de Turismo de 1977-80.

3.4.1 Alvito ■ Pousada do Castelo de Alvito [1991-1993]

▪ Enquadramento histórico

Em 1481¹³⁵, D. Afonso V concedeu autorização a D. João Fernandes da Silveira, 1º barão de Alvito, para edificar um castelo perto da fonte da vila, a fim de servir os moradores de Alvito e de áreas limítrofes¹³⁶. A obra decorreu entre 1494 e 1504¹³⁷, a cargo do 2º barão de Alvito, D. Diogo Lopes Lobo, com as confirmações das licenças régias de 1489 e 1497, proferidas por D. João II e por D. Manuel, respectivamente. A torre de menagem tem uma história pouco clara quanto à sua construção. Segundo António João Feio Valério, o período entre 1523 e 1528, refere-se à construção da torre¹³⁸; no entanto, Paula Noé refere que este período corresponde a alterações da mesma, a nível da fenestração¹³⁹. Em 1531, o Castelo de Alvito acolheu a corte de D. João III e D. Catarina de Áustria que fugiam à peste que se alastrava pela cidade de Évora¹⁴⁰. A construção da capela data de 1548¹⁴¹ e a construção da arcada no corpo norte e da escada de acesso à capela datam do último quartel do século XVI. No século XVII, foram rasgadas portas-janelas. Nos séculos XVIII - IX, foram efectuadas obras de remodelação e conservação. Em 1887, o castelo é vendido ao rei D. Carlos I, que apenas se tornou seu legítimo dono em 1897, depois da morte de D. José Lobo da Silveira Quaresma e de D. Carolina Augusta Duarte. Durante estes dez anos, algumas zonas do pátio foram arrendadas, tendo originado a construção de vários anexos¹⁴². Em 1915, D. Manuel II integra o castelo na Fundação da Casa de Bragança¹⁴³. A partir de 1917¹⁴⁴, o castelo entra num processo de degradação até à

¹³⁵ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Beja. Zona Norte. Concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira, Volume I, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, Dezembro de MCMXCII, p.4.

¹³⁶ António João Feio Valério, *O Paço dos Lobos da Silveira em Alvito*, Câmara Municipal de Alvito, 1994, pp. 19-20.

¹³⁷ Cf. António João Feio Valério, *ob. cit.*, p.21.

¹³⁸ Cf. António João Feio Valério, *ob. cit.*, p.36.

¹³⁹ Paula Noé, *O Castelo do Alvito*, (texto policopiado - DGEMN), Lisboa, 1994.

¹⁴⁰ Cf. António João Feio Valério, *ob. cit.*, p.61 e Túlio Espanca, *ob. cit.*, p.4.

¹⁴¹ Cf. António João Feio Valério, *ob. cit.*, p.39 e Fialho de Almeida, *Em Alvito o Castelo*, Câmara Municipal de Alvito, 2005, p. 34.

¹⁴² Túlio Espanca, *ob. cit.*, p.6.

¹⁴³ Túlio Espanca, *ob. cit.*, p.6.

década de quarenta do século passado. Em 1940, foi intervencionado pela DGEMN, que, à semelhança do que aconteceu com o castelo de Óbidos, o “reconverteu” numa imagem medieval. Em 1975, a Comissão de Moradores de Alvito ocupa o castelo, sendo realizadas obras de adaptação para a sua instalação, a título particular. Durante os anos oitenta do século passado, foram realizadas obras de conservação geral. O projecto de adaptação do castelo a pousada data de 1991 e a sua inauguração de 1993.¹⁴⁵

▪ Descrição do conjunto edificado

O Castelo de Alvito situa-se num planalto, no aglomerado urbano da vila de Alvito, distrito de Beja.



Figura 56 ■ Alvito. Localização da Pousada do Castelo de Alvito: vista aérea a 2000m altitude.

¹⁴⁴ Túlio Espanca, *ob. cit.*, p.6.

¹⁴⁵ O processo iniciou-se em 1980 por interesse da Secretaria de Estado do Turismo na adaptação a pousada dos imóveis em Alvito e Vila Viçosa, pertencentes à Fundação da Casa de Bragança. Sobre o assunto o Ministério da Habitação e Obras Públicas / DGEMN inquiriu a fundação sobre a eventual cedência ou aquisição por parte do Estado dos referidos imóveis. Cf. DGEMN, processo IPA 020310001, Pasta DSID-001/002-0072, documento n.º 25.



Figura 57 ■ Alvito. Localização da Pousada do Castelo de Alvito: vista aérea a 600m altitude.

- Protecção legal

O Castelo de Alvito foi classificado como Monumento Nacional, em 16 de Junho de 1910.

- Breve descrição do espaço afecto a pousada

O castelo, de planta quadrada, compõe-se por três torreões circulares e um oval nos seus vértices e de uma torre de menagem, de planta quadrada adossada à ala norte.

A pousada desenvolve-se no castelo aproveitando as preexistências da estrutura fortificada e as construções existentes no interior, adossadas às muralhas norte, sul e oeste, que circundam um pátio central. O acesso efectua-se pela fachada oeste, rasgada por uma porta em arco.

O piso -1, construído no contexto da adaptação do monumento a pousada, reúne as principais áreas de serviço da pousada, designadamente, vestiários e refeitório de pessoal, cozinha, copas de apoio, zona de armazenagem, rouparia e lavandaria. Este piso foi construído fora do perímetro da muralha, do lado este do edifício. Apesar dos serviços se encontrarem fora do edificado preexistente, foram criadas duas ligações de apoio ao serviço da pousada que rasgaram o monumento: uma interliga na vertical, por ascensor, a área da cozinha e a sala de refeições do restaurante, localizada um piso acima; outra atravessa o pátio central e liga com um elevador de serviço que serve as unidades de alojamento localizadas nas alas sul e oeste.

O piso 0 é constituído pelas áreas comuns da pousada. A entrada marca o centro da ala oeste, tendo na continuação para norte uma sala de estar, instalações sanitárias e

restaurante e, para sul, a recepção, bar e duas salas de estar. Junto à recepção, encontram-se os acessos verticais, ascensores e escada, que comunicam com os pisos 1 e 2.

O piso 1 possui dez unidades de alojamento com casa de banho privativa, distribuídas equitativamente pelas alas sul, oeste e uma unidade de alojamento com casa de banho privativa no torreão oval. A ala norte possui terraço com acesso pelo exterior, através de escada encostada ao pano de muralha este.

O piso 2 possui oito unidades de alojamento, das quais quatro na ala sul, uma no torreão oval e três na ala oeste, e capela no extremo norte da ala oeste, que permite também acesso por uma escada exterior adjacente ao corpo oeste, que interliga com o terraço a norte. Existem ainda pequenas escadas que fazem a ligação entre o terraço a norte, a ala oeste e o adarve norte e este.

O piso 3 estende-se pelas alas sul e oeste, mas o acesso a hóspedes está vedado¹⁴⁶.

- Autor do projecto de adaptação

Arquitecto Manuel Tierno Bagulho¹⁴⁷

- Análise da intervenção efectuada

O castelo de Alvito, tal como o de Óbidos, apresenta uma relação difícil entre o corpo pré-existente e o programa hoteleiro. O edifício evidencia uma evolução histórica, com a organização em planta e a organização da volumetria a seguir sentidos opostos: se por um lado a primeira procura a integração do homem com a funcionalidade através da arquitectura, a segunda parece querer mostrar que é da própria arquitectura que nasce a funcionalidade. O projecto de adaptação a pousada aglutinou, além da estrutura fortificada, algumas das construções realizadas nos últimos anos existentes dentro dessa estrutura, mantendo o valor e identidade que se exigia ao monumento - o de castelo. Estas leituras têm grande importância na entrada principal, porque é mínima na organização volumétrica, e potencia uma direcção que conduz ao pátio central. Este, por sua vez, confere uma visão total do conjunto.

¹⁴⁶ Aquando das visitas à pousada não foi facultado o acesso a este piso.

¹⁴⁷ Chefe de Divisão da Direcção Regional de Monumentos do Sul (DGEMN – DRMS).

A intervenção de adaptação a pousada confunde-se nesse conjunto formado a partir da adição de volumes de diferentes épocas. Por isso, para o caso em concreto, a organização em planta é importante. A partir das plantas podemos verificar que, ao contrário da pousada do Castelo de Óbidos, foi criado um piso “enterrado”, adjacente à estrutura fortificada, para introduzir todas as áreas de serviço necessárias ao funcionamento da pousada. No entanto, foi ainda criada uma serventia, ao nível desse piso mas, por baixo do pátio, para servir o corpo pré-existente (coluna de serviço). Com esta solução, a organização de funcionamento de acordo com as exigências impostas pela legislação do turismo foi salvaguardada. Foi também acautelada a estrutura pré-existente e a leitura histórica do monumento.

▪ Elementos fotográficos

Antes da intervenção



Figura 58 ■ Castelo: panorama do conjunto.



Figura 59 ■ Pátio (vista Norte).



Figura 60 ■ Pátio e Paço (vista Oeste).



Figura 61 ■ Interior do Paço.

Durante a intervenção



Figura 62 ■ Construção do túnel que liga o edifício novo e o pré-existente.



Figura 63 ■ Construção nova versus pré-existência.



Figura 64 ■ Ala Oeste. Cobertura do interior do Paço.



Figura 65 ■ Ala Este. Pátio.

Após a intervenção



Figura 66 ■ Entrada da pousada (Oeste).



Figura 67 ■ Ala Sul. Pátio.



Figura 68 ■ Ala Oeste e Norte. Pátio.



Figura 69 ■ Ala Este e Sul.



Figura 70 ■ Ala Oeste. Unidade de alojamento.



Figura 71 ■ Recepção e escada principal.



Figura 72 ■ Ala Sul.
Acesso unidades de
alojamento (piso 2)



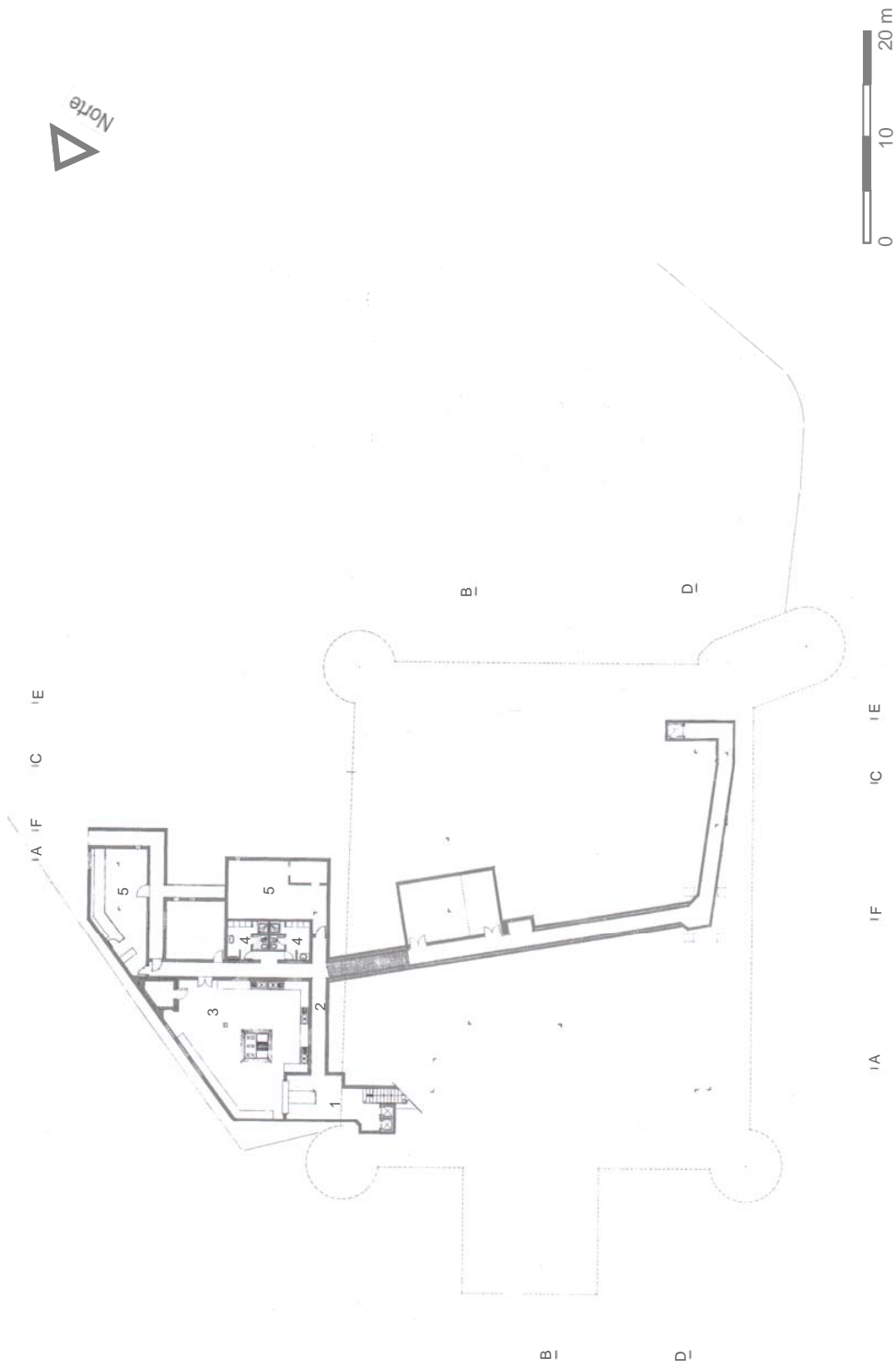
Figura 73 ■ Restaurante.



Figura 74 ■ Recepção.

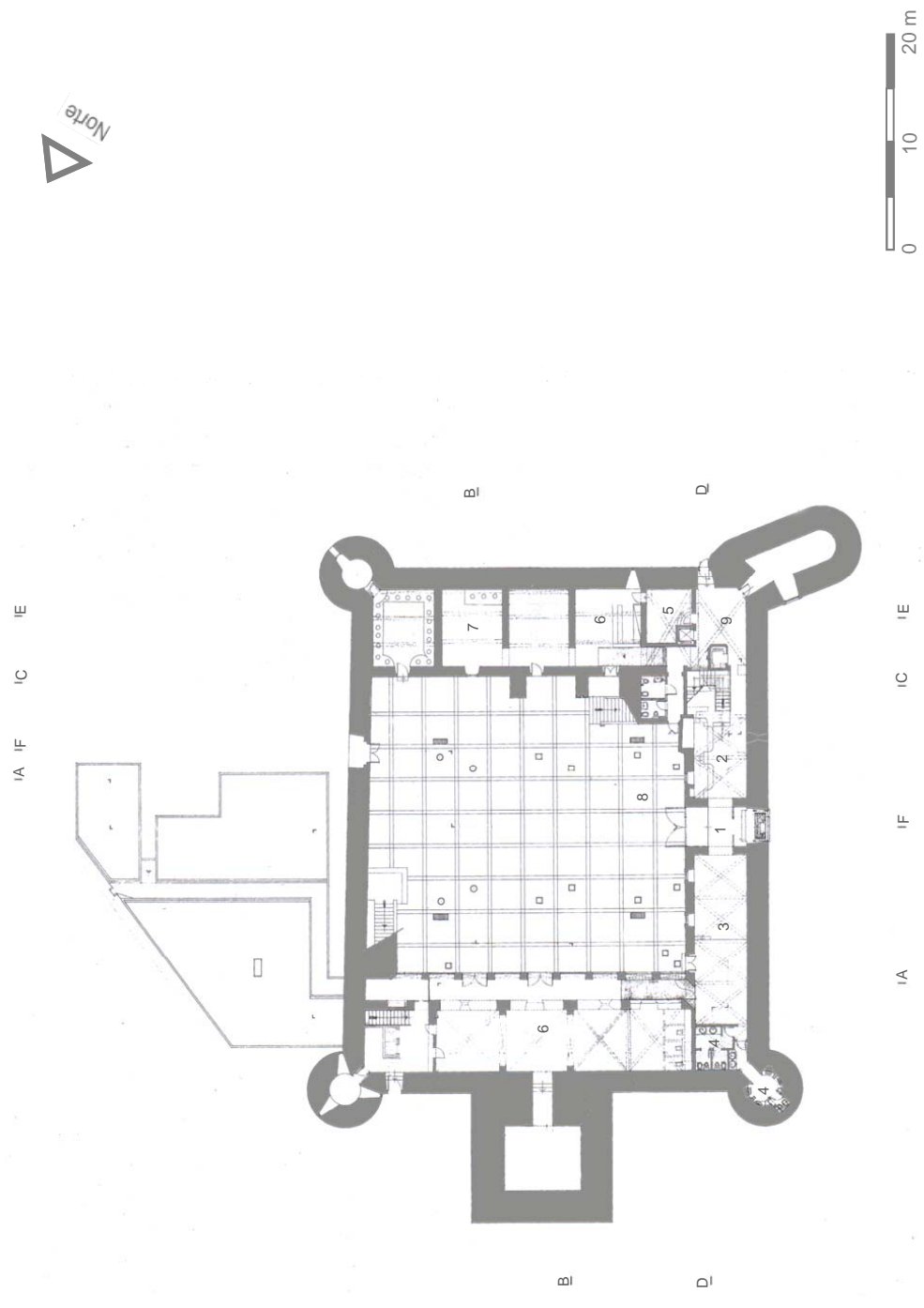
- Elementos gráficos

No projecto de arranjos exteriores da responsabilidade do arquitecto Ribeiro Telles, recriaram-se a hortas, o laranjal, a vinhas, o bebedouro de pássaros e um pequeno miradouro.



1 | Hall de distribuição; 2 | Corredor; 3 | Cozinha; 4 | Vestiário de pessoal; 5 | Zona de serviço

Figura 75 ■ Planta do Piso -1

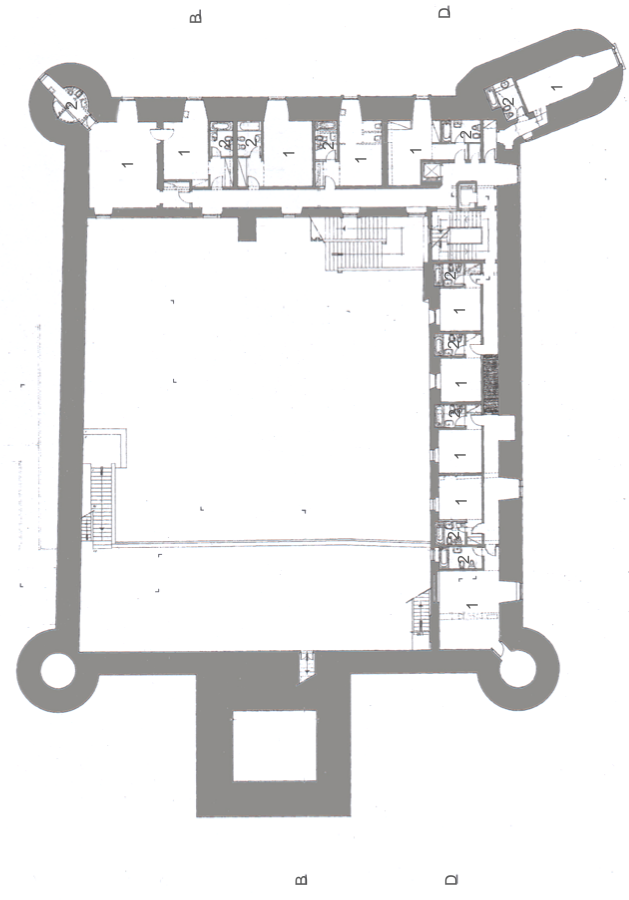


1 | Entrada da pousada; 2 | Recepção; 3 | Sala de estar; 4 | Instalação sanitária pública; 5 | Zona de serviço; 6 | Bar; 7 | Sala de estar (latrina); 8 | Pátio; 9 | Zona de passagem

Figura 76 ■ Planto do Piso 0



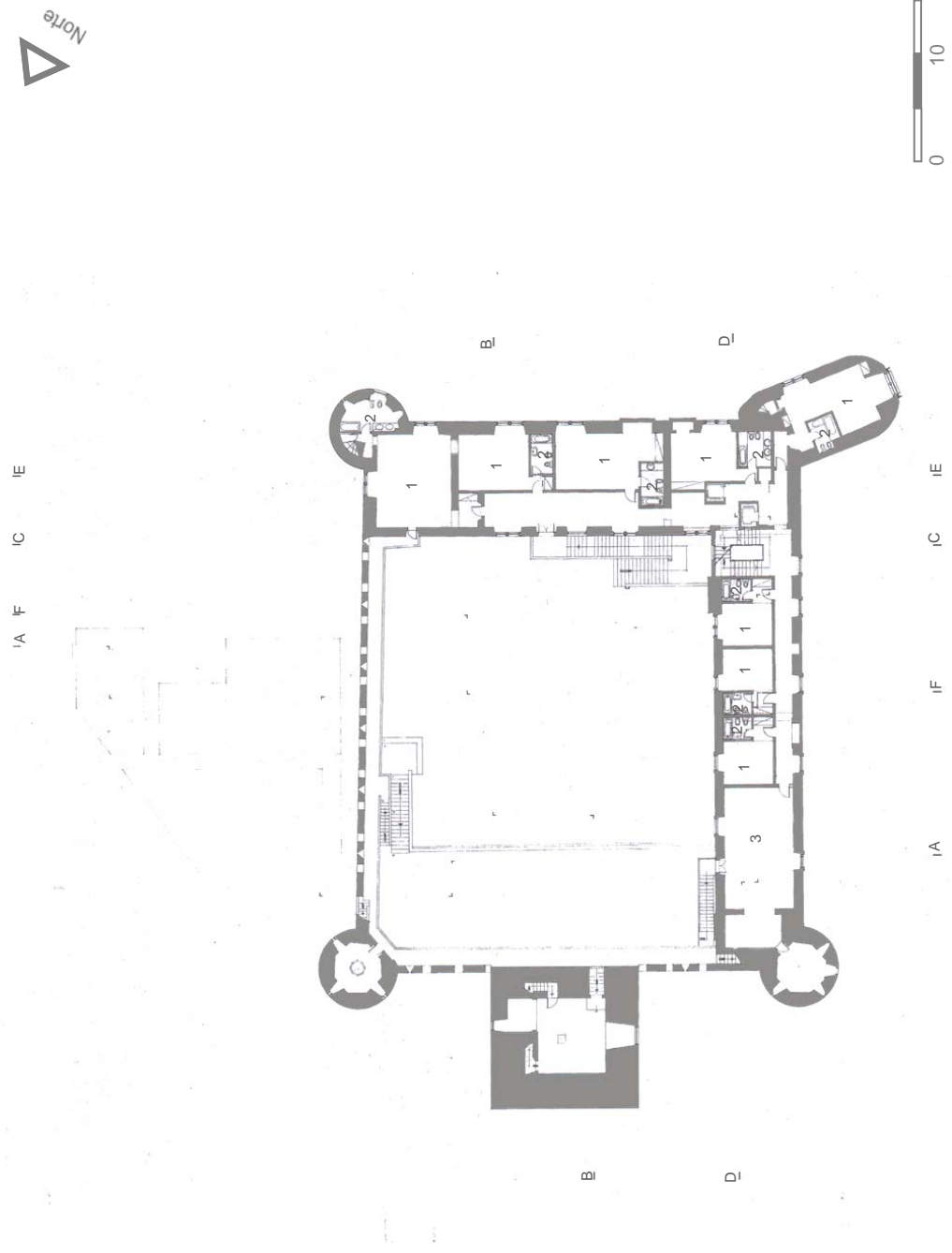
'A' 'F' 'C' 'E'



'A' 'F' 'C' 'E'

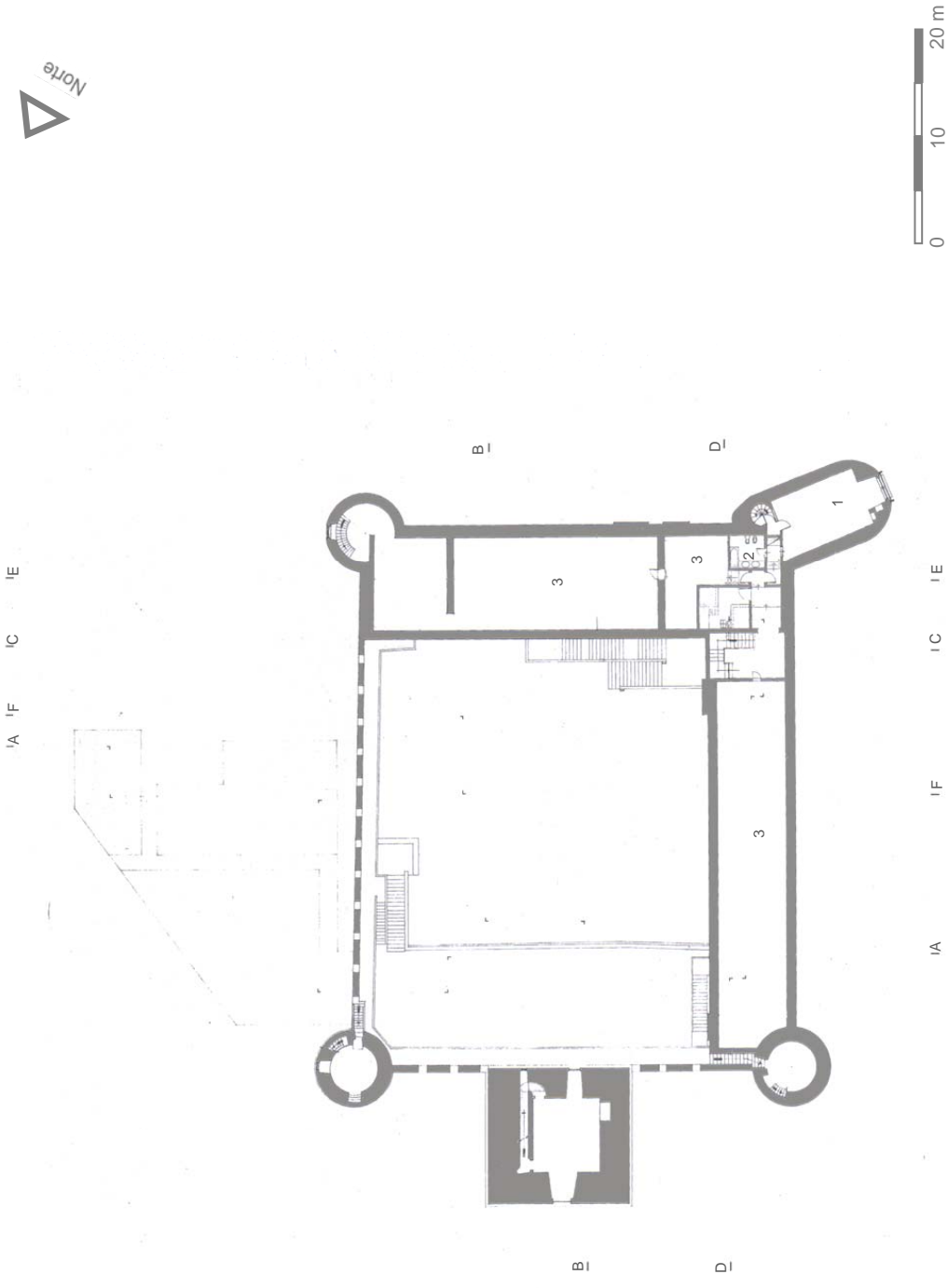
1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada

Figura 77 ■ Planto do Piso 1



1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada; 3 | Capela

Figura 78 ■ Planto do Piso 2



1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada; 3 | Zona de serviço

Figura 79 ■ Planta do Piso 3

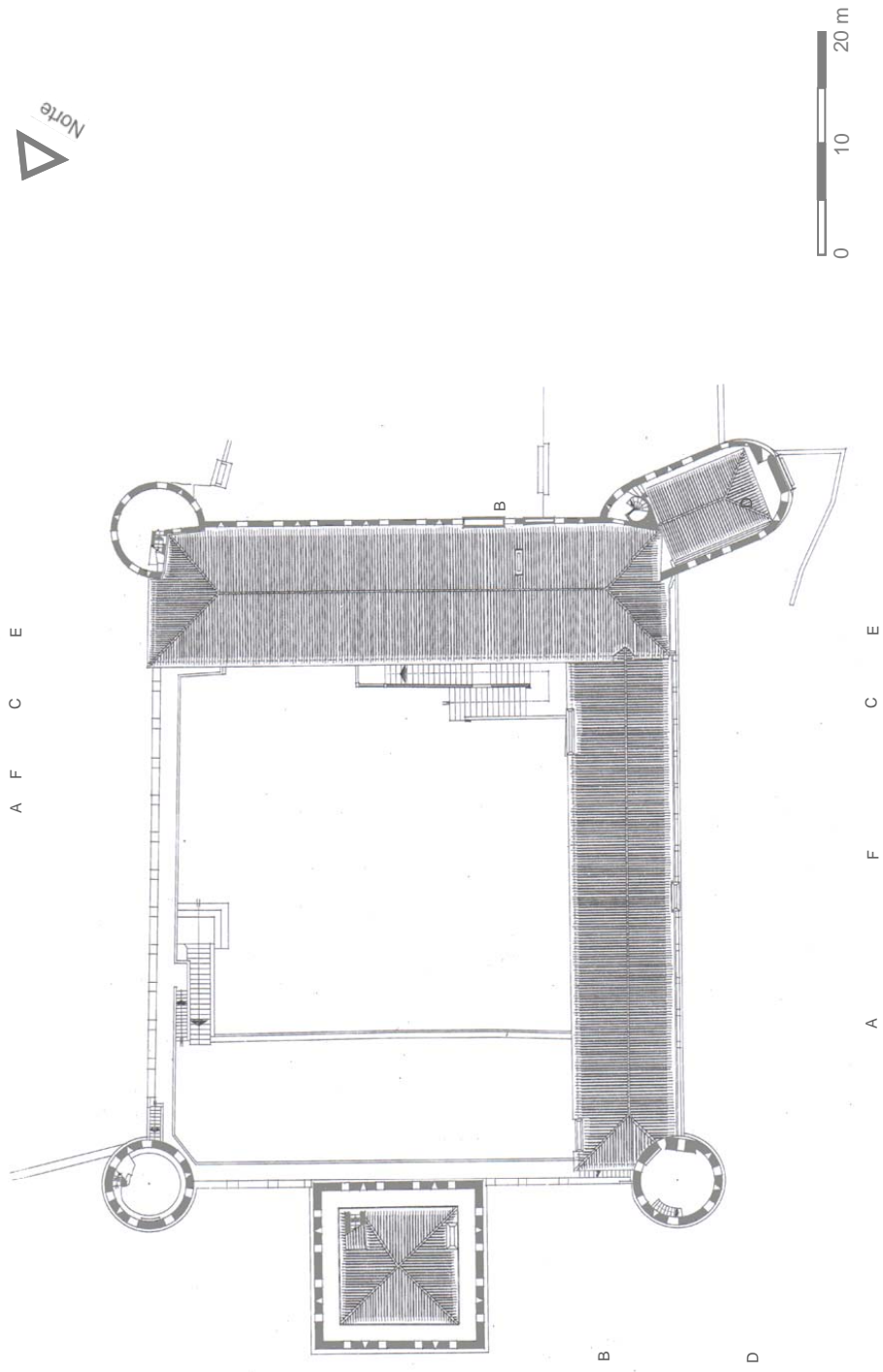


Figura 80 ■ Planta da cobertura

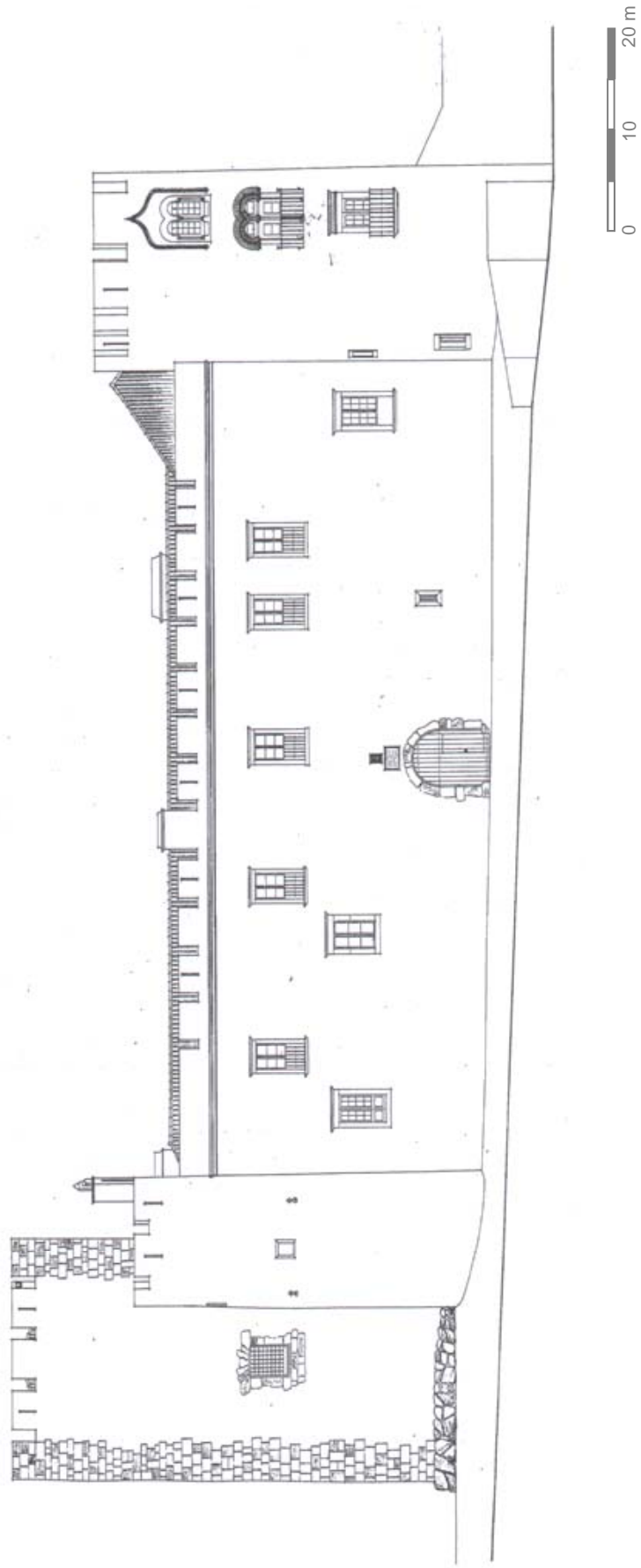


Figura 81 ■ Alçado Principal

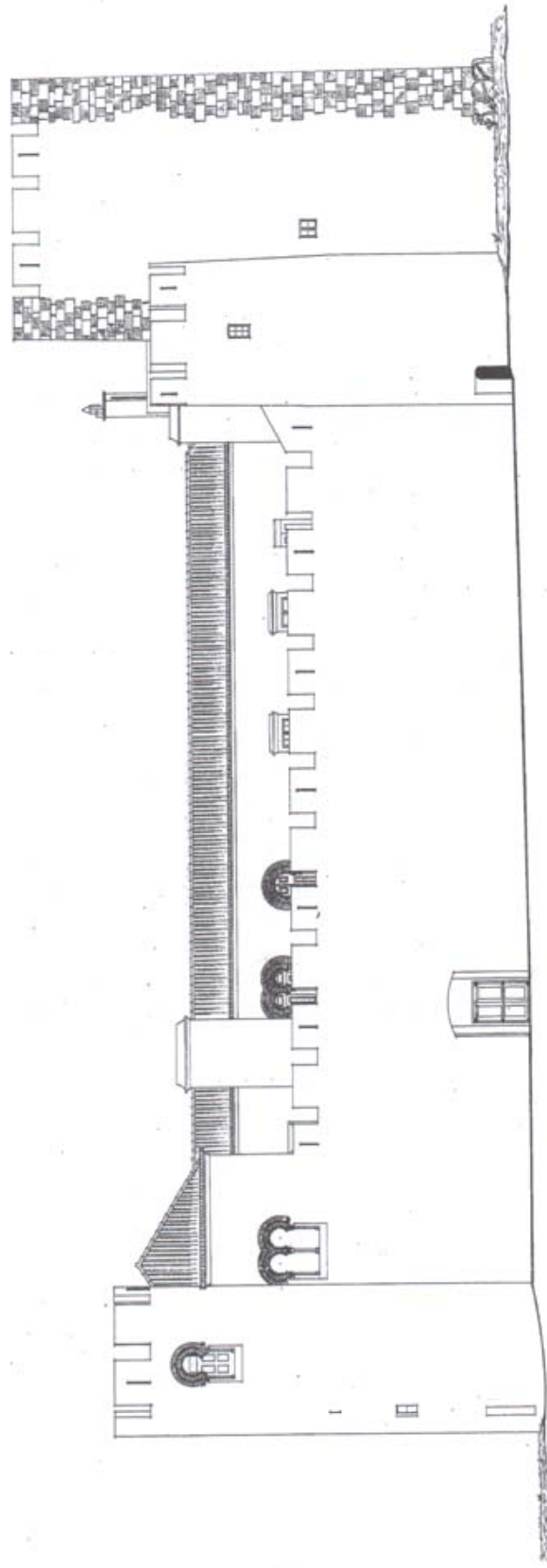


Figura 82 ■ Alçado Tardoz

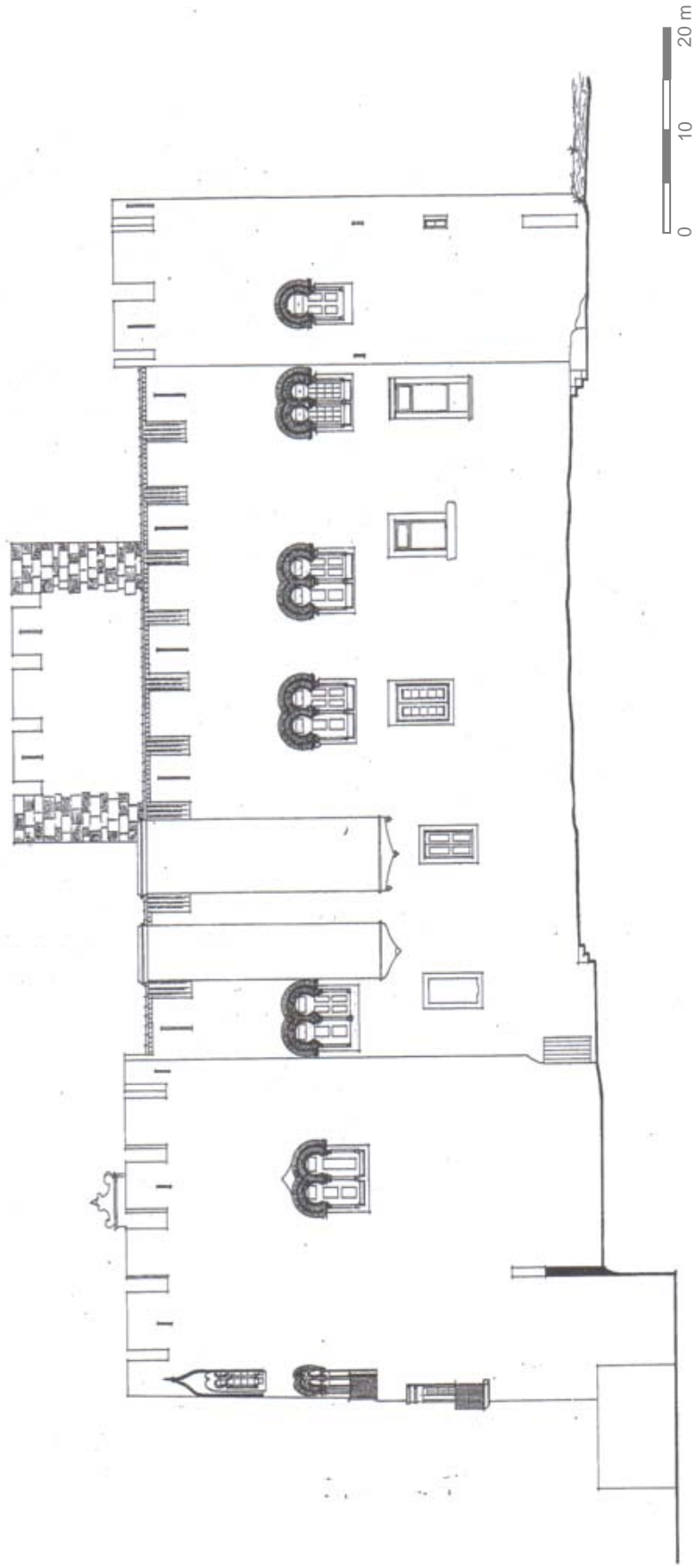


Figura 83 ■ Alçado Lateral Direito

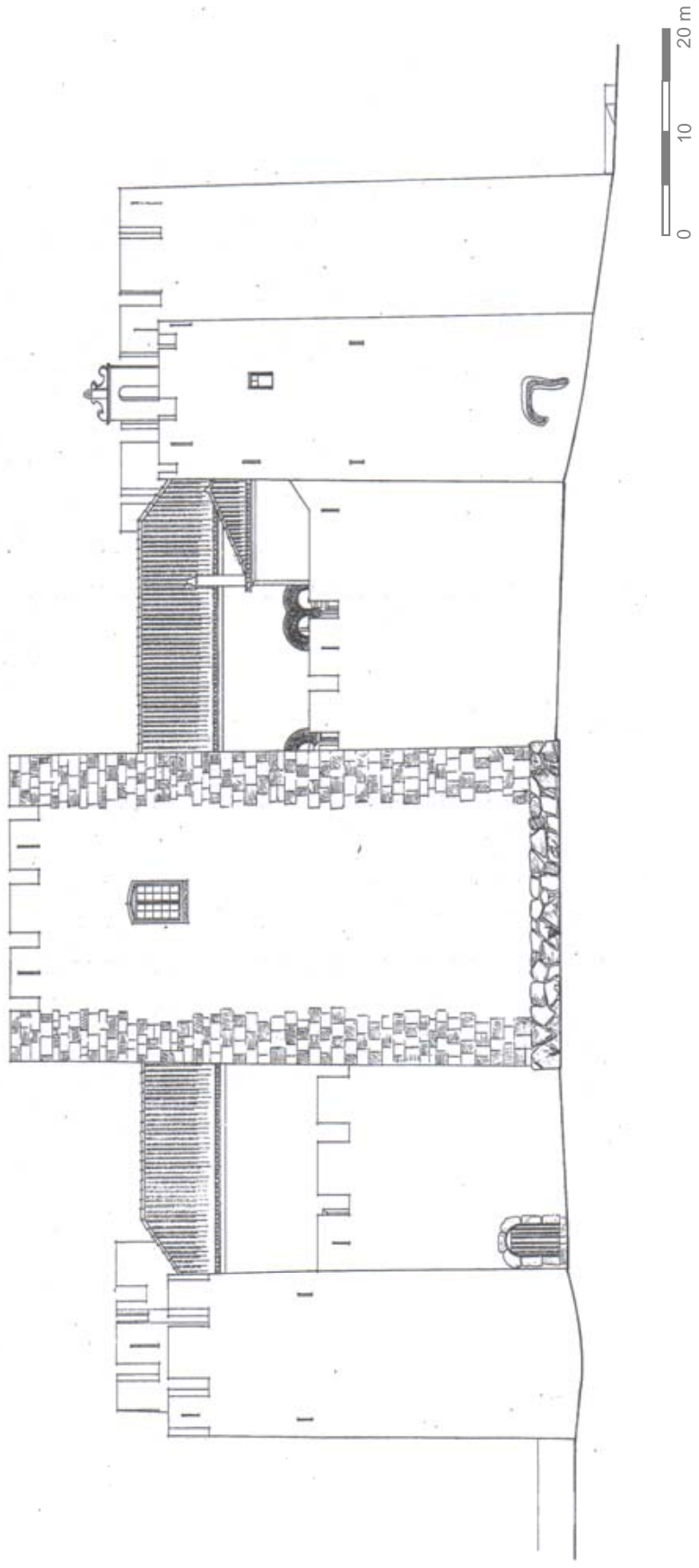


Figura 84 ■ Alçado Lateral Esquerdo

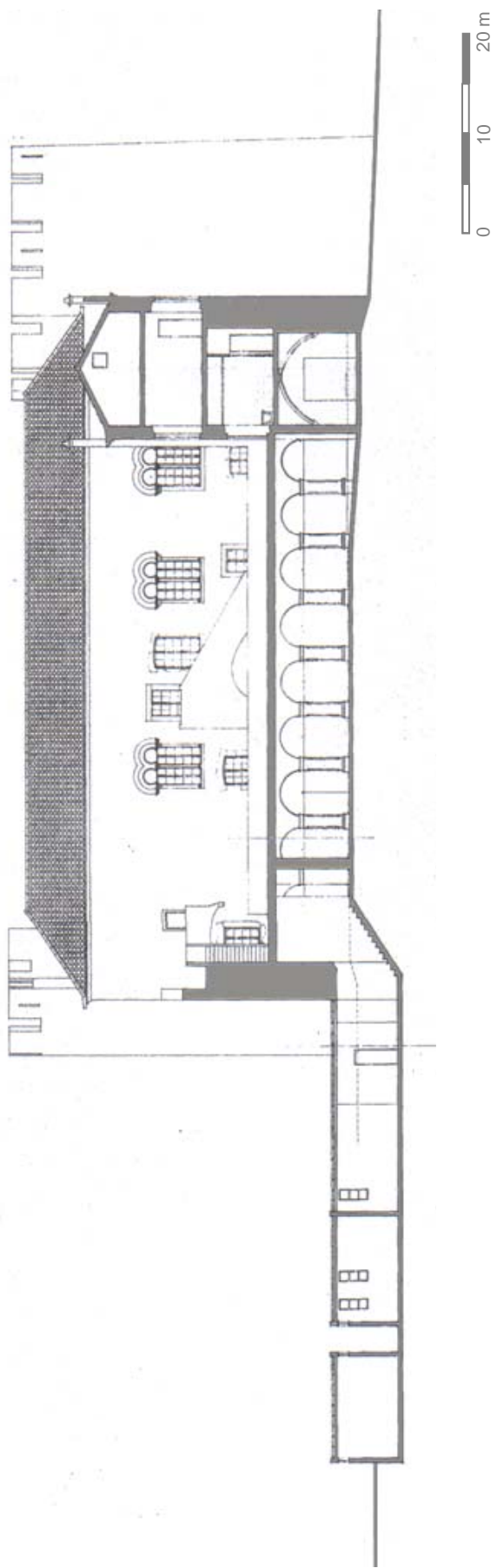


Figura 85 ■ Corte AA

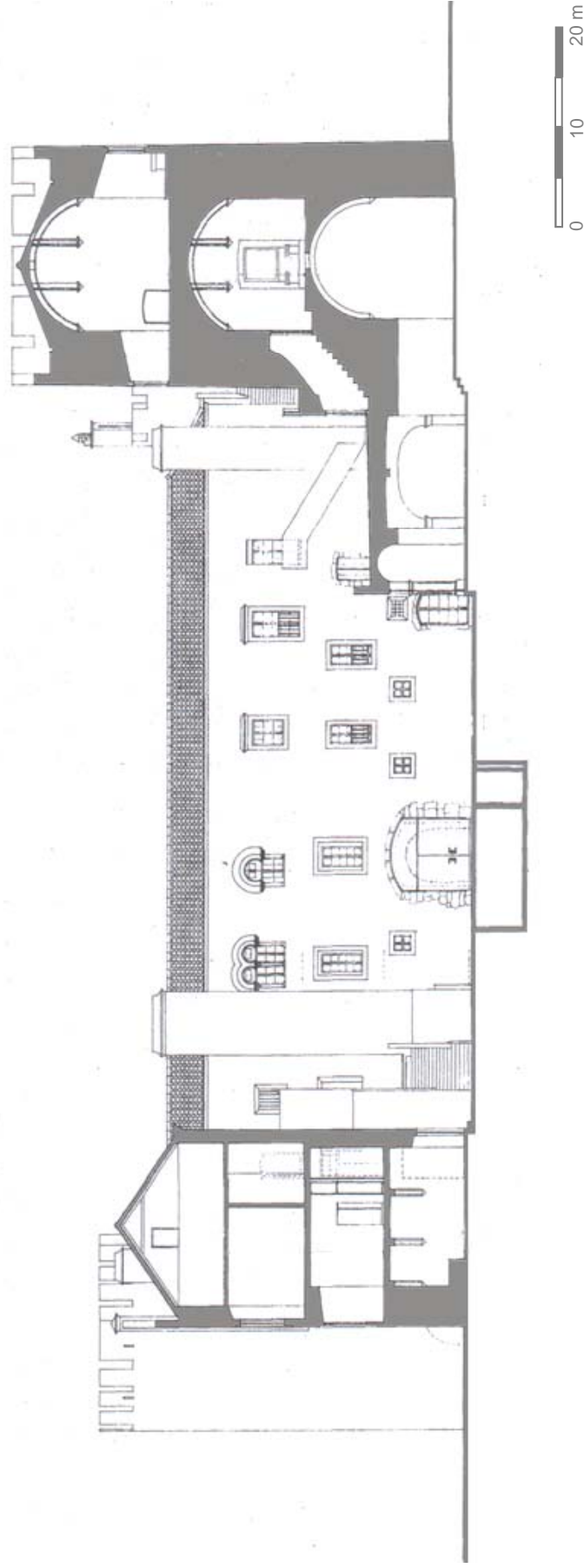


Figura 86 ■ Corte BB

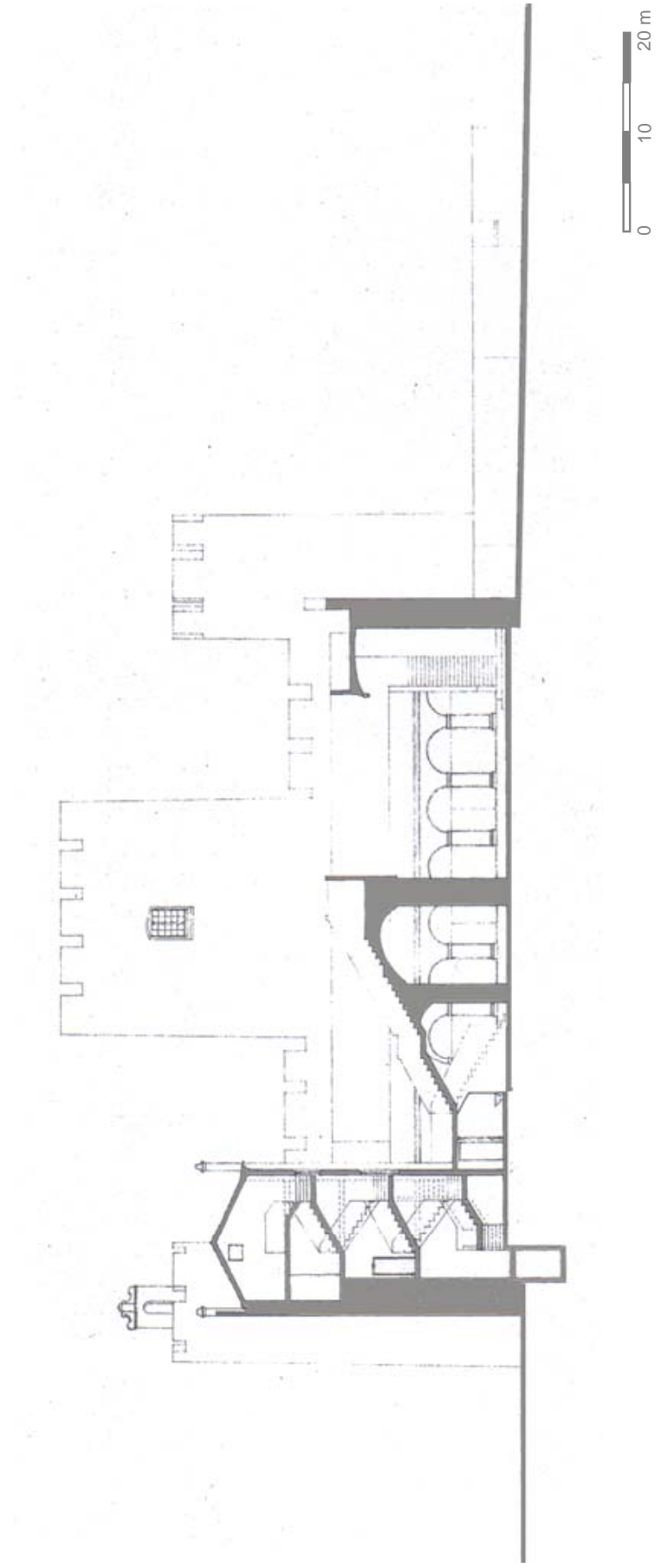


Figura 87 ■ Corte CC

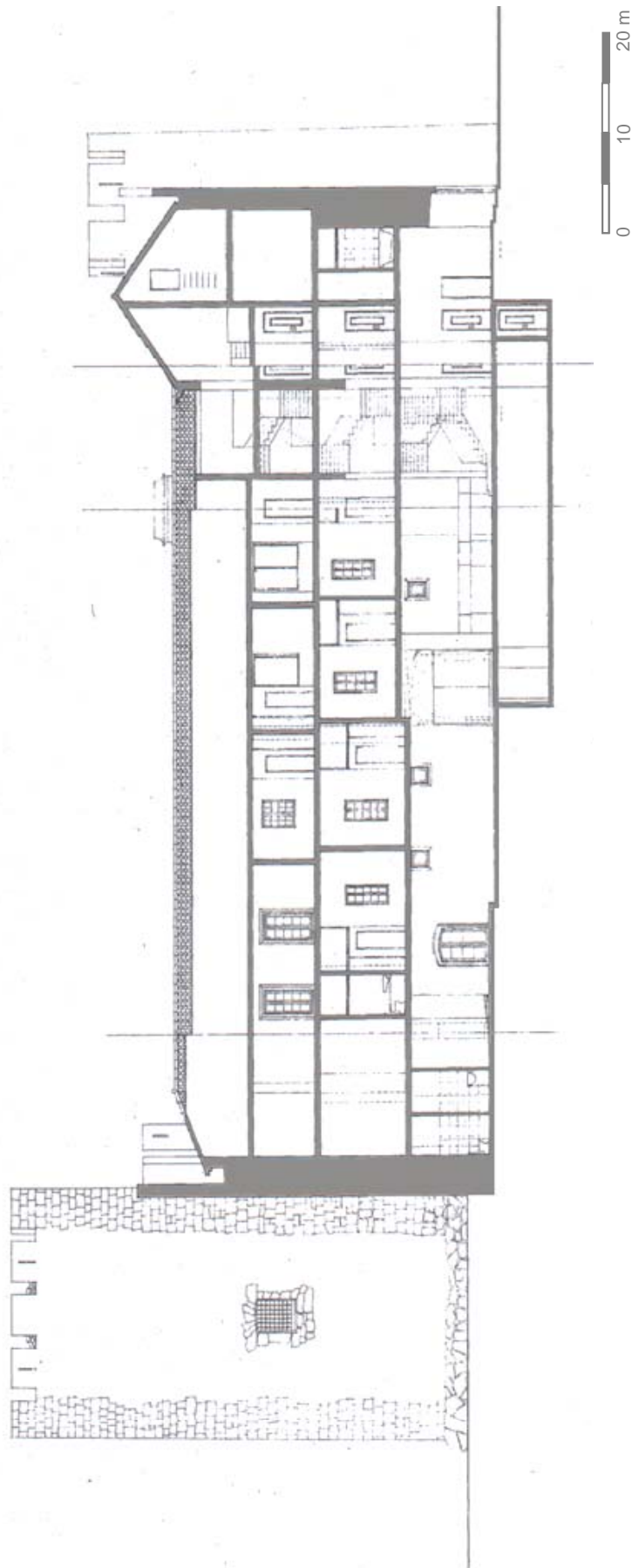


Figura 88 ■ Corte DD

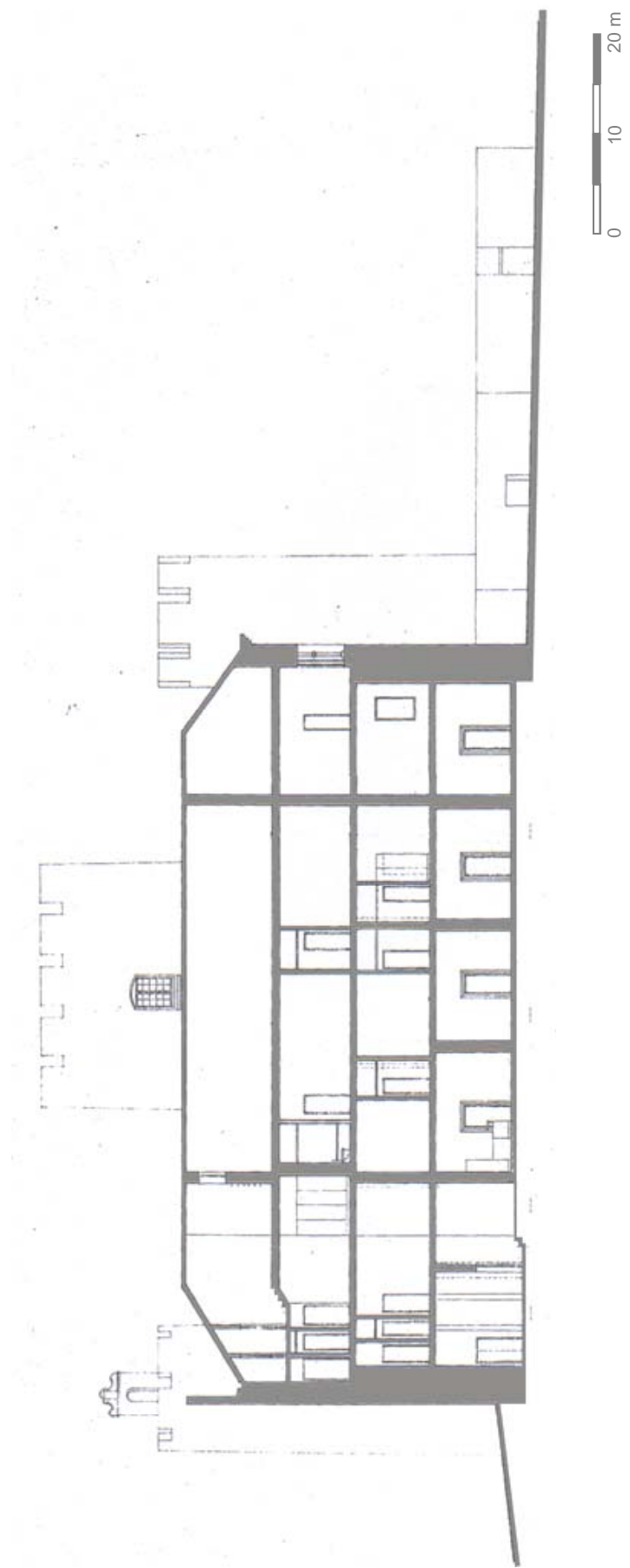


Figura 89 ■ Corte EE

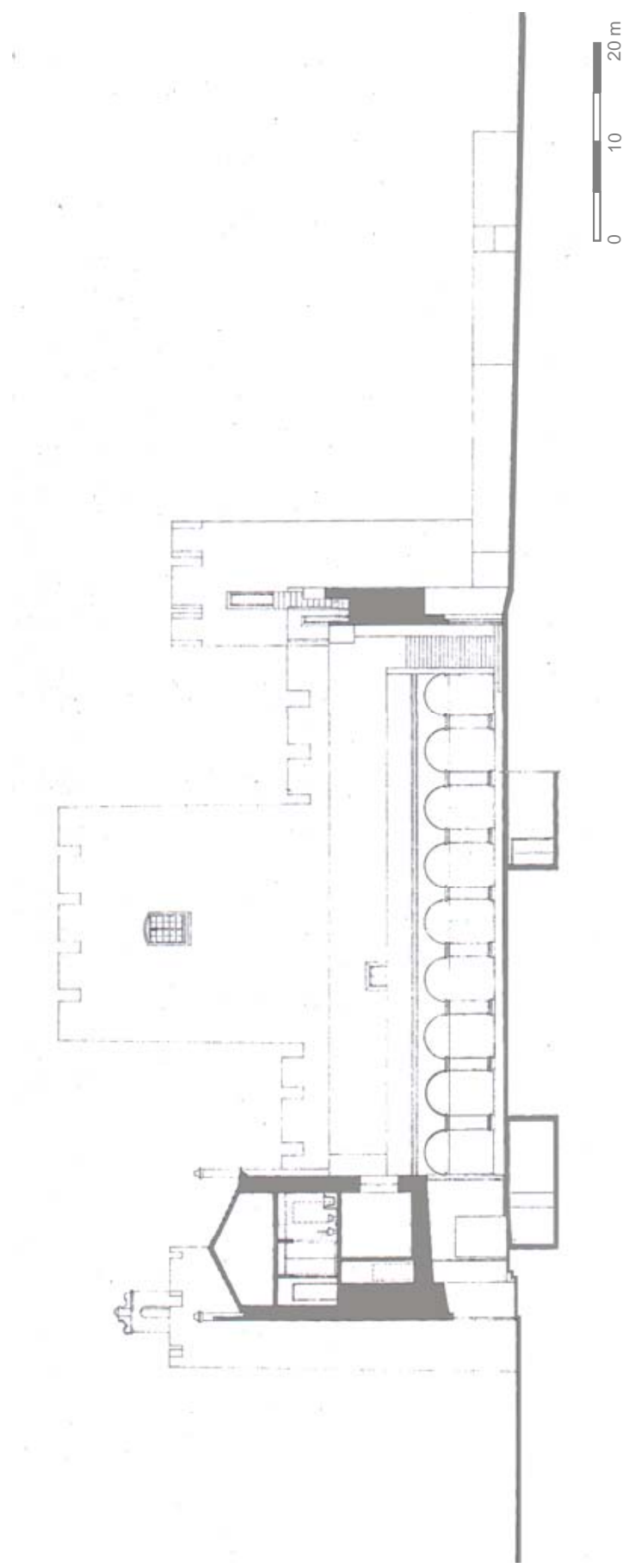


Figura 90 ■ Corte FF

3.4.2 Crato ■ Pousada Flor da Rosa [1990-1995]

▪ Enquadramento histórico

O Crato foi sede de um antigo priorado onde outrora as comunidades que povoaram este território se dedicavam, essencialmente, à agricultura e ao pastoreio.

A freguesia de Flor da Rosa fica situada a 1.5 km da vila do Crato e aí se encontra o Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa, cuja data de fundação é usualmente tida como a de 1356.

“Tal convicção generalizou-se através da sua repetida alusão em escritos de diversos autores, fossem simples menções divulgadas sem aparato científico ou trabalhos de maior empenho histórico.

Tais estudiosos ter-se-ão por certo baseado no “Dicionário Geográfico” do P. Luiz Cardoso que (em 1751) dava o ano de 1356 como data de fundação do Mosteiro (sem todavia o fundamentar), quer na primeira obra que, documentadamente, adiantou uma aproximação erudita e cronológica à inauguração daquele conjunto monástico e residencial, na “Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grãos Piores d’ella em Portugal”, vinda à luz entre 1793 e 1800 e da autoria de José Anastácio de Figueiredo”¹⁴⁸.

Segundo o estudo efectuado para a adaptação a pousada, no qual foram analisadas questões histórico-arquitectónicas, tendo em consideração o domínio da arqueologia e a história de arte, refere-se que o conjunto edificado possui quatro fases principais de construção que vão do período medieval à época quinhentista¹⁴⁹:

¹⁴⁸ Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, *Santa Maria de Flor da Rosa: Um Estudo de Historia de Arte*, Câmara Municipal do Crato, (s/d), p. 23.

¹⁴⁹ O período medieval constitui três dessas fases. A primeira corresponde à edificação de uma estrutura quadrilátera constituída por dois panos de parede concêntricos cujo paramento respectivamente interior e exterior é formado por silhares bem aparelhados e de colocação regular. A segunda fase corresponde à edificação do paço acastelado, incluindo apenas a torre maior e uma hipotética torre avançada, na fachada Sul junto da actual entrada, cujos vestígios corresponderão ao passadiço com mata-cães. A esta fase pertencem também algumas alterações efectuadas no interior do quadrilátero com lançamento de arcos e implantação de um piso em madeira. A terceira fase corresponde à alteração da cabeceira do templo, e à construção do transepto, assim como ao reforço das paredes para elevação da nave. Nesta fase verifica-se também a construção do fosso de drenagem descoberto pelas escavações junto à fachada Sul e o sistema de drenagem localizado na zona do refeitório, assim como a ampliação do paço acastelado, com a construção das torres média e ocidental.

“O núcleo primitivo é uma pequena fortaleza gótica, provavelmente do século XIII, em forma de quadrilátero, com seteiras e matacões, situada num ponto para além do qual o território deixava de poder ser controlado visualmente desde o castelo do Crato – situado a cerca de 2km para sul e cuja recente escavação revelou a presença de níveis alto-medievais e preexistência das Idades do Bronze e do Ferro”¹⁵⁰.

O mosteiro foi edificado por D. Álvares Gonçalves Pereira, pai do Condestável, D. Nuno, e Prior da Ordem do Hospital, onde vem fixar a sua residência nos paços anexos. Construído com carácter defensivo, dado que se situa em território fronteiriço e numa região propícia a colonização, tornou-se um símbolo do poder da Ordem de Malta.¹⁵¹

“Em meados do século XV dão-se as primeiras remodelações no conjunto, coincidindo com os priorados de D. Nuno de Góis (anos 40) e de D. Vasco de Ataíde (anos 50). Nos inícios do século XVI novas remodelações vão acontecer, desta feita providas pelo Prior D. Diogo de Almeida, que aqui se fez sepultar em 1508. Quando mais tarde, em 1527, o Infante D. Luís assume a administração dos bens da ordem do Hospital, decide ali fundar um colégio para trinta religiosos”¹⁵².

Após a perda da independência por parte da Ordem, no início do século XVII, o Mosteiro entra em declínio:

“o governo dos Filipes implica um quase abandono do edifício, que se acentua quando das Guerras da Restauração. O terramoto de 1755 causa, no entanto, danos menores,

Na quarta fase as obras começaram a assumir um carácter estrutural, pela necessidade de ampliação do espaço que, às salas pequenas e mal iluminadas, às celas exíguas e desconfortáveis, se substituísssem divisões mais amplas, arejadas e banhadas de luz. Nesta fase construiu-se a Sala do Capítulo, o novo Claustro, o novo refeitório, a nova cozinha, os novos dormitórios (com lareiras de aquecimento e com pavimento provido de uma caixa de ar inferior para melhor isolamento térmico). À funcionalidade se juntaria o requinte, patente nas adições de todo o século XVI: desde o manuelino, ao segundo período quinhentista com a introdução do renascimento.

¹⁵⁰ Arquivo do IPPAR, Évora, Processo IPPAR / DRE 4.06.006. Informação s/n.º de 29/09/1993, do Dr. Rui Parreira, para a Presidência do IPPAR.

¹⁵¹ A chegada dos cavaleiros hospitalários a Portugal ter-se-á dado entre 1114 e 1132. Esta Ordem militar, apesar de manter as características de assistência hospitalar, distinguia-se na luta pela recuperação dos territórios ocupados pelos muçulmanos. Os freires da Ordem do Hospital, mais tarde denominada Ordem de Malta, dividiam o seu trabalho entre a acção benemérita directa e a acção guerreira cavaleiresca.

¹⁵² Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, *Guia Artístico do Crato*, Câmara Municipal do Crato, 1989, p. 46.

prontamente reparados até 1758 por iniciativa do Infante D. Pedro, então o administrador da Ordem”¹⁵³.

Com a incorporação dos bens da Ordem de Malta, em 1789, na Casa do Infantado, a degradação do Mosteiro aumenta, tornando-se calamitosa com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834.

O abandono a que é então votado o Mosteiro durante largos anos vai degradando toda a edificação, levando a que, “Em 17 de Janeiro de 1897 desaba a cabeceira do templo. Desde então, o Mosteiro deixa-se conquistar pelas ruínas”¹⁵⁴.

Por meados dos anos quarenta a DGEMN efectuou obras de restauro, de reconstrução e de reedificação profundas, que marcam fisionomia do lugar, nomeadamente da cabeceira e da parte arruinada do mosteiro.

▪ Descrição do conjunto edificado

O Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa localiza-se a 1.5 km do concelho do Crato, na Rua do Largo da Igreja, povoação da Flor da Rosa, à esquerda da estrada Crato – Alpalhão, distrito de Portalegre.

O Mosteiro está implantado na planície, na extremidade Norte da Flor da Rosa. Situa-se num local isolado, rodeado a Oeste, Norte e Este de terrenos agrícolas.

O conjunto urbano em que se insere o Mosteiro é denso, com estruturas edificadas lineares, que conformam espaços urbanos de diferentes escalas – rua, largo, campo de feira – e o limite das paisagens (urbana e rural) é materializado por um conjunto de parcelas de pequena dimensão, muradas do tipo “quintal” ou “campo”, em redor do aglomerado.

¹⁵³ Cf. Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, *ob. cit.*, p. 46.

¹⁵⁴ Cf. Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, *ob. cit.*, p. 46.



Figura 91 ■ Crato. Localização da Pousada Flor da Rosa: vista aérea a 2000m de altitude.

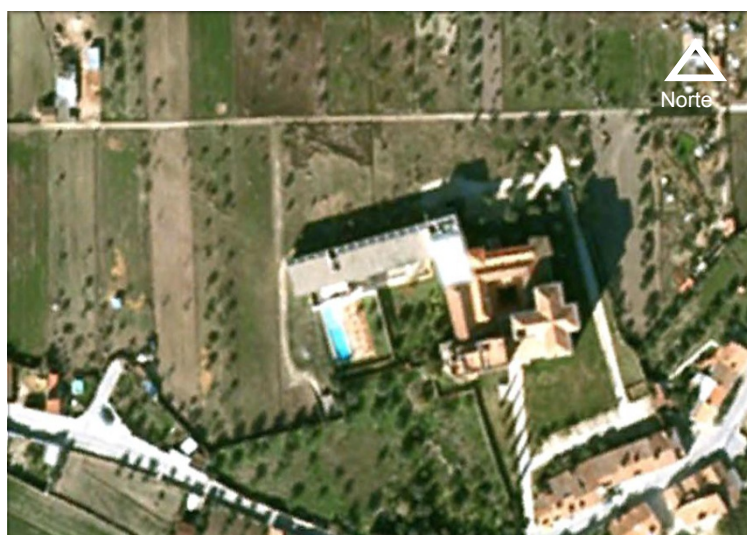


Figura 92 ■ Crato. Localização da Pousada Flor da Rosa: vista aérea a 600m de altitude.

- Protecção legal

O conjunto da igreja, mosteiro e paço foi classificado como Monumento Nacional em 16 de Junho de 1910.

- Breve descrição do espaço afecto a pousada

O edifício preexistente de grande complexidade foi alvo de diversas intervenções, ampliações e acrescentos ao longo dos anos; reúne três funções distintas, mas complementares: a igreja, o paço fortificado e o mosteiro.

A pousada ocupa parte do conjunto e uma construção adjacente ao mosteiro. O restante espaço do conjunto preexistente está sob a gestão do IGESPAR¹⁵⁵.

A entrada no monumento efectua-se pela fachada principal virada a Sul, marcada por um pórtico sobrelevado, alpendre e porta renascentista¹⁵⁶, que antecedem um corredor e desemboca no claustro.

O acesso à pousada realiza-se pelo lado este do claustro.

O átrio de entrada interliga-se com uma área destinada a recepção e zona de estar¹⁵⁷ e, com duas salas para utilização temporária¹⁵⁸. Possui ainda escadas de pedra de acesso ao piso superior, que desembocam num espaço onde se encontram as instalações sanitárias de uso comum.

Ainda no edificado do mosteiro, a área de recepção e zona de estar, localizada no corpo norte, comunica com uma área de serviço composta por elevador, que auxilia o serviço de seis unidades de alojamento do piso 1. A um nível acima, este corpo possui ainda um piso intermédio que acolhe mais duas unidades de alojamento.

A sala de refeições do restaurante, o bar e uma sala de estar, implantadas no piso superior do mosteiro, interligam-se com um corpo de construção novo, constituído por uma coluna de elevadores e escadas, área de serviço. A área de serviço no piso superior contempla a cozinha; no piso térreo, escritório, compartimentos de apoio e zona de abastecimento; na cave, compartimentos de apoio ao serviço da pousada. Este corpo prolonga a norte o volume das salas de utilização temporária que, por sua vez, ao nível do piso térreo, comunica com a área de recepção e zona de estar. Sobre o lado norte, o corpo estende-se a nascente, com treze unidades de alojamento, no piso térreo, enquanto no piso superior se prolonga a área de serviço.

¹⁵⁵ O espaço, pouco cuidado, serve de acolhimento a visitantes. Estava previsto para estas áreas uma ocupação contínua, com áreas de trabalho para o IPPAR (actual IGESPAR), exposições, centro interpretativo, núcleo museológico e outras actividades.

¹⁵⁶ Caracterização enumerada no item da descrição na ficha de Inventário do Património Arquitectónico (http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx).

¹⁵⁷ Segundo documentos constantes do processo da ENATUR, esta zona, adjacente às salas de utilização temporária e que se prolonga a norte, seria uma antiga cozinha, porque existia uma chaminé.

¹⁵⁸ O arquitecto João Luís Carrilho da Graça refere no Programa Base, datado de 4 de Junho de 1991, que estas salas são renascentistas.

O paço fortificado implantado a sul e nascente, possui três unidades de alojamento, com tipologia de *suites*, em pisos diferentes, servidas por um elevador e escada:

“Na torre principal do Paço de D. Álvaro, a Sul, a sala de estar desenvolve-se em piso duplo com uma *mezzanine*.

Sobre este espaço e lateralmente, no hipotético quarto de D. Álvaro organizam-se ainda três suites, que complementam os apoios residenciais da Pousada e têm acesso através de escadas e de um ascensor próprio”¹⁵⁹.

No projecto de estruturas distinguem-se quatro zonas de intervenção na estrutura do Mosteiro: a zona de ligação ao corpo novo, a zona das unidades de alojamento em piso intermédio, construída para o efeito, a zona das coberturas e esteiras e a zona da torre das *suites*.

Para efectuar a passagem de clientes para o edifício novo foi demolida a parede exterior da chaminé do mosteiro. Nesta área foi também realizada uma escavação para a criação de uma cave, para ligar o edifício novo e um elevador de serviço implantado no mosteiro. Ainda nesta zona e mais especificamente sobre a antiga cozinha foram executadas duas lajes em betão apoiadas nas paredes de alvenaria por meio de perfis metálicos suportados por chumbadouros, em que uma destas lajes será piso utilizável e a outra será apenas destinada a esteira.

Numa segunda zona e para a criação de dois quartos, foi executado um piso intermédio, adjacente ao claustro.

A terceira zona abrange várias áreas, dado que implica a construção de coberturas ou a criação de esteiras. Contudo, podemos referir que a cobertura dos quartos referidos anteriormente é um desses exemplos, dado que foi construída uma laje em betão, de duas águas.

A torre, de planta aproximadamente quadrada, contempla três níveis de pisos, um dos quais em piso intermédio e os outros dois em toda a sua área disponível, para a realização de *suites*.

A pousada possui sistema de climatização, desenvolvido atendendo ao Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE). Nos corpos de construção nova, o sistema não teve qualquer condicionante para execução. No edificado do mosteiro, que contempla o sistema de climatização em todos espaços, à

¹⁵⁹ Cf. João Luís Carrilho da Graça, *Programa Base*, ob. cit..

excepção das instalações sanitárias, as tubagens usam o pavimento e cobertura, evitando a utilização das paredes.

- Autor do projecto de adaptação

Arquitecto João Luís Carrilho da Graça

- Análise da intervenção efectuada

A capacidade do conjunto e da sua arquitectura se adaptarem á função de pousada é quase nula. O edificado, apesar da sua forma quadrangular, possui maioritariamente espaços irregulares e sem seguimento. Como exemplo temos a torre do paço, que pela sua estrutura não permitiu a interligação das unidades de alojamento com os restantes espaços da pousada.

O aproveitamento de espaços no piso térreo e superior comportou de forma pouco perceptível a preexistência desse espaço. Tornaram-se espaços sem leitura de conjunto.

A dificultar a leitura do monumento acresce a forma como se circula entre pisos. Foi destruído parte do edificado para serem construídas escadas e elevadores, que “romperam” com parte do mesmo.

A iluminação natural do edificado preexistente era pouca, tendo sido abertos vãos para facilitar a iluminação natural.

Grande parte da intervenção teve problemas na execução das infra-estruturas técnicas no conjunto, como a passagem das águas, os esgotos, o sistema de climatização, a rede de electricidade, o sistema de detecção de incêndios, etc..

Como questão fulcral à qual não parece haver resposta condizente, coloca-se o problema do conjunto estar implantado sobre um maciço rochoso, que dificultou todo o processo e, principalmente, o do escoamento das águas pluviais, que presentemente é frequentemente problemático conduzindo a “inundações” nas caves.

Não menos problemático são as infiltrações do conjunto, que requerem uma manutenção constante e muito cuidada.

De facto, para a elaboração do projecto de adaptação do Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa foram executados vários estudos e planos, que serviram de suporte fundamental para esta intervenção, como o Plano de Acção para a Revitalização de Flor da Rosa e Crato, que visa a utilização dos espaços do IGESPAR para diversas actividades de animação cultural. No programa, estas actividades apresentam-se

numa conjugação de sinergias desenvolvidas em parceria com a Câmara Municipal do Crato, para um melhor aproveitamento dos recursos e de sustentabilidade. O programa preconizava a análise arqueológica e de história de arte antes da intervenção e durante a fase de obra da pousada. Daqui resultaram sondagens e algumas alterações de pormenor ao projecto de forma a preservar a integridade do conjunto. Contudo não foi possível fazer um estudo completo dos diversos estratos e estruturas postos a descoberto; o estudo para uma Zona Especial de Protecção; e, o Programa de Conservação, Recuperação e Valorização da Igreja/Fortaleza de Santa Maria da Flor a Rosa, cuja pretensão visava restituir ao público a fruição do monumento e aumentar a sua capacidade de acolhimento.

No entanto, apesar do cuidado que se observa no uso do edifício, são visíveis as inadequações quer espaciais, quer das infra-estruturas instaladas, quer ainda da relação entre a arquitectura e a história.

▪ Elementos fotográficos

Antes da intervenção



Figura 93 ■ Edifício pré-existente. Fachada principal.



Figura 94 ■ Edifício pré-existente. Vista Oeste.



Figura 95 ■ Conjunto. Vista Este.



Figura 96 ■ Edifício pré-existente. Vista Norte.

Durante a intervenção



Figura 97 ■ Escavação para construção do elevador.

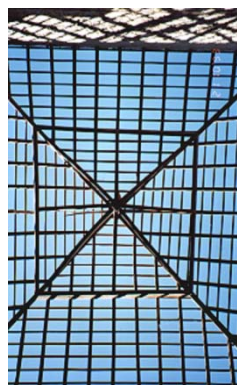


Figura 98 ■ Construção / recuperação de coberturas.



Figura 99 ■ Piso intermédio (construção de dois quartos): estrutura.



Figura 100 ■ Piso intermédio (construção de dois quartos): colocação de pavimento.



Figura 101 ■ Construção da ala nova.



Figura 102 ■ Construção da ala nova.

Após a intervenção



Figura 103 ■ Conjunto: vista da piscina / jardim.



Figura 104 ■ Conjunto. Entrada.



Figura 105 ■ Fachada Este.



Figura 106 ■ Fachada Norte.

- Elementos gráficos

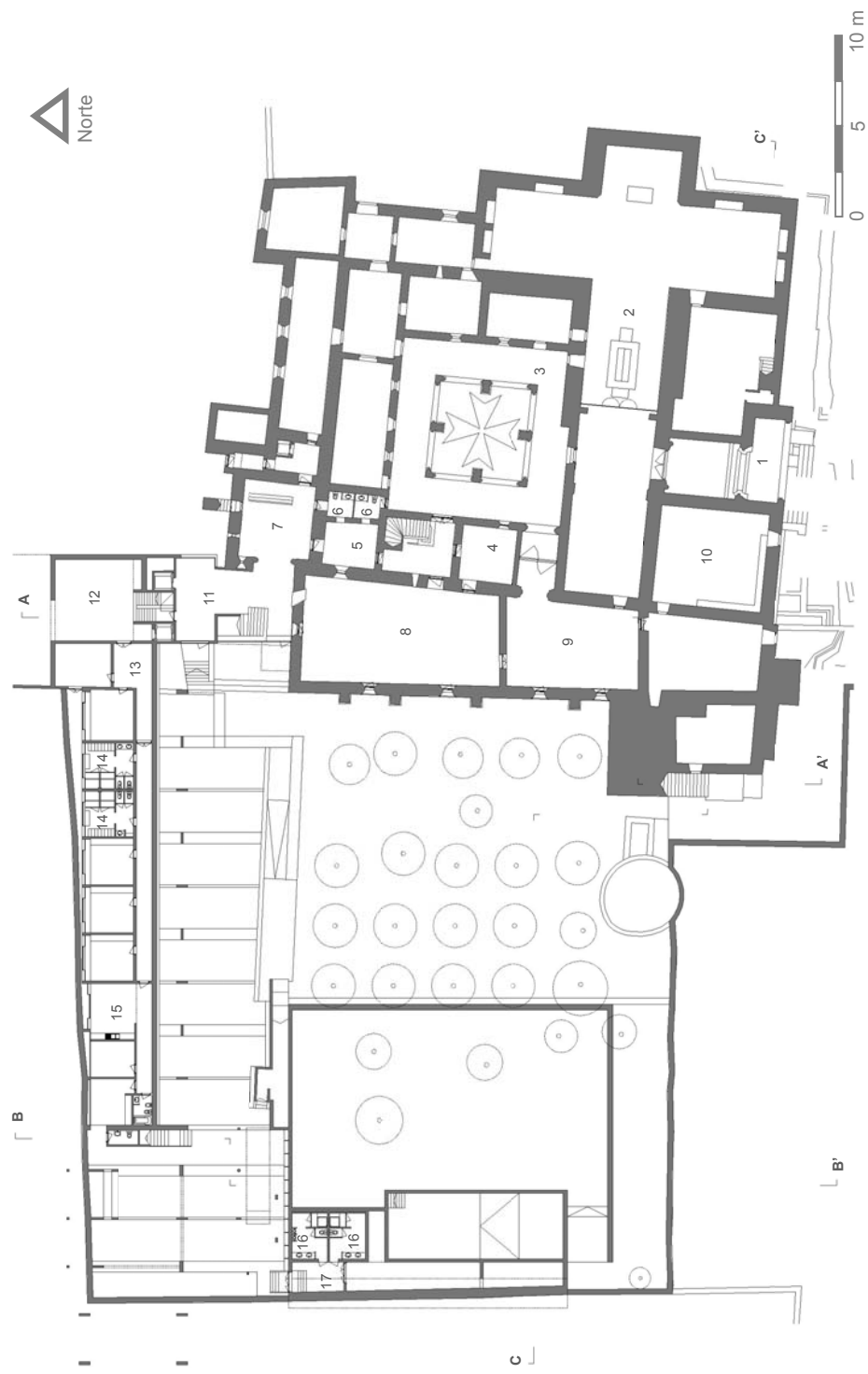
“A arqueologia ensina-nos a olhar para as pedras. O *objectivo do projecto é intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o e ocupando-o o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas leituras.*”¹⁶⁰

¹⁶⁰ João Luís Carrilho da Graça, *Pousada Flor da Rosa*, ENATUR, Lisboa, Outubro 2001, p.31.



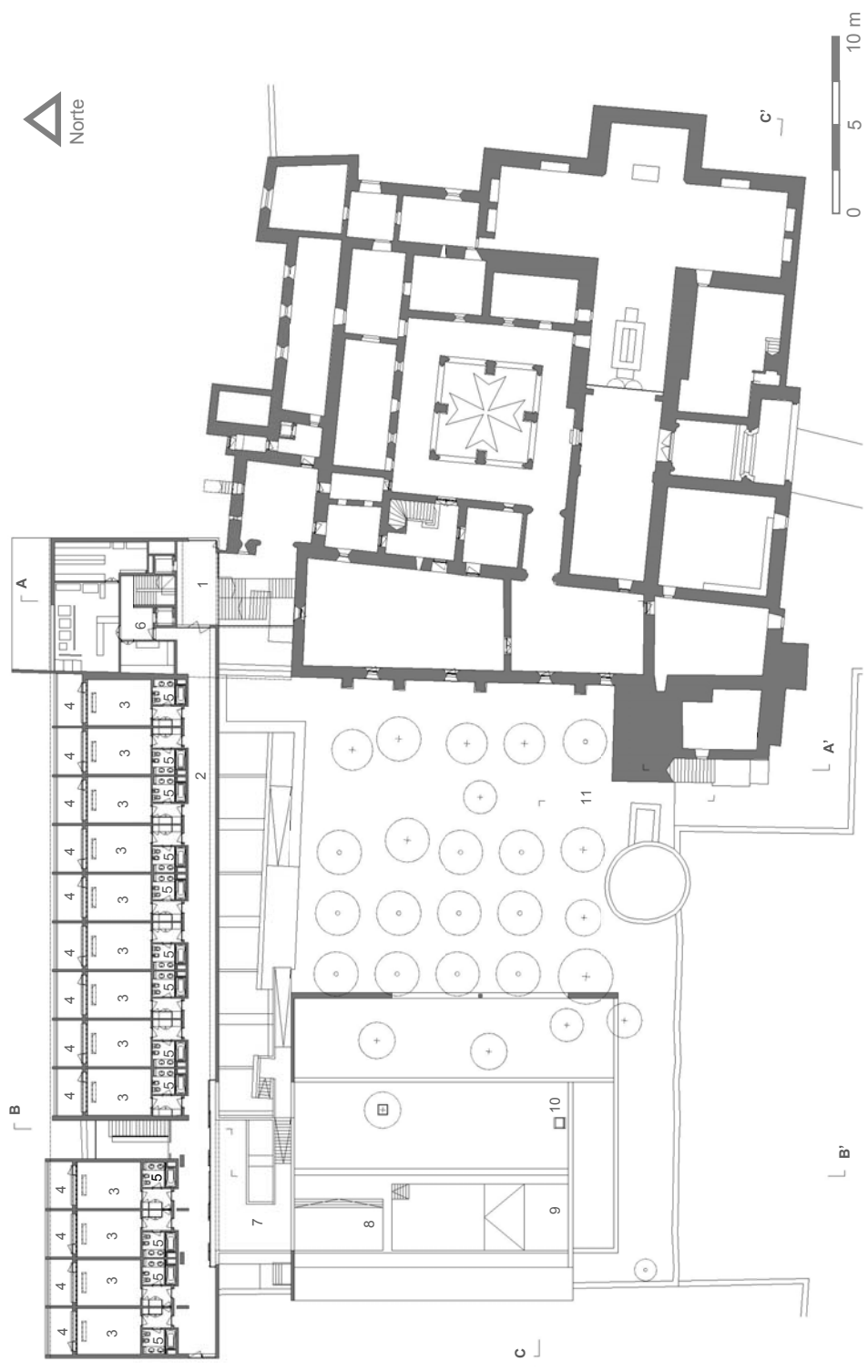
1 | Zona de serviço; 2 | Galeria de serviço

Figura 107 ■ Planta do Piso -1



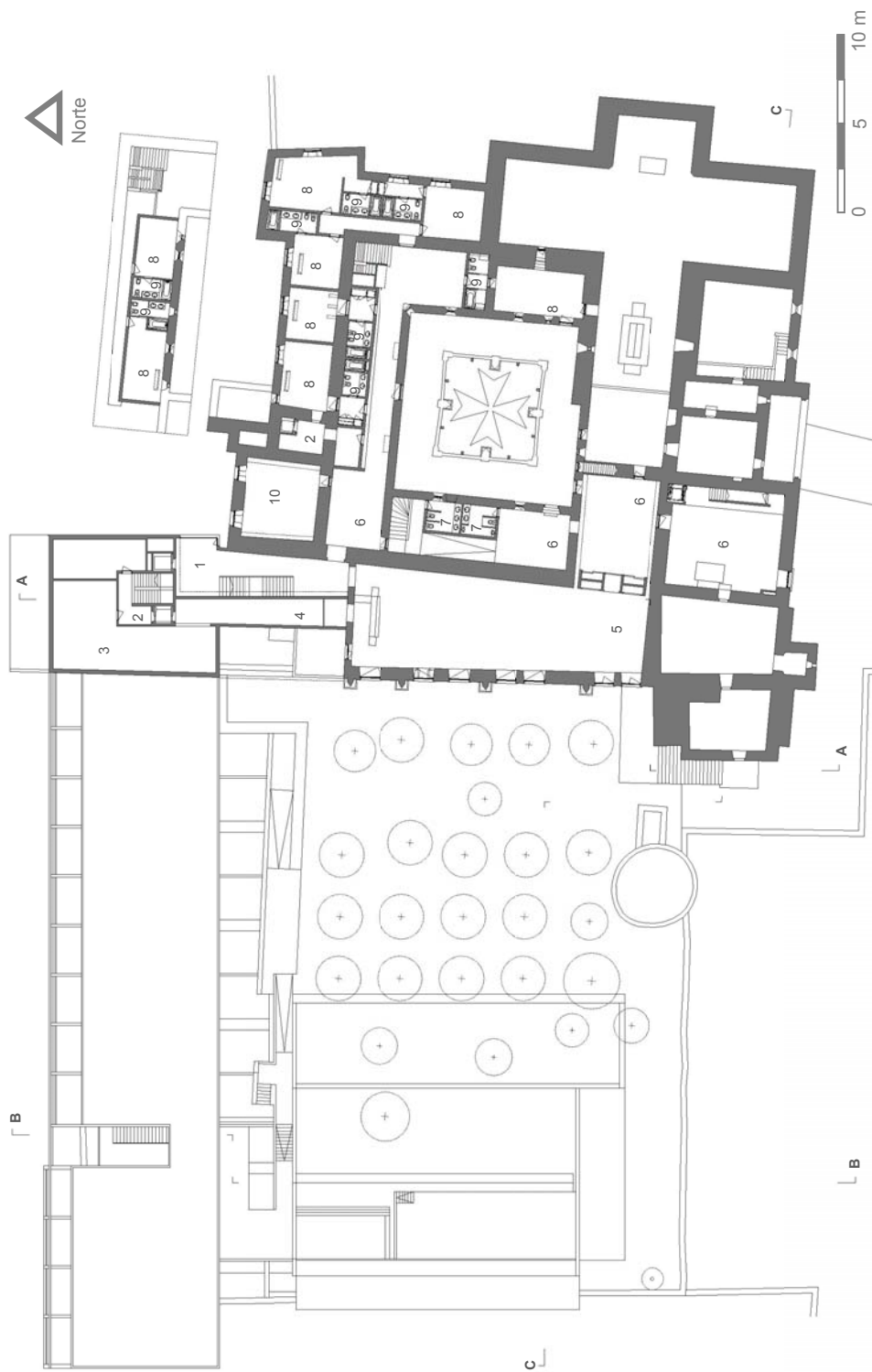
1 | Entrada; 2 | Igreja; 3 | Claustro; 4 | Entrada da pousada; 5 | Sala de passagem; 6 | Instalações sanitárias públicas; 7 | Recepção; 8 | Bar; 9 | Sala de apoio ao bar; 10 | Sala do IPPAR; 11 | Hall; 12 | Cargas e descargas; 13 | Zona de serviço; 14 | Banheiros de pessoal; 15 | Sala de pessoal; 16 | Instalações sanitárias de apoio à piscina 17 | Casa das máquinas - piscina

Figura 108 ■ Planta do Piso 0



- 1 | Hall; 2 | Circulação; 3 | Unidade de alojamento; 4 | Varanda; 5 | Closet e instalação sanitária privada; 6 | Zona de serviço; 7 | Acesso à piscina;
- 8 | Piscina de Crianças; 9 | Piscina de Adultos; 10 | Solário; 11 | Jardim

Figura 109 ■ Planta do Piso 1



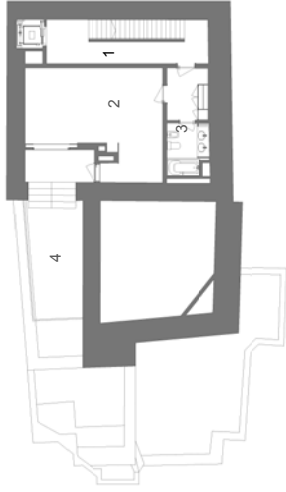
1 | Hall; 2 | Zona de serviço; 3 | Cozinha; 4 | Ligação com o restaurante; 5 | Restaurante; 6 | Sala de passagem; 7 | Instalação sanitária pública; 8 | Unidade de alojamento; 9 | Sala da torre; 10 | Unidades de alojamento

Figura 110 ■ Planta do Piso 2



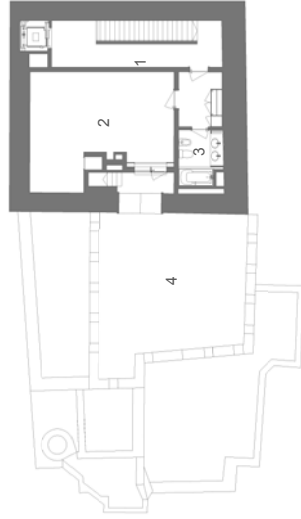
1 | Circulação; 2 | Unidade de alojamento; 3 | Instalação sanitária privada; 4 | Pátio

Figura 111 ■ Planta do Piso 3



1 | Circulação; 2 | Unidade de alojamento; 3 | Instalação sanitária privada; 4 | Terraço

Figura 112 ■ Planta do Piso 4



1 | Circulação; 2 | Unidade de alojamento; 3 | Instalação sanitária privada; 4 | Terraço

Figura 113 ■ Planta do Piso 5

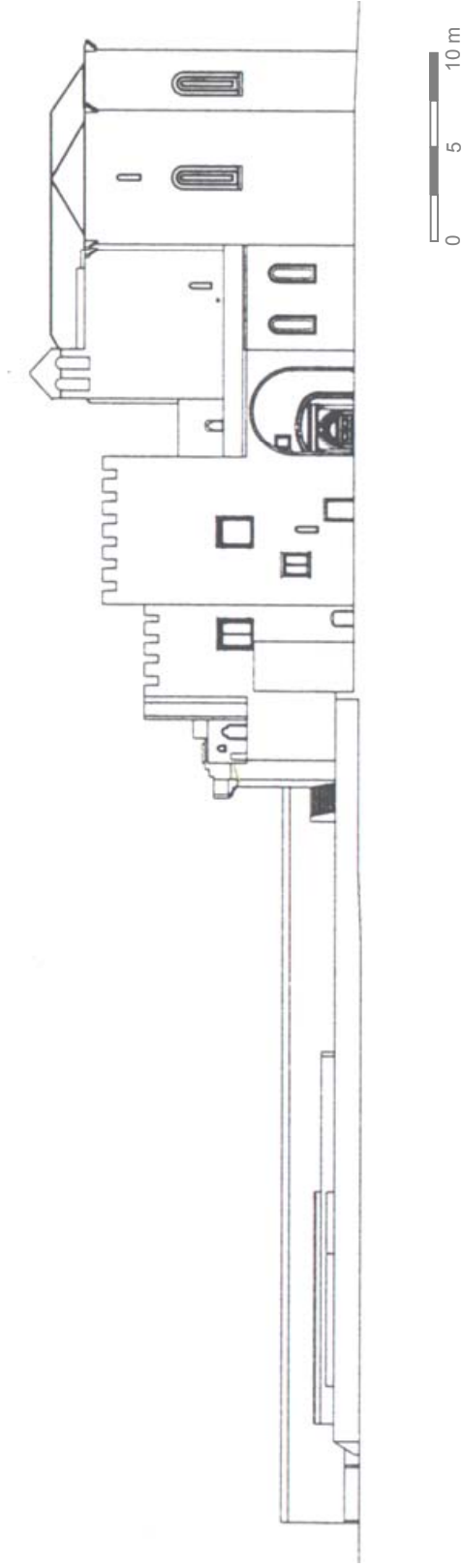


Figura 114 ■ Alçado Principal

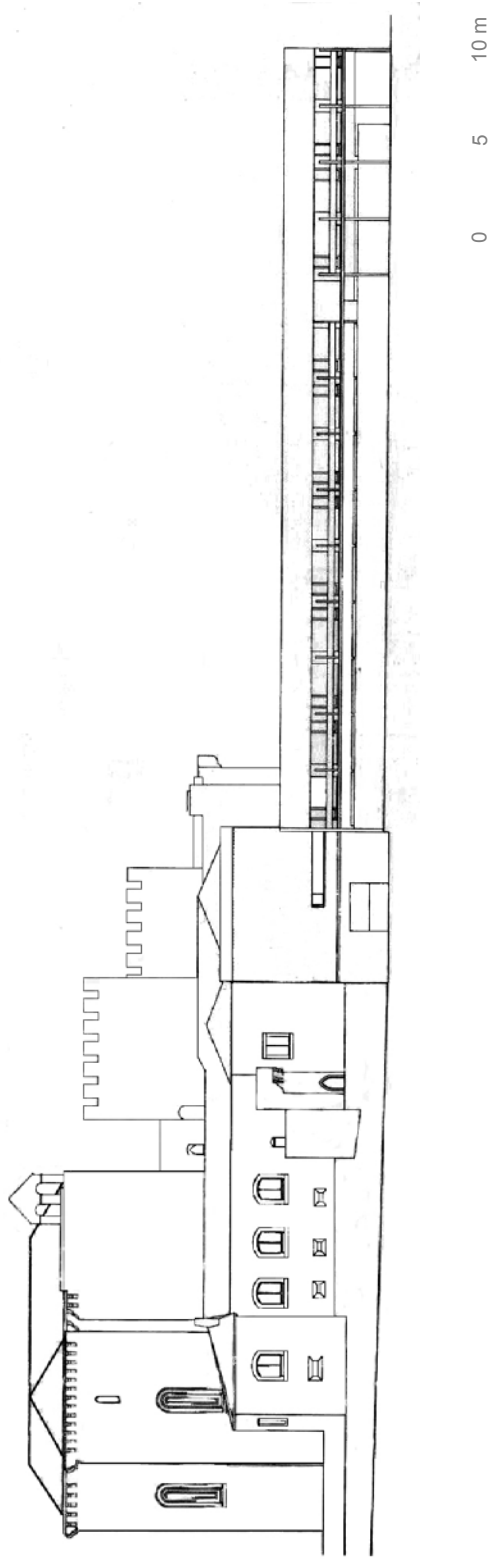
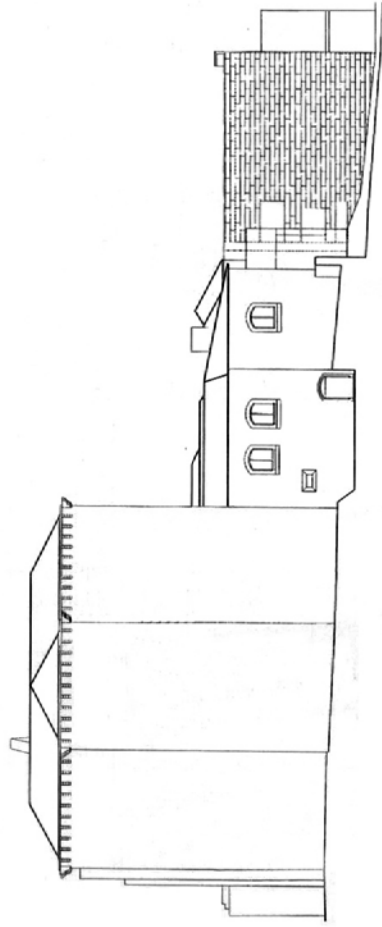


Figura 115 ■ Alçado Tardoz



0 5 10 m

Figura 116 ■ Alçado Lateral Direito

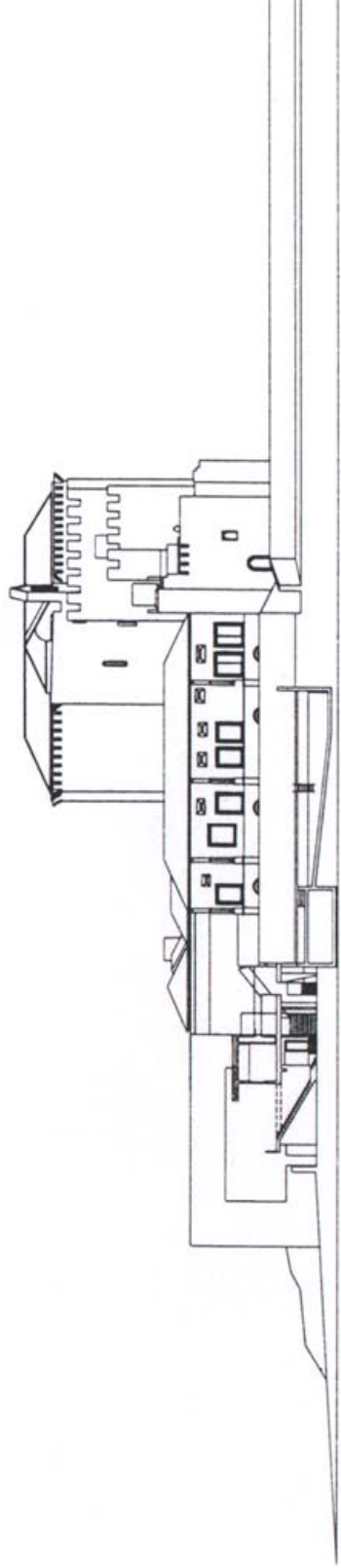


Figura 117 ■ Corte AA

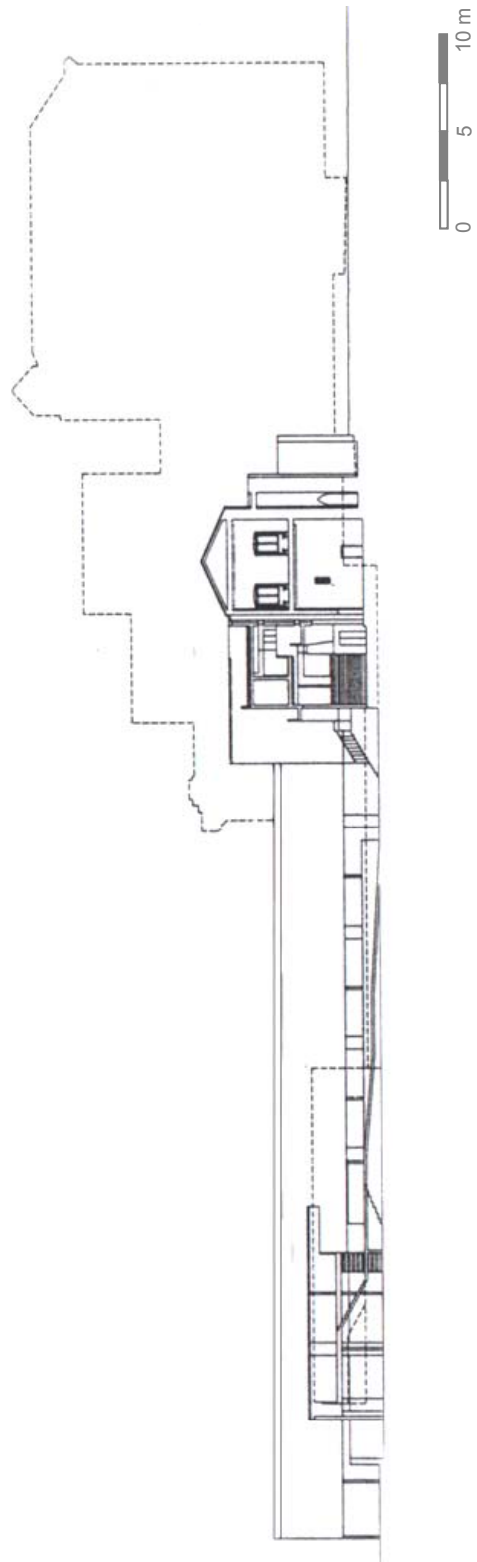


Figura 118 ■ Corte BB

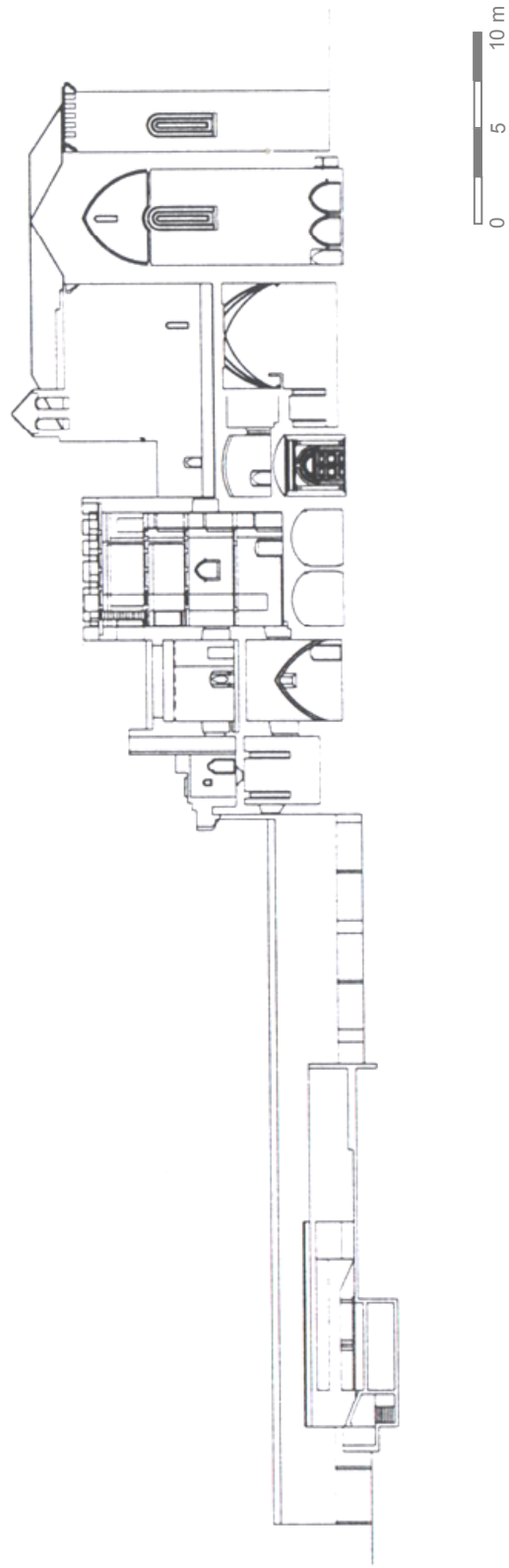


Figura 119 ■ Corte CC

3.5 Fase III [1997-2003]

A fase III é caracterizada principalmente pela acção do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico. Baseado nas competências do extinto IPPC, o IPPAR ganhou relevo ao intervir no património cultural, através da realização de obras e projectos. No IPPAR, para além de simples acções de manutenção de edifícios, a política patrimonial apostava fortemente na sua reconversão funcional. Para tal, contava com a ajuda, geralmente, de fundos comunitários. A DGEMN viu assim a sua acção reduzida a intervenções essencialmente de conservação; estudos históricos, elaborados sob a responsabilidade de equipas especializadas (a nível técnico e científico) como forma de apoio a estudos ou projectos, essencialmente, públicos; e, fiscalização de obra. Manteve-se a lógica de projectos elaborados por arquitectos de renome¹⁶¹, acentuando-se o conceito que cada arquitecto seleccionado tinha de património: “Para os arquitectos, estas operações implicavam uma metodologia fortemente comprometida com exigências de rigor formal e de qualidade construtiva e impossibilitavam desenvolvimentos conceptuais e formais estimulantes, propiciando vontades de desenho, de afirmação e de experimentação pessoais que, no entanto, se apresentavam muitas vezes destituídas do necessário confronto teórico-crítico e de um correcto posicionamento ético”¹⁶². A DGT assumiu um papel dominante na análise dos espaços funcionais, nomeadamente, no que respeita às necessidades para um adequado funcionamento do empreendimento. Procurou objectivamente responder às questões técnicas de funcionamento em detrimento das questões de valor patrimonial. A ENATUR manteve a incumbência de organizar o programa funcional das pousadas, avaliar as propostas (escolha dos arquitectos) e a exploração das pousadas.

Nesta série, foram intervencionados, por ordem cronológica, o Mosteiro de Vila Viçosa, o Mosteiro de Arraiolos, o Castelo de Alcácer do Sal e o Convento de Belmonte. Para a

¹⁶¹ Sobre o assunto, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes Vaz refere que “(re)surge a intenção de valorizar a autoria dos projectos, como forma de aumentar o “prestígio” das obras realizadas nos monumentos”. Cf. *Património: intervir ou interferir? Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro*, Dissertação de Mestrado do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Dezembro 2009, p. 69 (policopiada).

¹⁶² Miguel Tomé, *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, Edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, p. 220.

análise das intervenções, seleccionámos o Castelo de Alcácer do Sal e o Mosteiro de Vila Viçosa, por julgarmos representativos dos conceitos e das práticas de valorização patrimonial à época.

3.5.1 Vila Viçosa ■ Pousada D. João IV [1993-1997]

▪ Enquadramento histórico

O Mosteiro das Chagas tem uma história pouco clara quanto ao seu início. Segundo Frei António da Purificação, autor da “Crónica dos Ermitas Descalços de Santo Agostinho”, foi fundado por volta de 1514 e estava destinado às freiras da ordem de Santo Agostinho, do convento de Santa Mónica de Évora. Sabe-se que as freiras franciscanas deram entrada neste mosteiro, mas não se conhece a data exacta da sua transferência. Túlio Espanca por sua vez refere que o Mosteiro das Chagas foi fundado por D. Jaime, quarto duque de Bragança, e por sua mulher “para panteão das donas da sua estirpe”¹⁶³. Apesar das dúvidas, os elementos mais consensuais apontam para o início da construção do mosteiro em 1514, e o ano de 1535, para o início do seu funcionamento sob protecção da duquesa D. Joana de Mendonça e de D. Teodósio I. Em Fevereiro desse mesmo ano foi entregue à Ordem de Santa Clara, para receber oito religiosas da Província da Piedade, vindas do Mosteiro da Conceição de Beja. Foi sua primeira abadessa a madre Maria de S. Tomé, irmã da fundadora¹⁶⁴. O mosteiro recebeu durante este período inicial inúmeros privilégios e doações.

“O mosteiro foi o mais faustoso da vila, porque quase todas as professoras provinham da melhor nobreza do Alentejo e do reino, possuindo as suas tenças próprias consignadas vitaliciamente pelas famílias e tutores [...] obrigando-se, apenas, na vida comunitária ao serviço do coro, refeitório e dormitório. A maioria das religiosas custeou a construção de moradias privativas, mobiladas a expensa dos seus familiares com oratórios devocionais, motivo porque abundavam na quadra, e se repassavam a freiras do hábito ou a seculares”¹⁶⁵.

No reinado de D. João V, o mosteiro chegou a albergar 60 religiosas¹⁶⁶, número máximo atingido. O Mosteiro das Chagas encerrou em 1905, por morte da última

¹⁶³ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora, Zona Sul, Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa, Volume 1, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, Setembro de 1978, p. 552.

¹⁶⁴ Túlio Espanca, *Mosteiros de Vila Viçosa*, Évora, 1970, p.63.

¹⁶⁵ Idem, ib.

¹⁶⁶ Joaquim de Oliveira Caetano, “A Fundação do Convento das Chagas”, *Monumentos*, n.º 6, Lisboa, 1997, p. 46.

freira. A Casa de Bragança, padroeira do mosteiro desde 1530, ficou com o usufruto com a sua extinção¹⁶⁷.

Por volta de 1932, por cedência feita pelo rei D. Manuel II, exilado em Londres, à metrópole eborense, o mosteiro foi transformado em colónia de férias e, a partir de 1935, teve uso como Seminário Menor da Arquidiocese¹⁶⁸. Na década de noventa do século passado, foi cedido à Enatur pela Fundação da Casa de Bragança, a fim de ser adaptado a pousada.¹⁶⁹

▪ Descrição do conjunto edificado

O mosteiro situa-se no ângulo sul do terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa, junto á ribeira de Alcabideche.



Figura 120 ■ Vila Viçosa. Localização da Pousada D. João IV: vista aérea a 2000m de altitude.

¹⁶⁷ Cf. *Inventário ...*, ob. cit., p. 552.

¹⁶⁸ *Idem*, ib.

¹⁶⁹ O processo iniciou-se em 1980 por interesse da Secretaria de Estado do Turismo na adaptação a pousada dos imóveis em Alvito e Vila Viçosa, pertencentes á Fundação da Casa de Bragança. Sobre o assunto o Ministério da Habitação e Obras Públicas / DGEMN inquiriu a fundação sobre a eventual cedência ou aquisição por parte do Estado dos referidos imóveis. Cf. DGEMN, processo IPA 020310001, Pasta DSID-001/002-0072, documento n.º 25.



Figura 121 ■ Vila Viçosa. Localização da Pousada D. João IV: vista aérea a 600m de altitude.

■ Protecção legal

O conjunto da igreja e claustro do Mosteiro das Chagas foi classificado como Monumento Nacional, por Decreto n.º 33.587, de 27 de Março de 1944.

Possui Zona Especial de Protecção, que engloba também o Paço Ducal e a igreja dos Agostinhos, regulamentada em Diário da República, de 11 de Julho de 1991.

■ Breve descrição do espaço afecto a pousada

A pousada, inserida num conjunto com volumes de diferentes alturas, é composta por uma construção preexistente - o Mosteiro das Chagas - e uma construção nova. A envolvente do edifício tem quatro fachadas expostas, um claustro central e um espaço ajardinado.

O acesso à pousada é feito a partir do Terreiro do Paço, entre dois edifícios - o Paço Ducal e o mosteiro das Chagas - que estabelece a ligação entre a praça e o conjunto religioso¹⁷⁰. No interior, a entrada, é definida por um espaço de recepção, para onde se vira a fachada principal, orientada a norte, sendo o espaço lateralmente delimitado pelo volume onde outrora se localizavam as latrinas. Este corpo, de planta quadrada e

¹⁷⁰ Margarida Ramalho, "O Convento", *Pousada D. João IV*, Enatur, 1997, p. 16, refere que "a portaria original do convento das Chagas abria para a Rua dos Fidalgos, através de um portão de alvenaria com ombreiras de mármore". Segundo os arquitectos autores do projecto de adaptação do mosteiro a pousada, ao alterar a "entrada para o torreão-mirante, com acesso pela cerca confinante com o Palácio Ducal, torna-se fácil estabelecer articulações internas claras e bem adaptadas à funcionalidade da Pousada". Cf. dos arquitectos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto, "Aspectos mais relevantes da proposta", *Memória Descritiva*, Projecto de Licenciamento, p. 3 (policopiado).

de grandes proporções, possui dois pisos. No piso superior, o espaço foi transformado em áreas destinadas aos hóspedes.

Outra parte do edifício é composta pelo claustro, de planta quadrada e de dois pisos e, pelos volumes que com ele se relacionam. Este conjunto de espaços é representativo deste tipo de edificação: o mosteiro. Do conjunto interessa-nos sobretudo a lógica da sua articulação e composição e a importância conferida ao claustro. Se tomarmos como base as plantas da DGEMN e descrições antigas, o conjunto formado pela cozinha, refeitório, sala do Capítulo, casa das falas, “casa da grade”, portaria-mor e capelas faz parte da organização espaço-funcional do mosteiro, constituindo uma zona importante do edifício preexistente que se organiza em torno do claustro. Estes espaços não têm funções adstritas à actividade da pousada, funcionando como espaço museológico. Nos pisos superiores, os antigos alojamentos das monjas nas alas norte, sul e oeste foram transformadas em unidades de alojamento¹⁷¹, enquanto a ala este comporta espaços de exposição museológica¹⁷². Este conjunto comporta ainda um terceiro piso de unidades de alojamento. E interliga-se com os volumes da latrina e de construção nova.

A terceira parte do edifício da pousada é constituída pela ampliação, em continuidade com as que já seguiam o alinhamento das alas este e sul do claustro. Os espaços do piso térreo são aproveitados para áreas de estar comuns, como o restaurante e áreas de serviço, enquanto o piso superior é usado para unidades de alojamento. Neste volume sobressai ainda o aproveitamento da ruína que manteve dela o que restava em pé e definiu como critério a reposição do volume original, pelo menos no que seria suposto existir a partir da forma definida pelas paredes perimetrais. Na interligação deste volume com o edificado preexistente destaca-se um corpo novo de grandes dimensões, localizado a sul, semelhante ao das antigas latrinas, que funciona como principal estrutura de comunicação vertical, quer de hóspedes, quer de serviço. Nesta nova edificação foram desenhados espaços - pátios – reinterpretando na modernidade a função de espaço de ligação e encontro de antigos claustros.

- Autor do projecto de adaptação

Arquitectos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto (ARQUI III).

¹⁷¹ Os arquitectos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto referem que “deverão adaptar-se os quartos existentes ao nível do 3º piso, antigos apartamentos de freiras com acesso por pequenas escadas a partir do Claustro superior”. Cf. *Memória Descritiva*, ob. cit., p. 4.

¹⁷² Neste piso, localiza-se a Casa do Beija-Mão dos Reis, obra da época de D. João VI.

▪ **Análise da intervenção efectuada**

Na adaptação a pousada¹⁷³, a intervenção teve três grandes preocupações:

- “1. **Espírito do lugar** – deverá ser preservada a ideia mestra em que assentam as linhas fundamentais da construção. Isto é, a sua imagem externa e a estrutura orgânica que arruma as suas partes componentes;
2. **Envolvência** – as adaptações deverão inserir-se no ambiente envolvente, se possível até enriquecendo-o ou corrigindo possíveis falhas de outras intervenções menos atentas;
3. **Funcionalidade** – as alterações indispensáveis não deverão entrar em conflito com alguns espaços mais significativos pré-existentes, entendidos como uma memória viva da história do edifício, cuja integração só beneficiará o uso futuro.”¹⁷⁴

A intervenção de adaptação do Mosteiro das Chagas a pousada assenta na recuperação (próxima do restauro) das salas com referência histórica, na transformação significativa no piso superior do volume envolvente do claustro para unidades de alojamento e na criação de um corpo novo.

A primeira, pela atitude defensável que justificou a recuperação, manteve quase sem alteração a compartimentação, tratando os diferentes espaços numa lógica restauracionista que recupera e mantém uma obra arquitectónica classificada.¹⁷⁵

A segunda, introduzindo embora alterações pontuais, segue de perto a organização preexistente, já que alguns elementos condicionadores, como as celas, limitavam a definição de alternativas sem totais modificações do interior.

A nova construção marca de forma evidente a sua integração no conjunto. E possibilitou a criação dos espaços essenciais ao funcionamento da pousada, como os serviços internos de natureza diversa: cozinha, copas, armazenagem, rouparia, vestiários de pessoal, etc..

Pode considerar-se estarmos perante uma intervenção globalmente defensável, pois respeita as principais orientações dos textos internacionais sobre o património

¹⁷³ O processo inscreve-se no acordo estabelecido entre o IPPC e a ENATUR, designado por “Contrato de Recuperação de Monumentos Nacionais e Edifícios de Interesse Público e de Construção de Pousadas”, de 26 de Julho de 1990.

¹⁷⁴ José Sarmento de Matos, *Memória Justificativa*, Projecto de Licenciamento, p.1 (policopiado).

¹⁷⁵ O IPPAR exigiu que a “sala do Capítulo [fosse] mantida na integra como estava antes da obra começar” e que se mantivesse a “sala do Beija-Mão de forma a permitir a vivência museológica a todos os hóspedes e visitantes”. Cf. DGT, Processo n.º HT-PO-10169, Parecer n.º 1224/96.

arquitectónico. No entanto, e perante as condicionantes que uma intervenção deste tipo requer, revela-se pouco versátil a reutilização como pousada. Daí decorrem um conjunto de funções de apoio, áreas de circulação e de equipamento técnico das infra-estruturas que implicaram consideráveis alterações à pré-existência.

▪ Elementos fotográficos

Antes da intervenção



Figura 122 ■ Vista geral (lado poente) e Torreão Norte.

Durante e intervenção



Figura 123 ■ Vista exterior (lado poente) e Torreão Norte.



Figura 124 ■ Fachadas Poente e Sul.



Figura 125 ■ Ala nova. Parede em ruína e chaminés.



Figura 126 ■ Ala Poente. Vista interior.



Figura 127 ■ Ala Nascente / Sul.

Após a intervenção



Figura 128 ■ Entrada da Pousada.



Figura 129 ■ Conjunto. Vista jardim.



Figura 130 ■ Claustro. Corredor de circulação de áreas comuns.



Figura 131 ■ Claustro. Vista geral.



Figura 132 ■ Zona nova. Unidades de alojamento / parede em ruína.

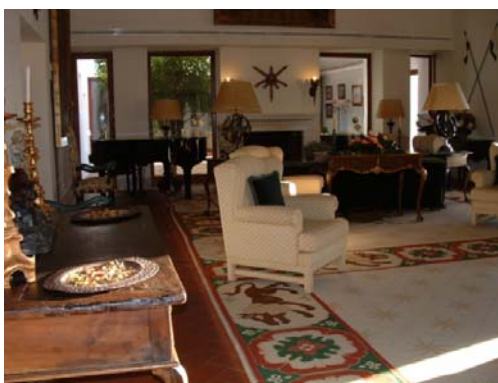


Figura 133 ■ Edifício pré-existente. Sala de estar e área de acesso às unidades de alojamento.



Figura 134 ■ Edifício pré-existente. Sala de estar e área de acesso às unidades de alojamento.



Figura 135 ■ Imagem de conjunto. Vista do jardim.

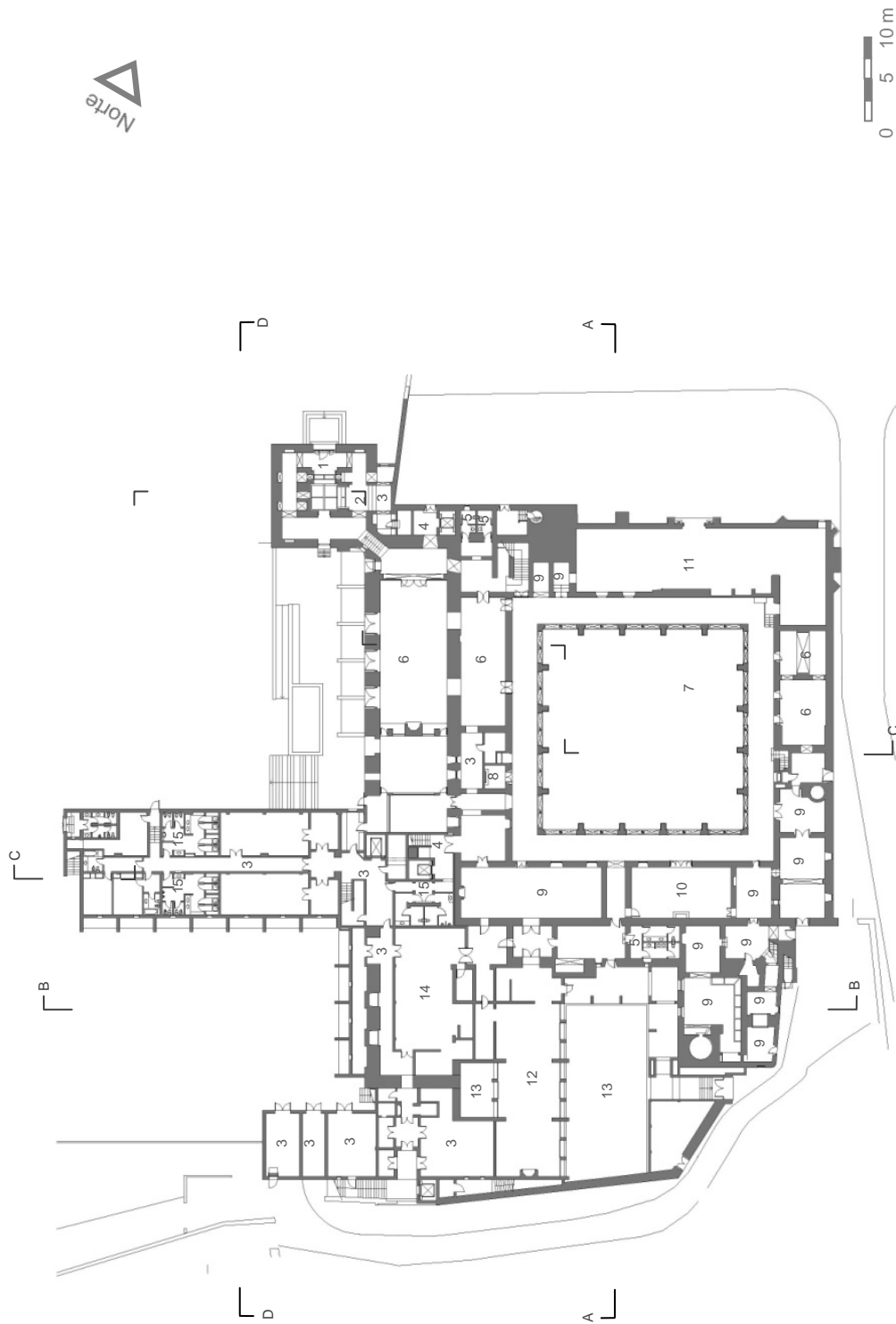
- Elementos gráficos

“Os materiais tradicionais, utilizados no limite das possibilidades que o programa hoteleiro permitiu configurar, sublinham a validação de uma construção que não é relegada a mero testemunho silencioso de um tempo esquecido, mas antes integra e absorve o novo edifício que dela nasce.”¹⁷⁶

¹⁷⁶ João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto, “A arquitectura”, *Pousada D. João IV*, ENATUR, p. 21.

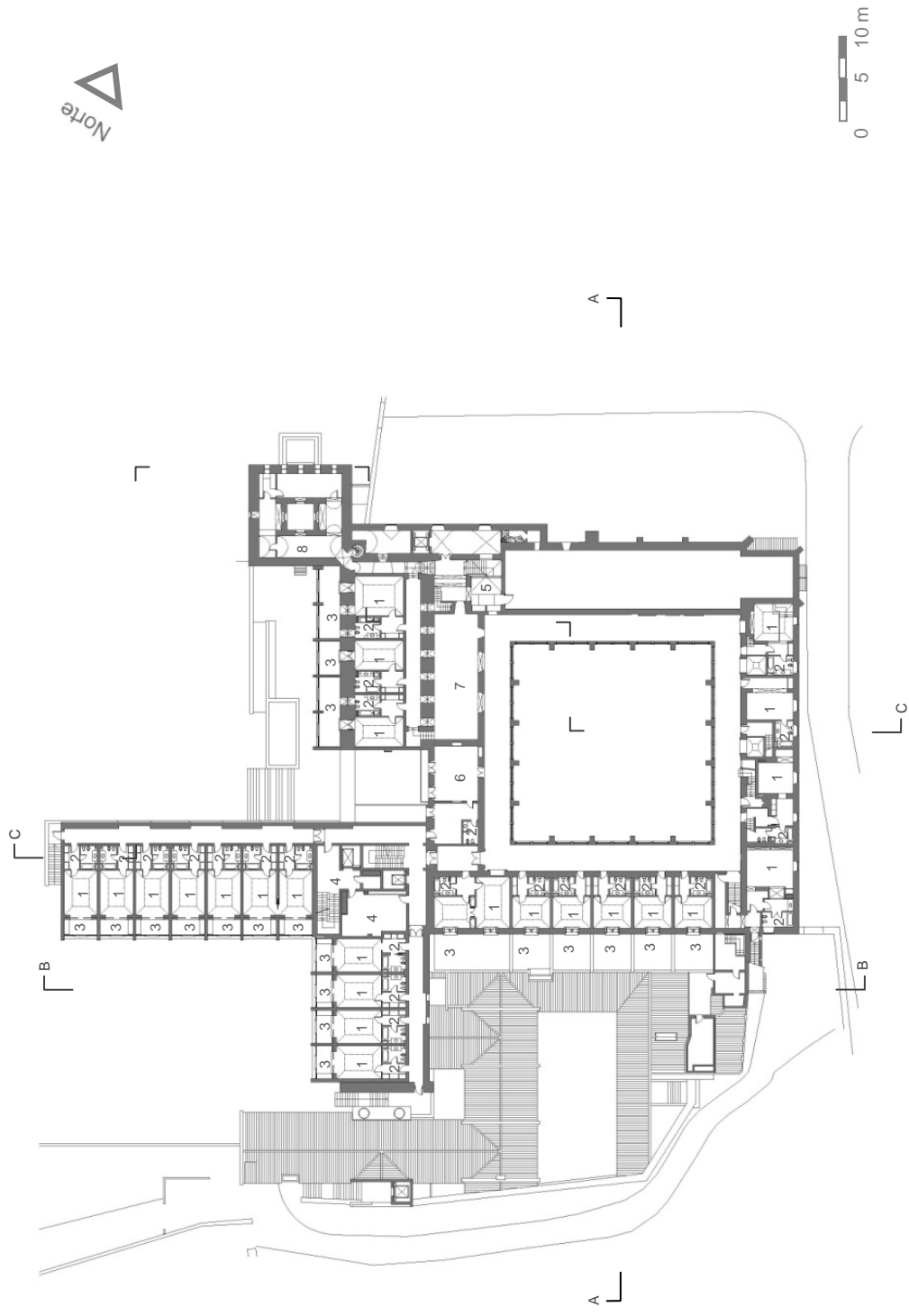


Figura 136 ■ Planta de Implantação



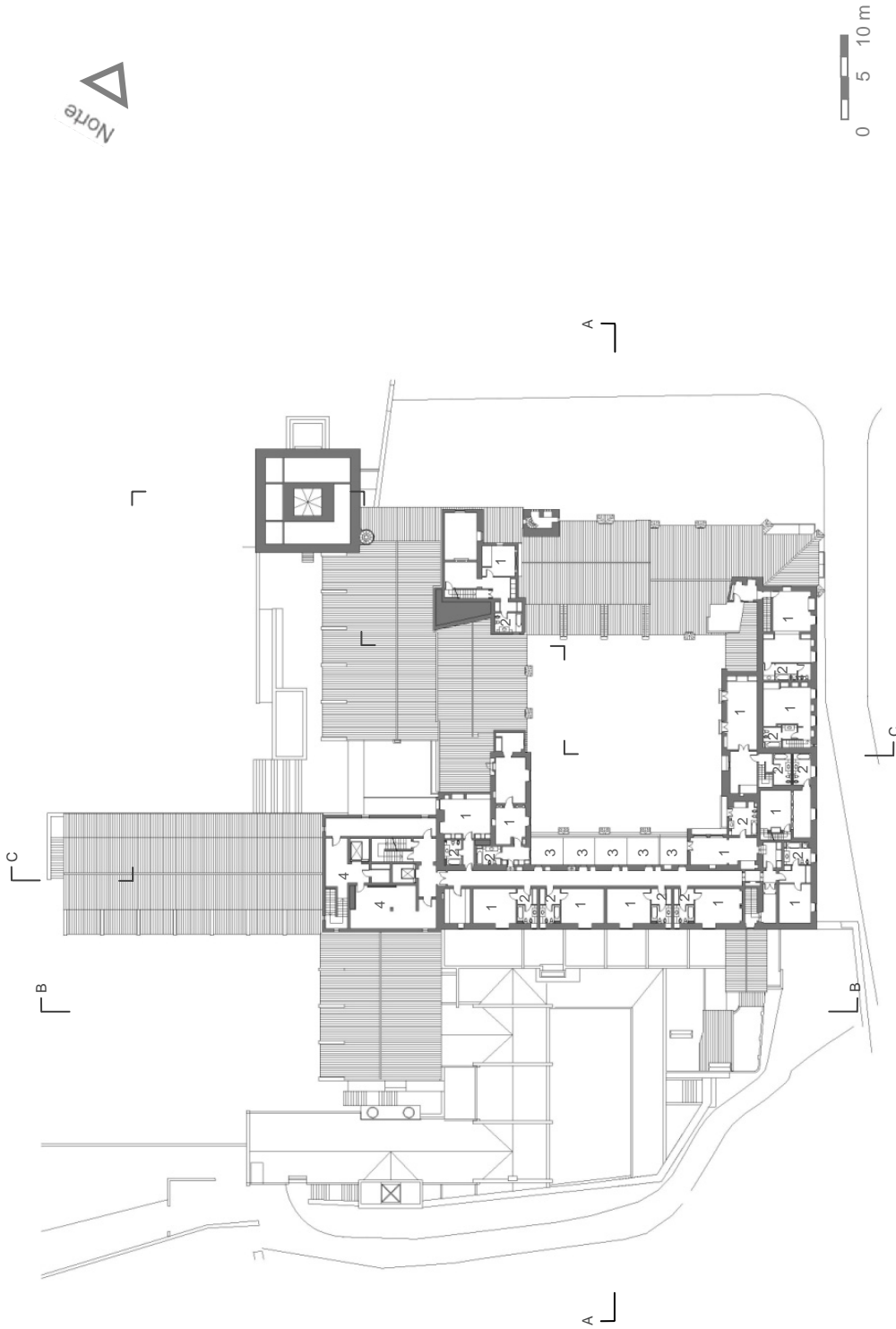
- 1 | Entrada da pousada; 2 | Recepção; 3 | Zona de serviço; 4 | Circulação de hóspedes; 5 | Instalação Sanitária pública; 6 | Sala de estar; 7 | Claustro; 8 | Capela do Corpo de Deus;
- 9 | Espaço museológico; 10 | Sala do Capítulo; 11 | Igreja; 12 | Restaurante; 13 | Pátio; 14 | Cozinha; 15 | Balneário de pessoal; 16 | Instalação sanitária de apoio à piscina

Figura 137 ■ Planta do Piso 0



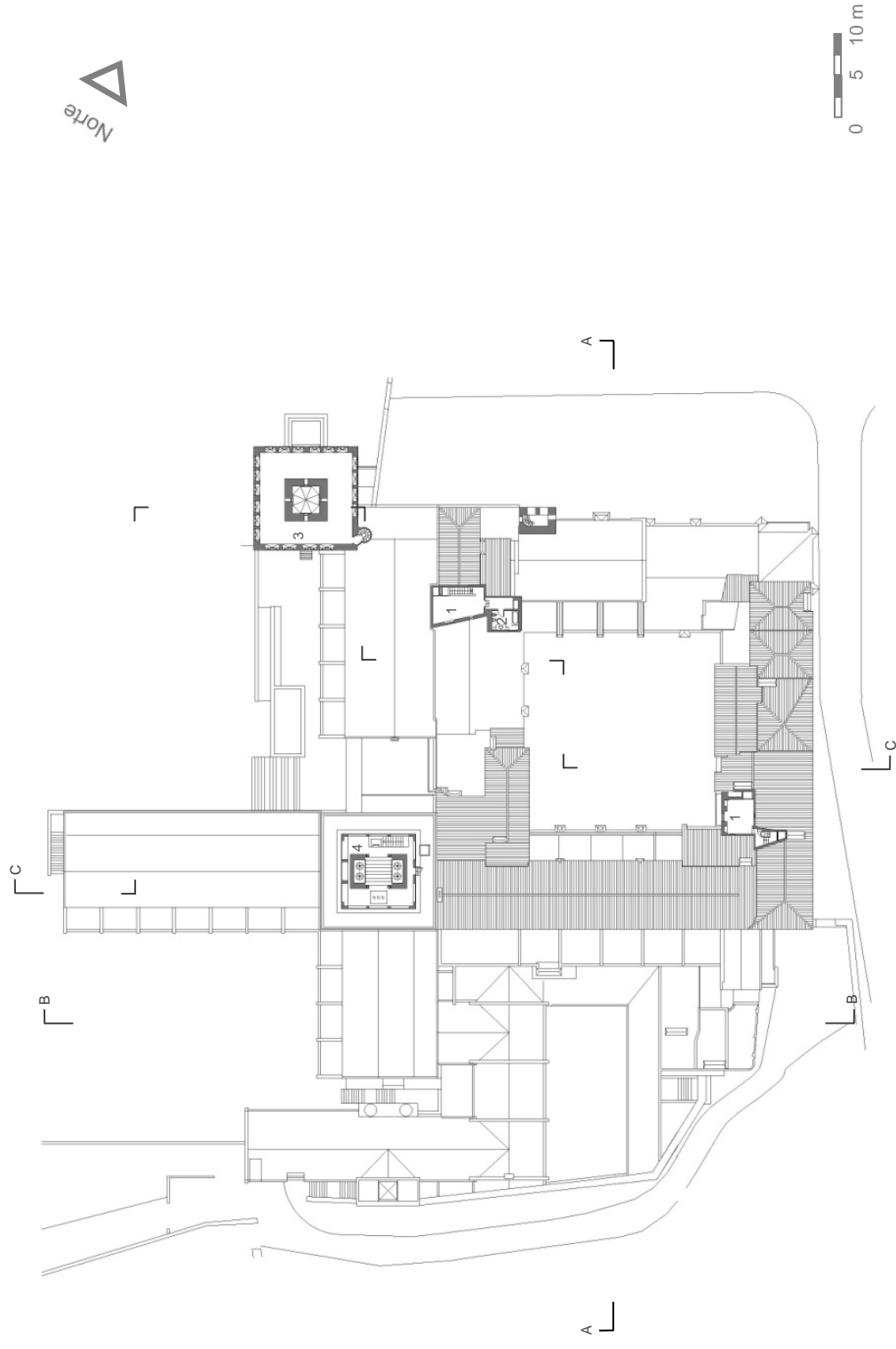
- 1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada; 3 | Varanda; 4 | Zona de serviço; 5 | Zona de acesso ao coro-alto;
- 6 | Casa do beijo; 7 | Galeria; 8 | Ginásio

Figura 138 ■ Planta do Piso 1



1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada; 3 | Varanda; 4 | Zona de serviço

Figura 139 ■ Planta do Piso 2



1 | Unidade de alojamento; 2 | Instalação sanitária privada; 3 | Mirante; 4 | Zona técnica

Figura 140 ■ Planta do Piso 3

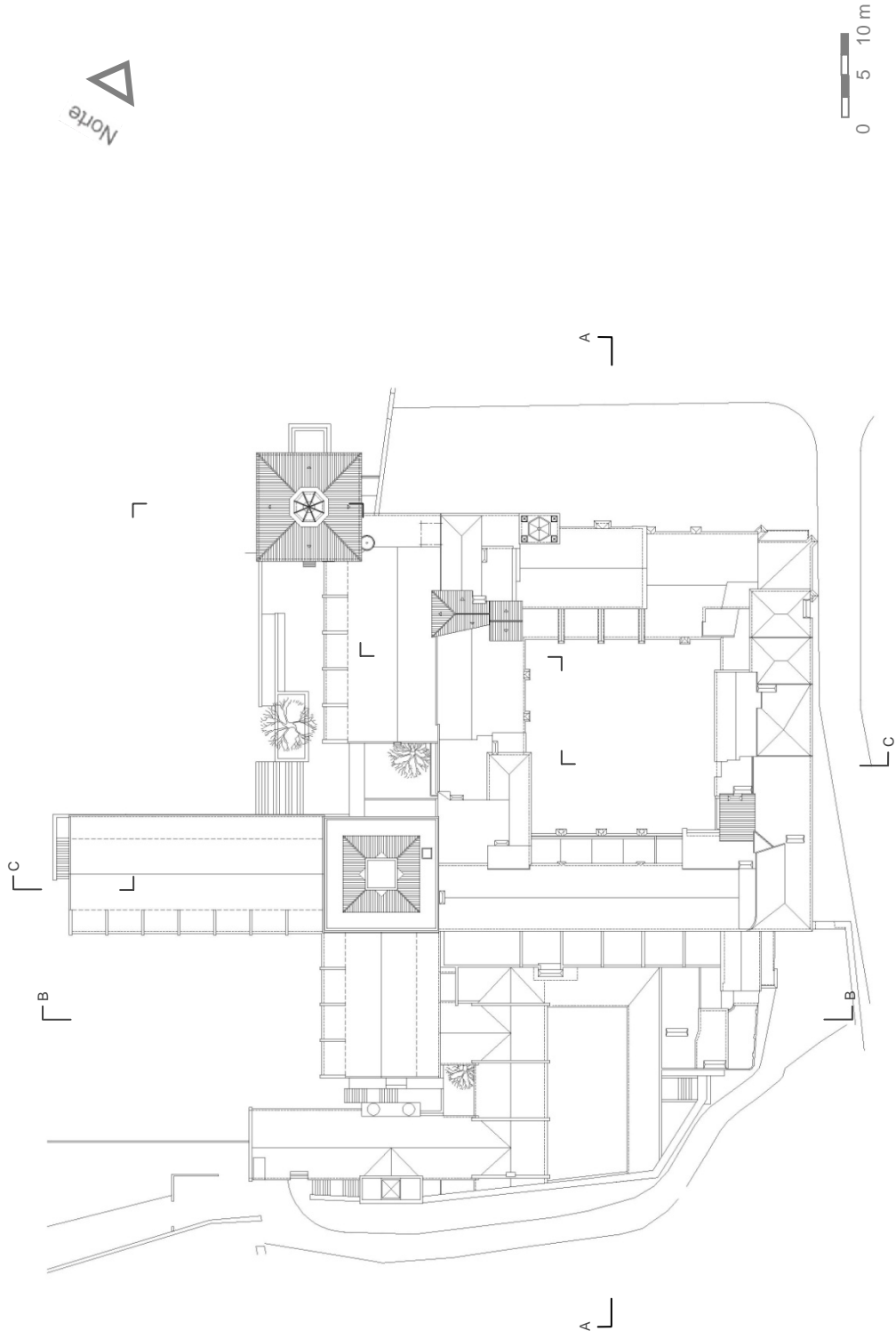


Figura 141 ■ Planta de Cobertura

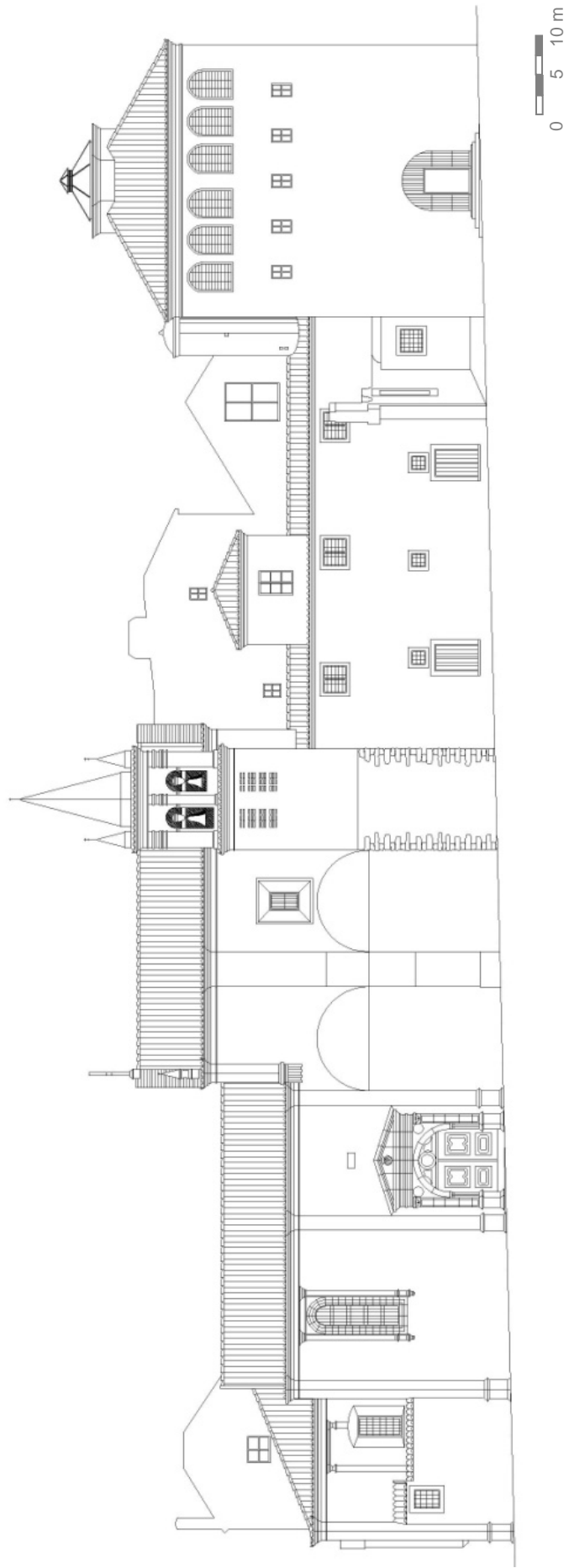


Figura 142 ■ Alçado Principal

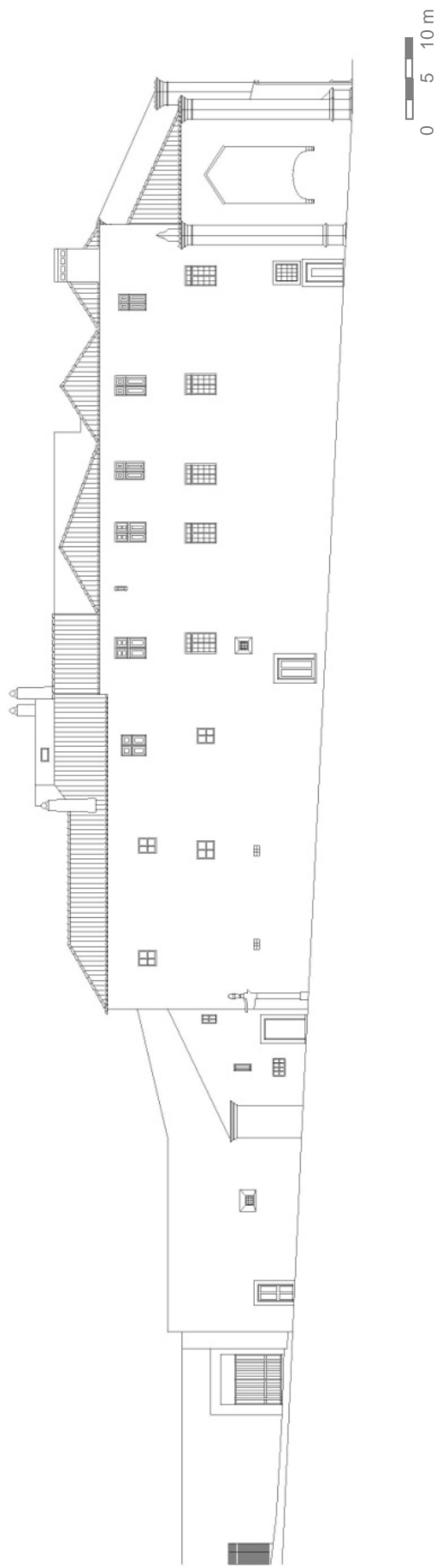


Figura 143 ■ Alçado Lateral Esquerdo

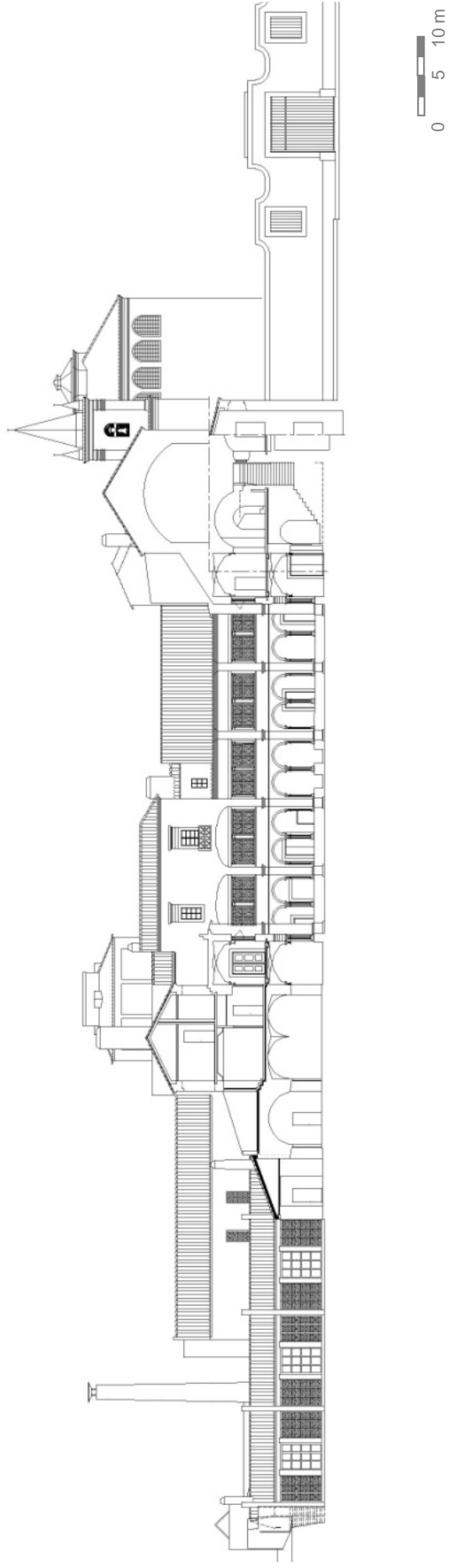


Figura 144 ■ Corte AA

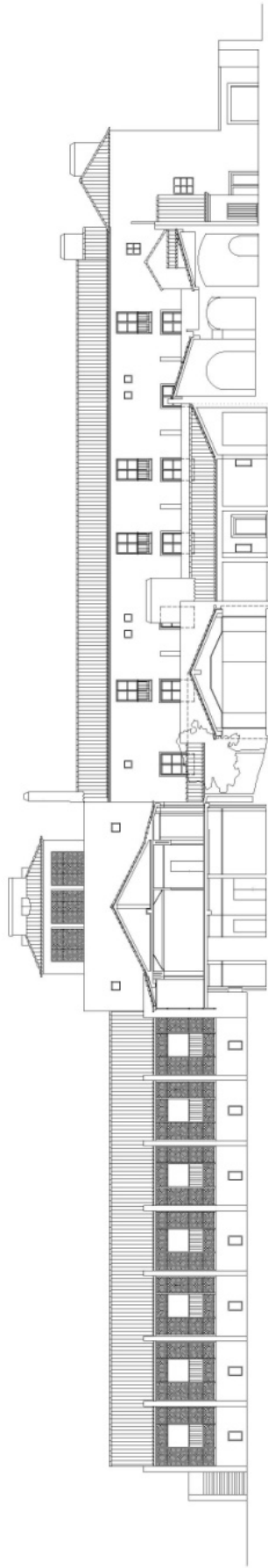


Figura 145 ■ Corte BB

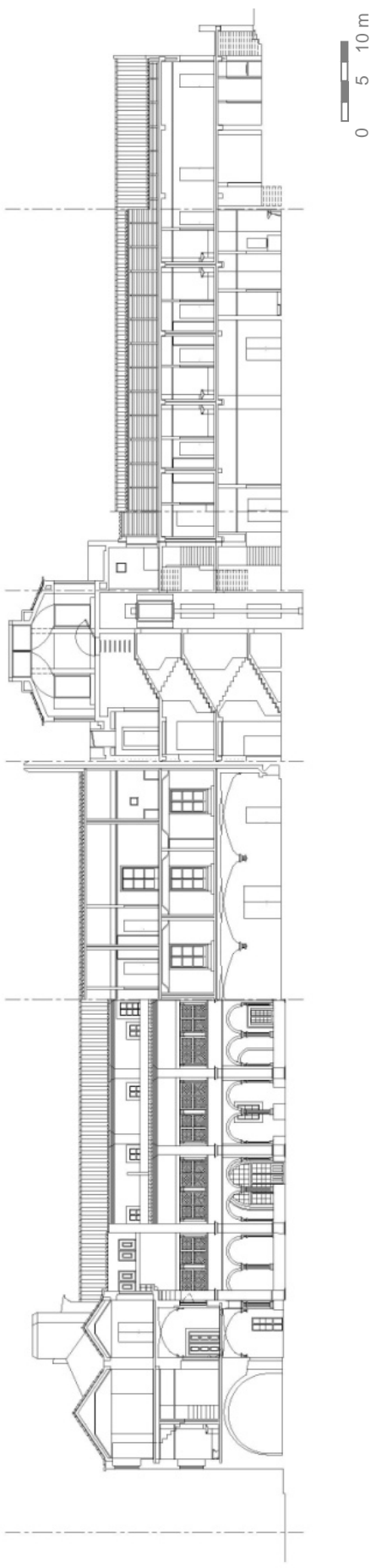


Figura 146 ■ Corte CC

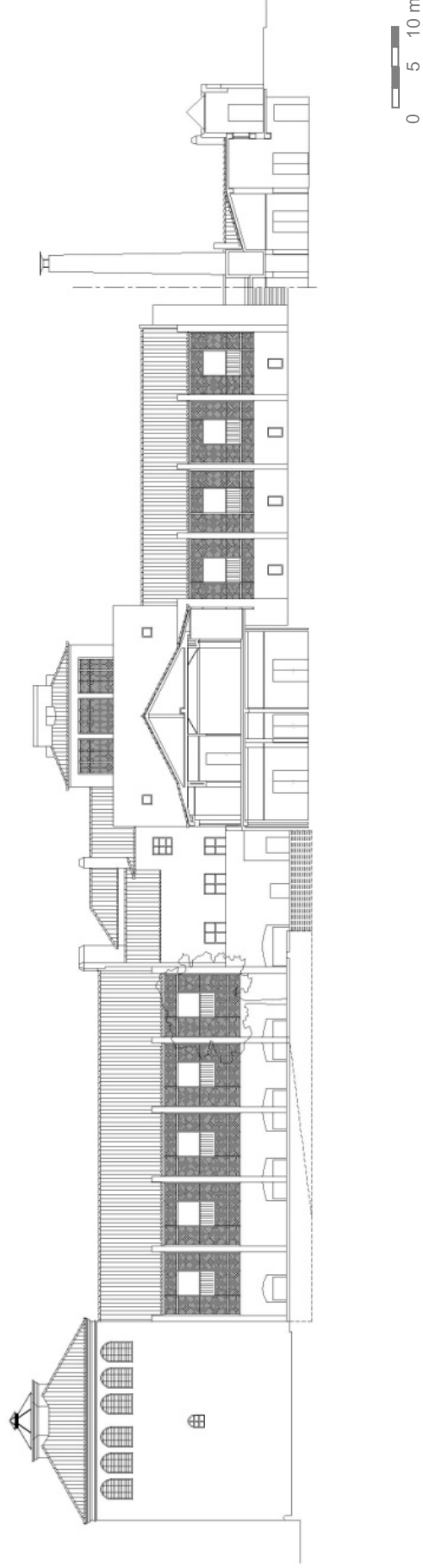


Figura 147 ■ Corte DD

3.5.2 Alcácer do Sal ■ Pousada D. Afonso II [1995-1999]

▪ Enquadramento histórico

Desconhece-se ao certo a origem do castelo de Alcácer do Sal, mas segundo dados dos sucessivos trabalhos arqueológicos realizados no sítio do actual castelo, este teve vários períodos históricos de ocupação, desde, pelo menos, a Idade do Ferro¹⁷⁷. Contudo, a obra da fortificação que chegou aos nossos dias data, presumivelmente, do século XII. Neste período, verificaram-se as pressões militares cristãs sob os territórios de domínio islâmico, desde o século VIII, período em que Alcácer do Sal foi conquistado pelos muçulmanos¹⁷⁸.

Após várias incursões e conquistas, Alcácer do Sal foi reconquistado em 1217 por D. Afonso II. No castelo, foi instalada a sede da Ordem de Santiago da Espada em Portugal¹⁷⁹, a qual se manteve até 1442¹⁸⁰.

Em 1573, Rui de Salema fundou na área do castelo de Alcácer do Sal o Convento de Nossa Senhora de Aracaeli, destinado às monjas da Ordem de Santa Clara de Assis¹⁸¹. Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, “os seus bens foram nacionalizados e incorporados na Fazenda Pública e alienados”¹⁸². O convento encerrou, definitivamente, no princípio do século XX, por morte da última religiosa.

O conjunto foi-se degradando ao longo dos anos, tendo sofrido obras de restauro pela DGEMN nas décadas de 50 a 70 do século passado. As obras de adaptação do castelo a pousada datam de 1995 e a sua inauguração de 1999.

▪ Descrição do conjunto edificado

O Castelo de Alcácer do Sal situa-se no cume de um outeiro, sobranceiro à vila de Alcácer do Sal, na margem norte do rio Sado, distrito de Setúbal.

¹⁷⁷ Cf. AA. VV., “A intervenção arqueológica”, *Roteiro. Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal*, IGESPAR, I.P., Lisboa, 2007, p. 13.

¹⁷⁸ Cf. AA. VV., *ob. cit.*, p. 45.

¹⁷⁹ Cf. AA. VV., *ob. cit.*, p. 62.

¹⁸⁰ Cf. AA. VV., *ob. cit.*, p. 64.

¹⁸¹ Cf. AA. VV., *ob. cit.*, p. 70.

¹⁸² Cf. AA. VV., *ob. cit.*, p. 72.

A pousada constitui-se pela muralha do castelo e pela estrutura do antigo Convento e Igreja de Nossa Senhora de Aracaeli, incorporado na alcáçova medieval.



Figura 148 ■ Alcácer do Sal. Localização da Pousada D. Afonso II: vista aérea a 2000m de altitude.



Figura 149 ■ Alcácer do Sal. Localização da Pousada D. Afonso II: vista aérea a 600m de altitude.

- Protecção legal

O Castelo de Alcácer do Sal foi classificado como Monumento Nacional, em 16 de Junho de 1910.

- Breve descrição do espaço afecto a pousada

A Pousada de Alcácer do Sal é um impressionante conjunto de diversos edifícios, sendo o corpo principal a estrutura do antigo Convento de Nossa Senhora de Aracaeli. Este corpo foi “preenchido” e ampliado de forma a acolher a pousada.

“A obra incluiu três componentes básicas com diferentes características:

-obra de recuperação / adaptação com uma área bruta da ordem dos 2.850m² distribuída por 3 níveis, incluindo alguns pormenores de restauro de cantarias e relevos em massa que decoram diversos nichos.

- obra de ampliação (construção nova) com uma área bruta da ordem dos 3.800m², distribuída por cinco níveis não totalmente sobrepostos.

- museu em cave sob a área histórica existente com área na ordem dos 6000m².¹⁸³

O espaço da pousada é definido pela muralha do castelo assente na rocha e envolvendo o outeiro, intercalada por torres, uma a norte, outra a sul. No extremo noroeste duas torres mais elevadas acompanham um pano de muralha rasgado inferiormente por um arco redondo e superiormente por uma fiada de arcos menores, que comunicam com a preexistência do convento que lhe está adossado e contorna o corpo da igreja a sul.

A pousada ocupa a maior parte do conjunto mas, a inclusão de um subterrâneo, sob a área central do claustro e do “corpo paralelepípedo saliente, direccionado para norte, que correspondia aos dormitórios das freiras¹⁸⁴, foi adaptado a museu, sob a gestão da Câmara Municipal de Alcácer do Sal. O museu – cripta arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal, acolhe parte dos testemunhos pré-existentes de estruturas representativas do que resta de um santuário romano, no próprio sítio onde foram erigidas.

O espaço museológico integra-se na obra da pousada e incluiu um espaço contíguo às áreas de serviço da mesma, mas é totalmente independente da pousada.

O acesso à pousada é feito a partir do recinto do castelo, a nascente, entre o que resta da muralha a sul e a igreja. No interior, a entrada efectua-se para um grande espaço de duplo pé-direito, para onde se vira a fachada a este, definida pela recepção, à esquerda e por uma zona de estada, à direita. Esta área, marcada por uma grande escada que surge no meio do vazio e nos leva a uma outra área de estadia em *mezzanine*, terá sido em tempos a torre da alcáçova do castelo. Este espaço, de planta rectangular, contido no corpo do antigo convento, possui três pisos. A entrada

¹⁸³ Cf. Diogo Lino Pimentel, Memória Descritiva do estudo preliminar ilustrativo da proposta para a elaboração do projecto de execução da Pousada do Castelo de Alcácer do Sal, Lisboa, Dezembro de 1993 (policopiado).

¹⁸⁴ Cf. AA. VV., *ob. cit.*, p. 76.

do museu efectua-se pelo piso 0 deste corpo, enquanto os pisos 1 e 2 estão afectos à pousada. No piso 1, encontram-se a recepção, duas unidades de alojamento, gabinetes de apoio à administração e instalações sanitárias comuns. No piso 2, há três unidades de alojamento, sala de leitura e acesso a um terraço. Este corpo liga na direcção este com a igreja e no prolongamento a norte encerra uma área de estar, surgindo um outro volume arquitectónico, para nascente, das áreas sociais e da ligação ao claustro.

Na antiga igreja, de nave única, distinguem-se duas áreas principais: o antigo coro-alto, onde actualmente existe uma escada de hóspedes, construída em perfis metálicos e madeira, que serve os pisos 1 a 4; e a nave que funciona como sala multiusos. A nave possui acesso directo ao recinto do castelo, através da fachada lateral virada a norte, para o lado do rio. No exterior, a igreja distingue-se por dois volumes, o da nave e o da capela-mor.

O volume de ligação do corpo paralelepípedo ao claustro surge na continuidade para norte do coro-alto e compreende o elevador de hóspedes, encerrado numa área de planta rectangular, de passagem entre a escada de hóspedes e o claustro. No piso 1, estão a sala de estar, o bar, a sala de jogos, as instalações sanitárias comuns e o acesso aos espaços exteriores da pousada. No piso 2, há duas unidades de alojamento e salas-de-estar. Nos pisos 3 e 4, há seis unidades de alojamento.

O claustro é de três pisos, com o inferior rasgado por arcos de volta perfeita assentes em pilastras de pedra quadrangulares. O piso 2, apresenta janelas de sacada com arco complementar, que encerra uma área de circulação e comunicação com as unidades de alojamento do corpo novo. No piso 3, a norte e a nascente, num plano recuado e mais elevado em relação ao pavimento interior, há um terraço (com acesso condicionado), onde se abrem vãos de janelas para um corredor do corpo novo.

O corpo de construção nova, com quatro pisos, surge adjacente ao claustro em continuidade com o alinhamento das alas norte e nascente. No piso 0, estão as áreas de serviço, a saída de emergência do museu para esta zona e uma entrada directa do exterior (recinto do castelo) para o restaurante. No piso 1, há o restaurante, a sala de pequenos-almoços, a cozinha e sala-de-refeições de pessoal. Nos pisos 2 e 3, há vinte e duas unidades de alojamento, distribuídas equitativamente pelos dois pisos. No piso 4, há três unidades de alojamento.

No exterior, ao nível do piso 1, encontramos espaços jardinados, duas piscinas, balneários de apoio às piscinas e esplanada junto ao restaurante.

A pousada possui instalações técnicas das seguintes especialidades:

- Instalações e equipamentos eléctricos (iluminação; tomadas e ventilações; distribuição de som, TV e rádio; rede informática; telefones; aparelhos elevadores – 3; sinalização de emergência; detecção de incêndios; grupo electrotécnico e posto de transformação; pára-raios e antenas; quadros e colunas).
- Instalações e equipamentos mecânicos (sistema de condicionamento de ar e rede de distribuição de gás combustível).
- Instalações e equipamentos de águas e esgotos (redes de distribuição de águas quentes e frias; depósitos de reserva e sistema de pressurização; rede de ataque a incêndios; central térmica).
- Redes de esgotos domésticos, pluviais e de drenagem.

- Autor do projecto de adaptação

Arquitecto Diogo Lino Pimentel (Canon, Centro de Estudos e Projectos, Lda.)

- Análise da intervenção efectuada

O arquitecto projectista pretendia intervir para “que daí possa resultar um novo ciclo de vida para o monumento, com nova leitura do seu testemunho e algum valor cultural acrescentado pelo nosso tempo.”¹⁸⁵

A intervenção do Castelo de Alcácer do Sal de adaptação a pousada reflecte uma leitura pouco clara do monumento. O monumento é o castelo ou o convento? A classificação do monumento incide sobre as muralhas do castelo, enquanto o projecto incide sobre o convento e a valorização do claustro como centralidade do espaço da pousada. É certo que o projecto se adaptou em vários momentos aos trabalhos arqueológicos e procurou respeitar e valorizar testemunhos de outras épocas. É certo também que o conjunto patrimonial não é unicamente o monumento mas os vestígios físicos do passado e o espaço onde se insere. Contudo, a intervenção criou uma nova identidade ao sobrepor-se ao edificado preexistente. O convento estava num estado de ruína. Na intervenção, ao construir um novo volume para “completar” o claustro, e outros dois volumes sobre o coro-alto e sobre a torre da alcáçova, quase chega a anular-se a estrutura e a leitura da preexistência.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Diogo Lino Pimentel, *Pousada D. Afonso II*, Enatur, Lisboa, Julho 1998, p. 23

¹⁸⁶ Sobre este assunto, Susana Lobo refere que “a ostensiva marcação dos vértices do claustro, com a colagem de um novo volume sobre o coro das freiras e uma das torres da antiga alcáçova, parece querer competir com a presença da cúpula da igreja. E, de facto, anula-a. Como de resto, toda a intervenção

No que respeita à leitura do interior, a situação repete-se. Por exemplo, a importância do coro-alto é negligenciada, quando, na intervenção, se introduz um novo corpo de escadas que permite aceder aos pisos de quartos que se desenvolvem em torno do claustro. Ora, o coro-alto é um elemento importante na interpretação de uma igreja “feminina”. Uma adaptação conscienciosa deveria proteger e permitir uma leitura clara deste elemento.

Desse conjunto – castelo, convento e construção nova - adaptado a pousada, podem tirar-se várias ilações. São três edifícios diferentes na sua história e função, mas indissociáveis porque parte de um conjunto. Apesar de se valorizarem os vestígios da passagem e acção humanas (nomeadamente através da criação do núcleo museológico), o processo de adaptação a pousada não harmoniza o interesse de defesa do património com a exploração económica do espaço. A construção nova não gera mais-valia interpretativa – pela sua diferenciação de leitura – tendendo, pelo contrário, a anular as referências pré-existentes.

No contexto da Carta de Veneza, são possíveis variações regionais dentro de um padrão teórico geral de conservação. Os aspectos culturais, cuja relevância deve preceder sobre todo o resto, são aqui, preteridos ou negligenciados. A reabilitação foi conduzida principalmente por factores económicos, nomeadamente pela necessidade de ampliar para cumprir as exigências da exploração hoteleira.¹⁸⁷

“apaga” o edifício existente”. Cf., da autora, *Pousadas de Portugal. Reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 152.

¹⁸⁷ “Foi restaurado o claustro e algumas salas adjacentes, entre as quais a cozinha, o refeitório e a sala do Capítulo, entretanto integrados no esquema funcional da pousada. No entanto, tendo ainda em conta as exigências da exploração hoteleira, foi necessário ampliar a área coberta e proporcionar a construção de uma “obra nova”, pouco agressiva em termos de linguagem e bem assimilada em termos de volumetria, embora neo-moderna nos seus contornos, assumindo o corte epocal entre a pré-existência quinhentista e seiscentista e o empreendimento contemporâneo do século XX, de acordo com a Carta de Veneza.” Cf. AA.VV., *ob. cit.*, pp. 74-75.

▪ Elementos fotográficos

Antes da intervenção



Figura 150 ■ Edifício em ruína.



Figura 151 ■ Vista de conjunto.



Figura 152 ■ Mosteiro em ruína.



Figura 153 ■ Mosteiro em ruína.



Figura 154 ■ Mosteiro e cobertura do claustro.



Figura 155 ■ Claustro.



Figura 156 ■ Igreja em ruína.



Figura 157 ■ Igreja em ruína.



Figura 158 ■ Muralha do castelo.



Figura 159 ■ Vista de conjunto.

Durante a intervenção



Figura 160 ■ Vista geral da obra.



Figura 161 ■ Castelo e mosteiro: obra.



Figura 162 ■ Construção nova.



Figura 163 ■ Construção nova / mosteiro.



Figura 164 ■ Construção nova / mosteiro.



Figura 165 ■ Claustro / ampliação.



Figura 166 ■ Construção nova / mosteiro.



Figura 167 ■ Construção nova / mosteiro.



Figura 168 ■ Claustro / estrutura museu.



Figura 169 ■ Obra: coro-alto.



Figura 170 ■ Claustro.



Figura 171 ■ Claustro / construção nova.



Figura 172 ■ Claustro: piso 0.



Figura 173 ■ Construção nova.



Figura 174 ■ Construção nova.



Figura 175 ■ Estrutura da cobertura da Igreja.

Após a intervenção



Figura 176 ■ Acesso à pousada.



Figura 177 ■ Pousada: entrada para restaurante.



Figura 178 ■ Entrada da pousada.



Figura 179 ■ Entrada da pousada.



Figura 180 ■ Jardim.



Figura 181 ■ Jardim.



Figura 182 ■ Jardim.



Figura 183 ■ Exterior:
restaurante:



Figura 184 ■ Entrada na
pousada (interior).



Figura 185 ■ Átrio.



Figura 186 ■ Escada.



Figura 187 ■ Recepção.



Figura 188 ■ Escada principal.



Figura 189 ■ Zona de estar.



Figura 190 ■ Acesso igreja (interior).



Figura 191 ■ Escada / coro-alto.

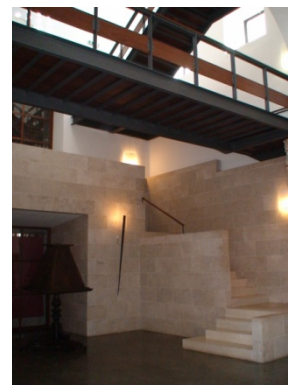


Figura 192 ■ Escada / coro-alto.



Figura 193 ■ Restaurante.



Figura 194 ■ Claustro: pisos 2 e 3.



Figura 195 ■ Claustro: piso 0.



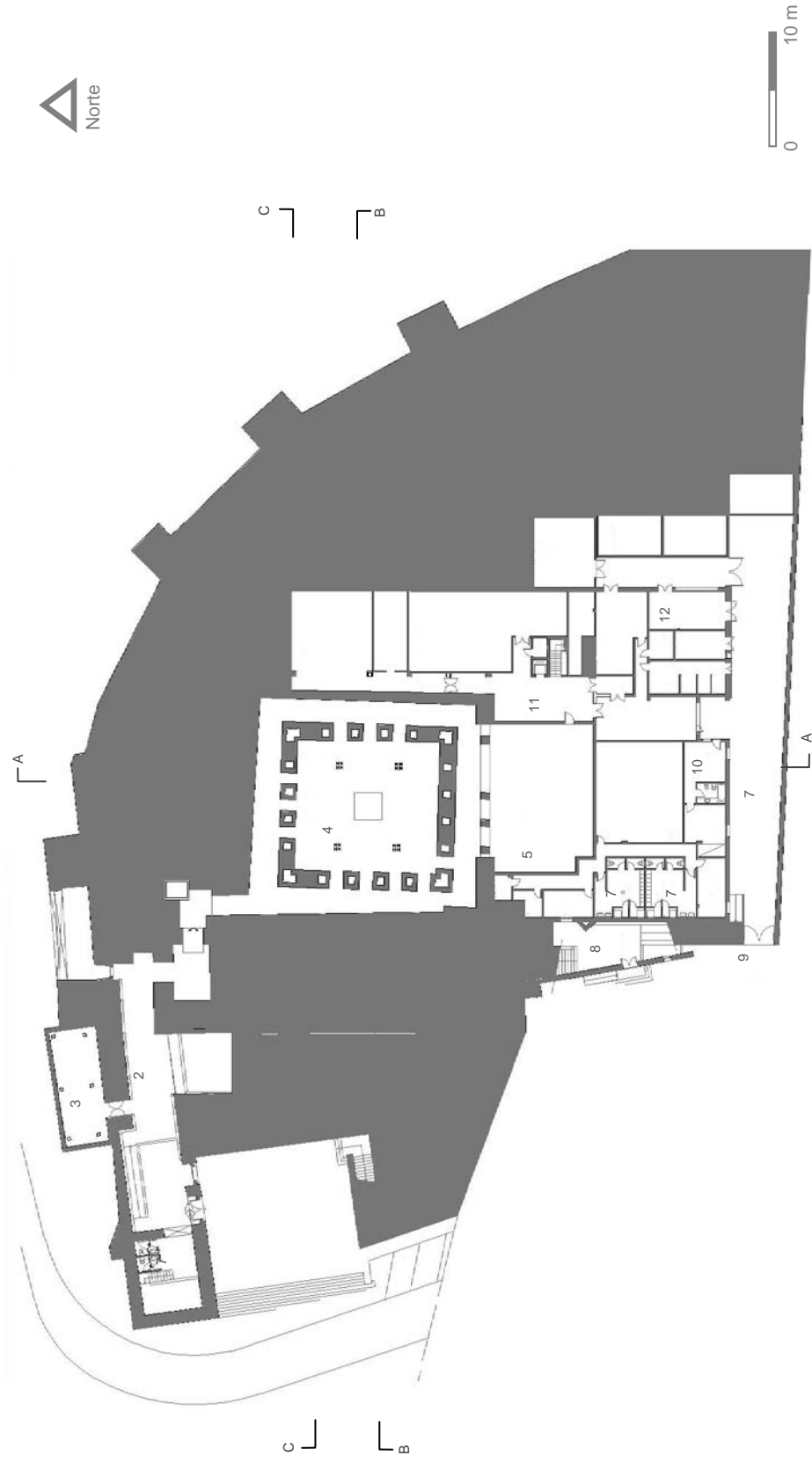
Figura 196 ■ Claustro: piso 1.

- Elementos gráficos

“Entende-se que a estrutura edificada existente, que não é um edifício, deverá ser o elemento gerador da concepção arquitectónica da futura Pousada do Castelo de Alcácer do Sal, que foi também, e quase se diria principalmente convento.

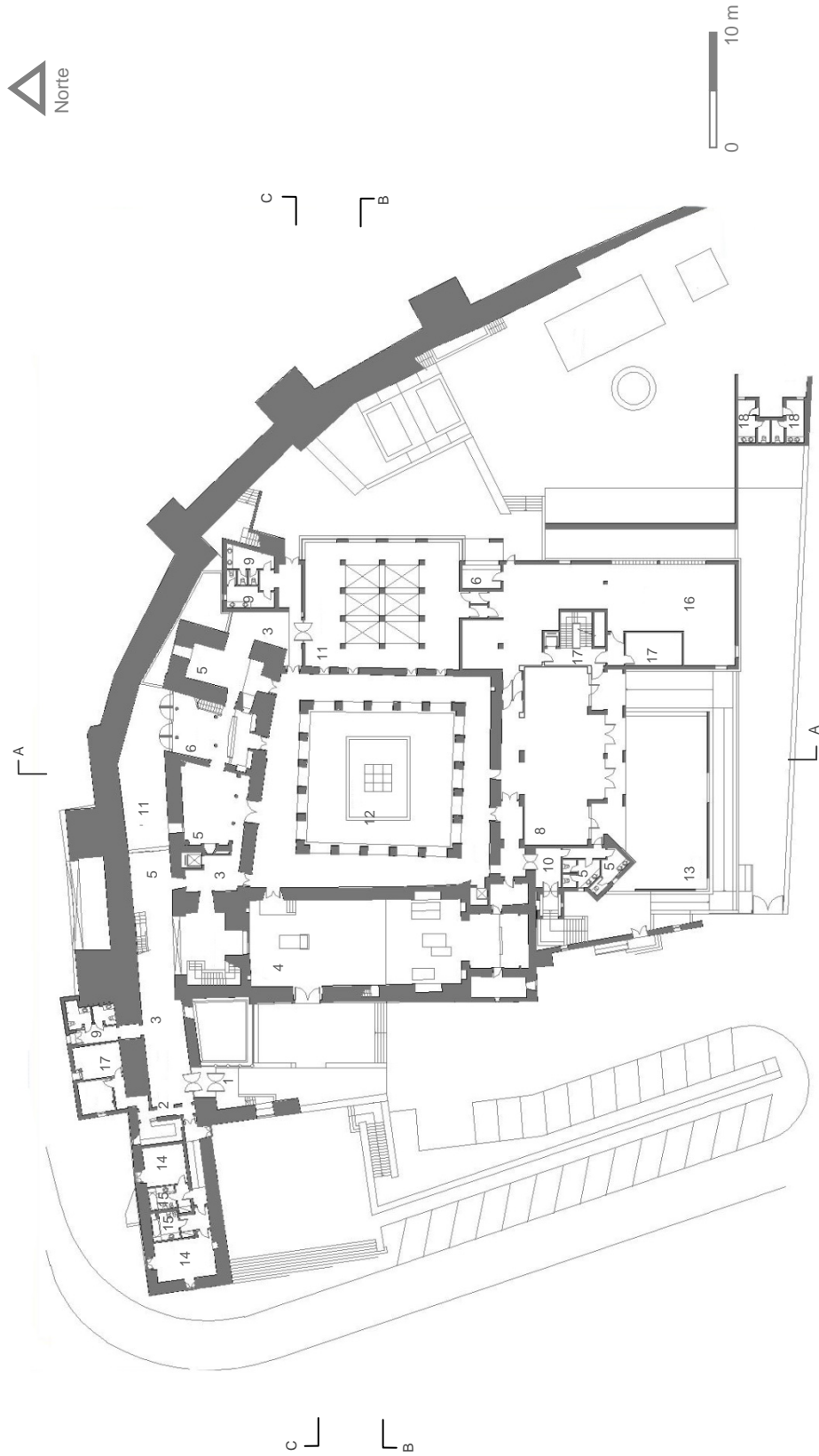
A Pousada deverá conformar-se com o Monumento que está na sua origem, atribuindo a este a função caracterizadora e motivadora do resultado final, muito mais do que qualquer estrita ou mera funcionalidade prática.”¹⁸⁸

¹⁸⁸ Cf. Diogo Lino Pimentel, *Memória descritiva do estudo preliminar ilustrativo da proposta para a elaboração do projecto de execução da pousada do castelo de Alcácer do Sal*, ob. cit., p.1.



- 1 | Entrada Museu; 2 | Museu; 3 | Sala de projecção; 4 | Ruínas Arqueológicas; 5 | Santuário Romano; 6 | Átrio; 7 | Instalação Sanitária; 8 | Entrada Restaurante;
- 9 | Entrada Serviço; 10 | Zona de serviço; 11 | Área Técnica

Figura 197 ■ Planta do Piso 0



- 1 | Entrada da pousada; 2 | Recepção; 3 | Circulação; 4 | Igreja; 5 | Sala de estar; 6 | Bar; 7 | Restaurante; 8 | Sala de pequenos-almoços; 9 | Instalação sanitária comum; 10 | Átrio;
- 11 | Pátio; 12 | Claustro; 13 | Esplanada; 14 | Unidade de alojamento; 15 | Instalação sanitária privada; 16 | Cozinha; 17 | Zona de serviço; 18 | Instalação sanitária de apoio à piscina

Figura 198 ■ Planta do Piso 1

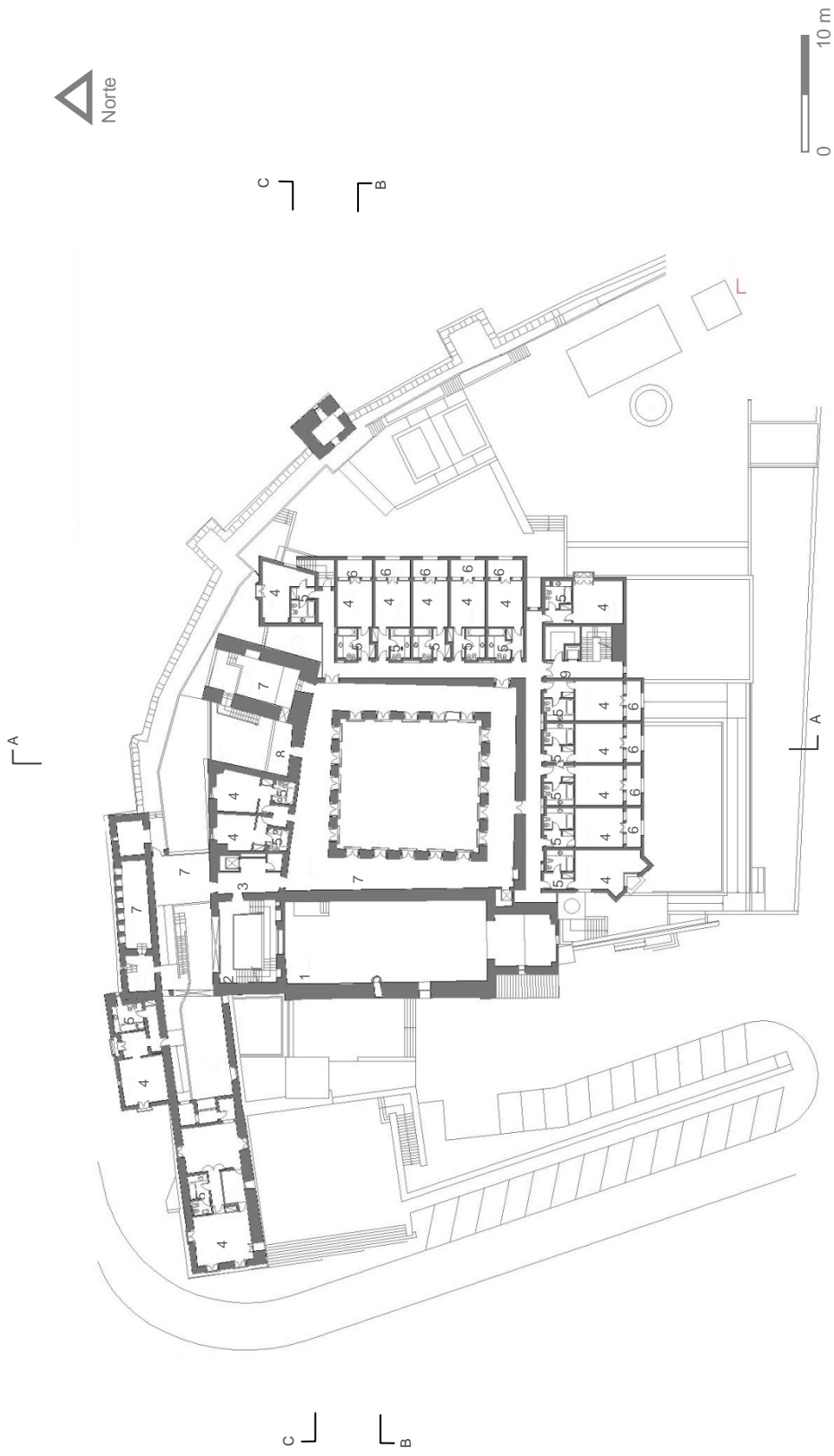


Figura 199 ■ Planta do Piso 2

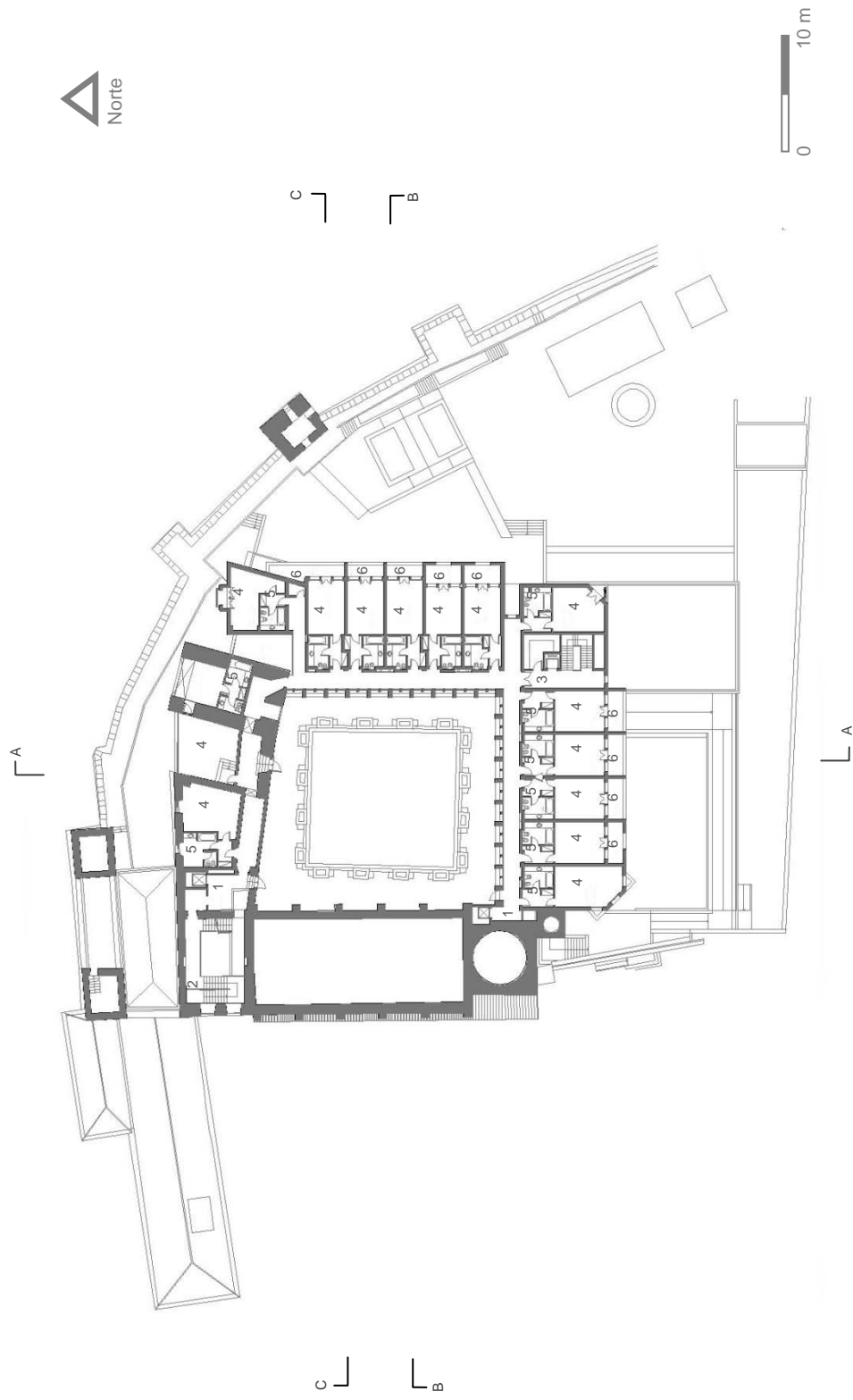
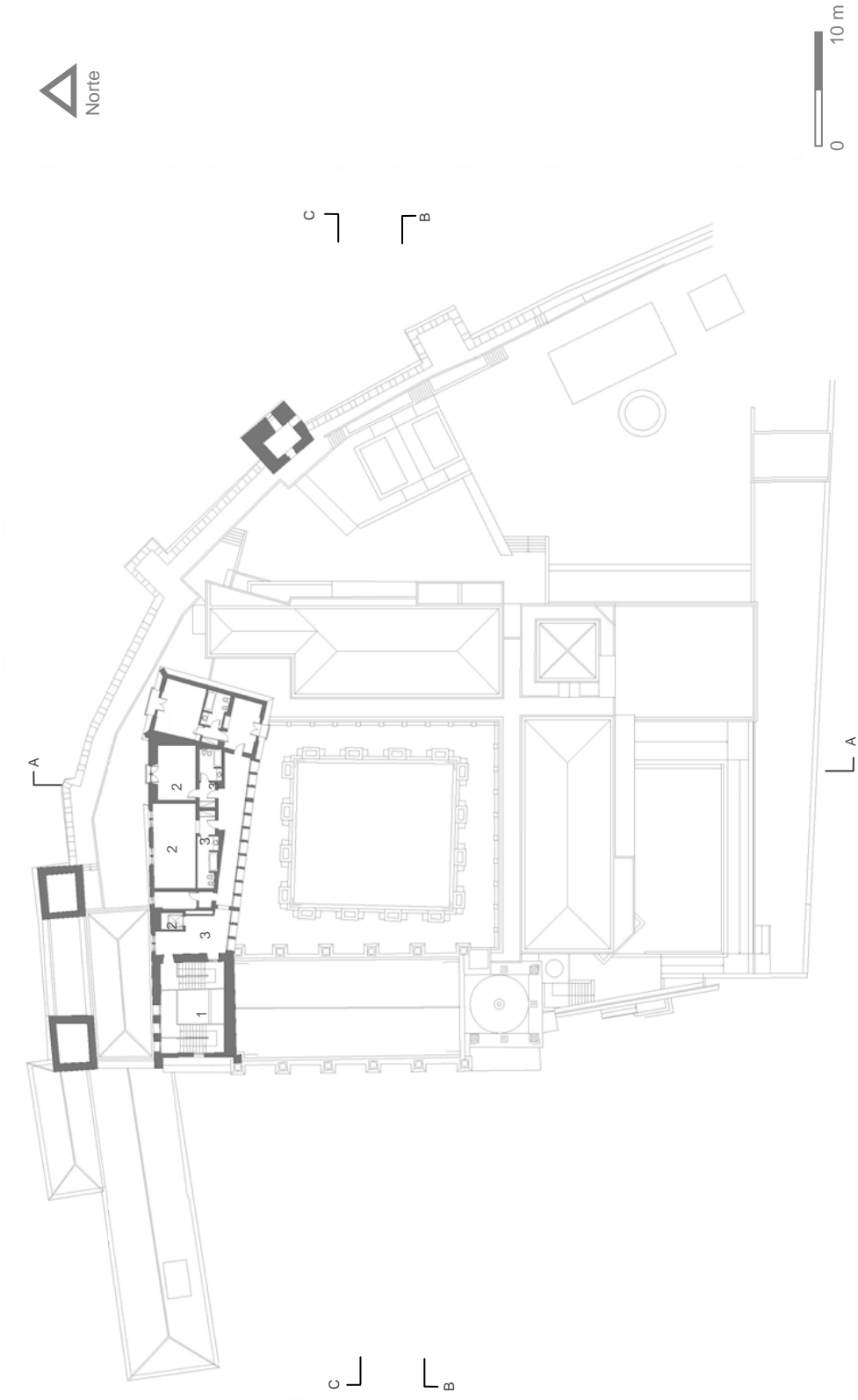


Figura 200 ■ Planta do Piso 3



1 | Circulação; 2 | Unidade de alojamento; 3 | Instalação sanitária privada

Figura 201 ■ Planta do Piso 4

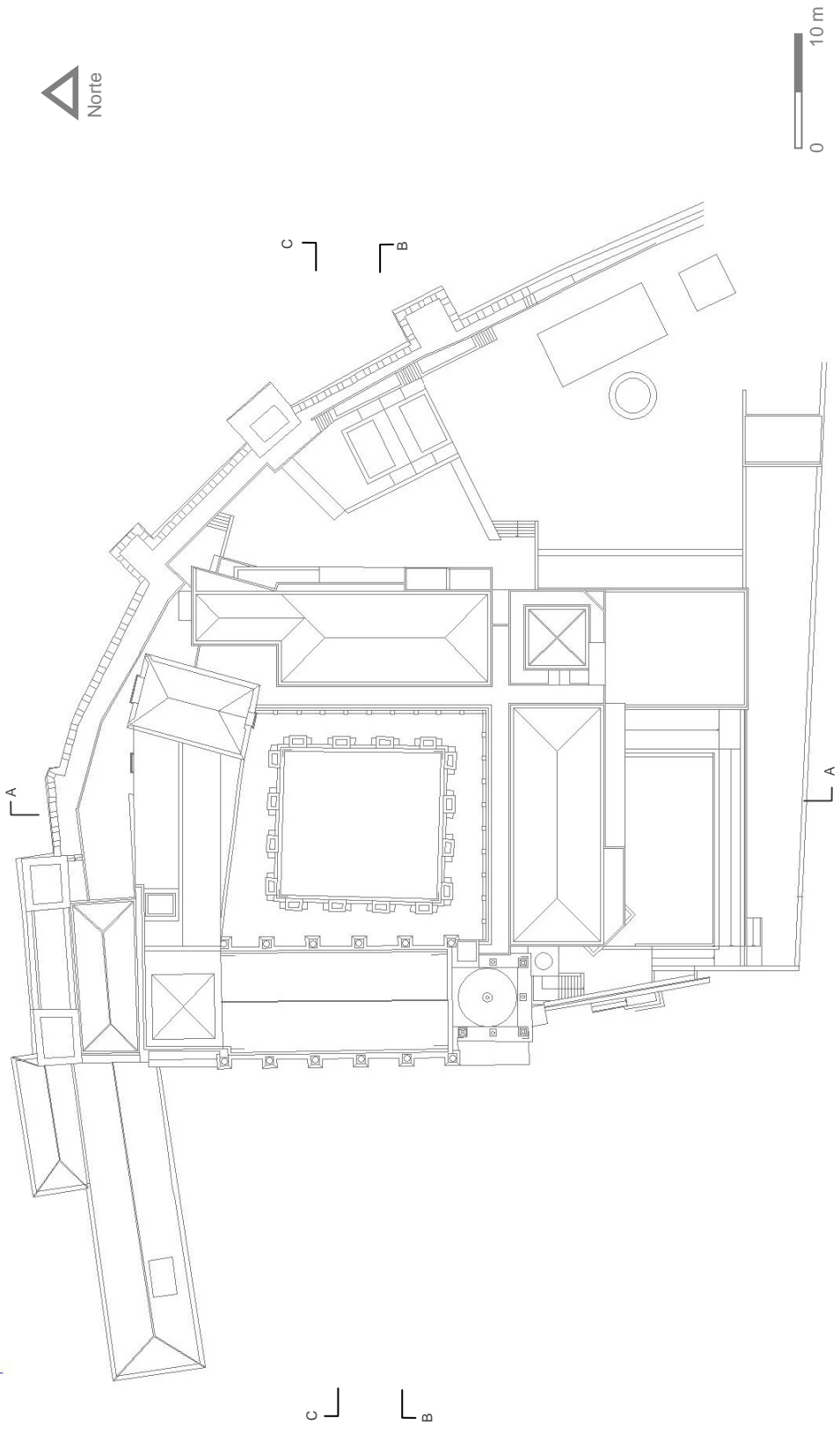


Figura 202 ■ Planta de Cobertura

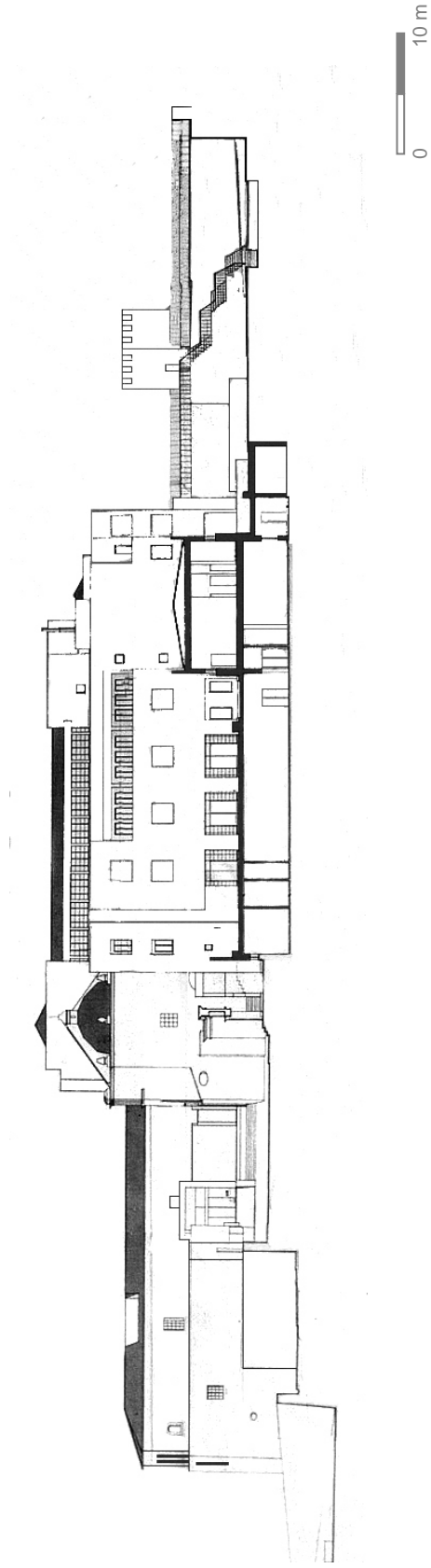


Figura 203 ■ Alçado Principal

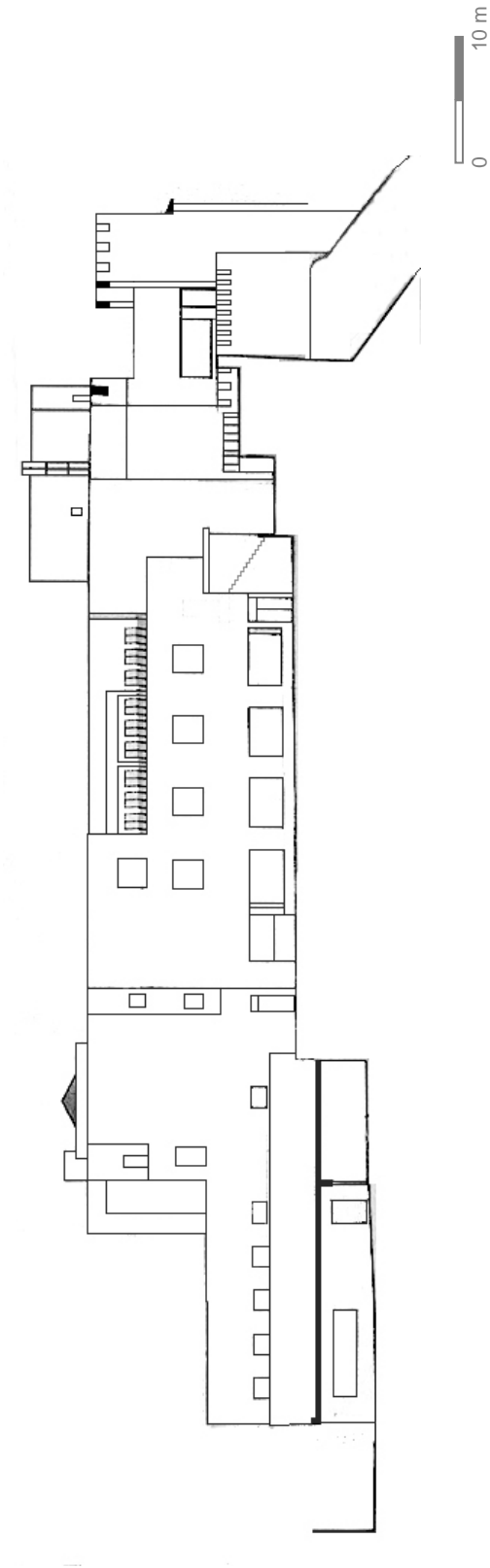


Figura 204 ■ Alçado Lateral Direito

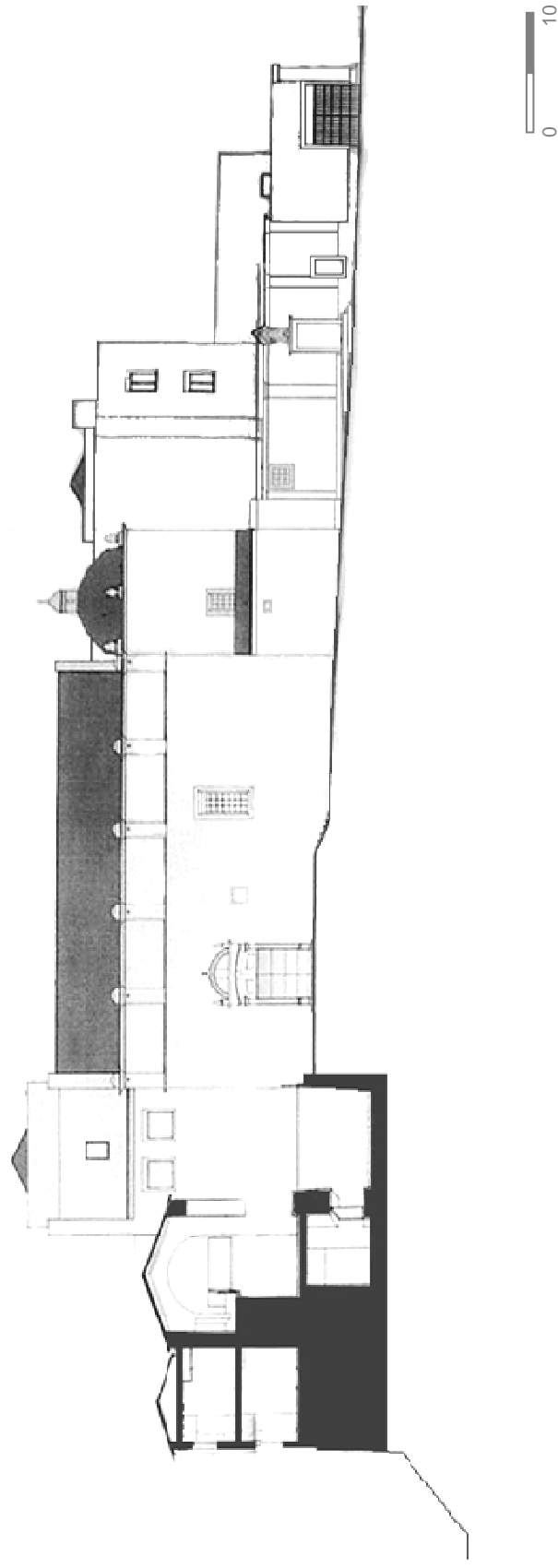


Figura 205 ■ Alçado Lateral Esquerdo

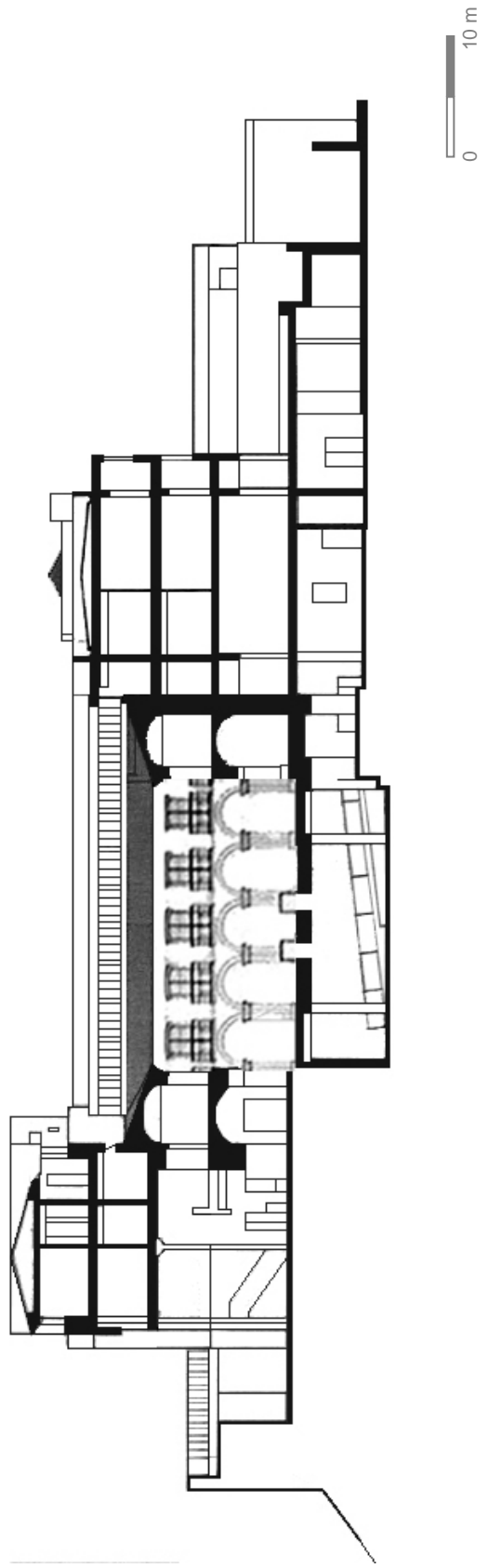


Figura 206 ■ Corte AA

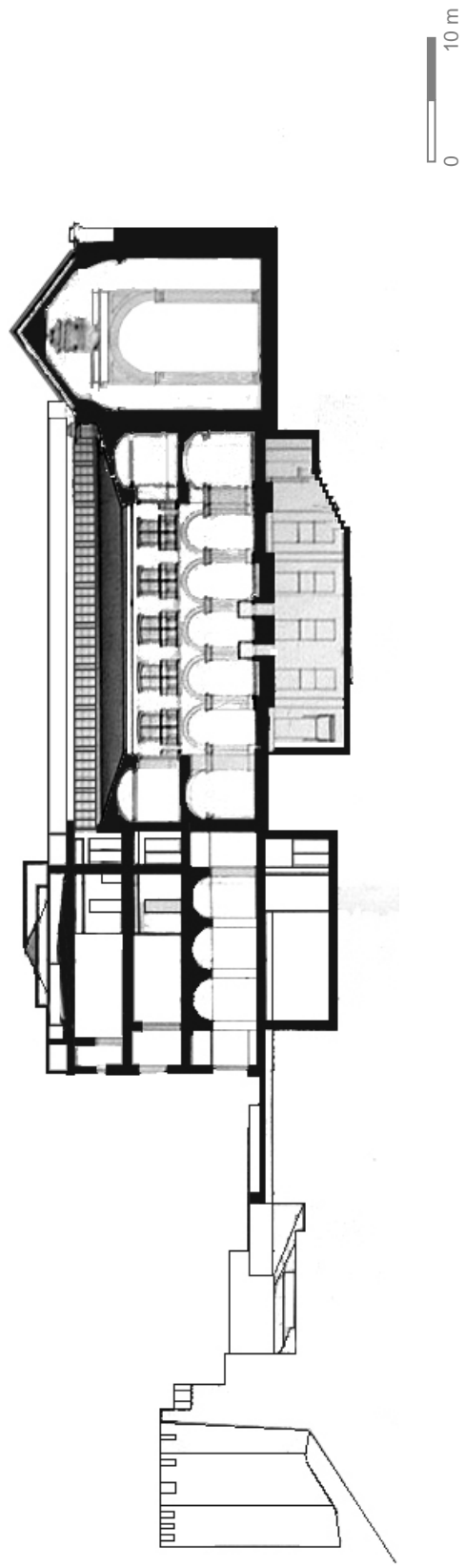


Figura 207 ■ Corte BB

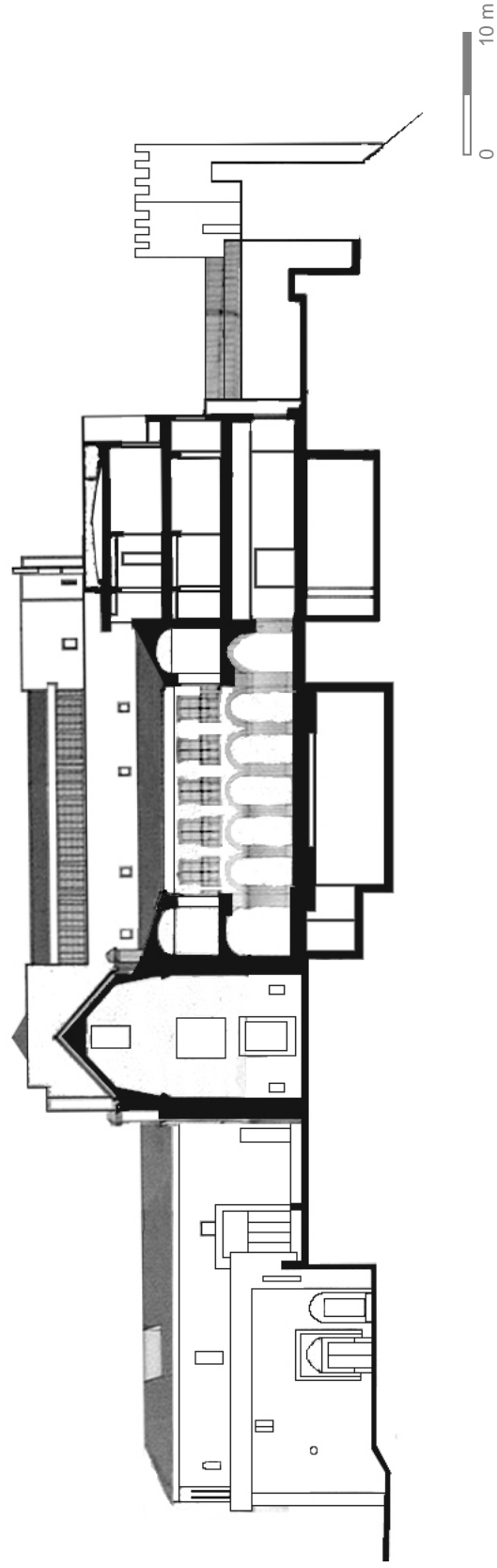


Figura 208 ■ Corte CC

4 ■ Análise crítica face ao quadro legal, doutrinário e ético vigente

Esta análise, complementar das anteriores, é o produto da síntese das conclusões de cada intervenção. A intenção é a de tentar compreender como evoluiu, nos períodos definidos em cada uma das fases, o modo de intervir no património classificado como monumento nacional ou imóvel de interesse público para adaptação a pousada¹⁸⁸. São conceitos que, ou aparecem com bastante frequência no estudo particular de cada obra, ou têm um especial protagonismo ou importância na intervenção do edifício. A situação varia segundo cada acção.

Na descrição dos diferentes edifícios assinalámos os principais percursos que apresentam, no conjunto de espaços intervencionados, os aspectos mais significativos do edifício (enquanto monumento e enquanto pousada), para facilitar uma melhor compreensão da organização do projecto e da intervenção. Em seguida, apresentou-se uma visão geral dos diferentes períodos históricos do edifício para nos ajudar a contextualizar na análise das adaptações a pousada.

Pretende-se, também, entender a importância que a legislação e doutrinas do património histórico edificado tiveram nas intervenções, nos períodos analisados.

Acerca da filosofia que originou a construção das pousadas pouco se vislumbra nas que ainda estão em funcionamento. Algumas das pousadas foram desactivadas ou vendidas, outras ainda sofreram alterações de ampliação. Tal facto deveu-se a vários factores: não tinham rentabilidade suficiente, devido ao reduzido número de unidades de alojamento ou ao elevado custo de manutenção dos edifícios; outras encontravam-se num avançado estado de degradação, por desgaste do material e equipamento ou por se encontrarem desfasadas dos requisitos legais exigidos, principalmente no que respeita à confecção de alimentos; ou ainda, no caso da pousada do Forte de Belixe (Sagres), o continuado e moroso desabamento da falésia fez com que o risco de

¹⁸⁸ No caso das seis pousadas analisadas - Pousada do Castelo (Óbidos), Pousada de Santa Marinha da Costa (Guimarães), Pousada do Castelo de Alvito (Alvito), Pousada da Flor da Rosa (Crato), Pousada de D. João IV (Vila Viçosa) e Pousada de D. Afonso II (Alcácer do Sal) -, cinco estão classificadas como monumento nacional, à excepção da pousada de Guimarães está classificada como imóvel de interesse público.

derrocada do conjunto onde se insere a pousada seja eminente, pondo em risco quem se encontre no local.

O aproveitamento de circunstâncias especiais de localização foi condição para fomentar a visita a monumentos e lugares de evocação histórica, tendo servido de ponto de partida para a “rede de pousadas históricas”. No início das adaptações, era condição que os projectos fossem realizados por arquitectos que, pela sua obra, tivessem um lugar de destaque no panorama cultural e artístico português. Este critério pressupunha que os arquitectos seleccionados apresentassem um percurso sólido, o que permitiria uma ênfase na preocupação de reabilitar o edifício sem que o mesmo se destruísse com pretensiosas e incaracterísticas construções. Por outro lado, cabia ao arquitecto eleito fixar a capacidade/ocupação de forma a evitar ampliações que afectassem funcionalmente a concepção inicial. Era ainda função do arquitecto contratado produzir e publicar monografias ou outros documentos como forma de conhecimento e divulgação da história do edifício.

Se por um lado as ideias iniciais se mantiveram, por outro os pressupostos alteraram-se. A questão económica tornou-se cada vez mais relevante. A resolução de problemas hoteleiros, tendo como base a viabilidade financeira, passou a enquadrar as soluções propostas. Esta é a alteração mais relevante na evolução das adaptações. Todavia, isto não invalidou uma política de conservação mais ou menos regrada. Convoca-nos, antes, para a análise cuidada da forma como a política é levada à prática através da acção de diferentes organismos.

Referimo-nos, pois, à tutela daqueles espaços antes, durante e após a intervenção arquitectónica. Embora se tratem de espaços protegidos pela legislação nacional, não existe uma vistoria e fiscalização eficazes, no sentido de assegurar a correcta conservação dos conjuntos protegidos. Estamos talvez perante um caso de legislação inadequada, já que não resulta numa eficaz articulação de acções entre os vários organismos intervenientes no processo de refuncionalização. A situação é largamente decorrente da sobreposição de poderes por parte de várias entidades ministeriais e seus sub-organismos. O resultado destas sobreposições foi a criação de uma situação *de facto* em que a concepção do que deve ser uma adaptação passa da esfera do Estado para a esfera individual do arquitecto seleccionado. Apesar de existirem organismos, regulamentos e políticas, é deficitária a materialização do objectivo de conservação e defesa do património num corpo de regras coerente e verificável operacionalmente nas várias fases do projecto e obra (por exemplo, através de

análises técnicas e vistorias). Na prática, a interpretação da pré-existência e as regras da intervenção acabaram por ser ditadas pela maior ou menor sensibilidade do arquitecto e pela sua maior ou menor aderência aos valores da salvaguarda do património histórico.

Em qualquer edifício, uma adaptação implica forçosamente alterações à sua estrutura funcional pré-existente. É, no entanto, importante saber que tipo e quais as linhas de actuação. Nos casos em análise – adaptação a pousada de castelos, mosteiros ou conventos –, os conjuntos perderam autenticidade espaço-funcional¹⁸⁹ mas nem todos perderam identidade histórica.

Perante os consensos que resultaram das cartas, recomendações, convenções e legislação para intervenções no património construído, sabemos que as intervenções no património edificado devem integrar o conjunto e deve haver o conhecimento mais aprofundado possível sobre o objecto em estudo, de forma integrada¹⁹⁰. Sabemos ainda que, quando haja necessidade de construir novas áreas, estas devem introduzir-se harmoniosamente, distinguindo-se das originais¹⁹¹. As intervenções no património construído devem prever, tanto quanto possível, a utilização de materiais e técnicas construtivas utilizadas anteriormente¹⁹². Após a conclusão das obras, a gestão do conjunto deverá prever o controlo da manutenção do edificado para que não haja adulteração ou, caso haja, seja devidamente controlada¹⁹³.

¹⁸⁹ “O conceito de autenticidade, tal como foi expresso na Carta de Veneza, representa o factor qualitativo essencial relativamente à credibilidade das fontes de informação históricas. O seu papel é fundamental, nas intervenções de conservação e restauro” Cf. ICOMOS, Carta de Nara, de Novembro de 1994, ponto n.º 10.

¹⁹⁰ “Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre das partes originais, afim de que o restauro não falseie o significado artístico ou histórico do documento.” Cf. ICOMOS, Carta de Veneza, de Maio de 1964, artigo 12º.

¹⁹¹ *Idem*, *ib.*

¹⁹² “ Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada através do recurso a outras técnicas modernas de conservação e construção, desde que a sua eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida experiencia.” Cf. *Carta de Veneza*, *ob. cit.*, artigo 10º.

¹⁹³ “As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado. A intervenção escolhida deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, as

De entre as pousadas analisadas, atendendo ao seu estado à data das nossas visitas e investigações (2003 e 2005), podemos assegurar que algumas das intervenções foram operações de valorização, tendo o efeito positivo de não deixar degradar o monumento. A memória do edifício, a divulgação de elementos sobre a sua história e intervenção, a identificação de espaços mais significativos do monumento e a adequação entre a função original de um espaço e a sua nova ocupação, que deve permitir a correcta leitura do edifício, são também elementos a ter em conta para uma refuncionalização adequada.

Na Pousada de Santa Marinha da Costa (Guimarães), a opção dos elementos dominantes do conjunto (fachada, claustro, escada principal, azulejaria, varanda de Frei Jerónimo e definição da cerca) foi conseguida através da não adulteração do seu espírito inicial. Mesmo resolvendo as questões da viabilidade económico-financeira, através da construção de um novo elemento para aumentar a capacidade em unidades de alojamento, as opções arquitectónicas marcam claramente a diferença entre o novo e o existente, mantendo-se a harmonia e a leitura do conjunto.

Também no Castelo de Óbidos, os espaços foram reabilitados para funções novas mas mantendo a leitura anterior. As zonas de estar, algumas das unidades de alojamento dimensionadas sem alterações de compartimentação e, principalmente, o recinto amuralhado (torres de D. Dinis e D. Fernando adaptadas a unidades de alojamento), mantiveram a leitura anterior apesar das novas funções no âmbito da pousada.

Também na Pousada do Castelo de Alvito, as funções se adaptaram aos espaços existentes. Neste caso, há ainda a realçar a construção de um edifício semi-enterrado, adjacente e no exterior da muralha, para receber as funções das áreas de serviço. De modo a cumprir a legislação do turismo – designadamente no que se refere às ligações funcionais –, foi ainda possível construir um túnel enterrado sob o pátio do

estruturas e os valores arquitectónicos existentes. Quaisquer novos materiais ou tecnologias devem ser rigorosamente testados, comparados e experimentados antes da respectiva aplicação. Embora a aplicação *in situ* de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta os resultados obtidos, o seu comportamento ao longo do tempo e a possibilidade da sua eventual reversibilidade. Deve estimular-se o conhecimento dos materiais e técnicas tradicionais de construção, bem como a sua apropriada manutenção no contexto da sociedade contemporânea, considerando-as como componentes importantes do património cultural.” Cf. Carta de Cracóvia, de Outubro de 2000, artigo 11º.

Castelo, para ligação do edifício novo ao pré-existente. Esta solução permitiu a manutenção da leitura histórica do conjunto edificado.

Em geral, nas restantes pousadas analisadas, apesar de existirem exemplos defensáveis de intervenção, a análise das adaptações revela maioritariamente soluções que descaracterizaram elementos essenciais na leitura das pré-existências.

No caso da Pousada de D. Afonso II, em Alcácer do Sal, verifica-se uma anulação da leitura de espaços essenciais. Sendo a pré-existência um mosteiro de clarissas, o coro-alto é um dos elementos principais, pelo que a sua leitura é essencial. Apesar disso, a intervenção anulou a leitura deste espaço ao colocar ali uma escada de hóspedes. Também, alguns dos elementos do projecto dificultam a interpretação clara sobre o que é pré-existência e obra nova de adaptação, nomeadamente na área do claustro.¹⁹⁴

No caso da Pousada da Flor da Rosa, no Crato, a leitura exterior do conjunto é fortemente marcada pelo elemento novo, apesar de este ser construído de forma adjacente à pré-existência. No interior, a construção de um entre-piso veio anular a leitura da pré-existência. As opções construtivas associadas a um bloco de elevadores de ligação entre o corpo novo (áreas de serviço em cave) e a pré-existência, vieram criar problemas estruturais e agravados pelas infiltrações/escoamento de águas motivadas pela construção directamente em cima de um maciço rochoso.¹⁹⁵

No caso da Pousada de D. João IV, em Vila Viçosa, estamos também perante um caso em que existe anulação da leitura de espaços pré-existentes. O caso mais notório verifica-se logo à entrada da pousada, que oblitera tanto a leitura como a função da pré-existência¹⁹⁶. Também a construção de um edifício novo pouco diferenciado da pré-existência, proporciona uma falsa leitura do conjunto. Ainda assim alguns pormenores construtivos como janelas e quebra-luz exterior de madeira, no edifício novo, revelam um esforço para identificar, em pormenores, uma diferenciação

¹⁹⁴ No caso desta adaptação, é de referir o desenvolvimento de um espaço museológico que permitiu a disseminação de conhecimento sobre a História do local. Sendo uma acção positiva e despoletada pelas obras de adaptação, não altera as críticas que a mesma adaptação merece.

¹⁹⁵ O projecto de adaptação incluía uma área museológica interpretativa do local. Lamentavelmente, e apesar de o espaço para tal existir, esta nunca foi realizada.

¹⁹⁶ A opção de colocar as funções de entrada e recepção no antigo corpo das latrinas é questionável num espaço orientado para a fruição turística e cultural. Por outro lado, a não assumpção da leitura da pré-existência revela-se condenável, no que respeita às regras da salvaguarda do património edificado.

temporal. Como aspecto positivo, é de realçar a existência de áreas funcionais importantes do mosteiro pré-existente transformadas em áreas museológicas, o que permitiu a manutenção da leitura dessa parte do edificado.

Após o desenvolvimento do presente argumento, concluímos que o processo de adaptação e refuncionalização de conjuntos de marcado interesse histórico pode ser defensável, como forma de evitar a ruína e permitir a fruição dos espaços. Todavia, a análise demonstra que se trata de uma opção arriscada, pois, na ausência de uma intervenção pública coerente por parte do Estado, o respeito pelo património acaba por estar dependente da sensibilidade e da qualidade da formação dos arquitectos e demais técnicos envolvidos nos processos de adaptação. Só com uma atenção formativa mais aprofundada quanto às questões da salvaguarda do património edificado poderemos alcançar um patamar em que as intervenções se pautem por um respeito alargado da identidade dos conjuntos arquitectónicos. Respeito esse que é, no fundo, o respeito pelo legado histórico e cultural da nossa sociedade¹⁹⁷, e que a todos cumpre salvaguardar, como bem comum.

Na expressão de Virgolino Ferreira Jorge, terminamos esta dissertação com o seguinte argumento: “a defesa e a revalorização urgentes deste património comum é, por conseguinte, uma iniludível obrigação de solidariedade e um exercício moral de cidadania activa comum, independente de confissões ou credos pessoais. Não deve ser entendida apenas como um encargo participativo, mas, sobretudo, como uma missão estimulante e incessante para os actos do futuro, assumida e partilhada conscientemente. E só quem sabe olhar o passado e conhece a força inaudita do “ontem” saberá contemplar e responder melhor às questões e incertezas do “amanhã”; neste traço de união transitável, o “hoje” é o momento verdadeiramente decisivo para assumir o passado com esperança e, com fé, preparar o futuro. Por conseguinte, o “agora” é uma obrigação e o “amanhã” é uma responsabilidade”.¹⁹⁸

¹⁹⁷ O principal objectivo da Carta Internacional de Turismo Cultural elaborada pelo ICOMOS em Outubro de 1999, é contribuir para o diálogo entre os responsáveis pelo património e pelo turismo através de acções integradas entre interpretação, dinamização, protecção e conservação dos conjuntos edificados.

¹⁹⁸ Cf. Virgolino Ferreira Jorge, *Cultura e...*, ob. cit., p.85.

Bibliografia

Fontes impressas

AA. VV., *Alguns problemas da rede nacional de pousadas*, documento do arquivo da DGT, de 20 de Janeiro de 1961 (policopiado).

AA. VV., *Inventário Artístico de Portugal*, edição em CD.ROM, Lisboa, 2000.

AA. VV., *Plano 1977-80. Diagnóstico de situação e estratégias de desenvolvimento do sector: turismo*, Ministério do Comercio e Turismo, Secretaria de Estado do Turismo, Março 1977.

AA. VV., *Plano Nacional de Pousadas de Turismo de 1989/1992*, DGEMN / ENATUR, Julho de 1989.

ALMEIDA, Pedro Vieira de, *A Arquitectura no Estado Novo*, Editora Livros Horizonte, Lisboa, Setembro de 2002.

BRANDÃO, Mariana Viterbo, *Pousadas de Portugal – Três Estudos de Caso: Pousadas de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro*, Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

BRITO, Sérgio de Palma, *Notas Sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Vol. 1 e 2, Medialivros, Lisboa, Dezembro 2003.

CAETANO, Joaquim de Oliveira, *Monumentos*, n.º 6, Lisboa, 1997.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2006.

CORREIA, Rui Alberto Rosado, *De Conventos a Pousadas (872-1997): a requalificação da função através dos tempos: estudo comparado*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

COSTA, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros textos sobre a Arquitectura Portuguesa*, Lição n.º 2, Faculdade de Arquitectura da universidade do Porto, Porto, 1995.

COSTA, Vasco Martins, *O Património: uma espécie de Graal*, in *Engenharia e Vida* n.º 4, pp. 14-21, Julho/ Agosto, 2004.

CUNHA, Susana Sofia Silva Santos Barbosa, *As Fortificações de Estremoz. História, Arquitectura e Restauro. A Adaptação do Castelo a Pousada*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2004.

CUSTÓDIO, Jorge, “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1949)”, *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993.

DGEMN, Boletim n.º 6, *A Fundação do Convento das Chagas*, Lisboa, 1997.

DGEMN, Boletim n.º 68-69, *Castelo de Óbidos*, Lisboa, 1952.

DGEMN, Boletim n.º 130, *Pousada de Santa Marinha da Costa*, Lisboa, 1985.

DGEMN, *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN – Livros Horizonte, 1999.

DOMINGOS, Bucho, *Herança cultural e práticas do restauro em Portugal durante o Estado Novo*, Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora, 2000.

ENATUR, *Pousada D. João IV*, Lisboa, 1997.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora, Zona Sul, Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa, Volume 1, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, Setembro de 1978.

ESPANCA, Túlio, *Mosteiros de Vila Viçosa*, Évora, 1970.

FERREIRA, José Duarte, “A Indústria de Turismo”, *I Congresso da União Nacional: discursos, teses e comunicações*, Volume V, 13ª Sub-Secção: Indústria, Edição da União Nacional, Lisboa, 1935.

FERRO, António, *A fé e o império*, Edições SPN, Lisboa, sd.

FERRO, António, *Apontamentos para uma exposição*, Edições SNI, Lisboa, 1948.

FERRO, António, *Panorama dos centenários (1140-1640-1940)*, Edições SNI, Lisboa, 1949.

FERRO, António, *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*, Edições SNI, Lisboa, 1949.

FREIRE, Leonel de Castro, *Parecer respeitante a cinco das novas pousadas*, Presidência do Conselho / Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Arquivo DGEMN, Lisboa, 3 de Fevereiro de 1955 (policopiado).

FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA, *O Paço Ducal de Vila Viçosa. Sua Arquitectura e suas Coleções*, Lisboa, 1983.

GUEDES, Fernando, *António Ferro e a sua política do espírito*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1997.

HEGEL, G. W. F., *Esthétique*, vol. III, Flammarion, «Champs», Paris, 1979.

HENRIQUES, Fernando M. A., *A Conservação do Património Histórico Edificado: memória n.º 775*, Tema – Edifícios, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.

HENRIQUES, Fernando M. A., *Caracterização de revestimentos de paredes para edifícios antigos: plano de investigação*, relatório 69/91 – NCct, Departamento de Edifícios, Núcleo de Comportamento das Construções, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Abril de 1991.

HENRIQUES, Fernando M. A., *Caracterização de Argamassas de Reboco para Edifícios Antigos*, relatório 254/95 – NCct, Departamento de Edifícios, Núcleo de Comportamento das Construções, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Setembro de 1995.

HENRIQUES, Raquel Pereira, *António Ferro: estudo e antologia*, Edições Alfa, Lisboa, 1990.

JORGE, Virgolino Ferreira, *Cultura e Património*, Edições Colibri e Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005.

JUSTICIA, Maria José Martínéz, *Antologia de textos sobre restauración*, Jaén, 1996.

LIMA, Francisco de, *I Congresso Nacional de Turismo*, Comunicações, IV Secção, Lisboa, 1936.

LEAL, Ernesto Castro, *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-32)*, Coleção de História Moderna e Contemporânea 3, Edições Cosmos, Lisboa, 1994.

LOBO, Susana, *Pousadas de Portugal - Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX, prova final de Licenciatura em Arquitectura pela Faculdade de Ciências e*

Tecnologia da Universidade de Coimbra, Edição Imprensa Nacional da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.

LOPES, Flávio e Miguel Brito Correia, *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*, Livros Horizonte, 2004.

NETO, Maria João Baptista, *Memória, Poder e Propaganda. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2001.

PEREIRA, Paulo, “As intervenções no património edificado. Alguma história”, *Intervenções no Património, 1995-2000*, IPPAR, Lisboa, 1997.

PEREIRA, Raquel, *António Ferro: estudo e antologia*, Edições Alfa, Lisboa, 1990.

QUADRO, António, *António Ferro*, 1ª publicação ou edição, Lisboa, Edições Panorama/SNI, 1963.

RAMALHO, Margarida; **TORRES**, Carlos Pietra; **PEREIRA**, Marta Martins, *Pousada de S. Francisco*, Enatur, Empresa Nacional de Turismo, S.A., Dezembro de 1994.

RAMALHO, Margarida; **ALMEIDA**, João de; **PINTO**, Pedro Ferreira; **CABRAL** Francisco Caldeira; **SEVERINO**, Elsa M. Matos; **FERRO**, Rita; **GOMES**, Virgílio, *Pousada D. João IV*, Enatur, Empresa Nacional de Turismo, S.A., 1997.

RAMALHO, Margarida, Luís F. de Oliveira Fontes, Eduardo Souto de Moura, Maria João Dias Costa e Virgílio Gomes, *Pousada Sta. Maria do Bouro*, Enatur, Empresa Nacional de Turismo, S.A., 2000.

RODRIGUES, Jorge e Pereira, Paulo, *Santa Maria de Flor da Rosa: Um Estudo de História de Arte*, Câmara Municipal do Crato, (s/d).

RODRIGUES, Jorge e Pereira, Paulo, *Guia Artístico do Crato*, Câmara Municipal do Crato, 1989.

ROSAS, Fernando e Brito, J. M. Brandão de, *Dicionário de Historia do estado Novo*, Vol. I, Bertrand Editora, Lisboa.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário Artístico de Portugal*, Academia Nacional de Belas Artes, Volume V, Lisboa, 1955.

TERENO, Maria do Céu Simões, *Contributo para a salvaguarda de monumentos históricos*, Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, na Perspectiva de Edifícios e Conjuntos, apresentada à Universidade de Évora, 1996.

TOMÉ, Miguel, *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, Edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

VAZ, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes, *Património: intervir ou interferir? Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Dezembro de 2009.

VELOSO, Maria Alonso, *Espaços Recriados*, Grupo Ascensores Enor, S.A., 2004.

VENDA, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa, *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Setembro de 2008.

Contrato de Cessão de Exploração da Rede de Pousadas, 8 de Agosto de 2003. Turismo de Portugal, I.P., (policopiado).

Diário de Notícias n.º 398, 8 Maio, Ano II – 1906.

Diário de Notícias, 1 Janeiro de 1932.

O Panorama: revista portuguesa de arte e turismo, n.º 42/43, IV Série, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Setembro, 1972.

Fontes electrónicas

AA. VV., Inventário do Património Arquitectónico, <http://www.monumentos.pt>.

AA. VV., IPPAR, <http://www.ippar.pt>.

Outras fontes

Arquivo da ARQUI III, processo da Pousada D. João IV (Vila Viçosa).

Arquivo da CANON, processo fotográfico da Pousada D. Afonso II (Alcácer do Sal).

Arquivo da ENATUR, processos administrativos, processos de obras, processos fotográficos e gráficos.

Arquivo da DGEMN / IHRU – Forte de Sacavém, processos administrativos, processos de obras, processos fotográficos e gráficos (processos relativos aos seis monumentos analisados).

Arquivo da DGT / TP, processos administrativos.

Arquivo da DREMS (Évora), processos administrativos, processos de obras, processos fotográficos e gráficos.

Arquivo do IPPAR (Lisboa), processos administrativos, processos de obras.

Índice de figuras

Figura 1 ■ Mapa de Portugal. Localização das pousadas em monumentos históricos. (em círculo cheio: pousadas analisadas).	51
Figura 2 ■ Agrupamento de pousadas que adoptaram a mesma filosofia de intervenção. (em moldura em vermelho: pousadas analisadas).	53
Figura 3 ■ Óbidos. Localização da Pousada do Castelo: vista aérea a 2000m de altitude. Google Earth, acedido em Dezembro de 2009.	58
Figura 4 ■ Óbidos. Localização da Pousada do Castelo: vista aérea a 300m de altitude. Google Earth, acedido em Dezembro de 2009.	58
Figura 5 ■ Torre D. Fernando. Óbidos: Pousada do Castelo. DGEMN/IHRU, s/d.	61
Figura 6 ■ Paço dos Alcaides (vista norte). Óbidos: Pousada do Castelo. DGEMN/IHRU, s/d.	61
Figura 7 ■ Acesso ao interior do Paço (vista este). Óbidos: Pousada do Castelo. DGEMN/IHRU, s/d.	61
Figura 8 ■ Interior do Paço dos Alcaides. Óbidos: Pousada do Castelo. DGEMN/IHRU, s/d.	61
Figura 9 ■ Entrada da pousada (vista sul). Óbidos: Pousada do Castelo. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	61
Figura 10 ■ Recinto e Torre D. Fernando (vista este), Óbidos: Pousada do Castelo. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	61
Figura 11 ■ Recinto e Torre D. Dinis (vista oeste). Óbidos: Pousada do Castelo. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	61
Figura 12 ■ Torre D. Dinis (vista oeste). Óbidos: Pousada do Castelo. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	62
Figura 13 ■ Paço dos Alcaides (vista este). Óbidos: Pousada do Castelo. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	62
Figura 14 ■ Ala este: acesso unidades de alojamento e Torres (piso2). Óbidos: Pousada do Castelo. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	62
Figura 15 ■ Ala principal: sala de estar (piso 2). Óbidos: Pousada do Castelo. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	62
Figura 16 ■ Restaurante (piso 2). Óbidos: Pousada do Castelo. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	62
Figura 17 ■ Planta de Implantação. Óbidos: Pousada do Castelo. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	64

Figura 18 ■ Planta do Piso 0. Óbidos: Pousada do Castelo.	65
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 19 ■ Planta do Piso 1. Óbidos: Pousada do Castelo.	66
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 20 ■ Planta do Piso 2. Óbidos: Pousada do Castelo.	67
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 21 ■ Planta de Cobertura. Óbidos: Pousada do Castelo.	68
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 22 ■ Alçado Principal. Óbidos: Pousada do Castelo.	69
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 23 ■ Alçado Tardoz. Óbidos: Pousada do Castelo.	70
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 24 ■ Alçado Lateral Esquerdo. Óbidos: Pousada do Castelo.	71
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 25 ■ Corte AA. Óbidos: Pousada do Castelo.	72
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 26 ■ Corte BB. Óbidos: Pousada do Castelo.	73
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 27 ■ Guimarães. Localização da Pousada de Santa Marinha da Costa: vista aérea a 2000m de altitude.	76
Google Earth, acedido em Dezembro de 2009.	
Figura 28 ■ Guimarães. Localização da Pousada de Santa Marinha da Costa: vista aérea a 600m de altitude.	76
Google Earth, acedido em Dezembro de 2009.	
Figura 29 ■ Vista geral. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	80
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 30 ■ Fachada Tardoz. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	80
José Marques, DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 31 ■ Mosteiro em ruína. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	80
José Marques, DGEMN/IHRU, 1951.	
Figura 32 ■ Interior. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	80
Amadeu Astoiga Viana, DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 33 ■ Vista geral das obras. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	81
Amadeu Astoiga Viana, DGEMN/IHRU, 1979.	
Figura 34 ■ Aspecto geral das obras na fachada. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	81
Amadeu Astoiga Viana, DGEMN/IHRU, 1979.	

Figura 35 ■ Edifício pré-existente. Entrada. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	82
Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	
Figura 36 ■ Edifício pré-existente. Patamar de ligação ao interior da pousada e ao claustro (piso 3). Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	82
Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	
Figura 37 ■ Ala Este. Corredor de acesso às unidades de alojamento (piso 5). Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	82
Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	
Figura 38 ■ Ala Este. Zona de estar do corredor de acesso às unidades de alojamento (piso 5). Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	82
Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	
Figura 39 ■ Ala Este. Varanda de S. Jerónimo (piso 5). Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	82
Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	
Figura 40 ■ Claustro (vista Oeste). Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	82
Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	
Figura 41 ■ Ala Este. Restaurante. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	82
Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	
Figura 42 ■ Ala nova. Corredor de acesso às unidades de alojamento (piso 2). Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	82
Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	
Figura 43 ■ Planta de Implantação. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	84
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 44 ■ Planta do Piso 1. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	85
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 45 ■ Planta do Piso 2. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	86
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 46 ■ Planta do Piso 3. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	87
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 47 ■ Planta do Piso 4. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	88
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 48 ■ Planta do Piso 5. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	89
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 49 ■ Planta do Piso 6. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	90
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 50 ■ Planta de Cobertura. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	91
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 51 ■ Alçado Principal. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	92
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	

Figura 52 ■ Alçado Tardoz. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	93
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 53 ■ Alçado Lateral Direito. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	94
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 54 ■ Corte AA. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	95
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 55 ■ Corte BB. Guimarães: Pousada de Santa Marinha da Costa.	96
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 56 ■ Alvito. Localização da Pousada do Castelo de Alvito: vista aérea a 2000m de altitude.	100
Google Earth, acessido em Dezembro de 2009.	
Figura 57 ■ Alvito. Localização da Pousada do Castelo de Alvito: vista aérea a 600m de altitude.	101
Google Earth, acessido em Dezembro de 2009	
Figura 58 ■ Castelo: panorama do conjunto. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	104
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 59 ■ Pátio (vista Norte). Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	104
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 60 ■ Pátio e Paço (vista Oeste). Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	104
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 61 ■ Interior do Paço. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	104
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 62 ■ Construção do túnel que liga o edifício novo e o pré-existente. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	105
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 63 ■ Construção nova versus preexistência. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	105
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 64 ■ Ala Oeste. Cobertura do interior do Paço. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	105
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 65 ■ Ala Este. Pátio. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	105
DGEMN/IHRU, s/d.	
Figura 66 ■ Entrada da pousada (Oeste). Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	106
Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	
Figura 67 ■ Ala Sul. Pátio. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	106
Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	
Figura 68 ■ Ala Oeste e Norte. Pátio. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	106
Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	

Figura 69 ■ Ala Este e Sul: Pousada do Castelo de Alvito. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	106
Figura 70 ■ Ala Oeste. Unidade de alojamento. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	106
Figura 71 ■ Recepção e escada principal. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	106
Figura 72 ■ Ala Sul. Acesso às unidades de alojamento (pisos 2). Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	107
Figura 73 ■ Restaurante. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	107
Figura 74 ■ Recepção: Pousada do Castelo de Alvito. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	107
Figura 75 ■ Planta do Piso -1. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	109
Figura 76 ■ Planta do Piso 0. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	110
Figura 77 ■ Planta do Piso 1. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	111
Figura 78 ■ Planta do Piso 2. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	112
Figura 79 ■ Planta do Piso 3. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	113
Figura 80 ■ Planta De Cobertura. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	114
Figura 81 ■ Alçado Principal. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	115
Figura 82 ■ Alçado Tardoz. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	116
Figura 83 ■ Alçado Lateral Direito. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	117
Figura 84 ■ Alçado Lateral Esquerdo. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	118
Figura 85 ■ Corte AA. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	119
Figura 86 ■ Corte BB. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito. Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	120

Figura 87 ■ Corte CC. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	121
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 88 ■ Corte DD. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	122
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 89 ■ Corte EE. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	123
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 90 ■ Corte FF. Alvito: Pousada do Castelo de Alvito.	124
Desenho: DGEMN/IHRU. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 91 ■ Crato. Localização da Pousada Flor da Rosa: vista aérea a 2000m de altitude.	128
Google Earth, acessido em Dezembro de 2009.	
Figura 92 ■ Crato. Localização da Pousada Flor da Rosa: vista aérea a 600m de altitude.	128
Google Earth, acessido em Dezembro de 2009.	
Figura 93 ■ Edifício pré-existente. Fachada principal. Crato: Pousada Flor da Rosa.	133
ENATUR, 1993.	
Figura 94 ■ Edifício pré-existente. Vista Oeste. Crato: Pousada Flor da Rosa.	133
ENATUR, 1993.r	
Figura 95 ■ Conjunto. Vista Este. Crato: Pousada Flor da Rosa.	133
ENATUR, 1993.	
Figura 96 ■ Edifício pré-existente. Vista Norte. Crato: Pousada Flor da Rosa.	133
ENATUR, 1993.	
Figura 97 ■ Escavação para construção do elevador. Crato: Pousada Flor da Rosa.	134
ENATUR, 1994.	
Figura 98 ■ Construção / recuperação de coberturas. Crato: Pousada Flor da Rosa.	134
ENATUR, 1994.	
Figura 99 ■ Piso intermédio (construção de dois quartos): estrutura. Crato: Pousada Flor da Rosa.	134
ENATUR, 1993.	
Figura 100 ■ Piso intermédio (construção de dois quartos): colocação de pavimento.	134
Crato: Pousada Flor da Rosa.	
ENATUR, 1993.	
Figura 101 ■ Construção ala nova. Crato: Pousada Flor da Rosa.	134
ENATUR, 1993.	
Figura 102 ■ Construção ala nova. Crato: Pousada Flor da Rosa.	134
ENATUR, 1993.	
Figura 103 ■ Conjunto: vista da piscina / jardim. Crato: Pousada Flor da Rosa.	135
Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	
Figura 104 ■ Conjunto. Entrada. Crato: Pousada Flor da Rosa.	135
Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	

Figura 105 ■ Fachada Este. Crato: Pousada Flor da Rosa. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	135
Figura 106 ■ Fachada Norte. Crato: Pousada Flor da Rosa. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	135
Figura 107 ■ Planta do Piso -1. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	137
Figura 108 ■ Planta do Piso 0. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	138
Figura 109 ■ Planta do Piso 1. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	139
Figura 110 ■ Planta do Piso 2. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	140
Figura 111 ■ Planta do Piso 3. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	141
Figura 112 ■ Planta do Piso 4. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	142
Figura 113 ■ Planta do Piso 5. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	143
Figura 114 ■ Alçado Principal. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	144
Figura 115 ■ Alçado Tardoz. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	145
Figura 116 ■ Alçado Lateral Direito. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	146
Figura 117 ■ Corte AA. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	147
Figura 118 ■ Corte BB. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	148
Figura 119 ■ Corte CC. Crato: Pousada Flor da Rosa. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	149
Figura 120 ■ Vila Viçosa. Localização da Pousada D. João IV: vista aérea a 2000m de altitude. Google Earth, acedido em Dezembro de 2009.	153
Figura 121 ■ Vila Viçosa. Localização da Pousada D. João IV: vista aérea a 600m de altitude. Google Earth, acedido em Dezembro de 2009.	154
Figura 122 ■ Vista geral (lado poente) e Torreão norte. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. ARQUI III, sd.	158

Figura 123 ■ Vista exterior (lado poente) e Torreão Norte. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. ENATUR, s/d.	158
Figura 124 ■ Fachadas Poente e Sul. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. ENATUR, s/d.	158
Figura 125 ■ Zona nova. Parede em ruína e chaminés. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. ENATUR, s/d.	158
Figura 126 ■ Ala Poente. Vista interior. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. ENATRUR, s/d.	158
Figura 127 ■ Ala Nascente / Sul. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. ENATUR, s/d.	158
Figura 128 ■ Entrada da pousada. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	159
Figura 129 ■ Conjunto. Vista jardim. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	159
Figura 130 ■ Claustro. Corredor de circulação de áreas comuns. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	159
Figura 131 ■ Claustro. Vista geral. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	159
Figura 132 ■ Zona nova. Unidades de alojamento / parede em ruína. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	159
Figura 133 ■ Edifício preexistente. Sala de estar e área de acesso às unidades de alojamento. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	159
Figura 134 ■ Edifício preexistente. Sala de estar e área de acesso às unidades de alojamento. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	159
Figura 135 ■ Imagem de conjunto. Vista do Jardim. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Sónia Alexandra Rapaz, 2003.	160
Figura 136 ■ Planta de Implantação. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	162
Figura 137 ■ Planta do Piso 0. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	163
Figura 138 ■ Planta do Piso 1. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	164
Figura 139 ■ Planta do Piso 2. Vila Viçosa: Pousada D. João IV. Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	165

Figura 140 ■ Planta do Piso 3. Vila Viçosa: Pousada D. João IV.	166
Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 141 ■ Planta de Cobertura. Vila Viçosa: Pousada D. João IV.	167
Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 142 ■ Alçado Principal. Vila Viçosa: Pousada D. João IV.	168
Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 143 ■ Alçado Lateral Esquerdo. Vila Viçosa: Pousada D. João IV.	169
Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 144 ■ Corte AA. Vila Viçosa: Pousada D. João IV.	170
Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 145 ■ Corte BB. Vila Viçosa: Pousada D. João IV.	171
Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 146 ■ Corte CC. Vila Viçosa: Pousada D. João IV.	172
Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 147 ■ Corte DD. Vila Viçosa: Pousada D. João IV.	173
Desenho: ARQUI III. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	
Figura 148 ■ Alcácer do Sal. Localização da Pousada D. Afonso II: vista aérea a 2000m de altitude.	175
Google Earth, acedido em Dezembro de 2009.	
Figura 149 ■ Alcácer do Sal. Localização da Pousada D. Afonso II: vista aérea a 600m de altitude.	175
Google Earth, acedido em Dezembro de 2009.	
Figura 150 ■ Edifício em ruína. Alcácer do Sal. Localização da Pousada D. Afonso II.	180
Canon, s/d.	
Figura 151 ■ Vista de conjunto. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II.	180
Canon, s/d.	
Figura 152 ■ Mosteiro em ruína. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II.	180
Canon, s/d.	
Figura 153 ■ Mosteiro em ruína. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II.	180
Canon, s/d.	
Figura 154 ■ Mosteiro e cobertura do claustro: Pousada D. Afonso II.	180
Canon, s/d.	
Figura 155 ■ Claustro. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II.	180
Canon, s/d.	
Figura 156 ■ Igreja em ruína. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II.	181
Canon, s/d.	
Figura 157 ■ Igreja em ruína. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II.	181
Canon, s/d.	

Figura 158 ■ Muralha do castelo. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	181
Figura 159 ■ Vista de conjunto. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	181
Figura 160 ■ Vista geral da obra. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	182
Figura 161 ■ Castelo e mosteiro: obra. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	182
Figura 162 ■ Construção nova. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	182
Figura 163 ■ Construção nova / mosteiro. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	182
Figura 164 ■ Construção nova / mosteiro. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	182
Figura 165 ■ Claustro / ampliação. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	182
Figura 166 ■ Construção nova / mosteiro. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	183
Figura 167 ■ ? Construção nova / mosteiro. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	183
Figura 168 ■ Claustro / museu. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	183
Figura 169 ■ Obra: coro-alto. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	183
Figura 170 ■ Claustro. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	183
Figura 171 ■ Claustro / construção nova. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	183
Figura 172 ■ Claustro: piso 0. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	183
Figura 173 ■ Construção nova. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	184
Figura 174 ■ Construção nova. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	184
Figura 175 ■ Estrutura da cobertura da Igreja. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Canon, s/d.	184
Figura 176 ■ Acesso à pousada. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	185

Figura 177 ■ Pousada: entrada para restaurante. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	185
Figura 178 ■ Entrada da pousada. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	185
Figura 179 ■ Entrada da pousada. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	185
Figura 180 ■ Jardim. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	185
Figura 181 ■ Jardim. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	185
Figura 182 ■ Jardim. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	186
Figura 183 ■ Exterior: restaurante. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	186
Figura 184 ■ Entrada na pousada (interior). Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	186
Figura 185 ■ Átrio. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	186
Figura 186 ■ Escada. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	186
Figura 187 ■ Recepção. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	186
Figura 188 ■ Escada principal. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	186
Figura 189 ■ Zona de estar. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	186
Figura 190 ■ Acesso igreja (interior). Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	187
Figura 191 ■ Escada / coro-alto. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	187
Figura 192 ■ Escada / coro-alto. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	187
Figura 193 ■ Restaurante. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	187
Figura 194 ■ Claustro: pisos 2 e 3. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	187
Figura 195 ■ Claustro: piso 0. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	187

Figura 196 ■ Claustro: piso 1. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Sónia Alexandra Rapaz, 2005.	187
Figura 197 ■ Planta Piso 0. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	189
Figura 198 ■ Planta Piso 1. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	190
Figura 199 ■ Planta Piso 2. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	191
Figura 200 ■ Planta Piso 3. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	192
Figura 201 ■ Planta Piso 4. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	193
Figura 202 ■ Planta de Cobertura. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	194
Figura 203 ■ Alçado Principal. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	195
Figura 204 ■ Alçado Lateral Direito. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	196
Figura 205 ■ Alçado Lateral Esquerdo. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	197
Figura 206 ■ Corte AA. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	198
Figura 207 ■ Corte BB. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	199
Figura 208 ■ Corte CC. Alcácer do Sal: Pousada D. Afonso II. Desenho: ENATUR. Tratamento gráfico: Sónia Alexandra Rapaz, 2009.	200

Anexos

Índice de anexos

Anexo I ■ “Plano de pousadas”, de 26 de Janeiro de 1954.	221
Anexo II ■ “Plano de pousadas de turismo do Estado”, de Julho de 1966.	222
Anexo III ■ “Plano nacional de pousadas de turismo – 1989 / 1992”, de Julho de 1989.	223
Anexo IV ■ Documento: “Alguns problemas da rede nacional de pousadas”, de 20 de Janeiro de 1961, Processo da DGEMN/IHRU.	224
Anexo V ■ Contrato de recuperação de monumentos nacionais e edifícios de interesse público e de construção de pousadas, Lisboa, 26 de Julho de 1990, Processo DGEMN/IHRU.	225
Anexo VI ■ Documento: “Parecer respeitante a cinco novas pousadas”, do arquitecto Leonardo de Castro Freire, Lisboa, 3 de Fevereiro de 1955, Processo da DGEMN/IHRU.	226

Anexo II

Anexo I



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

GABINETE DO MINISTRO

PLANO DE PousADAS

3. 2. 1954

*União
8. 2. 54
at. O. Salazar*

Para uma primeira troca de impressões sobre a execução do Plano de Pousadas definido no despacho, de 16 de Dezembro último, de Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho, realizei uma reunião no meu Gabinete a que assistiram:

- O Secretário Nacional da Informação;
- O Director Geral dos Edifícios;
- O Director dos Serviços de Construção - da D.G. Edifícios;
- O Chefe da Repartição de Turismo - do S.N. Informação;
- O Architecto Castro Freire, deste último organismo.

A seguir se resumem as conclusões e os votos formulados em consequência do atento exame do problema sob os seus diversos aspectos:

1 - Escolha de localizações para pousadas a construir -

É esta uma questão muito delicada atendendo aos condicionamentos que se impõem:

Visinhança da estrada

Bom panorama

Existência de água

Facilidade de abastecimento de energia eléctrica

e, assim, afigura-se devermos desde já encetar todas as pousadas previstas no plano geral que tenham de ser construídas de raiz, a saber:

De estrada

- ✓ Bragança
- ✓ Portela da Guardunha
- Região de Portalegre
- ✓ Estrada da Beira (região de Oliveira do Hospital)
- Viseu
- Região de Vila Nova de Fozcoa

De fronteira

- ✓ Valença
- ✓ Vilar Formoso

De beira-mar

- ✓ Nazaré
- ✓ Ria de Aveiro



Vai pois iniciar-se a escolha dos terrenos para estas construções, por técnicos do Secretariado Nacional da Informação e da Direcção Geral dos Edifícios. Espera-se ter o caso esclarecido até meados do próximo mês de Março, contando-se para tal com a colaboração das câmaras municipais.

2 - Pousadas a instalar em edifícios existentes -

Prevê-se a instalação das pousadas de Venda Nova, de Ficalho e do Portinho da Arrábida, respectivamente: nos edifícios do empreiteiro da bargem da Venda Nova; no chamado Casalinho de Serpa, que foi construído para pousada; e no Forte do Portinho. Vai o Secretariado Nacional da Informação entrar em contacto com as entidades proprietárias das duas primeiras construções, a fim de negociar a sua aquisição.

Treatará o mesmo organismo com a Direcção Geral da Fazenda Pública o caso do Forte do Portinho da Arrábida.

Se isto fôr viável em curto prazo, será somente necessário proceder a pequenos retoques nos edifícios e à aquisição do respectivo mobiliário, podendo as duas primeiras pousadas abrir ainda este ano.

3 - Projectos das pousadas a construir, da beneficiação das referidas em 2 e do recheio de todas -

Afigura-se que todos os estudos devem ser desde já elaborados - a fim de permitir o início de execução de qualquer das pousadas quando julgado oportuno -, partindo-se do programa-base organizado pelo Secretariado Nacional da Informação, que se junta, o qual será ajustado a cada caso concreto.

São, ao todo, 10 os projectos de construções novas, incluindo a decoração, que o Ministério das Obras Públicas confiará a outros tantos arquitectos e cuja elaboração será acompanhada pelo director dos Serviços de Construção da Direcção Geral dos Edifícios e pelo Arquitecto Castro Freire, do Secretariado Nacional da Informação;

A beneficiação dos edifícios destinados às pousadas de Ficalho e do Portinho da Arrábida será estudada directamente pelo Arquitecto Castro Freire;



A Comissão de Mobiliário, da Direcção Geral dos Edifícios, assistida pelos delegados do Secretariado Nacional da Informação, D. Júlia Mello Breyner e Snr. Tomaz de Melo, estudará o recheio dos edifícios.

4 - Pousadas que se julga deverem ser aditadas ao plano -

Examinado o mapa do País, julga-se de sugerir o aditamento, ao plano esboçado, de duas unidades localizadas na região de Évora e em Miranda do Douro.

A região de Évora constitui uma clareira no capítulo hoteleiro. O hotel que existiu na cidade teve de fechar e é provável que não seja economicamente viável a instalação de outro. Entende-se que uma pousada, de 8 ou 10 quartos, seria suficiente para resolver o problema, podendo localizar-se nas vizinhanças de Arraiolos, próximo do importante entroncamento de estradas que aí se verifica.

É de presumir que a construção das barragens do Douro Internacional venha a justificar a existência de uma pequena estalagem - com restaurante e 4 ou 5 quartos - em Miranda do Douro. Existe na cidade um edifício de boa traça, onde funcionaram os paços do concelho, que parece adaptável ao fim em vista.

A serem aceites estas sugestões, aplicar-se-ia às duas pousadas em questão o que vai dito nos números anteriores - Évora: n.ºs. 1 e 3; Miranda do Douro: n.ºs. 2 e 3.

Lisboa, 26 de Janeiro de 1954

António Alvim

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

PLANO DE NOVAS Pousadas DE TURISMO DO ESTADO

I - Situação actual

1. Introdução

O trabalho que se apresenta tem como base os seguintes despachos que se transcrevem na parte que a ele interessam:

De Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas:

"O despacho de Sua Excelência o Presidente do Conselho vem tornar oportuna a revisão -que já me parecia indispensável- do programa de novas pousadas, na parte ainda não executada. Pode acontecer, na realidade, que decorridos cerca de dez anos sobre o anúncio deste programa, se tenham modificado algumas das premissas em que ele se baseou ou que novas circunstâncias recomendem o seu ajustamento. Ocorre-me, por exemplo, o interesse reavivado ulteriormente pelo aproveitamento dos monumentos nacionais.

Em certos casos a alteração do condicionalismo que recomendava determinadas pousadas -por exemplo: Gardunha e porventura Vilar Formoso- pode impor só por si a reconsideração do programa.

Também a localização escolhida e a ordem de prioridade admitida podem não ser já as mais convenientes.

Tudo parece pois justificar a referida revisão.

Exponha-se neste sentido ao S.N.I. com a sugestão de o assunto ser presente à decisão da Presidência do Conselho. Em caso de concordância designarei imediatamente o representante do M.O.P. na Comissão que se constitui para o estudo do assunto.

....."

De Sua Excelência o Presidente do Conselho:

"Acho bem que se constitua a comissão proposta pelas O.P.

....."

Dentro desta orientação, e constituída a comissão composta por dois delegados da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e por dois delegados do S.N.I. - hoje Commissariado do Turismo-, promoveu-se a visita a várias regiões do país e aos edifícios do Estado, ou particulares, classificados de monumentos nacionais ou de imóvel de interesse público que pudessem oferecer condições para adaptação a fins turísticos.

Por outro lado, recolheram-se elementos quanto à posição actual

do apoio turístico da iniciativa do Estado, dos Corpos Administrativos e das Comissões Regionais de Turismo, com características idênticas às que são objecto do presente trabalho.

Serviu também de consulta, como elemento de grande interesse, a "Estatística do Tráfego nas Estradas Nacionais de Portugal" referente ao ano de 1960, publicado pela Junta Autónoma de Estradas.

2. Estabelecimentos existentes

No mapa nº. 1 vai assinalada a cobertura actual do país quanto à existência de pousadas e hotéis de turismo do Estado, de estalagens ou hotéis dos Corpos Administrativos e das Comissões Regionais de Turismo.

Para melhor apreciação, dividem-se os estabelecimentos existentes nos seguintes grupos:

2.1 - Estabelecimentos do Estado

2.1.1 - Pousadas

a) Construídas até 1945:

- S. Gonçalo - Marão
- Serém - Vale de Vouga
- S. Lourenço - Serra da Estrela
- S. Martinho - Alfeizerão
- Santo Luzia - Elvas
- São Tiago - Santiago do Cacém
- São Bras - S. Bras de Alportel

b) Construídas segundo o plano aprovado e em execução:

- S. Teotónio - Valença
- S. Bartolomeu - Bragança
- Miranda - Miranda do Douro
- Ria - Ria de Aveiro
- S. Gens - Serpa
- Infante - Sagres

e) Instaladas em Monumentos Nacionais:

- Castelo - Óbidos
- Lóios - Évora
- S. João Baptista - Berlenga

2.1.2 - Hoteis

- Santa Luzia - Viana do Castelo
- Seteais - Sintra
- Palácio Hotel - Bugaco

2.1.3 - Restaurantes ou casas de chá

- Conimbriga - Condeixa
- Cozinha Velha - Queluz
- Beliche - Sagres

2.1.4 - Restaurantes integrados em estações fronteiriças:

- Fronteira - Vilar Formoso
- " - Caia

2.2 - Estabelecimentos dos Corpos Administrativos e das Comissões Regionais de Turismo

2.2.1 - Estalagens

- Alijó - (Pousada de Alijó)
- Sta. Iria - Tomar
- Setubal - (Pousada de S. Filipe)
- Arrábida - (Portinho)

2.2.2 - Hoteis

- Hotel de Turismo da Guarda
- Hotel de Turismo de Castelo Branco

3. Estabelecimentos do Estado em construção

Integradas no plano de pousadas aprovado encontram-se em construção, prevendo-se a sua abertura no corrente ano, as seguintes pousadas:

- Caniçada (Fovoa do Lanhoso)
- Marvão (dentro das Murallas)

4. Estabelecimentos de Estado programados

Dentro do programa aprovado previam-se as seguintes novas pousadas em terreno já adquirido, cuja construção tem sido protelada de acordo com a ordem de prioridade estabelecida em face das razões que se apontam:

4.1 - Pousadas de Estrada

Gardunha - terreno atingido pela variante à E.N. e existência de apoio nas proximidades (Fundão e Alpedrinha).

Oliveira do Hospital - dificuldade de abastecimento de água e de energia eléctrica.

4.2 - Pousadas de fronteira

Vilar Formoso - dificuldade de abastecimentos de água e de energia eléctrica.

4.3 - Pousadas de Beira-Mar

Portinho da Arrábida - dificuldade de abastecimentos de água e de energia eléctrica

Nazaré - Adiada por existência de equipamento hoteleiro local, já bastante representativo.

II - NOVO PLANO DE Pousadas

1. Premissas

A ideia que presidiu, há cerca de trinta anos, ao estudo do programa e execução do primeiro grupo de pousadas indicado no capítulo anterior como construído até 1945, já foi seguido em relação ao programa posterior em execução e parece dever considerar-se como actual, isto é, sintetizada como apoio turístico rodoviário, no âmbito nacional, e fomento do turismo regional interessando a iniciativa particular.

Este princípio terá que atender, pois, à intensidade de tráfego nas estradas nacionais e ao interesse turístico regional de que o nosso país é, aliás, excepcionalmente dotado em quasi toda a extensão do seu território.

Este particular parece poder conduzir a uma planificação turística dispersa, como convém ao planeamento regional, evitando-se a concentração de grandes afluxos turísticos que perturbam, e muitas vezes destroem, as características intrínsecas de uma região ou de um país, por mais privilegiados.

Dentro da orientação superiormente dada ao trabalho desta Comissão, o princípio enunciado deverá atender, ainda, ao aproveitamento para fins de apoio turístico de imóveis classificados de monumento nacional ou de interesse público.

2. Critério

A elaboração de um plano de pousadas de turismo do Estado que fizesse a cobertura total do País, dentro da ideia base, constituiria trabalho extremamente vasto que transcenderia as possibilidades da Comissão e conduziria, certamente, a uma planificação para realização a muito longo prazo, o que em certa medida se traduziria em labor improfito por falta de actualização no tempo em relação à evolução do desenvolvimento turístico regional e nacional. Foi, assim, a Comissão levada a realizar o seu trabalho dentro de medidas que considerou razoáveis, com viabilidade de execução dentro de um período compatível com as necessidades imediatas e as disponibilidades financeiras, e tendo presente que caberá à iniciativa dos

orgãos administrativos locais ou de entidades particulares, apoiadas pelas instâncias oficiais, e maior quinhão no equipamento do país em instalações hoteleiras necessárias à satisfação das exigências turísticas nacionais e internacionais.

Nestas condições, o programa que se submete à consideração superior foi elaborado de acordo com o seguinte critério:

- Completar o apoio turístico rodoviário em relação às vias de penetração e de percurso de maior densidade de tráfego turístico, nas zonas do País onde é mais acentuada a falta desse apoio.
- Dada a tendência da iniciativa particular para o desenvolvimento de instalações turísticas junto do litoral, fazer incidir o apoio de iniciativa do Estado nas zonas de fronteira ou interiores que sirvam de percurso para aquelas.
- Aproveitar a existência de imóveis classificados com possibilidades de adaptação a estabelecimento hoteleiro para constituir elemento de interesse e de fixação do turista, contribuindo para o desenvolvimento turístico regional a par da recuperação ou manutenção desse imóvel para fim útil.

A prioridade que se propõe foi estabelecida tendo presente a vantagem imediata daquele apoio rodoviário, conjugado a construção de edifício próprio com o aproveitamento oportuno de um monumento ou de um imóvel de interesse, dando neste caso preferência, como é óbvio, àqueles que já são propriedade do Estado ou dos Corpos Administrativos.

3. Resultados do Estudo

Segundo os princípios atrás enunciados, começou por analisar^{se} a posição quanto ao programa aprovado e em execução, tendo-se concluído pela vantagem imediata de se manterem as seguintes pousadas:

Pousada de Estrada

Pousada de Fronteira

Pousada de Beira-mar

Alveira de Hospital

Vilar Formoso

Portinho da Arrábida

Em relação à Pousada de Vilar Formoso, e em face das dificuldades aqui, têm impedido encerrar a sua construção e que não são fáceis de resolver dentro de curto prazo, designadamente quanto ao abastecimento de água

esta Comissão propõe que em sua substituição seja construído estabelecimen-
to semelhante na Vila de Almeida. Este núcleo fortificado tem bastante in-
teresse turístico, está a ser totalmente beneficiado através de um plano de
melhoramentos superiormente aprovado e a sua distância de 12 km. à frontei-
ra de Vilar Formoso não constituirá obstáculo à utilização, com interesse,
de uma pousada local como apoio rodoviário de turismo internacional. Por ou-
tro lado, a região constitui uma zona de interesse venatório pelo que esta
pousada poderá vir a servir-lhe de apoio na época própria.

Quanto à pousada do Portinho da Arrábida a possibilidade da sua
consideração, que é de muito interesse, ficará dependente das condições que
vierem a oferecer-se quanto aos abastecimentos de água e de energia eléctri-
ca, ainda não definidos, pelo que terá de ser relegada para fase ulterior.

A pousada de Oliveira do Hospital considera-se de grande interes-
se imediato, por vir a constituir apoio a uma das estradas de grande tráfego
turístico internacional, e por isso se lhe atribuirá lugar cimeiro na or-
dem de prioridade que se propõe, tanto mais que se acha resolvido o problema
quanto ao abastecimento de água e de energia eléctrica.

Quanto às restantes pousadas incluídas no programa aprovado, embo-
ra não se considerem de vantagem imediata, pelas razões já apontadas, julgou-
se conveniente mantê-las no novo plano, aguardando a oportunidade da sua con-
sideração, uma vez que já têm terrenos adquiridos e os respectivos locais são
de excelente panorâmica, são elas a pousada da Gardunha e a pousada da Nazaré.

Em resultado do estudo elaborado a Comissão sugere que seja enca-
rada a instalação de pousadas nos locais adiante mencionados, distinguindo-se
por grupos aquelas que constituirão edifício próprio, a construir, e as que
poderão vir a ser instaladas em imóveis classificados.

No mapa nº. 2 assinala-se a respectiva localização.

Em relação a cada uma se faz uma resenha das principais caracte-
rísticas, sendo de notar que quanto às primeiras a concretização dos terrenos
de implantação terá de ser objecto de análise mais detalhada, após a sua apro-
vação, e quanto às segundas a sua consideração definitiva terá de subordinar-
se a estudo mais profundo das possibilidades que cada um dos imóveis oferece.

3.1 - Pousadas em edificio próprio

<u>De Estrada</u>	<u>De Fronteira</u>	<u>De Beira-Mar</u>
- Oliveira do Hospital (a)	Almeida (b)	Mira
- Odemira		Nazaré (a)
- Montargil		Port.da Arrábida (a)
- Almodovar		
- Mértola		
- Gardunha (a)		

(a)- Incluída no programa aprovado

(b)- Em substituição da de Vilar Formoso, incluída no programa aprovado.

3.1.1 - Características

3.1.1.1 - Oliveira do Hospital - Já incluída no plano aprovado e com terreno adquirido, possui projecto para 14 quartos. Pode ser imediatamente construída.

3.1.1.2 - Odemira - Local situado, sensivelmente, a meio do percurso entre Santiago do Cacém e Sagres, ou Lagos, sem qualquer apoio turístico. A implantação poderá ser encarada num terreno situado num ponto alto da margem esquerda do Rio Mira, fronteiro à Vila, de onde se disfruta uma boa panorâmica sobre o vale com horizonte que vai desde a Serra de Monchique até ao mar. Tem facilidade de acesso da estrada nacional, de abastecimento de água da rede da vila e de energia eléctrica em alta tensão. Poderão prever-se 10 quartos com possibilidade de ampliação até 15.

3.1.1.3 - Montargil - Esta região constitui hoje uma zona de intenso tráfego entre as províncias da Beira Baixa e Alto Alentejo e o litoral, dado o bom estado das estradas na maior extensão do percurso que, por este itinerário, é menor. Por outro lado, a albufeira da barragem de Montargil valorizou extraordinariamente a região, constituindo uma atracção turística de valor no paisagístico e de interesse para desportos náuticos e para a pesca.

Afigura-se, pois, que a cerca de 1.500 m. da povoação de Montargil e em terreno marginal à albufeira terá o maior interesse a consideração de uma pousada. O terreno que parece oferecer melhores condições possui facilidade de acesso de estrada nacional e não fica afastado das fontes de abastecimento de água e de energia eléctrica. Poderão prevêr-se 15 quartos.

3.1.1.4 - Almoçovar

Situada a meio caminho entre Ferreira do Alentejo e S. Braz de Alportel, julga a Comissão de interesse prevêr-se aqui um estabelecimento de apoio do tráfego turístico nesta zona. Afigura-se-lhe, porém, que não será de considerar desde já, uma pousada com as características do programa indicado para as anteriores (10 ou 15 quartos) mas, sim, de encarar um estabelecimento que numa primeira fase apenas incluisse o serviço de restaurante com o desenvolvimento adequado a uma futura expansão para alojamentos. Este ponto de vista baseia-se na circunstância de o actual tráfego ter, normalmente, como fim imediato de percurso o Algarve. Parece, pois, que só um motivo forte poderá retar algum desse tráfego, o que de momento não é fácil de conseguir-se. Lembra por isso a Comissão que talvez o estabelecimento que preconiza para esta região poderá vir a ser um futuro "monte alentejano", com todo o seu interesse regional e folclórico, o qual se iria oriando à medida da evolução turística que viesse a processar-se, embora, desde já, delineado segundo um plano de conjunto. A ser superiormente aceite esta sugestão ter-se-ia de escolher local apropriado.

De outro modo, talvez um restaurante na vila fosse a solução a adoptar.

3.1.1.5 - Mértola - Situada, também, a meio do percurso entre Serpa e a costa Algarvia (Vila Real de Santo António) é esta região já percorrida por significativo tráfego turístico internacional de penetração que não encontra qualquer apoio ao longo daquele trajecto.

Considerou-se, pois, de interesse a previsão de uma pousada próximo da vila, tendo incidido a escolha do local sobre uma propriedade situada na margem direita do Guadiana, a cerca de

1.000 metros a sul, com boa panorâmica sobre o rio e o aglomerado urbano. Essa propriedade constituiu em tempos um antigo convento com a sua cõrca, cujas edificações se encontram arruinadas e sem possibilidade de aproveitamento, podendo, todavia, alguns dos seus elementos constituir motivo de interesse arquitectónico-decorativo. Uma pousada com o programa para 15 quartos será o de aconselhar para este caso.

3.1.1.6 - Gardunha - Como já se referiu, a construção desta pousada está incluída no programa aprovado, possuindo projecto para 13 quartos. A sua consideração, que não é prioritária por existência de apoio na região, implicará uma revisão quanto ao terreno adquirido que foi em parte, ocupado pela variante à estrada nacional.

3.1.1.7 - Almeida - Pelas razões atrás expostas julga-se de interesse a consideração desta pousada, em substituição da prevista para Vilar Formoso, já programada.

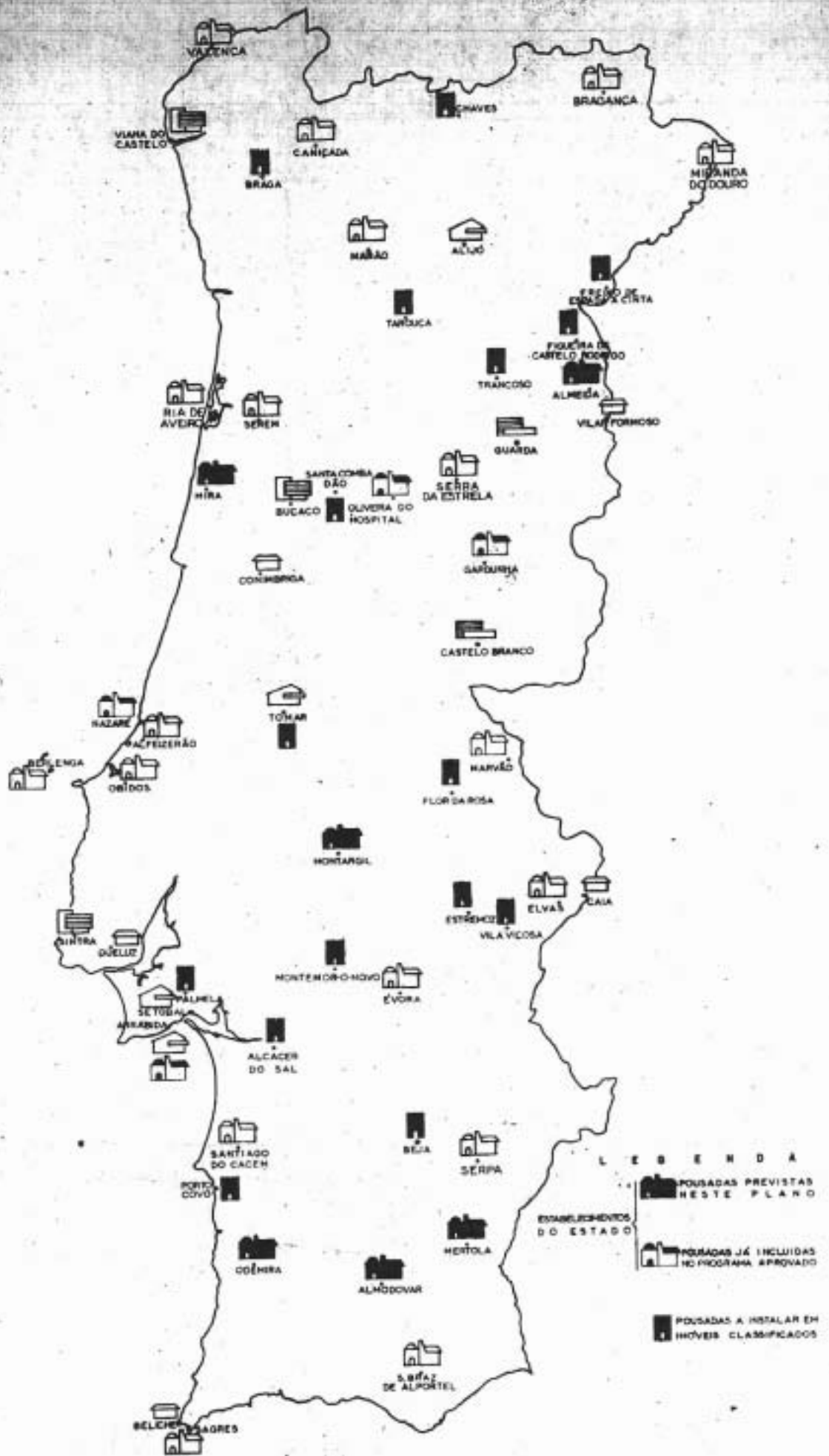
A vantagem da sua existência leva a Comissão a propô-la no primeiro grupo da ordem de prioridade, admitindo que um programa para o máximo de 15 quartos será o aconselhável, sempre com a preocupação de o volume da construção não vir a exceder a expressão volumétrica do conjunto do aglomerado urbano onde irá situar-se.

3.1.1.8 - Mira - Trata-se de uma região da orla marítima da Beira-Litoral, a norte da Figueira da Foz, com características peculiares e favoráveis ao desenvolvimento turístico regional de beira-mar. Não tem qualquer apoio hoteleiro que as suas extensas e belas praias e dunas justificariam. Parece a esta Comissão oportuno chamar a atenção para essa zona, admitindo ser de interesse a consideração de uma pousada nessa região, como fomento do turismo. Um programa para 15 quartos com possibilidade de ampliação parece ser o aconselhável.

A escolha do local, uma vez aceite a sugestão, terá de ser objecto de estudo atento.

3.1.1.9 - Nazaré - Como já se referiu, mantem-se no mesmo plano a Pousada da Nazaré por já ter sido considerada em programa anterior e possui terreno em local de excelente panorâmica. Todavia a sua con-

PLANO DE Pousadas DE 1968



sideração dentro do programa que se propõe coloca-a em posição de segundo plano, em face do equipamento hoteleiro local, O projecto, que carece de revisão, previa 18 quartos.

3.1.1.10 - Portinho da Arrábida - Sobre esta Pousada apenas há a referir além do que já atrás se expôs, que o projecto aprovado prevê 10 quartos, carecendo, no entanto, de revisão.

3.2 - Pousadas a instalar em imóveis classificados.

3.2.1 - Considerações gerais

Como já se referiu, o projecto do novo plano de pousadas admite a possibilidade de adaptação para fins turísticos de alguns imóveis classificados que apresentem condições favoráveis para o efeito. Também se mencionou anteriormente que as sugestões a apresentar terão de ser objecto de estudo mais profundo, e que a prioridade a estabelecer deverá atender, de preferência, aos imóveis que já são propriedade de Estado, no todo ou em parte.

Resta referir que qualquer utilização a dar a um imóvel classificado está sujeita à prévia apreciação da Junta Nacional de Educação e aprovação do Governo, conforme estabelece o decreto nº. 20.985, de 7.3.1932.

Assim, o trabalho da Comissão neste campo limita-se a sugerir o interesse dessa utilização sob o aspecto de apoio às infraestruturas turísticas que poderá caber ao Estado, conjugado apenas com a salvaguarda do imóvel quanto à sua conservação.

Dentro desta orientação, a seguir se relacionam os imóveis que foi possível considerar neste plano, em face do estudo sumário a que a Comissão teve de se limitar, descrevendo-se adiante as principais características:

<u>Localização</u>	<u>Imóvel</u>	<u>Posse</u>
- Alcaer do Sal	Convento Araceli	Estado
- Beja	Convento de S.Francisco	"
- Braga	Mosteiro de Tibães	" e particular
- Chaves	Convento de S.Francisco	"
- Estremoz	Castelo	"
- Figueira de Cast.Ro drige	Convento de Stª.Maria de Aguiar	"e particular

<u>Localização</u>	<u>Imóvel</u>	<u>Posse</u>
- Flôr da Rosa	Convento	Estado
- Freixo de Espada à Cinta	Convento	Particular
- Montemor-o-Novo	Convento da Consolação	Estado e partico.
- Palmela	Castelo-Convento S. Tiago	"
- Porto Côvo	Forte	"
X - Santa Comba Dão	Casa dos Arcos	Particular
- Tarouca	Convento de S. João de Tarouca	"
- Tomar	Convento de Cristo	Estado
- Trancoso	Convento dos Frades	" e particular
- Vila Viçosa	Castelo	" e Fundação C. de Bragança

3.2.2.1 - Alcacer do Sal - Convento de Araceli

Antigo Convento das freiras de Santa Clara, fundado em 1573 por Rui Salema e sua mulher D. Catarina de Soute Maier. Encontra-se parcialmente arruinado.

Em parte do Convento está instalado um asilo para velhos em condições mais que precárias.

Sob este convento, e em toda a área do Castelo, situam-se as ruínas da antiga Salácia romana, um dos maiores empórios comerciais da Península nos princípios da era cristã.

Pela sua localização, dentro do percurso rodoviário de Lisboa para o Algarve e sobranceira à vila com um bela panorâmica sobre o Vale do Sado, oferece boas perspectivas para uma instalação hoteleira.

Todavia, as construções existentes estão em muito mau estado de conservação e é fraca a sua qualidade, pelo que se recomenda um estudo prévio e cuidado da sua adaptação para os fins turísticos de que trata este relatório.

Por outro lado, é pobre a zona urbana envolvente, carecendo, por isso, de ser simultaneamente sanada ao encetar-se a realização deste empreendimento.

3.2.2.2 - Beja - Convento de S.Francisco

Foi este Convento fundado em 1268 sendo o corpo da Igreja concluído em 1705 e a capela mór em 1726. Há na chamada capela dos túmulos uma linda janela gótica. Estava até há pouco tempo nele instalada uma unidade militar, que ali mantém um pequeno serviço de recrutamento e mobilização, e algumas residências de pessoal militar.

A sua adaptação a estabelecimento hoteleiro libertará este grande imóvel de uma ocupação imprópria, facilitará a recuperação de algumas zonas, designadamente a igreja que está truncada na sua altura por um pavimento de betão armado.

Este imóvel permitirá a instalação de uma boa unidade hoteleira de que a região e a própria cidade estão carecidas.

3.2.2.3 - Braga - Mosteiro de Tibães

Antigo convento da Ordem Beneditina é uma construção do século XVIII que substituiu as construções medievais da Ordem. Edifício magestoso pelas suas proporções, dos seus quatro claustros destaca-se o chamado "claustro maior" de nove tramos em cada lance e outrora ferrado de painéis de azulejo azul e branco com cenas da vida de S.Bento. A Igreja constitui uma peça arquitectónica de muito valor, do século XVII, na qual se destaca a preciosa obra da época.

Este convento está a meia dúzia de quilómetros de Braga numa bela região verdejante, onde a existência de uma unidade hoteleira terá o maior interesse.

O imóvel apresenta boas condições para o efeito, permitindo uma instalação adequada, acrescida da existência de uma frondosa mata, guardada de abundantes fontes de água, que faz parte da antiga cénica.

Atualmente, só a Igreja e as alas da fachada principal e claustro são propriedade do Estado, sendo o restante propriedade particular.

O aproveitamento deste imóvel para fins turísticos proporcionará, também, a preservação deste belo conjunto monumental em risco de se perder, se não for feita a necessária obra profunda de conservação e restauro.

3.2.2.4 - Beja - Convento de S.Francisco

Neste Beja de S.Francisco existiu um convento do mesmo nome,

que foi o primeiro da ordem dos templários, cuja reconstrução foi levada a efeito, em 1637 com esmolas do povo e substancial auxílio dos Duques de Bragança.

Na Igreja deste convento esteve sepultado o 12. Duque de Bragança D. Afonso I, filho bastardo de D. João I.

Situa-se este conjunto numa elevação que domina a panorâmica da cidade e da viçosa veiga de Chaves.

Até há pouco o imóvel foi ocupado por uma unidade militar que o abandonou após a construção do novo quartel. Presentemente, apenas é utilizado a título de emergência, por uma pequena unidade de instrução militar.

O conjunto oferece boas condições para a instalação de uma pousada, cujo interesse abrange a proximidade da fronteira espanhola de Verin, por onde se verifica acentuada corrente turística internacional.

3.2.2.5 - Estremoz - Castelo

Edificado em 1258, possui este Castelo uma das mais belas torres de menagem existentes em Castelos portugueses, donde se desfruta um magnífico panorama sobre a planície alentejana. No interior do castelo existiu o antigo Palácio real fundado pelo rei D. Dinis e destruído por uma explosão em 1698. D. João V reedificou-o ao gosto da época e D. João VI fez-lhe algumas restaurações. No antigo paço morreu a rainha D. Isabel (Rainha Santa) em 1336 e D. Pedro I em 1367. Em 1659 foi a sala onde se diz ter expirado a Rainha Santa, transformada em Capela como voto da Rainha D. Luíza de Gusmão pela vitória das armas portuguesas na batalha das Linhas de Elvas.

No terreiro fronteiro à entrada do castelo existem a Igreja de S. Maria do Castelo e a capela chamada de D. Dinis, ambos imóveis classificados e de elevado interesse arquitectónico e histórico.

O antigo palácio real abrigou até há pouco uma escola Técnica e encontra-se, presentemente, liberto de qualquer instalação. Possui boas condições para a sua utilização como pousada, situando-se no percurso de uma das maiores correntes turísticas de penetração do país, pelo que a sua consideração convirá ocupar um dos primeiros lugares na ordem de prioridades do novo plano.

3.2.2.6 - Mosteiro de Santa Maria de Aguiar - Figueira de Castelo Rodrigo

Este antigo mosteiro cisterciense, cuja fundação é seguramente anterior ao Séc. XIII é ainda uma construção notável pela contribuição que representa para o estudo da arquitectura gótica no nosso País.

A Igreja, de 3 naves, está classificada como Monumento Nacional, possuindo o claustro os restos da Sala do Capítulo, exemplar, apesar de tudo, com interesse arquitectónico de assinalar.

A parte conventual, propriedade particular, embora muito arruinada, encontra-se ainda habitada parcialmente.

A utilização deste conjunto para pousada de turismo, além do interesse regional permitiria a recuperação de um imóvel classificado de valor histórico e arquitectónico.

3.2.2.7 - Convento de Flor da Rosa

Fundado em 1536 por D. Álvaro Gonçalves Pereira, pai do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, é um tipo de edifício que mais recorda uma casa solarenga com as suas guaritas e ameias do que um mosteiro.

Tem um interessante claustro com abóbada arcezonada com flores e arcos abatidos assentes sobre colunas de mármore, cujos capiteis são constituídos por uma sobreposição de molduras idênticas às bases invertidas. A Igreja anexa, valiosa peça gótica pura, embora de relativa pequena dimensão em planta, possui aspectos de monumentalidade pouco vulgares.

As características residenciais deste castelo traduzem-se em boas condições para a instalação de uma pousada de muito interesse arquitectónico.

A proximidade do aglomerado de Flor da Rosa, situado na estrada que liga Castelo Branco a Estremoz, passando pelo Grato, donde dista 2 quilómetros, facilitará os abastecimentos.

A sua consideração constituirá um elemento de apoio turístico regional e regional de muito interesse.

3.2.2.8 - Freixo de Espada à Cinta - Convento

Convento apresentando arquitectura do Séc. XVII, situado à saída da vila, na estrada que segue para Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida.

É propriedade particular e tem boa vista panorâmica sobre a povoação e serra fronteira.

O seu aproveitamento para pousada permitirá não só criar um apoio turístico de interesse regional como salvaguardar um imóvel de valor arquitectónico.

3.2.2.9 - Convento da Saudação - Montemor-o-Novo

O convento de Nossa Senhora da Saudação pertenceu às freiras dominicanas e foi construído de 1501 a 1531. É uma das raras construções que ainda se encontram dentro do castelo, além de duas ou três igrejas arruinadas. Na parte utilizável encontra-se hoje instalado o Asilo Montemorense da Infância.

Pela sua situação sobranceira à vila de Montemor-o-Novo, disfrutando-se uma extensa panorâmica circular, pelas condições favoráveis que oferece quanto a possibilidades de adaptação e localização próxima de um ponto de grande tráfego internacional, este convento apresenta condições para a instalação de uma pousada.

O edifício residencial é propriedade do Asilo e encontra-se mal conservado, estando por isso já onerado a favor do Estado por virtude das obras de conservação ali realizadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Oficiosamente, a Direcção do Asilo, que reconhece as precárias condições de alojamento das crianças e o interesse da aplicação do imóvel para fins turísticos, admite a transferência de posse para o Estado, desde que seja construído um novo edifício para o Asilo que, aliás, tem poucos internados. Admite, ainda, a possibilidade de a Câmara Municipal contribuir com o terreno necessário para o efeito.

3.2.2.10 - Palmela - Convento de S. Tiago

O Convento de S. Tiago, situado no Castelo da Vila, foi construído de 1443-82 e nele se instalaram definitivamente os frades espartáricos que, durante algum tempo, se tinham transferido para Alcaer do Sal.

O edifício de boas proporções possui, ainda, alguns elementos

b) Aproveitamento de imóveis classificados

- Estremoz - Castelo
- Vila Viçosa - Castelo
- Montemor-o-Novo - Antigo Convento
- Palmela - Castelo
- Tomar - Convento de Cristo (parte)
- Flor da Rosa - Convento

3.3.2. Outros escalões

c) Novos edifícios

- Mira
- Mértola
- Arrábida
- Nazaré
- Gardunha

d) Aproveitamento de imóveis classificados

- Tibães - Mosteiro
- Chaves - Convento de S. Francisco
- Tarouca - Convento de S. João de Tarouca
- Freixo de Espada à Cinta - Convento
- Trancoso - Convento dos Frades
- Figueira de Castelo Rodrigo - Convento de Santa
Maria de Aguiar
- Santa Comba Dão - Casa dos Arcos
- Alcacer do Sal - Convento de Aracoeli
- Beja - Convento de S. Francisco
- Porto Covo - Forte

4. Programa funcional

A Comissão julga oportuno incluir neste trabalho a incumbência que lhe foi, oportunamente, atribuída de revisão do programa das novas pousadas, tendo presente o despacho de S. Ex.º o Ministro das Obras Públicas sobre o assunto e que se transcreve na parte que interessa.

22

"Temo-nos deixado arrastar pelas tendências dos architectos autores dos projectos das pousadas para enriquecerem sem medida as suas obras e atingimos sem dúvida uma posição que peca nitidamente pelo exagero, no luxo das instalações e no desbarato dos dinheiros do Estado.

Repute este assunto muito sério e, assim, desejaria que fosse atentamente estudado com vista a estabelecerem-se as normas a que não-de de obedecer os futuros projectos para se voltar ao nível de realizações que corresponde à ideia das pousadas e à modéstia dos nossos recursos.

....."

A finalidade a atingir dentro do espirito do despacho acima, parece dizer menos respeito ao programa, propriamente dito, do que à sua interpretação.

Na verdade, tal programa é consequência directa da experiência, verificada desde o dia em que entrou em funcionamento a primeira pousada, e não se considera aconselhável, portanto, cercar-se.

Assim, parece ser aos architectos autores dos futuros projectos, e aos Serviços responsáveis pela sua apreciação que caberá ter em consideração as limitações agora impostas pelo referido despacho.

Nenhuma das instalações indicadas poderá dispensar-se; mas deverá procurar conseguir-se que venham a ser estudadas por forma a que correspondam apenas às necessidades dos Serviços, sem desperdício de áreas, sem acabamentos com materiais que, pelo seu elevado custo, possam ser dispensáveis e sem outros muitos factores que, oportunamente, deverão ser considerados.

Por exemplo: entre as reduziísimas cozinhas e falta de copas das primeiras pousadas construídas e as mesmas instalações de outras recentes e que se afiguram excessivas, existe todo um mundo de diferença; mas não parece impossível encontrar-se um justo meio termo.

Assim, esta Comissão propõe o seguinte programa e condicionamentos a observar na elaboração dos projectos dos novos edificios e que podem ser applicados quando se trate da adaptação de um imóvel:

a)- ZONA DE RECEPCÃO

Átrio de entrada: vestíário; instalações higiénicas para homens e senhoras; cabine telefónica; recepção com instalação para PBX.

Casa de estar: com recantos para escrita e leitura.

Casa de jantar: com capacidade e tal disposição que possa servir simultaneamente, hóspedes e excursões, sem que estas prejudiquem a comodidade daqueles. Sempre que possível, com terraço anexo, que permita o serviço de refeições ao ar livre.

b) ZONA DE ALOJAMENTO

Quartos de cama: Todos com casa de banho privativa e 50%, pelos menos, com terraço.

Copa de andar

c) ZONA DE SERVIÇO

Cozinha e copa: com as dimensões proporcionadas ao movimento de hóspedes e passantes.

Embora nestas instalações apenas caiba ao Estado o fornecimento do fogão e instalações frigoríficas, deverá prever-se a área e circulações convenientes para a instalação de equipamento complementar, cuja aquisição competirá ao concessionário (trem de cozinha e máquinas acessórias).

Dispensa de dia: com as dimensões convenientes.

Armazém: compartimentado por forma a poderem arrecadar-se géneros, bebidas, vasilhame, embalagens, etc..

Compartimento: para instalação de lavandaria, engomadoria, costura e roupa, apoiado por estendal exterior.

Dependência: destinada à instalação das caldeiras de aquecimento localizada por forma, e de tal maneira isolada, que não permita que os hóspedes sejam perturbados por ruídos, vibrações, cheiros ou calor.

Garagens: Uma para recolha de duas viaturas de serviço e outra compartimentada para os carros dos hóspedes.

d)- ZONA DO CONCESSIONÁRIO

Três quartos de cama tendo instalação sanitária comum, mas com banho e W.C. separados.

Sala ou escritório

Nesta zona não constitui encargo do Estado e fornecimento do mobiliário

ria e equipamento.

e)- "SERVIÇOS GERAIS"

- 1) - Isolamento térmico e sonoro
- 2) - Instalação de aquecimento
- 3) - Instalação telefónica em todos os quartos, dependência de uso geral e residência do concessionário; sinalização.
- 4) - Instalação eléctrica
- 5) - Instalação de águas correntes quentes e frias
- 6) - Depósito de recurso com capacidade tal que permita ocorrer aos gastos da pousada em casos de emergência.
- 7) - Refeitório para pessoal e motoristas, tendo estes, porém, acesso independente e instalações sanitárias privativas.
- 8) - Alojamento para pessoal masculino e feminino, com as respectivas instalações sanitárias.
- 9) - Câmara frigorífica
- 10) - Climatização sempre que se justifique.

OBSERVAÇÕES

Não deverão sobrepor-se à zona dos quartos, as de serviço e uso geral, para evitar ruídos que poderiam prejudicar o repouso dos hóspedes.

Todas as salas e casa de jantar deverão possuir lareira, independentemente do aquecimento central.

O número de quartos não deverá ser inferior a dez.

Pretendendo-se que as pousadas tenham o ambiente íntimo e acolhedor da casa particular, julga-se preferível não possuírem mais de quinze quartos; no entanto, nada impede que os projectos sejam estudados por forma a preverem uma futura ampliação se condições de excepção assim o aconselharem.

Os quartos deverão ser dimensionados por forma a poderem comportar duas camas; uma mesa de cabeceira; uma mesa com gavetas (que possa ser utilizada simultaneamente como tórcador e para escrita); um espelho; uma cadeira; um de braços; banco para malas, de tescura, com altura que possa ser também utilizado para pousar o tabuleiro dos pequenos almoços; guarda-fatos embebido na parede, com prateleiras, gavetas, e espelho

interior na porta; candeeiro de pé alto.

Lisboa, Julho de 1966

A COMISSÃO

~~João Paulo da Costa~~ = João Ferreira da Cunha

= João Filipe Viegas Martins

Miguel SANTU LITA. = ... Santos Costa

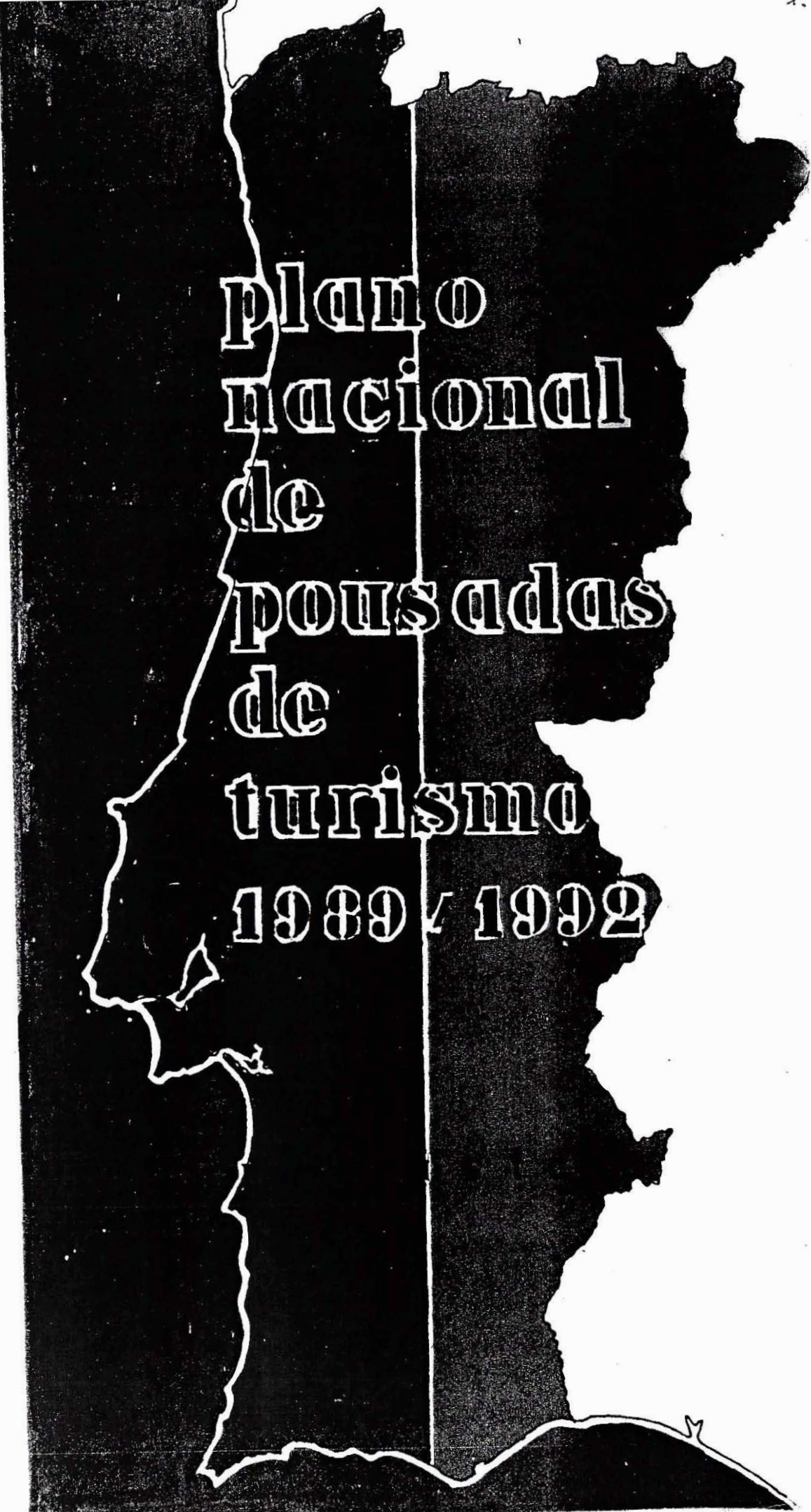
~~Silvestre ...~~ = M. Mello Carne

Anexo III

R. 9806

1.

DIRECÇÃO - GERAL DO TURISMO
C: 8438
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
R: 8438 2001/08/01



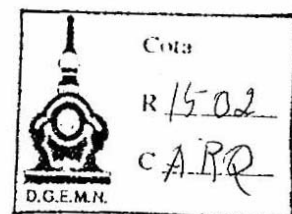
plano
nacional
de
pousadas
de
turismo
1989 / 1992

2

3

PLANO NACIONAL
DE
POUSADAS DE TURISMO
1989-1992

Wm BENTIN WTA



DIRECÇÃO - GERAL DO TURISMO
C: 8438
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
R: 8438 01/08/01

Autoria: J.SANTOS COSTA
Arquitecto/Técnico de Turismo

Colaboração: M^ã L.FRANCO DIAS
Lic. em História

Contributos: Dir.Geral dos Edifícios o Mo-
numentos Nacionais (DGEMN) e
Empresa Nacional de Turismo
(ENATUR).

Outras Fontes: Dir.Geral do Turismo (DGT),
Inst.Português do Património
Cultural (IPPC) e Dir.Geral do
Património do Estado (DGPE).

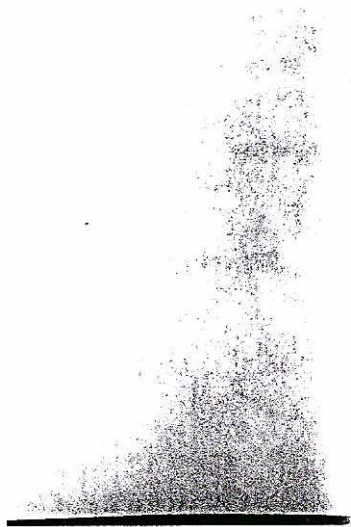
ÍNDICE - GERAL

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - OBJECTIVOS
- 3 - POUSADAS EXISTENTES ATÉ 1980
- 4 - PLANO DE POUSADAS DE 1980
 - a. Herarquização das Pousadas
 - b. Análise do Plano de 1980
 - c. Síntese conclusiva do Plano 1980
- 5 - PLANO DE POUSADAS DE TURISMO
 - a. Relação das Pousadas a incluir no Plano para 1988/1992
- 6 - NOTA FINAL
- 7 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS POUSADAS A NÍVEL NACIONAL
 - a. Ficha de identificação, história e elementos justificativos de cada um dos edifícios propostos e a incluir no Plano de Pousadas de Turismo 1989/1992.
 - b. Fotografias
 - c. Plantas

Q

Q

I N T R O D U Ç Ã O



1 - INTRODUÇÃO

A longa experiência de que se dispõe nesta matéria, veio demonstrar que as pousadas são preferidas por uma faixa muito significativa de turistas de qualidade que nelas procuram, e obtêm, um acolhimento e um tratamento personalizados, ambientes cuidados, singelos mas acolhedores, uma boa gastronomia regional e, ainda, uma intimidade e uma calma que, em grande parte, decorrem das próprias dimensões dos estabelecimentos.

A opção, agora decidida, de se encarar sempre que possível, a adaptação de vetustos e valiosos edifícios existentes - classificados ou não - tantos deles à beira da ruína eminente e irreversível, por falta de utilização e de conservação, pode, ainda mais, reforçar as preferências dessa mesma faixa turística.

Na verdade, essas adaptações, independentemente de constituírem uma recuperação cultural, do maior significado, pelo que documentam sobre a evolução estilística do patrimônio construído no País ao longo da sua secular existência, tem propiciado um

enriquecimento das próprias pousadas, fomentando a criação de ambientes específicos e singulares, estimulantes e encorajadores da fruição das belezas naturais das variadas regiões em que se inserem.

Pelas razões que se vêm aduzindo, considera-se que a capacidade de alojamento de cada pousada deverá ser muito ponderadamente avaliada, quando da definição do programa, para que se não diminua, ou anule mesmo - por demasiada ou exclusiva procura de rendibilidade - a preferência de que são objecto, quando cotejadas com outros estabelecimentos hoteleiros convencionais, de grandes dimensões.

Nesta óptica de observação do problema - que também consideramos ser pertinente e oportuna num trabalho desta natureza - devemos afirmar que não será através de princípios restritos, que privilegiem excessivamente a comercialização das pousadas e, obviamente, conduzam a uma ampliação demasiada das suas capacidades de alojamento, que este sector, aliás muito sensível, poderá assegurar a manutenção da imagem de qualidade, adquirida progressivamente, quer a nível interno, quer internacionalmente, e que

constitui, além disso, uma das premissas básicas do Plano Nacional de Turismo.

Acentuando liminarmente este ângulo do problema, refere-se a propósito, que ele deveria ser, sempre, atentamente ponderado em todas as acções conducentes à realização de novos empreendimentos neste sector, o qual, eventualmente, poderia tornar-se mais vulnerável pela circunstância da gestão das pousadas se processar, agora, em moldes diversos.

2 - OBJECTIVOS :

O largo espaço de tempo decorrido desde a elaboração dos anteriores planos, concebidos nos anos de 1966 e 1980 e a circunstância de o primeiro se encontrar praticamente esgotado enquanto o último - efectuado por determinação do despacho conjunto dos Senhores Secretários de Estado do Turismo e das Obras Públicas, de 27 de Fevereiro de 1980 - não ter tido, ainda, efectivação prática, propiciam a que o problema seja considerado,

de novo, conduzindo ao prosseguimento dos estudos deste sector, face à importância que contém no contexto nacional.

Em paralelo, a publicação no ano de 1986 do Plano Nacional de Turismo, elaborado pela Secretaria de Estado do Turismo e aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros de 6 de Fevereiro do mesmo ano, veio impôr, definitivamente a actualização dos anteriores planos de pousadas de acordo com a orientação que preconiza.

FNT
Resolução
C. M. 6/02/1986

Estas as razões que conduziram à elaboração do Plano de Pousadas de Turismo do Estado que se apresenta agora, o qual foi estruturado em termos de permitir uma aceitável cobertura do território e, nessa medida, será susceptível de constituir uma contribuição positiva para uma ponderada análise do problema e a sua consideração, nos moldes que forem julgados mais convenientes ou oportunos.

Na sua elaboração teve-se em conta, por um lado, a desejada continuidade de um trabalho profundo e efectivo, realizado ao longo de muitos anos no sector, com resultados evidentes que a experiência

aconselha, portanto, que seja aprofundado; por outro lado, atendeu-se a todas as normas genéticas estabelecidas pelo departamento de Tute-la no domínio da defesa intransigente da qualida-de do turismo nacional e nos reflexos que es-ta área de actuação poderá ocasionar, directa e vincadamente, na atenuação das assimetrias regionais.

Considerou-se, ainda, a premissa definida supe-riormente de se optar pela adaptação a pousa-das de edifícios existentes de qualidade, promo-vendo-se por esta via uma recuperação signifi-cativa e exemplar do nosso património cultural.

Teve-se em atenção as Regiões de Ordenamento Turístico, as Regiões Específicas de Aproveita-mento Turístico, os Polos de Desenvolvimento Turístico e os Eixos de Desenvolvimento, figu-ras basilares do Ordenamento Turístico defini-do pelo Plano Nacional de Turismo, pelo que foi estabelecida uma planificação de acções visando analisar as possibilidades, neste domínio-da adaptação de edifícios existentes a pousadas, tendo como finalidade obter-se a cobertura racio-nal do território em consonância com as necessi-

dades de cada uma dessas regiões:

- Analisaram-se as vias de tráfego mais significativas, as quais se procurou dotar com Pousadas de Estrada.
- Para as zonas interiores, rarefeitas deste tipo de equipamento, propõe-se o seu equipamento com Pousadas de Fronteira.
- Finalmente, na faixa litoral, tentou-se colmar algumas carências verificadas no âmbito das Pousadas de Beira Mar.
- Por último, na seriação das pousadas propostas, atendeu-se a que estas viessem a constituir um apoio efectivo e directo não só aos parques e reservas naturais mas, também, às zonas de paisagem protegida e, ainda, a situações pontuais do mais alto interesse que, por si só, justificassem um tratamento preferencial.

3 - POUSADAS EXISTENTES ATÉ 1980

A primeira experiência neste domínio foi a que resultou das pousadas construídas até ao ano de 1945 e que continha as seguintes unidades:

- ε S. Gonçalo - Marão
- Serém - Vale do Vouga
- S. Lourenço - Serra da Estrela
- S. Martinho - Alfeizerão *
- S. Tiago - Santiago do Cacém
- S.Brás - S.Brás de Alportel
- Sta. Luzia - Elvas

Concluída esta fase inicial - e com base nos ensinamentos colhidos - seguiu-se a construção, com programas mais desenvolvidos, das pousadas de:

- ? ε S. Teotónio - Valença
- S. Bartolomeu - Bragança
- Sta. Catarina - Miranda do Douro
- Ria - Murtoza

* hoje pousada da juventude

S. Gens - Serpa
 Vale do Gaio - Alcacer do Sal
 Infante - Sagres
 S. Bento - Caniçada
 Sta. Maria - Marvão
 Sta. Barbara - Oliveira do Hospital
 × Castelo - Óbidos
 × Lóios - Évora
 S. Jerónimo - Caramulo
 × Palmela - Palmela
 × S. Filipe - Setúbal
 S. Pedro - Castelo de Bode
 × Rainha Santa Isabel - Estremoz
 Sta. Clara - Sta. Clara-a-Velha
 × D. Dinis - V. Nova de Cerveira
 Sta. Maria da Oliveira - Guimarães
 Barão de Forrester - Alijó
 × Berlenga - Ilha da Berlenga *
 × Sta. Marinha da Costa - Guimarães
 ε Senhora das Neves - Almeida
 Mestre Afonso Domingues - Batalha

* actualmente, abrigo de pescadores

4 - PLANO DE POUSADAS DE 1980

a. Hierarquização das Pousadas

Do plano então elaborado, com base nos elementos recolhidos pelo grupo de trabalho designado pelo despacho conjunto, referido no ponto 1, contavam as seguintes propostas hierarquizadas deste modo:

(1)- Primeira prioridade:

- Forte São Clemente - Vila Nova de Milfontes
- Barragem do Arade - Silves
- V. Velha de Ourém - Ourém
- Nazaré - Sítio da Nazaré
- Mosteiro e Quinta de Folques - Arganil
- Castelo de Leiria
- Mosteiro de Sta. Maria do Bouro - Amares
- Castelo de Alvito
- Castelo de Vila Viçosa
- Convento de São Cristovão de Lafões

(2)- Segunda prioridade

Forte do Pessegueiro - Sines
Santuário de N.S. do Cabo Espichel
Fortaleza de S. Tiago - Sesimbra
Castelo de Montemor-o-Velho
Castelo de Torres Vedras
Convento de Sta. Clara-a-Nova-Coimbra *
Convento de S. Francisco - Chaves *
Quinta das Lágrimas - Coimbra
Convento de Cristo - Tomar *
Forte da Ínsua -Caminha *
Solar de Sta. Cruz de Trapa - S. Pedro do Sul

Os imóveis assinalados com * nesta listagem passariam a ser deslocados para a primeira prioridade, caso fosse possível estabelecer, para os três primeiros, acordo com as Forças Armadas para a cedência das instalações; para o último, desde que fosse viável solucionar, com eficácia e custo aceitável, o problema do transporte fluvial entre a margem e a pequena fortaleza, situada a meio do rio.

b. Análise do Plano de 1980

A análise deste plano conduz às seguintes conclusões, pela apreciação de cada um dos imóveis propostos:

(1)- Forte de São Clemente

Apesar de não se situar em qualquer das zonas mencionadas como prioritárias pelo PNT, pelo interesse que contém esta pequena fortaleza, e edificada junto à foz do Rio Mira, mantém a validade bastante para ser considerada de novo.

É propriedade particular. Tem-se informações de que foi já vendido e continua ao serviço do turismo local. Mesmo assim, tratando-se de um edifício que é parte integrante do património histórico e cultural do País, entendemos que se retomem as diligências necessárias, visando a sua aquisição pelo Estado, em ordem a poder encarar-se a sua futura adaptação a pousada.

(2)- Barragem do Arade:

Situada em Região Específica de Ordenamento Turístico pelo PNT, possui, além disso, particular interesse para o turismo na medida em que, do nosso próprio ponto de vista, será muito adequado e oportuno encarar o equipamento da faixa interior do Algarve com instalações desta índole, que permitam uma oferta turística restrita, com qualidade, diferenciada e comple

mentar da oferta generalizada na orla marítima.

Existe projecto aprovado que prevê a remodelação e ampliação do actual restaurante, único apoio existente junto à albufeira, sem possuir, aliás, quaisquer condições de exploração.

(3)- Vila Velha de Ourém:

Para este aglomerado característico foi já elaborado um projecto de adaptação a pousada de velhos edifícios existentes, encontrando-se aprovado o projecto de execução.

(4)- Nazaré

Embora inserida em Região de Aproveitamento Turístico e o Estado tenha adquirido terreno para a implantação de uma pousada, a sua construção tem vindo a ser sucessivamente adiada, uma vez que a zona dispõe de equipamento turístico bastante representativo.

Afigura-se, deste modo, de manter em suspenso este empreendimento, até porque, em nosso entender, o

local escolhido, situado entre o casario do Sítio e o Forte que limita o promontório deveria manter-se liberto de construções.

(5)- Mosteiro da Quinta de Folques:

Analisando o edifício, situado em Arganil, constatou-se que não reunia condições para instalações de uma pousada, embora pudesse vir a ser aproveitado para implantação de outro qualquer estabelecimento, designadamente ligado a turismo rural.

A Câmara Municipal é proprietária do imóvel, tendo na altura havido conhecimento de que se admitia a assinatura de um protocolo visando a cedência ao Ministério da Educação de uma parcela da quinta, destinada a instalação de uma Escola Agrícola.

(6)- Castelo de Leiria:

Não possui condições para instalação de uma pousada.

Todavia, as características da alcáçova, permitiriam encarar o seu aproveitamento para diversos fins, culturais ou, ainda, de um restaurante.

Para isso seria indispensável solucionar, em termos aceitáveis, o problema do acesso de viaturas ao recinto interior das muralhas, uma vez que a porta existente não o permite.

É problema complexo que, até à data, não teve aprovação do IPPC.

É portanto de pôr de lado, pelo menos temporariamente, a sua inclusão em plano.

(7)- Mosteiro de Tibães:

Embora este mosteiro não esteja integrado em zona prioritária do PNT, situa-se não só próximo ao Parque Nacional Peneda Gerês como a meia dúzia de quilómetros de Braga numa bela região do Minho.

O edifício apresenta boas condições para o efeito, permitindo uma instalação ampla,

acrescida da existência de uma frondosa mata, guarnecida de alguns jogos de água, que faz parte da antiga cêrca.

A adaptação deste imóvel para fins turísticos proporcionará, também, a defesa de um belo conjunto monumental em risco de se perder.

Por isso, tem sido incluído em quase todos os planos de pousadas aguardando oportunidade de realização.

Sendo agora propriedade do Estado embora affecto ao IPPC, não tem utilização. Constatando do relatório do grupo de trabalho para estudo da sua rentabilização que o considerou como magnífico para apoio ao Parque Nacional Peneda Gerês, entende-se que reúne todas as condições para figurar de novo no plano de pousadas de Turismo do Estado.

(8)- Mosteiro de Sta. Maria do Bouro, Amares:

Embora não abrangido por qualquer zona prioritária de interesse turístico, a sua adaptação a pousada permitirá a criação de estru

tura de apoio, neste sector turístico, ao Parque Nacional da Peneda Gerês.

(9)- Convento de S. Cristovão de Lafões:

Situado na região de S. Pedro do Sul, é um imóvel classificado que o Estado tinha intenção de adquirir, na altura, com o objectivo de o adaptar a pousada, face ao interesse que havia em fomentar a promoção turística da região.

Não é abrangido, todavia, por qualquer zona prioritária, demarcada pelo PNT.

(10)- Castelo de Alvito:

Imóvel classificado de grande valia, reunindo condições de adaptação a pousada.

É propriedade da Fundação da Casa de Bragança que promoveu, recentemente, a sua cedência à Direcção-Geral de Turismo.

A D.G.E.M.N., promove, neste momento a elaboração do projecto de adaptação a pousada.

(11)- Castelo de Vila Viçosa:

Situado num dos Eixos de Desenvolvimento Turístico demarcados pelo PNT, possui condições excepcionais para ser adaptado a pousada, permitindo, em conjugação com a Tapada Real, uma oferta turística de alto nível.

(12)- Forte do Pessegueiro:

Pequena fortificação situada na costa, junto a Porto Covo para a qual foi elaborado, há anos, um estudo prévio de adaptação a pousada o qual, todavia, não mereceu, então, aprovação do IPPC.

Encontrando-se a recuperação deste imóvel a cargo do Serviço Nacional de Parques, embora para utilização diferente da proposta, por isso será retirado do Plano de Pousadas de Turismo.

(13)- Santuário de N. Senhora do Cabo Espichel:

Não sendo abrangido por qualquer das zonas mencionadas no PNT, é um conjunto arquitetónico, singular entre nós, que requer uma

recuperação urgente para que se não venha a deteriorar em curto prazo.

Permite adaptação a pousada e, conjuntamente, outras utilizações, quer de índole turística, quer cultural.

Existe um estudo prévio - elaborado há muitos anos por equipa de architectos e de alunos da ESBAL - que, todavia, exige uma ponderada revisão.

(14)- Fortaleza de S. Tiago - Sesimbra:

O interesse desta fortificação e a sua situação privilegiada junto ao mar, conduziram a que, há anos, fosse elaborado um estudo prévio de adaptação a pousada.

Todavia a sua ocupação pela Guarda Fiscal - cujo desalojamento será muito problemático - e a circunstância de Sesimbra possuir equipamento turístico - um, pelo menos, de muito boa qualidade - levam-nos a deixar por agora em suspenso este empreendimento.

(15)- Castelo de Torres Vedras:

Mau grado se situe em zona não abrangida pelo PNT, pressupõe-se que a sua adaptação a pousada e a sua exploração conjuntamente com o bairro característico que o envolve - o casco urbano primitivo da actual cidade de Torres Vedras - poderá oferecer condições singulares de oferta turística.

Existe um estudo prévio de adaptação a pousada da alcáçova do Castelo encomendado pela C.M.T.V..

(16)- Castelo de Montemor-o-Velho:

Não será propriamente este imóvel - que não reúne condições de adaptação - mas, sim, o Convento de N. Senhora dos Anjos que possui características compatíveis com a sua adaptação a pousada.

É propriedade do particular, encontrando-se abandonado e em mau estado de conservação.

(17)- Convento de Santa Clara-a-Nova:

Situado em frente a Coimbra, do outro lado do rio, está ocupado pelo Exército, sendo muito problemática a sua libertação.

(18)- Convento de S. Francisco, Chaves:

Situado no interior do Forte de S. Francisco, da cidade de Chaves, numa elevação que a domina e abrange uma larga panorâmica envolvente, oferece boas condições de adaptação a pousada.

Inserir-se, por outro lado, num Eixo de Desenvolvimento Turístico e encontra-se na proximidade da fronteira espanhola (de Verim) pela qual se verifica, cada vez mais, um acentuado movimento de turistas.

Tivemos conhecimento de que a iniciativa privada vai adaptar imóveis situados no interior do Forte a uma unidade hoteleira de grande dimensão. Sendo assim leva-nos a retirar do Plano esta proposta.

(19)- Quinta das Lágrimas - Coimbra:

Não possuímos os elementos elaborados pelo Grupo de Trabalho justificativos desta proposta, razão que nos leva a mencioná-la com algumas reservas.

(20)- Convento de Cristo - Tomar

Na zona do convento, cuja a adaptação a pousada foi encarada e para a qual se elaborou um estudo prévio, encontra-se instalado o Hospital Militar da Região, admitindo, como muito problemática, a deslocação das instalações que ocupa.

(21)- Forte da Ínsua - Caminha

Embora implantado em zona prioritária do P.N.T., tem o maior interesse a adaptação a pousada deste forte situado a meio do Rio Minho, junto à sua Foz.

As dificuldades que, até ao momento, têm obstado à concretização deste empreendimento, decorrem do problema do transporte entre a margem e o forte, uma vez que, até agora, o seu custo demasiado elevado tem sido o principal impedimento.

(22)- Solar de Santa Cruz da Trapa - S. Pedro do Sul

De momento não se encontram razões que justifiquem a sua adaptação a pousada.

c. Síntese conclusiva do Plano de 1980

Pelas razões descritas anteriormente, ao comentar o plano de 1980, considera-se que são válidos e em termos de serem incluídos neste plano os seguintes imóveis:

- Forte de S. Clemente - Vila Nova de Milfontes
- Barragem do Arade - Silves
- Mosteiro de Sta. Maria do Bouro - Amares
- Castelo de Alvito
- Castelo de Vila Viçosa
- Forte do Pessegueiro - Porto Covo (retirado)
- Santuário de Nsa. Sra. do Cabo Espichel
- Castelo de Torres Vedras
- Convento de S. Francisco - Chaves (retirado)
- Convento de Nsa. Sra. dos Anjos - Montemor-o-Velho
- Forte da Ínsua - Caminha

5 - PLANO DE POUSADAS DE TURISMO - 1989/1992

a. Relação das pousadas a propor

- Forte da Ínsua - Caminha
- Mosteiro de Tibães - Braga
- Convtº de Sta.Ma. do Bouro - Amares
- Mostº do Pombeiro - Felgueiras
- Convtº de S.João de Tarouca - Tarouca
- Mostº. de Arouca - Arouca
- Nsa. Sra.do Pilar - F.Espada à Cinta
- Convtº Sta.Maria de Aguiar - F.Castelo Rodrigo
- Palácio Ducal - Trancoso
- Casa dos Arcos - Sta. Comba Dão
- Convtº de Nsa.Sra.dos Anjos - Montemor-o-Velho
- Portela da Gardunha - Fundão (ENATUR) *
- Castelo de Pombal - Pombal
- Aglomerado Histórico - Vla. Velha de Ourém
- Convtº de Cristo - Tomar
- Quinta da Cerca - Mafra
- Castelo de Torres Vedras - T. Vedras
- Mostº. Flor da Rosa - Crato

- Convtº de Sta. Clara - Portalegre
- Forte de Sta. Luzia - Elvas
- Castelo de Campo Maior - Campo Maior
- Convtº de S. Bento de Aviz - Aviz
- Torre das Águias - Mora
- Castelo de Vila Viçosa - Vila Viçosa
- Convtº dos Lóios - Arraiolos
- Convtº de Nsa. Sra. da Saudação - Montemor-o-Novo
- Fortaleza de Sta. Maria - Portinho da Arrábida
- Santuário da Sra. do Cabo - Cabo Espichel
- Convtº de Ara Coéli - Alcácer do Sal
- Reguengos de Monsaráz - Monsaráz
- Castelo de Alvito - Alvito
- Convtº de S. Francisco - Beja
- Forte de S. Clemente - Vila Nova de Milfontes
- Casa Amarela - Mértola
- Cerca Muralhada - Castro Marim
- Barragem do Arade - Silves (ENATUR) *

* Pousadas em edifícios próprios

6 - NOTA FINAL :

Na introdução, teceram-se algumas considerações genéricas sobre os conceitos que têm sido impressos às pousadas construídas e, ainda, sobre a importância que a dimensão dos programas tem, para que os mesmos conceitos de qualidade não sejam comprometidos.

Embora reconhecendo que estes aspectos ultrapassam a índole deste trabalho, considera-se que, mesmo a título de opinião pessoal, é oportuno referi-los, pela natureza do seu conteúdo.

Nesta fase de raciocínio, entendemos, também, ser pertinente acrescentar agora que a opção feita de se encarar prioritariamente a adaptação de edifícios valiosos existentes a pousadas, sendo totalmente justificada, vai, todavia, acarretar, porventura, dispêndios mais vultosos do que aquelas que decorreriam caso se encarasse a construção de edifícios de raiz, até pela especificidade que os trabalhos possuem, implicando investigações e prospecções adequadas para que se mantenham as características peculiares desses imóveis.

Propõe-se, de tal sorte, que nestes casos de adaptação a pousadas de imóveis classificados os estudos sejam confiados aos competentes Serviços do M.O.P. (Ministério das Obras Públicas) e as obras de adaptação custeadas pelas dotações específicas a inscrever no O.E. (Orçamento do Estado).

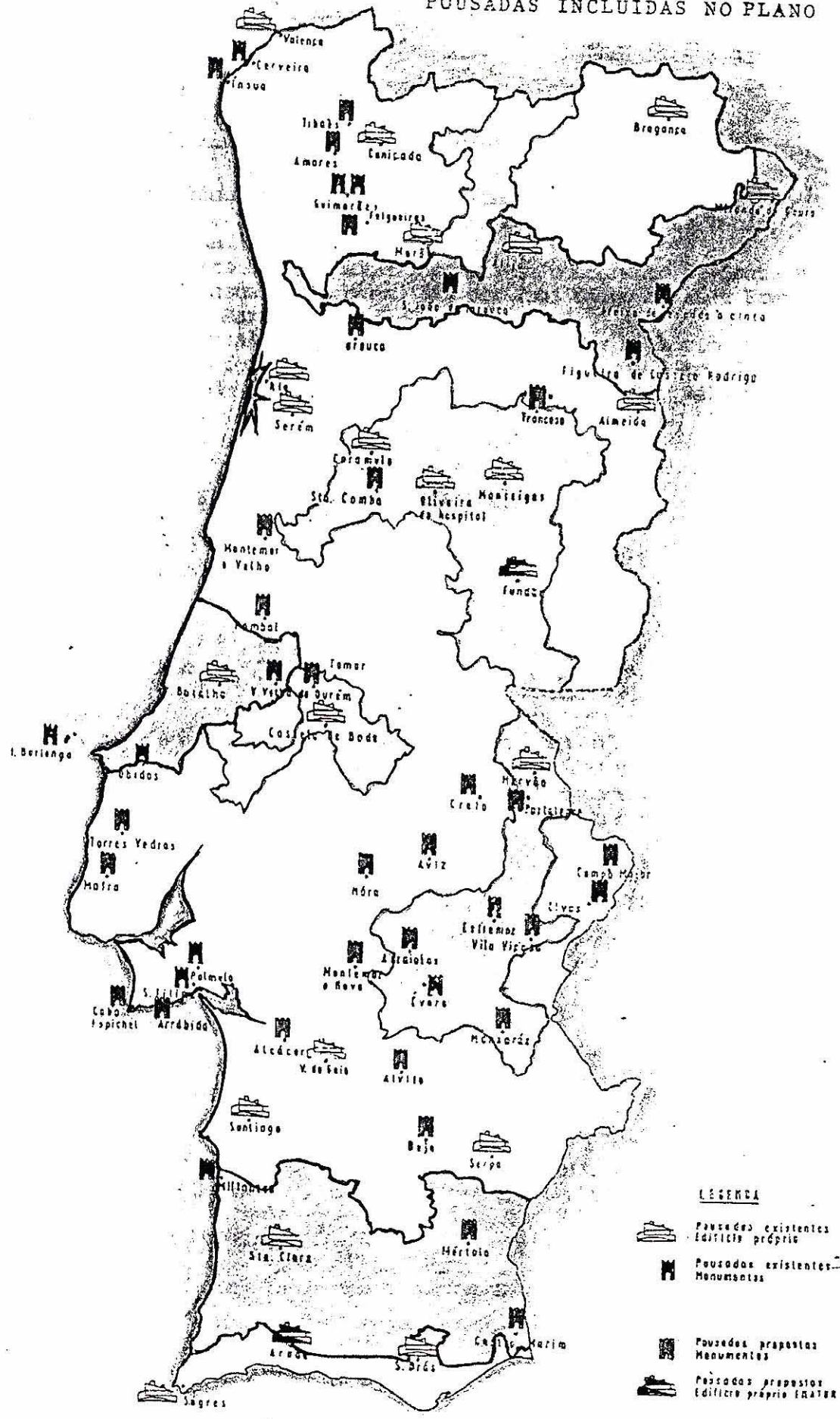
Julho de 1989

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS

POUSADAS

(fichas, fotografias e plantas)

POUSADAS INCLUÍDAS NO PLANO



LEGENDA

-  Pousadas existentes Edifício próprio
-  Pousadas existentes Monumentais
-  Pousadas propostas Monumentais
-  Pousadas propostas Edifício próprio IENATUR

Anexo IV

Enf. José Viana

ALGUNS PROBLEMAS DA
REDE NACIONAL DE POUSADAS

ARQUIVE-SE
Lisboa 20/1/1967
© Director Geral

[Handwritten mark]

1 - AMBIENCIA TURÍSTICA DAS POUSADAS

- Conveniencia de instalações de interesse turístico (postos de informação, pequenos museus etnográficos, recintos apropriados para exibições folclóricas, etc.).
- Aproveitamento de circunstancias especiais de localização para fomentar a visita a Monumentos e lugares de evocação histórica.
- Citar, como materialização destes pontos de vista, o caso de Sagres, conjunto turístico de grande interesse, constituído pela pousada, o "auditorium", a casa do chá, como aproveitamento do Forte do Beliche, o centro de pesca no Farol de S. Vicente e o posto de turismo.

*Eng. Maria M.
20-1-67
Pelo Director - Enf.*

2 - LOTAÇÃO DAS POUSADAS

- Conveniencia de fixar a lotação das Pousadas por forma a evitar ampliações que afectam funcionalmente a concepção inicial.
- Considerar que a instalação de Pousadas deve visar sobretudo o desenvolvimento turístico e não a resolução do problema hoteleiro.
- Construção de hotéis de turismo nos centros urbanos.

3 - APOIO TURÍSTICO DAS POUSADAS

- Conveniencia de fomentar e coadjuvar a criação pela iniciativa particular, de pequenas instalações subsidiárias que constituam pontos de apoio turístico nos percursos para as pousadas (pequenos restaurantes, estalagens, etc.).

4 - FISIONOMIA DOS PERCURSOS

- Conveniencia de evitar que se destrua com pretenciosas e in-características construções o efeito panorâmico das nossas estradas.

[Handwritten signature]

1 - Possibilidade de utilização turística dos Monumentos Nacionais.

- 1.1 - Publicação de monografias, folhetos e postais ilustrados.
- 1.2 - Criação de Postos de turismo, pequenos Museus, Casas de Chá e Estalagens.

2 - Necessidade duma mais pormenorizada sinalização turística itinerante.

- 2.1 - O sinal do monumento criado para as tabletas das estradas nacionais.
- 2.2 - Falta de sinalização no interior dos aglomerados urbanos.

Prof. Espregueira Mendes


DOIS ASPECTOS DO PROBLEMA ECONÓMICO DA EXPLORAÇÃO
DAS POUSADAS

Nos estudos relativos às Pousadas deve ser cuidadosamente procurada a solução que conduza à possibilidade da exploração mais económica, sem prejuízo ou até com vantagem para atender às necessidades e exigências do Turismo.

a - Concentração ou dispersão das instalações?

b - Mobiliário simples e robusto ou com aparelhagem de certo modo complicada e onerosa como na hipótese de se preverem no mesmo quarto duas camas para uma só pessoa mas encostadas uma à outra?

Anexo V



CONTRATO DE RECUPERAÇÃO DE MONUMENTOS
NACIONAIS E EDIFÍCIOS DE INTERESSE PÚBLICO
E DE CONSTRUÇÃO DE POUSADAS

Considerando as atribuições do Instituto Português do Património Cultural, adiante designado simplesmente por IPPC, de promoção da recuperação, conservação, protecção e salvaguarda dos bens imóveis que constituem elementos do património cultural do País, bem como de definição das directrizes para a defesa, conservação e enriquecimento daquele património;

Considerando o dever do IPPC de se pronunciar, em relação aos monumentos nacionais ou imóveis de interesse público, sobre os projectos de obras de conservação, sobre a sua utilização e sobre todos os trabalhos a efectuar;

Considerando as atribuições da Empresa Nacional de Turismo, E.P., adiante simplesmente designada por ENATUR, de colaborar na recuperação e aproveitamento para fins turísticos de monumentos e outros edifícios de valor cultural;

Considerando ser de interesse nacional a recuperação de um conjunto de edifícios integrados no património cultural do País, bem como o alargamento da rede de Pousadas através do aproveitamento de edifícios públicos ou privados de reconhecido valor arquitectónico ou histórico;

Considerando que, para o efeito do ponto anterior, o **IPPC** e a **ENATUR**, através de equipas de estudo especializadas, fizeram um levantamento dos edifícios de reconhecido valor arquitectónico ou histórico, cuja utilização para fins turísticos mereceu o acordo de ambas as entidades;

Considerando que para a implementação do projecto de recuperação e adaptação para fins turísticos dos edifícios seleccionados, não há recurso a meios financeiros do Orçamento do Estado.

Considerando que os meios financeiros disponíveis para o projecto obrigam a que este seja apressado, em alguns casos com urgência, e que mantenha, no futuro, um ritmo de concretização e de cumprimento de prazo sem falhas;

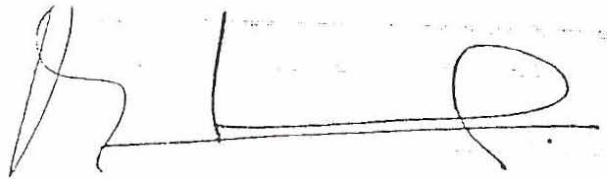
Considerando que é necessário compatibilizar a rentabilidade dos projectos com o respeito pelos valores arquitectónicos, artísticos e históricos;

Considerando que é necessário respeitar a lógica empresarial subjacente a todo o projecto, bem como o princípio da não diluição de responsabilidades;

Entre:

Primeiro - **IPPC** - Instituto Português do Património Cultural, neste acto representado pelo Presidente, Professor Catedrático Arquitecto Carlos Antero Lopes Ferreira, e,

Segundo - **ENATUR** - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, E.P., neste acto representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Doutor Cristiano António Silva Barros de Freitas,



é celebrado o contrato de recuperação de monumentos e edifícios de interesse público e de construção de Pousadas que se rege pelas cláusulas seguintes:

A - PARTE GERAL

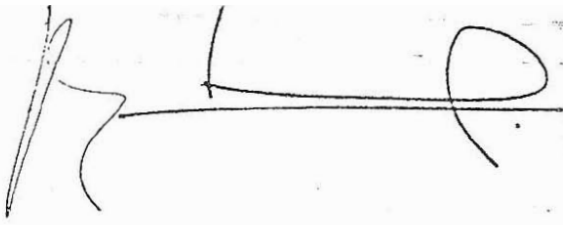

1 - OBJECTIVO

1º

(Edifícios a adaptar para Pousadas)

1. O IPPC e a ENATUR, na sequência dos estudos técnicos realizados, acordam na recuperação, adaptação e utilização como Pousadas, dos seguintes edifícios: Mosteiro da Flor da Rosa, no Crato; Convento de São Francisco, em Beja; Convento de Cristo, em Tomar; Mosteiro de Tibães, em Braga e Convento da Saudação, em Montemor-o-Novo.

2. As prioridades mencionadas no número anterior poderão vir a incluir outros edifícios, conforme os estudos ainda em curso ou a desenvolver no futuro.



II - METODOLOGIA

2º

(Responsabilidade pela condução do processo)

Atenta a natureza marcadamente empresarial do projecto, cabe à **ENATUR** a sua condução e dinamização, cumprindo ao **LPPC** as funções de acompanhamento e fiscalização, em ordem a salvaguardar os interesses culturais, arquitectónicos, estéticos e históricos envolvidos.

3º

(Escolha dos arquitectos projectistas)

Cabe à **ENATUR**, ouvido o **LPPC**, escolher os arquitectos projectistas e com eles celebrar os respectivos contratos, no respeito pelas exigências da lei para o efeito.

4º

(Acordo prévio de compatibilização)

1. O **LPPC** e a **ENATUR** elaborarão, no prazo máximo de 60 dias, um conjunto de estudos prévios que apurarão da compatibilidade entre a valorização e defesa do património e o programa de instalação de cada uma das pousadas e, em caso afirmativo, esclarecerão em que termos.

2. Dos estudos referidos no número anterior, deve resultar um quadro de indicações claro para a elaboração dos diversos projectos arquitectónicos e um compromisso sobre a filosofia de intervenção para cada um dos edifícios.

3. Do acordo prévio deve constar o programa de financiamento respectivo.

5º

(Parecer do LPPE)

1. O LPPE deverá, no prazo máximo de trinta dias, a contar da recepção da documentação respectiva, dar parecer sobre o programa base, o ante-projecto e o projecto apresentados pelos arquitectos projectistas.

2. O LPPE poderá, no âmbito da sua função fiscalizadora, ou sob solicitação da ENATUR, dar parecer, no prazo máximo de 15 dias a contar da data do conhecimento do facto ou da solicitação, sobre qualquer questão ou matéria relativa à protecção do património cultural.

3. O LPPE poderá não elaborar parecer, dentro dos prazos previstos, considerando-se que tal procedimento significa a autorização tácita da proposta que lhe foi apresentada.

4. Os pareceres do LPPE não terão carácter vinculativo sempre que não digam respeito a factos ou circunstâncias novas ou supervenientes, de natureza não previsível à data da elaboração dos estudos previstos no artº 4º, ou entrem em contradição com a filosofia de intervenção inicialmente acordada, nos termos da mesma disposição.

(Comissão arbitral)

1. O LPPE e a ENATUR constituem uma comissão arbitral, composta por um elemento designado por cada um dos outorgantes e um terceiro designado por mútuo acordo, a quem caberá decidir qualquer conflito de carácter técnico suscitado ao longo dos processos.
2. A decisão da comissão arbitral deve ter lugar no prazo máximo de 30 dias, após a recepção do pedido de intervenção.
3. A comissão será presidida pelo elemento indicado por mútuo acordo, o qual terá que ser, obrigatoriamente, um arquitecto de conhecido renome e prestígio, em particular, em matéria de protecção, de conservação e intervenção em edifícios de interesse público.

(Responsabilidades internas)

1. O LPPE e a ENATUR nomearão equipas responsáveis, internamente, pela condução dos projectos, com menção expressa do primeiro responsável.
2. A indicação referida no número anterior será comunicada, por carta, à outra parte, no prazo de três dias a contar da assinatura do presente contrato.

(Compromisso de boa vontade)

O LPPE e a ENATUR comprometem-se a desenvolver, no âmbito das suas competências específicas, todas as diligências que se mostrem úteis ou necessárias junto de outras entidades, públicas ou privadas, no sentido de garantir o zeloso cumprimento do objectivo e dos prazos consignados no presente contrato.

III - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO

(Responsabilidades financeiras)

1. São da responsabilidade do LPPE o pagamento dos encargos relativos a: a) levantamentos topográficos; b) pesquisa arqueológica; c) retenção de ruínas; d) restauro de mobiliário.

2. São da responsabilidade da ENATUR o pagamento dos encargos relativos a: a) programa base e projecto da pousada a instalar em cada um dos edifícios; b) obras de recuperação e adaptação dos edifícios e de construção de áreas novas relativas ao mesmo objectivo; c) aquisição de equipamento hoteleiro; d) infraestruturas necessárias ao funcionamento das unidades hoteleiras.

3. São da responsabilidade dos dois outorgantes, solidariamente e em partes iguais, o pagamento das despesas e honorários devidos à comissão arbitral.

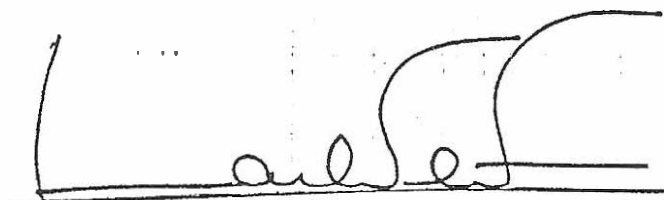
10º

(Fontes de financiamento)

Para além dos meios próprios, constituem fontes de financiamento dos projectos, entre outras as participações da **DGEMN** e a aplicação de verbas do **PIDDAC** e do **PRODIATEC**.


Lisboa, aos 26 dias do mês de Julho de 1990

Primeiro Outorgante:



Professor Catedrático Carlos Antero Ferreira

Segundo Outorgante:



Doutor Cristiano António Silva Barros de Freitas

Anexo VI



SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO

1.^a REPARTIÇÃO
SERVIÇOS CENTRAIS
Serviços Técnicos

Parecer Respeitante a Cinco das Novas Pousadas Destinado a Ser Submetido a Apreciação Superior

O decreto-lei Nº 31.259 diz:

Artº 1º - As pousadas regionais construídas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, dentro do plano de realização do duplo centenário de 1940, serão imediatamente à sua conclusão, entregues ao Secretariado da Propaganda Nacional.

§ único - São equiparadas para todos os efeitos a estas pousadas aquelas que vierem a ser instaladas em edifícios cedidos pelo Estado com esse destino.

Artº 2º - As pousadas destinam-se a alojar forasteiros e sobretudo a fornecer-lhes alimentação, devendo pelo seu estilo e côr local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística, de forma que constituam, pelo exemplo do modelar funcionamento dos seus serviços, elementos de orientação da pequena indústria hoteleira.

Por outro lado, o Artº 23º do decreto-lei Nº 34.134, diz que ao S.N.I. cabe:

§. 11º - Orientar e fiscalizar o aspecto higiénico, técnico e de gosto da exploração da indústria hoteleira, incluindo hotéis, pensões, pousadas, estalagens, restaurantes, cafés, casas de chá, "bars", estabelecimentos similares, podendo, inclusive, determinar o seu encerramento, quando o aconselhe a deficiência dos serviços ou das condições sanitárias.

Artº 14º - Dar parecer sôbre os projectos para construção, adaptação e modificação de estabelecimentos hoteleiros e similares.

Artº 30º - Todos os serviços públicos teem o dever de colaborar com o Secretariado, na acção que vise ao desenvolvimento de turismo, prestando-lhe o apoio que lhes for possível nas matérias da sua competência.
Esta disposição, compreende nomeadamente serviços de Saúde e Assistência, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Junta Autónoma de Estradas, Administração Geral do Porto de Lisboa, os Serviços de Minas e Geológicos, os Serviços Florestais e outros serviços respeitantes às comunicações, às Capitánias dos Portos, e à Polícia de Segurança Pública.

A legislação atrás transcrita, não deve deixar dúvidas quanto à matéria sôbre a qual deve indidir o parecer dos Serviços Técnicos do Secretariado.

Julgamos que uma vez que as pousadas foram de facto encomendadas através contratos feitos pelo Ministério das Obras Públicas, parece que ao Secretariado, e, no nosso caso, aos Serviços Técnicos, só competirã a análise funcional do problema.

Por outro lado, os programas das actuais pousadas foram fornecidas pelo Secretariado Nacional de Informação, e, neles se tentou uma adaptação a novos edificios, da experiência adquirida pelo funcionamento das realizadas, no plano do duplo centenário de 1940.

Quando Sua Ex^a., o então Ministro das Obras Públicas, Eng. José Frederico Ulrich, concretizou a orientação que pretendia dar aos projectos das novas pousadas, designou que os mesmos fossem realizados pelos alunos mais classificados de determinados cursos das escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, técnicos já pela sua classificação, já até, pela sua obra, são sem dúvida distintos, e, estão marcando profissionalmente um lugar de destaque no nosso meio artístico.

Sua Excelência, conhecia bem as tendências artísticas dos profissionais que escolheu, e, pediu-nos a nossa colaboração de maneira a conseguirmos encaminhar os referidos architectos, a realizar obra actualizada mas, de carácter regional, missão esta, muito ingrata, que evidentemente aceitámos.

Quando tratámos desta questão, junto do actual Ministro das Obras Públicas, Sr. Eng^o Arantes de Oliveira, imediatamente lhe demos conta deste nosso compromisso, uma vez que Sua Excelência nos fez ciente, de em nada querer alterar o caminho traçado pelo seu antecessor, no que dizia respeito aos projectos das novas pousadas.

Por razões que nos são alheias, esta missão não pode até agora ser efectuada, pelos técnicos contratados pelo Ministério das Obras Públicas nunca nos terem procurado, o que é de estranhar, pois os programas eram poucos desenvolvidos propositadamente, e muitas correcções aos ante-projectos actuais se teria evitado, se como era desejo de Sua Ex^a o Ministro das Obras Públicas nos fosse dado acompanhar os estudos dos ante-projectos.

Levantam-se dúvidas sobre qual a entidade que se encarregará de fazer apresentar superiormente o juízo sobre a arquitectura das novas pousadas.

Se tivéssemos acompanhado o estudo dos ante-projectos, como era nossa intenção e atrás ficou dito, estamos certos que a expressão arquitetónica das novas pousadas teria sido um pouco diferente, e esse encargo não se tornaria então necessário.

Dado o estado actual de coisas e uma vez que o Ministério das Obras Públicas, através da Direcção dos Serviços de Construção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, até este momento, a única entidade que se pronunciou sobre os ante-projectos, não foca nos seus pareceres o aspecto arquitetónico, eu julgo que os Serviços Técnicos do Secretariado o possam fazer. Digo julgo, porque esse encargo é sempre por nós realizado quando se trata de uma obra projectada e construída por particulares mas não, quando se trata de projectos encomendados pelo Ministério das Obras Públicas, em que o parecer do Secretariado deve ser unicamente de ordem funcional.

O presente parecer pretende acima de tudo ter uma utilidade prática: o esclarecimento da questão. Tem portanto duas finalidades: primeiro, elucidar superiormente da nossa maneira de ver, a seguir, julgar os ante-projectos de uma maneira construtiva, de tal maneira, que na sua passagem a projecto os autores deem satisfação total, através a sua concepção, a quem tal encargo lhes deu.

Os cinco ante-projectos das pousadas agora em estudo, encerram todos de uma maneira geral, as mesmas deficiências:

Os autores certamente por falta de conhecimento projectaram todos, pequenos hotéis em vez de pousadas grandes, e nenhum deles se meteu portanto, definitivamente dentro do espírito que seria necessário.

O carácter geral dos estudos é de uma grande rigidez. No nosso entender, uma pousada por maior que seja, não pode deixar de ser acolhedora, quer pela distribuição dos diferentes serviços em planta, quer pelo carácter exterior do edifício. As entradas nomeadamente, devem ser acusadas por meio de espírito convidativo, de modo a transmitirem exteriormente a quem passa, sem intenção de lá entrar, um ambiente acolhedor e de conforto que deve existir interiormente.

A legislação atrás transcrita, foca claramente que o seu estilo e cor local, deve integrar-se tanto quanto possível, no pitoresco das regiões. Não me parece que nenhum destes objectivos tenham sido totalmente alcançados pelos autores, no entanto, o caminho que tomaram avisinha-se, e julgo que não será difícil, sem quebrar a simplicidade que pretenderam dar aos seus ante-projectos, alcançarem o fim que o Estado tem em vista.

Creio que o critério que presidiu ao espírito de escolha dos técnicos que o Ministério das Obras Públicas encarregou para estas ante-projectos, não foi a ideia de os levar, a fazer uma arquitectura que não sentem pela sua maneira de ser, isto é o género de arquitectura em que se fizeram as pousadas do duplo centenário de 1940. Estou certo de que a ideia do Governo, aliás louvável seria pretender apontar ao País, exemplos de arquitectura actual, mas de carácter regional. Este foi o fruto, de facto, que deram às pousadas já construídas, mas, o que não resta dúvidas, é que a arquitectura deu um passo em frente, de então para cá, com as suas novas técnicas de construção e concepção, que devem, não fugindo ao clima artístico actual, integrar-se nas nossas regiões, possibilidades de vida, técnicas de construção e especialmente no nosso clima.

Estas considerações de ordem geral parecem-me ser necessárias, não só para ficar bem patente o clima em que pretendíamos trabalhar mas, também, para justificar a crítica que passamos a fazer de cada um dos ante-projectos e que no nosso entender deveria ter sido feita quando estes estavam em estudo.

Pôsto isto, vamos criticar um a um, os ante-projectos até agora apresentados.